O REGIME DE PARTIDO ÚNICO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE CABO VERDE

Graciano Emiliano
Fernandes Nascimento

Ficha Técnica:

Autor: Graciano Emiliano Fernandes Nascimento
Título: O Regime de Partido Único no Processo de Construção do Estado de Cabo Verde
Design e composição: DiLeone Creations
Tiragens: 100 exemplares
Impressão e acabamento: Gráfica Jovem, Lda.

Edição de Autor

2024

À memória dos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que merecem constar desta página pois, de forma direta ou indireta, contribuíram para a sua realização. No entanto, não podendo referir cada um de forma individual, agradeço a todos que contribuíram para que este trabalho se tornasse uma realidade.

Agradeço às Universidades do Mindelo e de Valladolid, que me proporcionaram esta oportunidade para desenvolver as minhas capacidades e melhorar os meus conhecimentos. Ao Reitor da Universidade do Mindelo, pelo quanto incentiva os seus colaboradores a estudar e elevar o seu grau académico. Agradeço igualmente aos meus Professores da Universidade de Valladolid, pela transmissão do conhecimento, pela amizade e pela atenção que dispensaram aos doutorandos, principalmente durante a estadia em Valladolid.

Um carinho especial aos seres raros, Dámaso Blanco e Rócio Anguita, Diretor e Subdiretora do Doutoramento, respetivamente, por tudo o que têm feito pelos doutorandos desde 2017 até agora e que certamente continuarão a fazer. A eles, todo o meu respeito e reconhecimento.

Agradecimentos aos meus orientadores, Prof. Doutor Dámaso Vicente Blanco e Prof. Doutor Javier Matía Portilla, por me terem aturado e por me terem guiado no rumo certo.

Agradeço de forma especial aos meus entrevistados, por terem partilhado comigo as suas histórias, as suas vivências e as suas construções da realidade estudada. A todos os meus familiares, amigos e colegas da UM pelo apoio e pelo incentivo ao longo dessa caminhada.

Reconhecimento igualmente aos muitos que me facultaram o acesso a documentos dos seus arquivos pessoais que, em muitos casos, constituíram-se em autênticas relíquias. Mesmo correndo o risco de errar por omissão: Embaixador Luís Fonseca, Dr. Humberto Lopes, Mestre Simão Santos, Sr. Antero Coelho, Sr. Olívio Pires, Sr. João Pires, Dra. Sandra Pinheiro, Dr. Isidoro Costa, Dr. Valdemiro Martins. Agradecimentos ao Doutor José Luís Ramos, pelo apoio com a língua inglesa, à Doutora Isabel Lobo, pela revisão ortográfica e pelos ensinamentos, ao Doutor Juscelino Dias, pelos sábios conselhos ao longo deste percurso académico, ao colega Edério Graça e ao meu irmão Tony Nascimento, pelo suporte informático.

Finalmente, porque os últimos são os primeiros, agradeço de forma profunda e carinhosa à minha esposa, à minha filha e ao meu filho, pelas contribuições, pela paciência, pela compreensão pelas minhas ausências, por tudo o que fizeram para proporcionar-me as condições necessárias à realização deste trabalho.

Bem hajam a todos!

"Que ingenuidade pedir a quem tem poder para mudar o poder"

Giordano Bruno

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO 35
Definição e Perspetiva Histórica 36
Objetivos e Hipótese de Trabalho 38
Estrutura do Trabalho 39
Método de Pesquisa 41
Limitações da Pesquisa 44

CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO DOS REGIMES POLÍTICOS 45
1.1 Regimes Políticos e Sistemas Políticos de Governo 47
1.1.1 Conceito de Regime Político 47
1.1.2 Evolução da Classificação de Regime Político 49
1.2 Regimes Autocráticos. 59
1.2.1 Regimes Autoritários 60
1.2.2 Regimes Totalitários 74
1.3 Regimes Democráticos 96

CAPÍTULO II – O PÓS-COLONIALISMO EM ÁFRICA 119
2.1 - As Transições para a Democracia em África 121
2.1.1 Os Estados Pós-Coloniais em África 122
2.1.2 O Impacto do Colonialismo nas Instituições Pós-coloniais 128
2.1.3 O Impacto das Realidades Africanas nas Instituições Pós-coloniais 130
2.1.4 A Consagração do Autoritarismo em África 133
2.1.5 O Regresso da Democracia à África 144
2.2 - Resenha Histórica sobre os Movimentos de Libertação em África 148
2.2.1 Os Movimentos de Libertação em África 149
2.2.2 O PAIGC e o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde 159
2.2.3 Nacionalismo e Cultura: uma Leitura de Amílcar Cabral 172

CAPÍTULO III – A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE CABO VERDE E A INSTAURAÇÃO DO REGIME DE PARTIDO ÚNICO. 181
3.1 Cabo Verde: Independência ou Autonomia1 184
3.2 As Negociações para a Independência de Cabo Verde 195
3.3 O Governo de Transição e as eleições para a Assembleia Constituinte 201
3.4 Projeto Político da Unidade Guiné e Cabo Verde: Utopia ou Visão Estratégica? 206
3.5 Partido Único: Ideologia ou Consequência? 214
3.6 A Constitucionalização do Regime de Partido Único em Cabo Verde – 1980 221

CAPÍTULO IV – O REGIME POLÍTICO CABO-VERDIANO ENTRE 1975 E 1991 229
4.1 Natureza e Estrutura do Sistema de Poder 232
4.2 A Estrutura Ideológica do Partido e do Regime 239

4.3 A Pobreza e as Políticas Económicas 248
4.4 A Gestão da Ajuda Alimentar: Um Caso Sui Generis. 259
4.5 A Criação da Empresa Pública de Abastecimento - EMPA 263
4.6 A Evolução do Ensino em Cabo Verde 268
4.6.1 O Sistema Educativo Antes da Independência 268
4.6.2 O Sistema Educativo no Pós-Independência 272

CAPÍTULO V – O ESGOTAMENTO DO SISTEMA DE PARTIDO ÚNICO CABO-VERDIANO 289
5.1 As Contradições Internas no Partido Único:
um Conflito de Ideologia ou uma Luta de Poder? 292
5.2 A Estagnação do Modelo Económico 297
5.3 O Esgotamento do Sistema de Partido Único 304
5.4 Das Pressões Nacionais ao Fim do Sistema Socialista Mundial 312
5.5 Abertura Política em Cabo Verde: Uma Transição Tardia? 314

CAPÍTULO VI – UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O TEMA 319

CONCLUSÕES E PERSPETIVAS FUTURAS 328
Principais Conclusões 328
Perspetivas Futuras 334

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 337

ANEXOS

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: índice de Democracia por Tipo de Regime 117
Gráfico 2: População por Meio de Residência 250
Gráfico 3: Taxa de Crescimento Anual Médio da População (%) 251
Gráfico 4: Esperança Média de Vida (anos) 251
Gráfico 5: Taxa de Mortalidade Infantil (por mil) 252
Gráfico 6: Remessas de Emigrantes (em milhões de escudos) 253
Gráfico 7: Comércio Externo - resumo comparativo das Importações e Exportações (milhões de contos) 254
Gráfico 8: Percurso dos Alunos Inscritos na 1ª até a 4ª Classe 274
Gráfico 9: Acompanhamento dos Alunos Inscritos no 1º até ao 3º Ano do Ensino Secundário. 276
Gráfico 10: Taxa de Alfabetização (%) 15 e mais anos 278

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Infraestruturas de Saúde por Tipo de Estrutura 252
Tabela 2: Saldos em Fim de Período (em milhões de escudos cabo-verdianos) 255
Tabela 3: Aluno s no Ensino Pré-Primário 273
Tabela 4: Frequência do Ensino Básico Elementar 273
Tabela 5: Aproveitamento, por Classe e por Zona, no Ensino Básico Elementar (ano letivo 1975-1976) 274
Tabela 6: Frequência do Ensino Básico Complementar 275
Tabela 7: Frequência do Ensino Secundário 275
Tabela 8: Frequência do Ensino Complementar 276
Tabela 9: Frequência do Ensino Técnico 277
Tabela 10: Quadro Docente do Ensino Primário, por Categoria 277
Tabela 11: Alunos Matriculados por Nível de Ensino e Ano Letivo 285
Tabela 12: Distribuição dos Alunos por Nível e Ano Letivo 285
Tabela 13: Evolução da Taxa de Reprovação por Nível e por Ano Letivo 286
Tabela 14: Escolas e Salas por Nível de Ensino e Ano Letivo 286

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Comparativa del Estado Constitucional con los Modelos Alternativos 115
Quadro 2: Composição do Primeiro Governo de Cabo Verde (julho de 1975) 237

PREFACIO:

LA SINGULARIDAD CABOVERDIANA EN EL ACCESO AL ESTADO DEMOCRÁTICO

Dámaso Javier Vicente Blanco
Universidad de Valladolid (España)

El presente estudio de Graciano Nascimento sobre "El régimen de partido único en el proceso de construcción del Estado de Cabo Verde" constituye un trabajo concienzudo y meticuloso, en el que, acudiendo a fuentes plurales, pero especialmente a novedosas fuentes inéditas, se ha buscado dar luz sobre la génesis del Estado de Cabo Verde, en el período del nacimiento de la democracia actual y resaltar el momento decisivo por el que se pasó y cuando se adoptaron por los protagonistas decisiones cruciales que determinaron el éxito del objetivo de crear y consolidar un Estado viable y cohesionado en el archipiélago de Cabo Verde.

Debo agradecer al autor, antes de nada, la invitación para redactar este prefacio y quiero manifestar mi enorme satisfacción y gran orgullo por haber participado en la orientación de este trabajo como tesis doctoral de la Universidad de Mindelo, en su programa de Doctorado en Ciencias Sociales.

Se trata, como podrá apreciar el lector, de un trabajo de formidable originalidad, que utiliza como fuentes singulares un conjunto de entrevistas realizadas a ocho de los protagonistas del proceso de construcción del Estado de Cabo Verde: el Doctor Onésimo Silveira, científico político caboverdiano; el Comandante Pedro Pires, el primer Primer Ministro de Cabo Verde; el Doctor Osvaldo Lopes da Silva, el que fue primer Ministro da Economía de Cabo Verde; el Comandante Silvino da Luz, que fue primer Ministro da Defesa de Cabo Verde; Olívio Pires, ideólogo do PAIGC/PAICV, durante el régimen de partido único; el Embajador Luís Fonseca, que representó al País en varias misiones diplomáticas durante el régimen de partido único; el Doctor Manuel Faustino, primer Ministro da Educación de Cabo Verde, que rompió con el partido único; y, finalmente, el Doctor Lídio Silva, dirigente de la UCID (Unión Caboverdiana Independiente y Democrática). Estos testimonios aportan una información fundamental de primera mano de todo el proceso. que no se encontraba registrada y recopilada como tal en ningún lugar. Lo acertado de la elección de los entrevistados, así como las cuestiones planteadas, han permitido ahondar en los entresijos y en las motivaciones del momento más

determinante de la construcción del Estado de Cabo Verde, el que se produce con el paso del régimen de partido único a la conformación de un Estado democrático con pluralismo político y de partidos.

La reconstrucción del proceso y del contexto a través de las entrevistas se ve enmarcada por una acertada exposición de los planteamientos de la teoría política que permitirá después llevar a cabo un análisis metodológico y fundamentado del proceso. Sin embargo, la necesidad de ser fiel a la verdad histórica, política y cultural de Cabo Verde exigió desterrar el cliché de los autores de la teoría política que sostiene que no hay singularidad en el acceso a la democracia por los pueblos, según el axioma del politólogo italiano Giovanni Sartori. Ante ello, no podemos dejar de mencionar aquí la lúcida perspectiva de la escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, cuando previene del peligro de una "historia única", en su famosa conferencia de 2009 en el TED, *El peligro de una historia única*, diciendo, "las historias importan", "muchas historias importan", que es como decir que las diferentes perspectivas importan, que las muchas perspectivas que existen, importan[1]. Todas ellas singulares e irrepetibles. O el planteamiento de un científico social como Boaventura de Sousa Santos, que planteaba la necesidad de preservar las epistemologías del Sur"[2]. Cada visión del mundo posee también una mirada desde el conocimiento y hace una aportación al saber. Integrar esas miradas singulares, esos modos de saber, esas epistemologías en la investigación es una tarea fundamental. Es así, por tanto, que Graciano Nascimento demuestra en este trabajo que no hay nada más falso y alejado de la realidad que el axioma tecnocrático de Giovanni Sartori, de la falta de singularidad en el acceso a la democracia de los pueblos. En el caso de Cabo Verde el proceso fue marcado por sus particularidades y estuvo condicionado por circunstancias propias e irrepetibles.

Del mismo modo que cada individuo es uno y singular, diferente de todos los demás, del mismo modo cada pueblo, cada nación y cada proceso histórico no puede dejar de ser singular e irrepetible, condicionado por factores particulares, propios, constituidos por la conjunción del tiempo y el espacio, como la propia cultura, los sujetos que dirigen y protagonizan el proceso político, su historia, la

[1] Decía expresamente: "Siempre he pensado que es imposible compenetrarse con un lugar o una persona sin entender todas las historias de ese lugar o esa persona. La consecuencia de la historia única es: que roba la dignidad de los pueblos, dificulta el reconocimiento de nuestra igualdad humana, enfatiza nuestras diferencias en vez de nuestras similitudes"Ver Chimamanda Adichie, El peligro de la historia única, TED, 2009, en https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=es.

[2] Ver, por ejemplo, Santos, Boaventura de Sousa, Una epistemología del Sur. La reinvención del conocimiento y la emancipación social, Flacso/Fondo de Cultura Económica, México, 2009; y Santos, Boaventura de Sousa; y Meneses, María Paula, Epistemologías del Sur, Akal, Madrid., 2014.

conciencia y la formación política del pueblo que lo conforma, por poner determinados ejemplos. Frente a los tecnicismos de una teoría política cerrada sobre sí misma, el saber histórico y antropológico (Sartori despreciaba jactanciosamente el conocimiento antropológico, con una ignorancia clamorosa[3]) nos enseña que no hay dos procesos iguales, y que el reconocimiento de la identidad de cada pueblo marca la singularidad. No hay más ciego que el que no quiere ver. Cualquier otra lectura no puede ser sino fruto de una miopía "neocolonial", como si la democracia o el acceso a la democracia fueran fruto de una cadena de producción en serie. Y, como hemos dicho, nada más lejos de la realidad. Y ese es el gran acierto en el estudio de Graciano Nascimento, el hallazgo y la identificación de la singularidad caboverdiana, desde el conocimiento de la propia realidad política y social, y con el acceso a la información de fuentes de primera mano, completamente inéditas.

¿Y cuáles eran los elementos sustanciales de la singularidad caboverdiana? En mi opinión, y como acertadamente muestra el autor, uno de los elementos sustanciales estaba en la cultura política heredada del pensamiento de Amílcar Cabral, que conformó y condicionó al PAIGC, luego PAICV. Y en ese pensamiento, destacaba inicialmente esa idea de singularidad, cuando el propio Cabral afirmaba en La Habana, en enero de 1966, en la Primera Conferencia de la Organización de Solidaridad de los Pueblos de África, Asia y América Latina, en su conocido texto titulado "A arma da teoria":

> "A nossa agenda de trabalhos inclui temas cuja importância e acuidade estão fora de discussão, e nos quais sobressai uma preocupação dominante: a luta. Observamos, contudo, que um tipo de luta, quanto a nós fundamental, não está mencionado expressamente nessa agenda, embora tenhamos a certeza de que está presente no espírito dos que a elaboraram. Queremos referir-nos à luta contra as nossas fraquezas. Admitimos que os outros casos sejam diferentes do nosso, mas a nossa experiência nos ensina que no quadro geral da luta que travamos quotidianamente, sejam quais forem as dificuldades que nos cria o inimigo, essa é a luta mais difícil tanto no presente como para o futuro dos nossos povos. Ela é a expressão das contradições internas da realidade econômica, social e cultural (portanto, histórica) de cada um dos nossos países. Estamos convencidos de que qualquer revolução, nacional ou social, que não tenha como base fundamental o conhecimento adequado dessa realidade, corre fortes riscos de insucesso, se não estiver votada ao fracasso.
>
> (…) por maior que seja a similitude dos casos em presença e a identificação dos nossos inimigos, infelizmente ou felizmente, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação. São (e sê-lo-ão cada dia mais) um produto de elaboração local — nacional — mais ou menos influenciável pela ação dos fatores exteriores (favoráveis e desfavoráveis), mas

[3] Decía significativamente en una ocasión "paso por alto la de los antropólogos, porque sólo añadiría confusión a la confusión", evidenciando sus limitaciones sin enfrentarse a la cuestión. Ver Sartori, Giovanni, La sociedad multiétnica. Pluralismo, multiculturalismo y extranjeros, Taurus, Madrid, 2001, p. 28.

> determinado e condicionado essencialmente pela realidade histórica de cada povo, e apenas assegurado pela vitória ou a resolução adequada das contradições internas de várias ordens que caracterizam essa realidade"[4].

El pensamiento de Amílcar Cabral constituye, lógicamente, un análisis sobre el cambio político y las condiciones para su realización, pero también sobre la sociedad, la política y las circunstancias de la acción política, así como la relación del poder con el pueblo y su comprensión. Como señalaba el guineano Carlos Lopes, la "realidad" era una palabra omnipresente en Cabral y en su pensamiento, afirmando que "Cabral solía decir que hay que tener presente que la gente no lucha por los ideales o por lo que no le interesa directamente. La gente lucha por las cosas prácticas: por la paz, por mejores condiciones de vida en condiciones de paz y por el futuro de sus hijos"[5].

Para Cabral, la lucha de liberación era un elemento de la cultura y se integraba en la reafirmación cultural del pueblo que reclamaba su libertad, permitiéndole revalidar su identidad[6]. La lucha no se legitimaba por sí misma ni por planteamientos imprecisos, sino por las posiciones políticas concretas que establecían objetivos políticos claros. La ideología no era una abstracción inasible sino los objetivos claros y determinados que se querían alcanzar y la voluntad precisa para alcanzarlos. La fuerza colonial que mantenía la opresión debía ser contrarrestada por la resistencia y la resistencia debía tener diversos niveles, política, económica y cultural. Había que utilizar los aspectos positivos de la cultura del propio pueblo, pero también los aspectos positivos de la cultura colonizadora (como el idioma). Para la liberación, había que tomar las riendas del propio destino, a través de la resistencia cultural que sería un factor de transformación. Unidad y lucha eran sus máximas fundamentales. Todo esto está dicho con otras palabras por Graciano Nascimento.

El pensamiento de Cabral era un pensamiento de la responsabilidad, donde la acción sólo estaba legitimada por objetivos precisos de liberación, no por la abstracción autojustificatoria de los dirigentes, y un pensamiento de respeto, donde se

---

[4] Cabral, Amílcar, "A arma da teoría", en Documentário, Cotovía/Casa das Áfricas, Lisboa, 2008, pp. 174-175.

[5] Ver Lopes, Carlos, "Amílcar Cabral: una fuente de inspiración contemporánea", en Lopes, Carlos (compilador), Amílcar Cabral, Wanafrica, Barcelona, 2016, pp. 10-11.

[6] Pueden verse también, Andrade, Mario, Amílcar Cabral: ensayo de biografía política, Siglo XXI, México, 1981; y Cabral, Amílcar, Nacionalismo y Cultura, Bellaterra, Barcelona, 2014. También puede leerse la representativa obra teatral de Loppy, Oupa Diossine, Qui voulait tuer Amilcar Cabral?: Héros de la lutte pour l'indépendance nationale de Guinée-Bissau, Le Manuscrit, París, 2007, una construcción dramático literaria de la figura, la visión política y la estrategia de lucha de Cabral.

tenía claro que el enemigo era el poder colonial, el gobierno fascista y colonial, pero no el pueblo portugués[7]. Exigencias y sutilezas que hoy nos parecen admirables, después de lo conocido en otros procesos y de la instrumentalización del colonialismo y el anticolonialismo para culpabilizar a los pueblos en otros contextos. Así las cosas, ¿cómo quienes habían sabido hacer estas distinciones no iban a respetar a su propio pueblo? ¿Cómo quienes habían puesto al pueblo en el centro de su legitimidad y su acción e intereses podían volverse contra él? En no pocas ocasiones, el pensamiento de Cabral me evoca el pensamiento y la acción de Nelson Mandela.

Desde esta perspectiva, como expresa muy bien el Trabajo de Graciano Nascimento, muchos aspectos de la historia de la construcción del Estado de Cabo Verde se explican. Por ejemplo, la responsabilidad, recogida en este estudio, de no querer repartir la ayuda internacional al pueblo como una dádiva, cuestión que podría crear relaciones clientelares que favorecieran a los gobernantes, pero que acostumbraría a la gente a vivir de los subsidios sin ganarse su propio pan. O, lo que es el centro del estudio, la actuación heroica de comprender que llega un momento en el que lo responsable es abandonar el poder, porque la alternativa es el baño de sangre. La apertura política en Cabo Verde en 1991, en el contexto de la Perestroika y del agotamiento del modelo de partido único, como resalta el autor, partieron de la responsabilidad y de la conciencia del PAICV y de sus dirigentes. Otros, en su lugar, optaron por mantenerse en el poder a cualquier precio y por la represión. Ellos no, el PAICV no, y ahí está su grandeza. Ahí está la enorme singularidad de Cabo Verde. Quienes habían llevado a cabo la revolución y la guerra de liberación de su pueblo, se negaron a volverse contra él para mantener el poder, se negaron a reprimirlo para conservar sus lugares de privilegio. Entendieron que su papel en la historia era el de permitir que su pueblo se expresara, aunque fuera a costa de su propio poder. El trabajo científico de Graciano Nascimento lo muestra y lo analiza con las mejores fuentes que se podían conseguir. Reitero mi agradecimiento y mi satisfacción por este magnífico trabajo que ahora llega a manos del lector.

[7] Ver, por ejemplo, Freixa, Omer, "Amílcar Cabral: hombre de acción y de palabra. Hoy se cumplen 45 años del asesinato del padre de Guinea-Bissau y Cabo Verde", en El País, 20 de enero de 2018, en https://elpais.com/elpais/2018/01/11/africa_no_es_un_pais/1515688185_879690.html.

PREFÁCIO:

A SINGULARIDADE DO ACESSO DE CABO VERDE A ESTADO DEMOCRÁTICO

Dámaso Javier Vicente Blanco
Universidade de Valladolid (Espanha)

O presente estudo de Graciano Nascimento sobre "O regime de partido único no processo de construção do Estado de Cabo Verde" constitui um trabalho consciencioso e minucioso, no qual, recorrendo a fontes plurais e inéditas, procurou lançar luz sobre a génese do Estado de Cabo Verde, sobre o período de implantação da atual democracia e destacar o momento decisivo por que o país passou, em que foram tomadas decisões cruciais pelos protagonistas que vieram a determinar o sucesso do objetivo de criar e consolidar um Estado viável e coeso neste arquipélago atlântico.

Antes de mais, quero agradecer ao autor pelo amável convite para escrever este prefácio e aproveito o ensejo para expressar a minha enorme satisfação e orgulho por ter participado na orientação deste trabalho como tese de doutoramento em Ciências Sociais na Universidade do Mindelo.

Trata-se, como o leitor poderá apreciar, de uma obra de formidável originalidade, e que utiliza como fontes únicas um conjunto de entrevistas realizadas a oito dos protagonistas do processo de construção do Estado de Cabo Verde: o Doutor Onésimo Silveira, cientista político cabo-verdiano; o Comandante Pedro Pires, primeiro Primeiro-Ministro de Cabo Verde e, mais tarde, Presidente da República; o Dr. Osvaldo Lopes da Silva, que foi Ministro da Economia de Cabo Verde; o Comandante Silvino da Luz, que foi Ministro da Defesa de Cabo Verde; Olívio Pires, ideólogo do PAIGC/PAICV, durante o regime de partido único; o Embaixador Luís Fonseca, que representou o país em diversas missões diplomáticas durante o regime de partido único; o Dr. Manuel Faustino, Ministro da Educação de Cabo Verde no Governo de Transição, e que acabou por romper com o partido único; e, por fim, o Dr. Lídio Silva, dirigente da UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrática). Esses depoimentos fornecem informações essenciais em primeira mão sobre todo o processo que não foi registrado nem compilado como tal.

O acerto da escolha dos entrevistados, bem como as questões colocadas, permitiram aprofundar os meandros e as motivações do momento mais decisivo da construção do Estado de Cabo Verde, que ocorre com a passagem do regime de partido único à formação de um Estado democrático com pluralismo político e partidário.

A reconstrução do processo e do contexto através das entrevistas é enquadrada por uma bem-sucedida exposição das abordagens da teoria política que permitirão, posteriormente, uma análise metodológica e bem fundamentada do processo de investigação a ser realizado. No entanto, a necessidade de ser fiel à verdade histórica, política e cultural de Cabo Verde exigiu banir o cliché dos autores da teoria política que sustentam que não há singularidade no acesso à democracia por parte dos povos, segundo o axioma do cientista político italiano Giovanni Sartori. Diante disso, não podemos deixar de citar aqui a perspetiva lúcida da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, ao alertar para o perigo de uma "história única", em sua famosa palestra no TED de 2009, "O perigo de uma história única", dizendo: "Histórias importam, muitas histórias importam". Isto equivale a dizer que diferentes perspetivas importam, que as muitas perspetivas que existem importam. Todas elas únicas e irrepetíveis.

Ou a abordagem de um cientista social como Boaventura de Sousa Santos, que levantou a necessidade de "(…) preservar as epistemologias do Sul". Cada mundivisão também tem um olhar a partir do conhecimento e contribui para o conhecimento. Integrar essas visões singulares, essas formas de saber, essas epistemologias na pesquisa é uma tarefa fundamental. É assim, portanto, que Graciano Nascimento demonstra nesta obra que não há nada mais falso e distante da realidade do que o axioma tecnocrático de Giovanni Sartori, da falta de singularidade no acesso à democracia dos povos. No caso de Cabo Verde, o processo foi marcado pelas suas particularidades e foi condicionado pelas suas próprias circunstâncias irrepetíveis.

Da mesma forma que cada indivíduo é uno e singular, diferente de todos os outros, assim também cada povo, cada nação e cada processo histórico não podem deixar de ser singulares e irrepetíveis, condicionados por fatores particulares, próprios, constituídos pela conjunção do tempo e do espaço, como a própria cultura, os sujeitos que dirigem e conduzem o processo político, sua história, a consciência e a formação política das pessoas que a compõem, para dar alguns exemplos. Diante dos tecnicismos de uma teoria política fechada em si mesma, o conhecimento histórico e antropológico (Sartori desprezava clamorosamente o conhecimento antro-

pológico, com uma ignorância retumbante) ensina-nos que não há dois processos iguais, e que o reconhecimento da identidade de cada povo marca a sua singularidade. Não há mais cego do que aquele que não quer ver. Qualquer outra leitura só pode ser resultado de uma miopia "neocolonial", como se a democracia ou o acesso à democracia fossem resultado de uma cadeia de produção em massa. E, como já dissemos, nada está mais longe da realidade. E é esse o grande sucesso no estudo de Graciano Nascimento: a descoberta e identificação da singularidade cabo-verdiana, a partir do conhecimento da própria realidade política e social, e com acesso a informação de fontes de primeira mão, totalmente inéditas.

E quais foram os elementos substanciais da singularidade cabo-verdiana? A meu ver, e como o autor bem o demonstra, um dos elementos incontornáveis está na cultura política herdada do pensamento de Amílcar Cabral, que fundou e condicionou o PAIGC, mais tarde PAICV. E no seu pensamento, a ideia de singularidade destacou-se desde o início, quando o próprio Cabral se pronunciou em Havana, em janeiro de 1966, na Primeira Conferência da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina, através do seu famoso texto intitulado "A Arma da Teoria":

> A nossa agenda de trabalhos inclui temas cuja importância e acuidade, que estão fora de discussão, e nos quais sobressai uma preocupação dominante: a luta. Observamos, contudo, que um tipo de luta, quanto a nós fundamental, não está mencionado expressamente nessa agenda, embora tenhamos a certeza de que está presente no espírito dos que a elaboraram. Queremos referir-nos à luta contra as nossas fraquezas. Admitimos que os outros casos sejam diferentes do nosso, mas a nossa experiência ensina-nos que no quadro geral da luta que travamos quotidianamente, sejam quais forem as dificuldades que nos criar o inimigo, essa é a luta mais difícil tanto no presente como para o futuro dos nossos povos. Ela é a expressão das contradições internas da realidade económica, social e cultural (portanto, histórica) de cada um dos nossos países. Estamos convencidos de que qualquer revolução, nacional ou social, que não tenha como base fundamental o conhecimento adequado dessa realidade, corre fortes riscos de insucesso se não estiver votada ao fracasso.
>
> (…) por maior que seja a similitude dos casos em presença e a identificação dos nossos inimigos, infelizmente ou felizmente, a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação. São (e sê-lo-ão cada dia mais) um produto de elaboração local - nacional - mais ou menos influenciável pela ação dos fatores exteriores (favoráveis e desfavoráveis), mas determinado e condicionado essencialmente pela realidade histórica de cada povo, e apenas assegurado pela vitória ou a resolução adequada das contradições internas de várias ordens que caracterizam essa realidade[1].

[1] Cabral, Amílcar, "A arma da teoria", em Documentário, Cotovia / Casa das Áfricas, Lisboa, 2008, pp. 174-175.

O pensamento de Amílcar Cabral constitui, logicamente, uma análise sobre a mudança política e as condições da sua concretização, mas também sobre a sociedade, a política e as circunstâncias da ação política, bem como a relação do poder com o povo e o seu entendimento. Como salientou o guineense Carlos Lopes, "realidade" era uma palavra omnipresente em Cabral e no seu pensamento, tendo ainda afirmado que "Cabral costumava dizer que devemos ter presente que as pessoas não lutam por ideais ou por aquilo que não lhes interessa diretamente. As pessoas lutam por coisas práticas: pela paz, por melhores condições de vida, em condições de paz, e pelo futuro dos seus filhos"[2].

Para Cabral, a luta de libertação era um elemento da cultura e integrava-se na reafirmação cultural do povo que reclamava a sua liberdade, permitindo-lhe revalidar a sua identidade[3]. A luta não foi legitimada por si mesma ou por abordagens imprecisas, mas por posições políticas concretas que estabeleceram objetivos políticos claros. A ideologia não era uma abstração evasiva, mas os objetivos claros e determinados que se desejava alcançar e a vontade precisa de alcançá-los. A força colonial que mantinha a opressão tinha que ser contrariada pela resistência; e a resistência tinha que ter diferentes níveis, políticos, económicos e culturais. Impunha-se usar os aspetos positivos da própria cultura do povo, mas também os aspetos positivos da cultura colonizadora (por exemplo, a língua). Para a libertação era preciso assumir o próprio destino, através da resistência cultural que seria um fator de transformação. Unidade e luta eram suas máximas fundamentais. Tudo isso é dito por outras palavras por Graciano Nascimento.

O pensamento de Cabral era um pensamento de responsabilidade, onde a ação só era legitimada por objetivos precisos de libertação, não pela abstração autojustificada dos dirigentes, e um pensamento de respeito, onde estava claro que o inimigo era o poder colonial, e o governo colonial-fascista, mas não o povo português[4].

---

[2] Ver Lopes, Carlos, "Amílcar Cabral: una fuente de inspiración contemporánea", en Lopes, Carlos (compilador), Amílcar Cabral, Wanafrica, Barcelona, 2016, pp. 10-11.

[3] Pode-se consultar também, Andrade, Mário, Amílcar Cabral: ensaio de biografia política, Século XXI, México, 1981; e Cabral, Amílcar, Nacionalismo e Cultura, Bellaterra, Barcelona, 2014. Também se pode ler a representativa obra teatral de Loppy, Oupa Diossine, Quem queria matar Amílcar Cabral? Heróis da luta pela independência nacional da Guiné-Bissau, Le Manuscrit, París, 2007, uma construção dramática literária da figura, a visão política e a estratégia de luta de Cabral.

[4] Ver, por exemplo, Freixa, Omer, "Amílcar Cabral: hombre de acción y de palabra. Hoy se cumplen 45 años del asesinato del padre de Guinea-Bissau y Cabo Verde", em El País, 20 de janeiro de 2018, em https://elpais.com/elpais/2018/01/11/africa_no_es_un_pais/1515688185_879690.html

Exigências e subtilezas que hoje nos parecem admiráveis, depois do que se veio a saber de outros processos, bem como da instrumentalização do colonialismo e do anticolonialismo para culpabilizar os povos noutros contextos. Sendo assim, como poderiam aqueles que souberam fazer essas distinções não respeitar o seu próprio povo? Como poderiam voltar-se contra ele aqueles que colocaram o povo no centro da sua legitimidade e da sua ação e interesses? Em muitas ocasiões, o pensamento de Cabral evoca o pensamento e a ação de Nelson Mandela.

Nesta perspetiva, como muito bem expressa a obra de Graciano Nascimento, são explicados muitos aspetos da história da construção do Estado de Cabo Verde. Por exemplo, a responsabilidade, recolhida neste estudo, de não querer distribuir ajuda internacional de brinde ao povo, questão que poderia criar relações clientelistas que favorecem os governantes, mas que habituaria as pessoas a viver de subsídios sem se preocupar com ganhar o seu próprio pão. Ou, o que está no cerne deste estudo, a performance heroica de entender que chegará um momento em que o responsável deve abandonar o poder, porque a alternativa poderá ser um banho de sangue.

A abertura política em Cabo Verde em 1991, no contexto da Perestroika e o esgotamento do modelo unipartidário, como aponta o autor, decorreu da responsabilidade e consciência do PAICV e dos seus dirigentes. Outros, em seu lugar, optaram por permanecer no poder a qualquer custo e pela repressão. Não, isso não aconteceu com o PAICV, e é aí que reside a sua grandeza. É aí que se percebe a enorme singularidade de Cabo Verde. Aqueles que fizeram a revolução e a guerra pela libertação do seu povo recusaram-se a voltar-se contra ele para manter o poder, recusaram-se a reprimi-lo para preservar os seus lugares privilegiados. Eles entenderam que o seu papel na história era permitir que o seu povo se expressasse livremente, mesmo que fosse à custa do seu próprio poder. A obra científica de Graciano Nascimento demonstra-o e analisa-o com as melhores fontes disponíveis. Reitero a minha gratidão e a minha satisfação por esta magnífica obra que agora chega às mãos do leitor.

Tradução: Professor Doutor José Luiz Ramos

RESUMO

Durante a década de 60, conhecida pela década das libertações, muitos dos países da África ao Sul do Sahara ascenderam à independência, a maioria através de processos de negociação com a potência colonial e outros através de movimentos de luta armada de libertação. Após a independência muitos desses países viram instituídos nos seus territórios regimes de Partido Único, justificados pela necessidade de garantir tão rapidamente quanto possível a formação de uma nação moderna, a partir de etnias fragmentadas, cultural e geograficamente. No caso de Cabo Verde, o sentimento de pertença unia os seus habitantes à volta de uma nação, que sobreviveu e fortificou-se durante o longo período de colonização. Aqui, mais importante e inadiável, uma vez que a nação já existia, a principal tarefa do partido único era definir um Programa de governação, que pudesse tirar o país do estado de pobreza extrema em que se encontrava, da ameaça constante da fome e o conduzisse, através da construção de um Estado credível, no seu processo de desenvolvimento. Do ponto de vista político, não obstante não ter sido um regime democrático, o PAIGC/CV não instalou uma ditadura comunista em Cabo Verde. A sua praxis de exercício do poder foi moderada, permitindo a criação de condições internas para a sua própria substituição, depois de quinze anos, por um regime de democracia pluripartidária, sem incidentes dignos de registo. Este trabalho revisita o processo que conduziu à instalação do Regime de Partido Único em Cabo Verde, bem como a sua dinâmica na formação e afirmação do Estado, dentro dos seus contextos histórico, político e sociológico, condição sine qua non para se analisar este tipo de regimes.

Palavras-chave: Movimento de Libertação, Independência, Regime Político, Partido Único.

ABSTRACT

During the 1960s, known as the decade of liberations, many of the sub-Saharan African countries gained independence, most of them through negotiation processes with the colonial power and others through armed struggle liberation movements. After independence, many of these countries saw the establishment of Single-Party regimes in their territories, justified by the need to guarantee the formation of a modern nation based on culturally and geographically fragmented ethnic groups as quickly as possible. In the case of Cape Verde, the feeling unity generated the gathering of its inhabitants around a national patriotism that survived and was strengthened during the century long period of colonization. Here, more important and unavoidable, since the nation already existed, the main task of the Single Party regime was to define a Governance Program that could take the country out of the state of extreme poverty, and from the constant threat of starvation and lead it throughout the development process along the construction of an internationally credible State. From a political point of view, despite not having been a democratic regime, the PAIGC/CV did not install a communist dictatorship in Cape Verde. Its power exercising practice was moderate, allowing the creation of internal conditions for its own replacement, fifteen years later, by a multi-party democratic regime, without any incidents worth mentioning. This research revisits the process that led to the installation of the Single Party Regime in Cape Verde, as well as its dynamics in the formation and affirmation of the State, within its historical, political and sociological contexts, a sine qua non condition for analyzing this type of regimes.

Keywords: Liberation Movement, Independence, Political Regime, Single Party.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANP	Assembleia Nacional Popular
APA	American Psychological Association
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
B.O	Boletim Oficial
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCV	Banco de Cabo Verde
CILSS	Comité Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel
CN	Conselho Nacional
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas Portuguesas
EBC	Ensino Básico Complementar
EBE	Ensino Básico Elementar
EMPA	Empresa Pública de Abastecimento
EPE	Ensino Primário Elementar
ESC	Ensino Secundário Complementar
ESG	Ensino Secundário Geral
ETP	Ensino Técnico Profissional
EUA	Estados Unidos da América
FAIMO	Frente de Alta Intensidade de Mão de obra
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FDN	Fundo de Desenvolvimento Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional
FRELIMO	Frente da Libertação de Moçambique
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
INE-CV	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
ISPS	Instituto de Seguros e Previdência Social
LOPE	Lei da Organização Política do Estado
MFA	Movimento das Forças Armadas
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização da Unidade Africana
PAICV	Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PAM	Programa Alimentar Mundial
PCP	Partido da Convenção do Povo
PDCM	Partido Democrático da Costa do Marfim
PDG	Partido Democrático da Guiné
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PR	Presidente da República
RDC	República Democrática do Congo
RTP	Radio Televisão Portuguesa
SWAPO	Organização do Povo do Sudoeste Africano
UCID	União Cabo-verdiana Independente e Democrática
UDC	União Democrática Cabo-verdiana
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTC	União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde
UPIC-CV	União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	Dólar Norte Americano

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O estudo dos Regimes Políticos, ou melhor, a tentação de classificar os Regimes Políticos ou de os organizar em tipologias, é antigo e remonta à era antes de Cristo. Várias fórmulas foram propostas ao longo desse percurso, que ainda hoje continuam a alimentar discussões científicas e a proporcionarem aos estudantes de pós-graduações a conquista de objetos de investigação, como é o caso desta tese. É difícil categorizar as formas de Governo, uma vez que cada sociedade na escolha de uma forma de Governo reproduz nela as suas características específicas, a sua cultura, os seus hábitos, a sua cultura política, entre outras.

Para Maurice Duverger, os quadros de combate político são primeiramente constituídos pelo conjunto das instituições, dos hábitos, das tradições, das mentalidades, das crenças, das representações coletivas, dos sistemas de valores da sociedade na qual decorre, isto é, pela cultura desta sociedade. Sendo assim, acrescenta o autor, não se pode separar a política deste contexto cultural global, sem a empobrecer. Em segundo lugar, os quadros do combate político são formados por instituições de natureza particular, denominados regimes políticos. Em toda a sociedade complexa, o poder está organizado: os regimes políticos são os diferentes tipos de organização do poder. Resultam simultaneamente de instituições formais, oficiais, estabelecidas pelas constituições, as leis e os textos jurídicos em geral, e de instituições de facto, de hábitos, de costumes, de usos, de práticas. (Duverger, 1964)

Em Ciência Política, Regime Político é a designação que se dá às instituições políticas que, em conjunto, suportam o Estado no exercício da sua autoridade sobre a sociedade. Estas instituições, no desempenho das suas funções, entre outras, regulam a disputa do acesso ao poder e estabelecem as condições de relacionamento entre Governo e governados. Não se deve confundir a definição de Regime Político com a de tipos de Regimes Políticos, pois a definição acima também é válida mesmo que um Governo seja ilegítimo, resultado de um golpe de Estado, por exemplo.

Raymond Aron divide os regimes políticos em dois tipos: regimes de um só partido e regimes de múltiplos partidos. Os regimes de um único partido caracterizam-se pelo facto de outorgar a um partido o monopólio da atividade política legitima, a sua organização e a competência para definição de um plano de ação de toda a coletividade. Por sua vez, os regimes pluripartidários seriam aqueles em que existe uma organização constitucional e uma competição pacífica para o exercício do poder. (Aron, 2017)

Este trabalho dedica-se ao estudo do Regime Político cabo-verdiano, que vigorou entre 1975 e 1990, pertencente à família dos regimes autoritários e que normalmente é designado de Regime de Partido Único.

Definição e Perspetiva Histórica

Unipartidarismo, Sistema Unipartidário ou Sistema de Partido Único é um sistema de partido em que se reserva a um único partido o monopólio do poder. Este sistema atinge a sua expressão máxima em meados do século XX e são apontados como exemplos clássicos o partido único da União Soviética, consagrado após o triunfo da Revolução Bolchevista de 1917, o Partido Nacional Fascista, que suportava a ideologia do Fascismo de Mussolini, na Itália, e o Partido Nazista/Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores, que encarnava a ideologia do Nazismo, na Alemanha de Adolf Hitler.

Um dos traços dominantes dos sistemas de Partido Único é a sua matriz totalitária e a impossibilidade de qualquer forma de participação por parte daqueles que não pertencem ao regime, seja pela oposição às suas ideias e ideologias, seja pelo combate político por via das eleições. Qualquer tentativa de contrariar a ideologia ou as diretrizes do poder monolista é imediatamente rechaçada e o seu protagonista é eliminado de alguma forma. No caso da União Soviética, o partido único protege os interesses do Proletariado contra o domínio das classes mais privilegiadas. Aliás, nessa luta de classes, o Partido Comunista tem como objetivo final a eliminação dessas classes. Na Alemanha e na Itália, pelo contrário, o partido único tem como principal função defender os interesses da classe média e combater qualquer tentativa de subversão dos valores morais e culturais da nação por parte do Proletariado.[1]

No entanto, o tipo de partido único que se conheceu em África, sobretudo a partir da década de 60, é substancialmente diferente daquele que se verificou na Europa, acima referido. O partido único africano não decorre de uma luta de classes, nem de uma inspiração ideológica, ele nasce de uma necessidade de existência de uma entidade que pudesse fazer frente ao poder colonial através de uma luta de libertação nacional. Este contexto de luta de libertação nacional aparece na maioria das vezes como impulsionador do partido único em África.

Para Onésimo Silveira, o advento do partido único em África é, consequentemen-

[1] Ver Onésimo Silveira na Introdução da obra "A tortura em nome do Partido Único".

te, condicionado por razões históricas, às quais se deve juntar à necessidade de se criar nações modernas a partir de etnias fragmentadas e fragmentáveis cultural e geograficamente, em muitos casos paradoxalmente unidas através de laços tecidos pelo colonizador. (Silveira, 1992)

Com a independência das colónias, estes partidos que se constituíram no contexto da luta de libertação, tendencialmente levaram, para as estruturas dos novos Estados, sistemas partidários e organizativos inspirados ou copiados no do mundo socialista. Esta filosofia monista tinha como finalidade afastar a concorrência de quaisquer outras forças políticas que pudessem disputar o poder instalado. Regra geral, em África, o partido único escondia uma realidade bem mais profunda do que o receio de contestação ou disputa do poder. Ele justificava-se pela necessidade de construção de um novo Estado, transformador, mais moderno e, acima de tudo, capaz de erguer uma nação a partir de várias etnias, subdivididas em vastos territórios e várias subculturas. Para tal, era preciso um Estado centralizador sob o comando de um partido forte que pudesse impor a sua autoridade às diferentes lideranças tradicionais.

Por seu lado, o partido único cabo-verdiano - o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC e, mais tarde, o Partido Africano da Independência de Cabo Verde - PAICV, objeto desta investigação, tem uma história sui generis pois ele nasce fora do território nacional e tem também na sua fundação cidadãos de outro país. O partido único de Cabo Verde nasce na Guiné, fruto de uma criação de Amílcar Cabral, que juntou dois países num único processo de luta e sob a capa ideológica do mesmo partido. A estratégia de Cabral consistiu em associar Cabo Verde a um projeto de independência comum que, por via da luta no seu território, seria improvável as ilhas ascenderem à sua independência. Deste modo dezenas de jovens cabo-verdianos se associaram ao movimento independentista a partir de fugas de Cabo Verde e de Portugal, onde alguns se encontravam a estudar, para a Guiné Conacri, quartel general do PAIGC.

Silveira (1992) considera o partido único criado por Amílcar Cabral uma heresia doutrinária, pois para ele o partido apostava na pequena burguesia como classe revolucionária para dirigir a luta de libertação nacional, com a condição da mesma autodestruir-se, praticando haraquíri político, após alcançada a vitória, abrindo desta maneira o caminho ao triunfo do Proletariado. Acrescenta ainda o autor que esta posição de Cabral tem a configuração de uma justificação post-factum da preponderância e do papel decisivo da pequena burguesia na luta de libertação, que foi conduzida vitoriosamente na Guiné-Bissau contra a dominação colonial portuguesa. (Silveira, 1992)

O partido único cabo-verdiano não encarna nem os modelos clássicos europeus, nem o modelo africano aqui referidos. Em Cabo Verde a nação era secular e assente numa unidade cultural sem qualquer clivagem étnica. Assim sendo, a principal tarefa do Partido era pôr em marcha um plano de reconstrução nacional através da edificação de um Estado forte e promotor do desenvolvimento económico e social, para tirar o país da situação de penúria a que o colonialismo português o tinha submetido.

O estudo do partido único cabo-verdiano, nesta tese, está sustentado pela perspetiva de Juan Linz, que defende que estudar os regimes autoritários como um tipo específico de sistema político só será útil se pudermos demonstrar que estes regimes lidam com os problemas de forma própria e peculiar. Também, segundo Linz ainda, pode-se interrogar sobre as condições em que, em geral, tais regimes emergem e permanecem estáveis e, finalmente, através do estudo da dinâmica desses regimes, podermos saber se acabam por se transformar em totalitários ou democráticos e em que condições. (Linz, 2015)

Foi essa forma de olhar de Juan Linz para os regimes autoritários que serviu de motivo principal para a escolha deste tema, procurando tratar o regime cabo-verdiano pela sua especificidade ao invés de proceder ao seu julgamento histórico e político como em alguns trabalhos publicados até agora.

Objetivos e Hipótese de Trabalho

Este trabalho tem como objetivo *estudar o Sistema de Partido Único e o seu desempenho na afirmação e desenvolvimento de Cabo Verde como Estado*. Para atingir esse objetivo geral determinou-se os seguintes objetivos específicos:

1. Revisitar os principais conceitos sobre Regimes Políticos;
2. Sintetizar o pós-colonialismo em África;
3. Revisitar os movimentos de libertação em África;
4. Revisitar a ação do PAIGC na luta de libertação nacional;
5. Estudar os meandros da construção do Estado de Cabo Verde;
6. Estudar o período que marca a vigência do regime de Partido Único em Cabo Verde, com especial enfoque em alguns setores de atividade;
7. Analisar o esgotamento do regime e, por consequência, o seu fim.

A pesquisa traça uma hipótese de trabalho sustentada na premissa de que *o regime de Partido Único em Cabo Verde, não obstante ter cortado todas as liberdades de concorrência política, não impôs à sua população uma ditadura de partido, tendo criado um conjunto de instituições que permitiram uma circulação de poder e contribuíram para o erguer de um Estado promotor do processo de desenvolvimento do país.*

Esta premissa foi construída e sustentada por um conjunto de informações disponíveis sobre o regime cabo-verdiano, bem assim como na comparação entre o que foi o partido único em África e o que aconteceu em Cabo Verde. O sistema de Partido Único substituiu o Regime Colonial, arquitetou e construiu um Estado, composto por várias instituições, que durante 15 anos conduziu o processo de desenvolvimento. Fruto de vários fatores de ordem interna, sujeitos a uma análise de pormenor no trabalho, e num contexto internacional determinado pela queda dos regimes socialistas, especialmente na Europa, e da queda do Muro de Berlim, o partido único esgotou-se e ele próprio criou as condições para a reforma do sistema político, que culminou com eleições livres e democráticas.

Estrutura do Trabalho

Esta tese está organizada em sete capítulos, para além desta Introdução que também apresenta as opções de métodos mobilizados para a sua realização. O Capítulo I é dedicado à evolução dos regimes políticos, as diferentes conceções e classificações. Este Capítulo discute a natureza conceitual dos regimes autoritários e dos regimes democráticos. Para o desenvolvimento tomou-se como base autores de referência, de várias épocas, uns mais antigos, que foram importantes para estruturar os conceitos, e outros mais modernos, para contemplar a evolução do pensamento em relação ao tema. Assim, os conceitos de regimes autoritários e regimes democráticos foram revistos de ângulos, períodos e espaços diferentes.

O Capítulo II é dedicado à África, isto é, recupera o que aconteceu em África no que aos regimes políticos diz respeito. Estuda os Estados pós-coloniais em África, o impacto do colonialismo nas instituições pós-coloniais, o autoritarismo e a democracia no continente. Neste capítulo analisa-se como os resquícios do colonialismo condicionam a formação e o desempenho dos novos Estados africanos, criados a partir de processos de descolonização. Analisa, igualmente, o impacto que as próprias realidades africanas tiveram na formação e no desempenho desses mesmos Estados. Realidades marcadas por uma fragmentação étnica, logo, em regra, por várias chefias tradicionais que dificultaram a construção de uma ideia e cultura de

nação bem como a formação de um Estado centralizado exercendo o seu poder sobre todo o território.

O Capítulo IV explana o processo de construção do Estado em Cabo Verde e a instauração do regime de Partido Único. Subtemas como Independência ou autonomia, as negociações para a Independência, o Governo de transição, o projeto de Unidade Guiné e Cabo Verde, entre outros, dão corpo ao capítulo. Aqui se discute, pois, um conjunto de acontecimentos e pressupostos que vão marcar o período de transição e da formação do Estado cabo-verdiano. Terá sido o partido único uma escolha ideológica ou uma necessidade? Haveriam outras possibilidades de escolha? Também se dá uma atenção especial ao ano de 1980, cinco anos após a Independência, quando é aprovada a primeira Constituição da República de Cabo Verde.

O Capítulo IV dedica-se ao período da vigência do regime de Partido Único, 1975-1990, e faz uma aborda a natureza e estrutura do sistema de poder em Cabo Verde, de alguns setores importantes de governação, nomeadamente a economia e a educação. Este Capítulo dá uma atenção especial a uma filosofia de gestão das ajudas alimentares criada em Cabo Verde, a não oferta das ajudas, desafiando aquilo que era a determinação das Agências de ajuda alimentar, com principal destaque para o Programa Alimentar Mundial – PAM.

O V Capítulo apresenta os caminhos que conduziram ao esgotamento do sistema de Partido Único e, por consequência, ao seu fim. As contradições internas do PAICV, a estagnação do modelo económico, as pressões internas, a reconfiguração do sistema político mundial, em claro desfavor aos sistemas unipartidários e as condições para a abertura política, são componentes que dão corpo ao Capítulo.

O Capítulo VI apresenta a visão crítica do autor sobre o sistema de Partido Único instalado em Cabo Verde e a sua contribuição para o desenvolvimento. A construção dessa visão crítica assentou na experiência do autor vivida durante o regime, a adquirida durante os cinco anos de investigação, das pesquisas documentais elaboradas e das muitas horas de conversa com os entrevistados neste trabalho.

Finalmente, apresenta-se uma síntese das principais conclusões e abrem-se pistas para investigações futuras sobre o tema em estudo.

O trabalho foi escrito de acordo com as normas de edição de trabalhos científicos da *American Psychological Association (APA)*, sétima edição, e do ponto de vista linguístico,

ao abrigo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, pelo que os textos citados, produzidos antes do referido acordo, foram atualizados à luz desse acordo.

Método de Pesquisa

Este ponto detalha os caminhos metodológicos percorridos para a concretização do presente trabalho de pesquisa. Definem-se, por um lado, a natureza da investigação e, por outro, explicam-se as opções seguidas em matéria de técnicas de recolha da informação.

Em relação à abordagem, a investigação é qualitativa pois perspetiva o estudo de um fenómeno dentro do seu contexto, ou seja, a presente investigação estuda o regime de Partido Único em Cabo Verde entre 1975 e 1990, através de uma análise que visa a compreensão do mesmo no seu contexto histórico e político, nacional e internacional. Não obstante a análise ocorrer aproximadamente 30 anos após o término do regime, todo o trabalho desenvolvido procurou, na medida do possível, quer no rigor da informação documental recolhida, quer na construção da ferramenta de recolha de informação direta junto das pessoas contactadas, focar-se no contexto em que o regime ocorreu e não na forma como hoje essa realidade possa ser caracterizada ou analisada. Procurou-se igualmente recolher informações de diferentes fontes, o que permitiu ao autor triangular fontes e análises para garantir a veracidade e a fiabilidade dos dados obtidos do campo em estudo.

Do ponto de vista epistemológico o trabalho segue o paradigma interpretativista, pois partiu-se do princípio que a realidade é uma construção individual uma vez que cada indivíduo atribui significados a essa realidade. Assim, a cada elemento convidado para participar no estudo foi-lhe solicitado olhar para o sistema de Partido Único em Cabo Verde, através da perceção que tem desse período, sua vivência e/ou sua participação, bem como a sua análise, independentemente da forma como outros possam também caracterizar essa mesma realidade. O objetivo era poder-se compreender os significados que cada elemento participante atribui ao fenómeno estudado, utilizando a sua experiência e a do próprio investigador.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa pura, teórica, visando o aprofundamento de conceitos, assim como propor campos de análise que possam contribuir para uma maior compreensão da realidade estudada, ou seja, permitir uma discussão teórica mais aprofundada e fundamentada sobre o partido único em Cabo Verde.

Do ponto de vista da análise de dados, a investigação combina dois tipos de pesquisa: a descritiva e a explicativa. Descritiva porque o estudo caracteriza de forma bastante detalhada o sistema político cabo-verdiano, no período em estudo, de certa forma insuficientemente estudado até agora, apresentando as suas características e diferentes dimensões. Já na perspetiva explicativa, o estudo propõe clarificar alguns fatores que conduziram à implantação e, depois de 15 anos, ao declínio do sistema.

Quanto aos procedimentos, o estudo combina três tipos de pesquisa: bibliográfica, documental e estudo de caso - a investigação recolheu informações relevantes em diferentes fontes tais como, livros, revistas, textos publicados, sites, etc.

Na revisão da literatura sobre os regimes políticos recorreu-se a um leque dos autores de diferentes gerações, e de linhas de pensamento mais diversificadas. Dentro da temática dos regimes políticos revisitou-se o que aconteceu em África a partir da Segunda Guerra Mundial, privilegiando-se os autores africanos que melhor conhecem e vivenciam a história do continente.

Mas a investigação também é documental pois ela recorre a fontes como sites, revistas on line, Boletins Oficias de Cabo Verde-BO e Diário da República de Portugal, plataformas, relatórios de encontros, atas partidárias, entre outros. A investigação documental foi utilizada como complemento à pesquisa bibliográfica e visou recolher informações que, devido ao afastar do tempo, já não se encontram disponíveis de outra forma.

Ainda, do ponto de vista de procedimento, a pesquisa é também caracterizada como um estudo de caso. Como se sabe, o estudo de caso é utilizado quando se quer estudar um fenómeno que não pode ser separado do seu contexto, ou seja, não pode ser separado do local, do período e das condições onde ele ocorre. Tal como já se referiu anteriormente, o regime de Partido Único foi analisado dentro do contexto cabo-verdiano, entre 1975 e 1990, no contexto do pós-luta de libertação nacional, do fim da ditadura em Portugal e da queda do Sistema Socialista do Leste europeu. Mais concretamente, esta investigação pode ser caracterizada como um estudo de caso único, raro, pois ao longo do estudo fica demonstrado que o regime cabo-verdiano é bastante diferente dos demais que existiram, por exemplo em África ou na América Latina, pois, longe de ser um regime democrático, também não assumiu as características do partido único de outras paragens.

Para a concretização da presente pesquisa, utilizou-se a técnica de entrevista estruturada aplicada a indivíduos selecionados de forma intencional, ou seja, indivíduos

que têm conhecimento aprofundado sobre o tema da pesquisa.[2] De acordo com este princípio foram adotados os seguintes critérios de inclusão para participar no estudo:1) ter tido uma função de dirigente no partido e/ou no Governo; 2) ter sido do partido, mas ter entrado em rotura com ele; 3) não ter sido do partido e ter estado sempre em oposição a este; 4) ser cientista político de referência em Cabo Verde. Assim, de acordo com esses critérios, foram entrevistados oito participantes: o Primeiro-ministro, o Ministro de Economia, O Ministro de Defesa e Segurança Nacional e posteriormente dos Negócios Estrangeiros, Ministro de Saúde e Assuntos Sociais e mais tarde dissidente do partido, um dirigente e ideólogo do partido, um dirigente do partido e diplomata de carreira, todos da Primeira República, um elemento afeto a um movimento político de oposição ao partido único, e um cientista político e pensador cabo-verdiano.

Sendo uma investigação qualitativa, a escolha desses participantes justifica-se pelo conhecimento que têm do tema, pela importância e protagonismo que tiveram durante a luta pela independência, nas negociações para a independência, na liderança do Partido e do Governo e nos momentos críticos do regime, momentos esses tratados no presente trabalho. É míster acrescentar que, tendo em conta que alguns protagonistas da Primeira República já não pertencem ao mundo dos vivos, mas sabendo da importância que também tiveram no sistema político estudado, recorreu-se a entrevistas por eles concedidas a outros investigadores e publicadas em algumas obras. Refere-se principalmente ao Presidente da República e ao Presidente da Assembleia Nacional Popular, de então.

As entrevistas foram efetuadas no decorrer da investigação, nas cidades do Mindelo e da Praia. Foram gravadas e transcritas posteriormente. A maioria das entrevistas foram longas e os entrevistados puderam, sem qualquer tipo de pressão por parte do entrevistador, expor as suas ideias e pontos de vistas, sendo em vários momentos incentivados a aprofundar determinados raciocínios. Em relação aos dirigentes do partido e membros do Governo, o conteúdo da entrevista pode ser dividido em três momentos: a luta de libertação nacional, a transição para a Independência e o desempenho do partido e comportamento do sistema. Aos restantes entrevistados a entrevista dá mais ênfase ao momento da transição e ao funcionamento do sistema.

Assim sendo, o Guião de entrevista sofreu ligeiras adaptações em função da relação de cada entrevistado com o tema. A alguns entrevistados foram colocadas perguntas específicas tendo em conta a sua responsabilidade no processo de formação e con-

[2] No decorrer das entrevistas, como consequência das respostas dos entrevistados, pontualmente mostrou-se necessária a formulação de pedidos de esclarecimentos ou de aprofundamento de determinadas matérias.

solidação do regime e da governação do país recém-independente.

Aos selecionados foi-lhes explicado os objetivos do estudo, pela necessidade de se obterem respostas o mais possível autênticas e de acordo com a vivência no período estudado e não com referência ao que pensam hoje. Sublinha-se que o processo de recolha de informações, através das entrevistas, permitiu que se retornasse sempre que necessário ao contacto dos entrevistados a fim de esclarecimentos e clarificações de aspetos diversos.

O conteúdo das entrevistas foi cruzado com outras fontes de informação bem como com determinados fundamentos teóricos que suportam a investigação. A partir dessa triangulação explicou-se factos e fenómenos, assim como a formulação das principais conclusões do trabalho. Ele é incorporado em alguns momentos do trabalho, mas acima de tudo na caracterização e fundamentação dos diferentes momentos do regime.

Concluiu-se que os métodos escolhidos, os passos metodológicos, bem como os procedimentos adotados foram coerentes pois facultaram ao investigador um manancial de informações de qualidade e fidedigna, que permitiram a realização do trabalho e o cumprimento dos objetivos e metas de investigação traçados, de forma satisfatória.

Limitações da Pesquisa

Como limitações da pesquisa pode-se apontar o tempo que medeia a realização desta pesquisa e o regime de Partido Único em Cabo Verde, pois para alguns participantes esse tempo pode ter conduzido a alguma perda de memória no que a alguns detalhes diz respeito. Por outro lado, parecendo contraditório, mas não sendo, esse mesmo tempo, do ponto de vista de evolução histórica é curto para que os participantes possam falar da sua experiência, sem emoção ou sem a perspetiva de julgar esse mesmo período.

Não obstante, pode-se afirmar que a experiência do investigador e o conhecimento de longa data que o mesmo tem do tema, fizeram com que essas limitações, principalmente a segunda, fossem de alguma forma atenuadas levando a que esses factos não pusessem em causa nem os resultados nem a credibilidade das informações recolhidas. Assim sendo, o saldo desta investigação é francamente positivo.

CAPÍTULO I
- EVOLUÇÃO DOS REGIMES POLÍTICOS

> A instauração deste ou daquele regime político num país não depende do acaso ou do arbítrio dos homens. Como todas as instituições, estas são condicionadas por numerosos fatores, e sobretudo por fatores socioeconómicos. (Duverger, 1964, p. 138)

1.1 Regimes Políticos e Sistemas Políticos de Governo

A forma como uns exercem poder sobre outros tem alimentado ao longo dos tempos a interminável discussão sobre a organização das sociedades. Ao longo de sucessivos séculos tem-se assistido a uma preocupação dos pensadores em cada época em determinar a melhor classificação e definição daquilo que se pacificou chamar de Regimes Políticos, sua natureza, sua conceção e seus métodos.

Nessa já longa caminhada, conceitos e termos usados nos textos e discursos têm resultado numa confusão que não beneficia o estudo do fenómeno, como a variedade de termos para designar coisas diferentes com significados completamente diferentes – regime político, formas de Governo, sistemas de Governo. Não raras vezes se confunde, por exemplo, regime e sistema político. Confunde-se o primeiro com a estrutura do poder e o segundo com os mecanismos de designação dos titulares dos órgãos de soberania.

Não obstante essa multiplicidade de designações, entende-se, em rigor, que o termo regime deve ser utilizado para designar a forma como é concebido o poder e sistema para referir-se ao conjunto de elementos de um todo que permite ao Estado exercer o seu poder sobre a sociedade.

1.1.1 Conceito de Regime Político

Desde o período antes de Cristo que se encontram tentativas de classificação dos regimes políticos ainda que, exclusivamente, quanto à forma do poder. Desde Aristóteles, que classificou os Regimes Políticos em monarquia, aristocracia e república,

até Montesquieu, que os dividiu em república, monarquia e despotismo, identificam-se várias tentativas de melhorar a classificação aristotélica, com ligeiras adaptações de forma. Montesquieu, ao estudar o sistema inglês, em meados do século XV, introduz uma visão mais complexa, a partir do seu conceito de soberania, o que lhe permitiu chegar ao princípio de divisão de poderes, que tinha como pedra de toque evitar que o mesmo homem pertencesse a mais de um órgão. O poder deveria estar distribuído por diferentes órgãos, que por sua vez seriam compostos por homens diferentes, e seria dividido em legislativo, executivo e judiciário, cortando assim com o pensamento clássico sobre essa matéria, pois propõe acrescentar a essa visão novas dimensões de análise dos regimes políticos.

O Regime Político pode ser definido como um conjunto de instituições e princípios fundamentais, através dos quais o Estado exerce o seu poder sobre um conjunto de pessoas organizadas em sociedade. Moreira refere-se à caracterização de Montesquieu sublinhando o "número dos que participam no exercício do Poder, também relacionou cada modelo com um valor, mas pareceu-lhe que a variação dos modelos tinha relação com variáveis puramente sociológicas, e por isso é considerado como o fundador da sociologia política". (Moreira, 1995, p. 140)

Para Miranda (1992), o conceito de regime está essencialmente ligado ao de Constituição. Assim sendo, segundo esse autor, regime político mais não é do que a expressão política da Constituição material.

> A cada Constituição material corresponde um regime político, uma conceção dos fins e dos meios do poder e da comunidade. Regime político, aliás, na mera organização do poder político, prende-se também, e muito, com os direitos fundamentais e com a organização económica e social. (Miranda, 1992, p. 32)

Segundo Moreira (1995), o poder deve ser tratado numa perspetiva tridimensional, que faz com que, para cada modelo político, se faça o exame da forma, da sede do poder e da ideologia. Para ele o estudo da forma é aquele que tem a mais antiga tradição.

> O regime pode ser definido como a solução que uma comunidade adota para a sua convivência politica, e essa solução pode ser vista em dois planos: ou como ordem jurídica, de tal modo que, como diz Conde "a teoria do Estado, o direito político, desemboca pura e simplesmente numa teoria do direito"; ou como constituição real no sentido de que o direito proclamado (escrito ou não escrito) não se cumpre total ou parcialmente, e aparece um normativismo, à margem do direito proclamado, composto de vigências que se impuseram. Este duplo plano do normativismo do Estado não deve confundir-se com a evolução do sentido das normas, que estão consubstanciadas por exemplo na Constituição política, em resultado de uma interpretação jurídica atualizada. (Moreira, 1995, pp. 129-130)

Na verdade, em todas as classificações de regimes políticos está implícito, ou não, um sistema de valores.

> As de Aristóteles e Platão tendiam a sublinhar as qualidades dos regimes mistos. A de Montesquieu tem o mesmo significado: mas a sua conceção do "misto" é diferente. A tipologia ocidental, que opõe as democracias às ditaduras, visa a justificação das primeiras e a desvalorização das segundas: pois na linguagem atual o termo de ditadura é pejorativo, e o de democracia, aprobativo. A oposição comunista entre os regimes capitalistas e os regimes socialistas tem o mesmo significado: "capitalista" é mau e "socialista" bom, no vocabulário marxista. (Duverger, 1964, p. 129)

Até final do século XIX, a tipologia de regimes políticos que prevaleceu foi a herdada da Grécia, que confrontava a monarquia – Governo de um só; a oligarquia – Governo de alguns e a democracia – Governo de todos.

1.1.2 Evolução da Classificação de Regime Político

Atribui-se a Aristóteles (384-322 a.C.) a primeira tentativa de classificação dos Regimes Políticos relativamente à sua forma. Durante muitos séculos esta classificação foi repetida sem alterações consistentes. Essa classificação aristotélica tem como ponto de partida o estudo feito sobre a maioria das constituições[3] da época extrapolando daí uma categorização feita na base de saber o número de indivíduos que detém o poder.

Assim, Aristóteles (s.d) chamou monarquia ao Estado em que o Governo pertence a um só, não sendo importante a forma como atingiu o poder; aristocracia quando o Governo é confiado a mais de um; e república àquele que a multidão governa. Para desempenhar os cargos de governação, quer na monarquia, quer na aristocracia, devem ser escolhidas pessoas entre as mais honestas, que tenham como única missão governar para o bem do Estado e dos seus membros. Caso tal pressuposto não exista, Aristóteles defende que os regimes tornar-se-iam corrompidos, degenerando numa espécie de contra regime, ou seja, se ao invés dos governantes defenderem os interesses da comunidade defenderem os seus próprios interesses, a monarquia transforma-se em tirania, a aristocracia em oligarquia e a república em democracia. (Aristóteles, s.d)

[3] De acordo com o Prefácio do livro "A política", Aristóteles terá compilado cento e cinquenta e oito Constituições de Estados simples ou das Confederações.

O autor faz questão de esclarecer que, quanto ao grau de liberdade:

> Deve-se chamar democracia o Estado que os homens livres governam, e oligarquia o que os ricos governam. Sendo a democracia, como a oligarquia, capaz de conter diversos elementos, é preciso ter como certo que não há democracia numa nação onde poucos homens livres comandam um maior número de pessoas que não o são. (Aristóteles, s.d, p. 72)

Deve-se acrescentar que, segundo Bobbio (1981), as duas formas de Governo a que Aristóteles mais dedicou atenção, nas suas explicações, foram a oligarquia e a democracia. Aristóteles considera que a democracia é o desvio menos ruim uma vez que pouco se afasta da forma de Governo correspondente.

Para Moreira, Aristóteles relacionou "cada forma com as finalidades prosseguidas pelos governantes, e assim estabeleceu finalmente uma tipologia ideal, orientada pela fidelidade ou infidelidade dos detentores do poder ao interesse geral". (Moreira, 1995, p. 139)

De realçar que Aristóteles defendia uma espécie de circulação dos regimes.

> A tirania não é, de facto, senão a monarquia voltada para a utilidade do monarca; a oligarquia, para a utilidade dos ricos; a democracia, para a utilidade dos pobres. Nenhuma das três se ocupa do interesse público. Podemos dizer ainda, de um modo um pouco diferente, que a tirania é o Governo despótico exercido por um homem sobre o Estado, que a oligarquia representa o Governo dos ricos e a democracia o dos pobres ou das pessoas pouco favorecidas. (Aristóteles, s.d, p. 62)

Outra obra da Antiguidade Clássica é o livro VI de "História" de Políbio[4] que também contribuiu significativamente neste processo de classificação das formas de Governo. Da análise de várias constituições[5], Políbio tece algumas considerações, que Bobbio considera uma das mais completas teorias das formas de Governo que a história nos legou. O autor sintetiza o essencial desta teoria:

> 1) Existem fundamentalmente seis formas de Governo - três boas e três más; 2) essas seis formas se sucedem umas às outras de acordo com determinado ritmo, constituindo assim um ciclo, repetido no tempo; 3) além dessas seis formas tradicionais, há uma sétima (…) que é a melhor de todas enquanto síntese das três formas boas. Com a primeira tese, Políbio confirma a teoria tradicional; com a segunda, fixa num esquema completo, embora rígido, a teoria dos ciclos; com a terceira, formula pela primeira vez, de modo completo, a teoria do Governo misto. (Bobbio, 1981, pp. 65 - 66)

[4] Historiador grego, muito conhecido pela sua famosa obra "Histórias" retratando a história do Mediterrâneo no período 220 a.C. a 146 a.C.

[5] Note-se que Políbio considerava a Constituição como principal elemento responsável pelo sucesso ou insucesso de todas as ações de um povo.

Às três formas boas de Governo, Políbio chamou de reino, aristocracia e democracia enquanto que as corrompidas seriam tirania, oligarquia e oclocracia. Políbio explica que:

> Não se pode chamar de 'reino' qualquer Governo de uma só pessoa, mas só o que é aceito voluntariamente, exercido de acordo com a razão, mais do que com o terror e a força; também não se deve considerar 'aristocracia' todo Governo de poucos, mas só o que é dirigido por aqueles que forem eleitos os mais justos e sábios. Da mesma forma, não é um Governo popular aquele em que a multidão decide o que se deve fazer, mas sim aquele onde é tradicional e habitual venerar os deuses, honrar os pais, respeitar os mais idosos, obedecer às leis... Podemos considerar assim seis espécies de constituição: três são conhecidas por todos – já falamos sobre elas; outras três, derivadas das primeiras, são: a 'tirania', a 'oligarquia' e a 'oclocracia'. (*cit. in* Bobbio, 1981, p. 66)

De acordo com Moreira (1995), Políbio explicou que a excelência da Constituição romana se deve ao facto de nela se combinar de forma harmoniosa os princípios monárquico, aristocrático e democrático.

> As três formas de Governo de que se falou mais acima encontram-se amalgamadas na Constituição romana, e a parte de cada uma delas estava calculada tão exatamente, tudo estava nela tão equitativamente combinado, que ninguém, mesmo entre os romanos, teria podido dizer se se tratava de uma aristocracia, de uma democracia ou de uma monarquia.
>
> Esta indecisão era, por outro lado, muito natural. Examinados os poderes dos cônsules, ter-se-ia dito que era um regime monárquico, uma realeza; julgado pelos poderes do Senado, era, pelo contrário, uma aristocracia; e enfim, se se considerassem os direitos do povo, parecia que era, pura e claramente uma democracia. (Moreira, 1995, pp. 139-140)

Em relação às três formas boas de Governo, Bobbio observa dois aspetos que se deve considerar nesta análise. Primeiro, é o facto de Políbio chamar de democracia à terceira boa forma, enquanto que Aristóteles a tinha considerado uma forma corrompida da sua terceira boa forma de Governo que é república. Segundo, para além desta observação que é meramente terminológica, o autor constata de forma mais substancial uma diferença de critérios entre Políbio e Aristóteles para distinguir uma Constituição boa de uma má. Neste sentido, Bobbio vai mais longe ao considerar que Políbio herdou as suas teses de Platão e não de Aristóteles. Segundo o autor, o critério utilizado por Aristóteles é o da diferença entre o interesse público e o interesse privado enquanto que o critério de Políbio, por um lado, é a contraposição entre Governo baseado na força e o Governo fundamentado no consenso e, por outro, entre Governo ilegal e Governo legal. Finaliza o autor dizendo que estes critérios estão presentes na obra de Platão, sobre este assunto. (Bobbio, 1981)

Uma vez clarificadas as seis formas de Governo, três boas e três degeneradas, Políbio explica como é que se processa a passagem de uma forma de Governo para outra, ou seja, a teoria dos ciclos.

> Em primeiro lugar se estabelece sem artifício e 'naturalmente' o Governo de um só, ao qual segue (e do qual é gerado por sucessivas elaborações e correções) o 'reino'. Transformando-se este no regime mau correspondente, isto é, na 'tirania', pela queda desta última se gera o Governo dos 'melhores'. Quando a aristocracia por sua vez degenera em 'oligarquia', pela força da natureza, o povo se insurge violentamente contra os abusos dos governantes, nascendo assim o 'Governo popular'. Com o tempo, a arrogância e a ilegalidade dessa forma de Governo levam à 'oclocracia'. (*Cit. in* Bobbio, 1981, p. 67)

Na metade do século XV, na sua obra intitulada "O príncipe", Nicolau Maquiavel[6] introduz um conceito diferente de classificação das formas de Governo com base numa visão bipartida escrevendo que "todos os Estados, todos os domínios que tiveram e têm poder sobre os homens foram e são repúblicas ou principados". (Maquiavel, 2010, p. 32)

Segundo Bonavides "com essa afirmação, Maquiavel classifica as formas de Governo em termos dualistas: de uma parte, a monarquia, o poder singular; e, de outra parte, a república, ou poder plural. A república, segundo Maquiavel, abrange a aristocracia e a democracia" (Bonavides, 1994, p. 251)

Para compreender melhor esta classificação de Maquiavel, Miranda esclarece que:

> A república é o Governo de vários, seja alguns (aristocratas) ou muitos ou todos (democracia). O principado ou monarquia o Governo de um só. Na república tem de se formar uma vontade coletiva, na monarquia não há senão uma vontade individual. (Miranda, 1992, p. 17)

Já na segunda metade do século XVI, a chamada tricotomia aristotélica de classificação dos regimes políticos segundo a lógica do número, ou seja, segundo o critério de quantos detém e exercem o poder, foi retomada por Jean Bodin[7]. Os seis livros da república"[8] o autor define a república como sendo "um reto Governo de vários lares e do que lhes é comum, com poder soberano". (Bodin, 2011, p. 71)

Com base no mesmo critério, que tinha sido utilizado por Aristóteles para classificar os regimes políticos, o autor define três tipos de regime político: monárquico, aristocrático e popular ou democrático. Monarquia seria um Estado onde só existe

[6] Historiador, Diplomata e Músico italiano (1469 – 1527).
[7] Jurista francês, Professor de Direito e membro do Parlamento de Paris (1530 – 1596).
[8] Título original "Les six livres de la républic" editado em 1576.

um soberano, estando excluído desta soberania o povo. Aristocracia seria Governo de uma minoria, reunida num órgão com poder soberano, que legisla para o povo. Essa minoria tem poder soberano e exerce a autoridade do Estado. Por sua vez, o regime popular ou democrático seria aquele em que todo o povo, reunido em assembleia, exerce o poder soberano. (Bodin, 2011)

Como se pode constatar, essa classificação de Bodin assenta na distinção entre quem detém e quem exerce a soberania.

> Por soberania se entende o poder absoluto e perpétuo que é próprio do Estado. (…) Quem é soberano não deve estar sujeito, de modo algum, ao comando de outrem; deve poder promulgar leis para seus súditos, cancelando ou anulando as palavras inúteis dessas leis, substituindo-as - o que não pode fazer quem está sujeito às leis ou a pessoas que lhe imponham seu poder". (*Cit. in* Bobbio, 1981, p. 96)

Por seu turno, Miranda apresenta a seguinte leitura da classificação das formas de Governo, em Bodin:

> O poder político poderia pertencer a um só, a vários ou a todos – donde, respetivamente, monarquia, aristocracia e democracia. Entretanto, não bastaria atender à titularidade, era também necessário atender ao exercício e às pessoas ou instituições às quais era confiado – o próprio Rei, uma assembleia aristocrática ou uma assembleia popular (Miranda, 1992, p. 17)

Bodin foi muito crítico em relação às classificações dos regimes políticos até então existentes, nomeadamente às formas de regime degenerados de Aristóteles, bem como à ideia de regimes mistos também encontrado em Políbio e já referidos neste ponto.

> No que concerne à distinção entre formas boas e más, o principal argumento de Bodin é o de que se tivéssemos que distinguir as constituições com base nos defeitos que apresentam, e suas qualidades, o número de categorias resultante seria infinito. Precisando seu pensamento explica que para adotar definições válidas não podemos levar em conta "fatores acidentais", mas somente "diferenças essenciais e formais". Em suma, a classificação dos Estados com base em qualidades e defeitos levaria a uma casuística tão ampla que impossibilitaria qualquer tentativa de ordenação sistemática, fazendo o investigador recair "num labirinto sem fim, excluindo-lhe toda possibilidade de ciência genuína. (Bobbio, 1981, pp. 97-98)

Quanto à crítica dirigida à ideia de regime misto, quer em Aristóteles quer em Políbio, Bodin esclarece que:

> Na realidade não se pode sequer imaginar como se poderia reunir a monarquia, a aristocracia e a democracia. Se a soberania é, como demonstramos, indivisível, como dividi-la entre um príncipe, senhores, e o povo? A primeira prerrogativa da soberania é a de legislar para os súditos. Ora, como poderiam os súditos obedecer, se tivessem também o poder de fazer leis? Quem

> poderia legislar, se fosse obrigado ao mesmo tempo a obedecer às leis? Não se pode deixar de concluir que, se ninguém possuir o poder exclusivo de promulgar leis, e esse poder cabe a todos, o regime do Estado é o democrático. (*Cit. in* Bobbio, 1981, p. 98)

Em meados do séc. XVIII surge uma nova classificação dos regimes políticos, considerada por muitos como o mais importante dos tempos modernos, da autoria de Charles de Montesquieu[9].

Na sua obra "O espírito das leis", Montesquieu começa por explicar o conceito e a essência das leis e da sua relação com diversos seres.

> As leis, em seu significado mais extenso, são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas; e, neste sentido, todos os seres têm suas leis; a Divindade possui suas leis, o mundo material possui suas leis, as inteligências superiores ao homem possuem suas leis, os animais possuem suas leis, o homem possui suas leis. (Montesquieu C. d., 2000, p. 11)

Montesquieu esclarece que antes de todas as leis estão as leis da natureza, pois estas derivam unicamente da constituição do nosso ser. De seguida, explica as leis Positivas.

> Assim que os homens estão em sociedade, perdem o sentimento de sua fraqueza; a igualdade que existia entre eles finda, e o estado de guerra começa. Cada sociedade particular começa a sentir sua força; o que produz um estado de guerra de nação a nação. Os particulares, em cada sociedade, começam a sentir sua força; procuram colocar a seu favor as principais vantagens desta sociedade; o que cria entre eles um estado de guerra. Estes dois tipos de estado de guerra fazem com que se estabeleçam leis entre os homens. (Montesquieu, 2000, p. 15)

Sobre o pensamento de Montesquieu quanto às leis, Bobbio esclarece que:

> A relação entre a lei natural e as leis positivas é a que existe entre um princípio geral e suas aplicações práticas. A lei natural se limita a enunciar um princípio, como, por exemplo, aquele segundo o qual as promessas devem ser mantidas; as leis positivas estabelecem a cada momento - e de forma diversa de acordo com as diferentes sociedades – 'como' devem ser feitas as promessas para que sejam válidas as sanções impostas aos que não as mantiverem, para tornar mais provável sua execução, etc. (Bobbio, 1981, p. 129)

Finalmente, Montesquieu explica as leis que derivam diretamente da natureza do Governo diferenciando-as quanto à natureza do Governo e o princípio do Governo. "Sua natureza é o que o faz ser como é, e seu princípio o que o faz agir. Uma é sua

[9] Charles-Luis de Secondat de Montesquieu (1689-1755) foi um político, filósofo e escritor francês que ficou consagrado pela sua teoria de separação de poderes atualmente consagrada na maioria das constituições modernas. A sua obra "O Espírito das Leis" (1748) é considerada importante no campo da Ciência Política. Montesquieu procede a una investigação documental profunda e desenvolve uma correlação entre os fenómenos políticos e a natureza, a partir de viagens a diferentes países da Europa.

estrutura particular; o outro, as paixões humanas que o fazem mover-se". (Montesquieu, 2000, p. 31)

Para Montesquieu existem três espécies de Governo: republicano, monárquico e despótico. Segundo o autor, a distinção entre essas espécies de Governo, ou seja, a natureza de cada uma, passa pelo conhecimento que os homens menos instruídos têm delas.

Em jeito de definição Montesquieu esclarece que:

> O Governo republicano é aquele no qual o povo em seu conjunto, ou apenas uma parte do povo, possui o poder soberano; o monárquico, aquele onde um só governa, mas através de leis fixas e estabelecidas; ao passo que, no despótico, um só, sem lei e sem regra, impõe tudo por força de sua vontade e de seus caprichos. (Montesquieu, 2000, p. 31)

Uma leitura atenta da obra de Montesquieu mostra que o autor sugere que, ele também, tal como os seus antecessores, classifica as formas de Governo tendo em conta o número dos que detém o poder, mas acrescenta à sua classificação mais duas dimensões, uma do valor e outra do espaço geográfico.

> Quando, na república, o povo em conjunto possui o poder soberano, trata-se de uma Democracia. Quando o poder soberano está nas mãos de uma parte do povo, chama-se uma Aristocracia (…) São elas que elaboram as leis e que mandam executá-las; e o resto do povo está para elas, no máximo, como os súditos estão para o monarca, numa monarquia (…)
>
> Os poderes intermediários, subordinados e dependentes, constituem a natureza do Governo monárquico, isto é, daquele onde um só governa com leis fundamentais… Estas leis fundamentais supõem necessariamente a existência de canais médios por onde flui o poder: pois, se existe num Estado apenas a vontade momentânea e caprichosa de um só, nada pode ser fixo e, consequentemente, nenhuma lei pode ser fundamental (…)
>
> Resulta da natureza do poder despótico que o único homem que o exerce faça-o da mesma forma ser exercido por um só. Um homem para o qual seus cinco sentidos dizem incessantemente que ele é tudo e que os outros não são nada é naturalmente preguiçoso, ignorante, voluptuoso (…)
>
> Quanto mais extenso é o império, mais cresce o serralho e, consequentemente, mais o príncipe se embriaga de prazeres. Assim, nestes Estados, quanto mais povos o príncipe tem para governar, menos ele pensa no Governo; quanto maiores são os negócios, menos se delibera sobre os negócios (…) (Montesquieu, 2000, pp. 19-29)

Conclui-se da leitura do autor, ao longo da sua exposição, que a república é um regime onde todos podem deter o poder ou mesmo uma parte, pelas condições que alguns têm para serem eleitos e de demonstrarem o seu amor pela república. Esta espécie de Governo está associada a pequenos espaços como é próprio na cidade grega. Por sua vez, a monarquia é um Governo de um só, cujo poder é exercido por um Príncipe, orientado pela honra, em espaços médios, como nas monarquias europeias, mas no respeito pelas leis fundamentais estabelecidas graças à existência

de canais por onde esse poder flui. Finalmente, o Governo despótico é aquele cujo poder é detido por um só, sem predefinição jurídica, é imposto pelo terror, próprio dos Estados orientais.

Na perspetiva de Moreira:

> Embora nesta classificação atenta apenas à extensão territorial, e nunca ao desenvolvimento económico e social, é certo que sustentou que as leis de um povo não são habitualmente boas para outros, em virtude do que chamou espírito do povo, e procurou analisar a origem dessa marca da personalidade básica de cada um. (Moreira, 1995, p. 140)

Moreira defende ainda que tal como tinha feito Aristóteles, Montesquieu admitiu uma alternância de modelos, no tempo e no espaço, através de uma circulação do poder em função da forma como se processa a mudança de equilíbrio nos diferentes extratos sociais, dos grupos e das instituições.

Para Miranda:

> Montesquieu evoluiu para uma segunda classificação, agora sob prisma prescritivo e valorativo, declarando a monarquia e a república governos moderados e contrapondo-lhes o Governo despótico. E é nesta distinção fundamental que vai entroncar a separação dos poderes, porque os governos moderados se definem não já pela titularidade ou pelo exercício, mas sim pela limitação do poder. (Miranda, 1992, pp. 20-21)

Bobbio, parece comungar dessa posição ao defender que:

> Ao lado de uma divisão horizontal do poder há, em Montesquieu, uma divisão 'vertical', que constitui a célebre teoria da separação dos poderes. De todas as teorias do autor de O Espírito das Leis foi esta seguramente a que teve maior projeção, tanto que as primeiras constituições escritas, a norte-americana de 1776 e a francesa de 1791, são consideradas suas aplicações. (Bobbio, 1981, p. 136)

No que toca à divisão de poderes, Montesquieu esclarece o conceito de liberdade, mesmo admitindo que ao longo do tempo a palavra tenha sido objeto de várias interpretações. Para o autor, liberdade é a possibilidade de fazer tudo aquilo que as leis permitem. "Se um cidadão pudesse fazer o que elas (as leis) proíbem ele já não teria liberdade, porque os outros também teriam este poder. (Montesquieu, 2000, p. 166)

Segundo o autor para que o poder não seja usurpado e, por conseguinte, haver abuso, é preciso que o poder limite o poder. Assim sendo, deve existir em cada Estado três poderes: o poder legislativo, o poder executivo e o poder judiciário[10].

> Com o primeiro, o príncipe ou o magistrado cria leis por um tempo ou para sempre e corrige ou anula aquelas que foram feitas. Com o segundo, ele faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, instaura a segurança, previne invasões. Com o terceiro, ele castiga os crimes, ou julga as querelas entre os particulares. Chamaremos a este último poder de julgar e ao outro simplesmente poder executivo do Estado. (Montesquieu, 2000, pp. 167-168)

Para Montesquieu a garantia da existência de liberdade é dada pelo facto de os três poderes não estarem concentrados nas mãos da mesma pessoa ou corpo de magistratura. Para que haja essa garantia é preciso que o poder esteja dividido por diferentes órgãos.

> Esta tipologia formal, que atende ao número dos que exercem o poder, manteve grande popularidade, mas a sua popularidade é mais didática do que científica. Mesmo do ponto de vista formal, só ganha significado operacional na medida em que seja possível definir, para cada modelo, o conjunto de regra em função das quais se seleciona o homem (herança, eleição, cooptação), ou o grupo aristocrático (herança, habilitações académicas, pertença a um corpo militar, filiação religiosa), ou o corpo geral dos cidadãos que governam a república (critério censitário, ético, idade, sexo). Em si mesmas, as fórmulas monarquia, democracia, aristocracia encontram uma versão possível e correspondente de sede de poder no príncipe soberano, povo soberano, classe soberana. Mas faltará sempre, a cada modelo a indicação da ideologia orientadora para lhe alcançar o significado. (Moreira, 1995, p. 141)

As classificações clássicas dos regimes políticos, retratadas até agora, quer baseadas no número dos que detém o poder, ou na sua finalidade, como desenvolveu Aristóteles, quer a proposta de Montesquieu, baseada nos critérios de número, valor e espaço geográfico, não cabem hoje na terminologia da ciência política no que à classificação dos regimes políticos diz respeito. Outros elementos de análise e classificação dos regimes políticos são introduzidos, nomeadamente, a sede do Poder e a ideologia.

> Ora, uma classificação dos regimes que simultaneamente atenda à forma, à sede do Poder e à ideologia talvez os possa arrumar em duas categorias fundamentais, que são tipos ideais: monistas e pluralistas. Serão regimes monistas aqueles que não se consente nem a circulação de sede de Poder, nem a alternância ideológica, o que estabiliza facilmente a forma e encaminha o Estado para autoritário ou totalitário, conforme apenas propõe ou também impõe uma conceção ideológica à sociedade. Serão pluralistas aqueles em que a revolução legal está prevista, de tal modo que, a forma torna viável a alternância no Poder e a alternância ideológica pelo consentimento expresso da sociedade civil. As constituições mistas serão aquelas que, como sus-

[10] A terminologia utilizada pelo autor para definir o terceiro poder é poder executivo daquelas que dependem do direito civil. (Montesquieu, Livro XI, Capítulo V).

> tentam os liberais de tipo americano, admitem a alternância no Poder, mas limitam a alternância ideológica, e aquelas que, como vai acontecendo com os populismos e terceiro-mundismos, não admitam a circulação da sede do Poder, mas praticam a alternância ideológica. (Moreira, 1995, pp. 143-144)

Moreira admite, portanto, a existência duma terceira categoria, a constituição mista, um fenómeno que classifica como Polivalência do Poder, ou seja, "a capacidade que o mesmo aparelho tem de servir ideologias diferentes sem alterar a sua pirâmide do Poder. Tal Estado é certamente o mais direto herdeiro de Maquiavel, caracteriza-se por um oportunismo da classe política ..." (Moreira, 1995, p. 144)

Raymond Aron[11], no que respeita à democracia e ao totalitarismo, propõe encontrar uma teoria de regimes políticos da sua época e como tal, para ser uma teoria, deveria ir para além de uma mera descrição dos regimes e como funcionam e tentar determinar as características principais a partir das quais se pode compreender a lógica interna de cada regime. (Aron, 2017)

Nessa tentativa de aproximação de uma teoria de regimes políticos, na sua época, ele determina a existência de duas funções, entendidas na aceção mais formal do termo. Propõe a existência de uma Administração que tem como função garantir a aplicação das leis e neste sentido a justiça e a polícia representam a função negativa dessa Administração, ou seja, impedir que os cidadãos entrem em conflito aberto uns com os outros e assegurar o cumprimento das leis, quer na esfera pública quer na privada. A outra função está associada ao exercício do poder político. Essa função define-se pela capacidade de tomar decisões, umas no que concerne à relação com coletividades estrangeiras, outras em matérias que não dependem de uma legislação própria e, outras ainda, em relação à fixação ou modificação das próprias leis. Conclui o autor que essa função executiva ou política engloba ao mesmo tempo aquilo a que os juristas chamam de executivo e legislativo. (Aron, 2017)

Para Aron (2017) a essas duas funções estão associados dois tipos de homens e cada tipo está encarnado em dois tipos de organização: os funcionários e a burocracia, por um lado; e, por outro, os políticos e o sistema eleitoral, parlamentar ou de partidos. Assim sendo, são os políticos que nas sociedades modernas realizam a função essencial, que é a de assegurar a obediência dos governados às decisões adotadas

[11] Sociólogo e comentador político francês (1905-1983) um dos pensadores franceses mais destacados do século XX. A obra referida resulta das suas aulas ministradas na Sorbona, durante o curso universitário entre 1957 e 1958. A primeira edição da obra, em francês, foi publicada em 1965.

pelos governantes e estabelecer a relação entre o subsistema político e os valores da coletividade, valores esses que o regime pretende servir. Para demonstrar que o sistema político é a principal função dum regime, Aron afirma que a função administrativa representa necessariamente bastantes similitudes entre os diferentes regimes.

> El sistema político, en el sentido estricto del término, determina las relaciones entre gobernados y gobernantes, fija el modo de cooperación de los hombres en la gestión de los asuntos públicos, orienta la acción estatal, organiza el relevo de los gobernantes y, por lo tanto, es el que nos permitirá distinguir los rasgos originales y propios de cada régimen[12]. (Aron, 2017, p. 76)

Raymond Aron na sua análise sobre os regimes políticos divide-os em dois tipos: regimes de um só partido e regimes de múltiplos partidos. Os regimes de um único partido caracterizam-se pelo facto de se outorgar a um partido o monopólio da atividade política legitima, a sua organização e a competência para definição de um plano de ação de toda a coletividade. Por sua vez, os regimes pluripartidários seriam aqueles em que existe uma organização constitucional e uma competição pacífica para o exercício do poder. (Aron, 2017)

Nos tempos mais atuais os regimes políticos podem ser classificados em regimes autoritários, que não contemplam ou limitam, com mais ou menos intensidade, a participação do povo na escolha dos seus dirigentes (logo, são não democráticos) e regimes democráticos em que o povo escolhe os seus dirigentes e controla o exercício do Poder destes através do voto.

1.2 Regimes Autocráticos

Se se atender ao grau de participação dos governados na escolha dos governantes, os regimes políticos podem ser classificados como autocráticos ou democráticos. Neste caso, serão regimes autocráticos aqueles onde os governados não têm qualquer intervenção no processo de escolha dos governantes e, por sua vez, regimes democráticos serão aqueles em que os governados escolhem de forma livre os seus governantes.

[12] O sistema político, no sentido estrito do termo, determina as relações entre governados e governantes, estabelece o modo de cooperação dos homens na gestão dos assuntos públicos, orienta a ação estatal, organiza a substituição dos governantes e, portanto, é o que nos permitirá distinguir as características originais e próprias de cada regime. (Tradução do autor)

A literatura, ampla, sobre regimes autocráticos e da sua divisão entre regimes autoritários e regimes totalitários, é testemunha de um debate, nalguns casos no plano científico e, noutros, no plano mais ideológico. Como e com que intensidade governantes desses regimes impõem a sua vontade e a sua ideologia aos seus governados, parece ser um dos elementos diferenciadores de um e de outro. Certo é que ambos são anti pluralistas, mas a forma como cada um resolve os problemas, inerentes a todos os sistemas políticos, parece ser diferente.

1.2.1 Regimes Autoritários

Parece pacífico definir o regime autoritário como sendo um regime onde há uma concentração de poder num individuo ou num grupo, em que há uma obediência imposta à população perante uma supressão ou limitação profunda das liberdades individuais.

Raymond Aron prefere não dar nome a este tipo de regimes pois, no seu entendimento, não é seguro que todos os regimes de Partido Único mereçam a mesma classificação, uma vez que entre eles existem várias diferenças e também porque não lhe interessa carregar com ressonâncias morais e políticas uma análise que deve ser objetiva. (Aron, 2017)

Para Linz (2015) o regime autoritário é um regime sui generis e não propriamente uma mistura de regime totalitário e regime democrático. O regime autoritário é, portanto, na perspetiva do autor, um tipo de regime autónomo. Opinião igual tem Nohlen (2017), que afirma que os regimes autoritários junto com os regimes democráticos e totalitários formam um tipo de regime particular.

Stoppino (1998) clarifica que, quando se refere a regimes autoritários, de uma forma geral, isso significa toda a classe de regimes antidemocráticos. Assim, a oposição entre regimes autoritários e democráticos reside na direção em que é transmitida a autoridade e no grau de autonomia de subsistemas como sindicatos, os partidos e todos os grupos de pressão em geral. (Stoppino, 1998)

> Os regimes autoritários se caracterizam pela ausência de Parlamento e de eleições populares, ou, quando tais instituições existem, pelo seu caráter meramente cerimonial, e ainda pelo indiscutível predomínio do poder executivo. (…) Os regimes autoritários se distinguem pela ausência da liberdade dos subsistemas, tanto no aspeto real como no aspeto formal, típica da democracia. A oposição política é suprimida ou obstruída. O pluralismo partidário é proibido ou reduzido a um simulacro sem incidência real. A autonomia dos outros grupos politicamente relevantes é

> destruída ou tolerada enquanto não perturba a posição do poder do chefe ou da elite governante[13]. (Stoppino, 1983, p. 100)

Juan Linz, por sua vez, define regimes autoritários como sendo:

> Sistemas políticos com um pluralismo político limitado, não responsável; sem uma ideologia elaborada e enformadora (mas com uma mentalidade peculiar); carentes de uma mobilização política intensa ou extensa (exceto em alguns pontos da sua evolução, e nos quais um líder, (ou, quanto muito, um grupo reduzido) exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas na realidade bastante percetíveis. (Linz, 2015, pp. 18-19)

De acordo com Stoppino, em relação à tipologia dos regimes políticos:

> São chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas. (Stoppino, 1998)

A propósito, Linz clarifica que a liderança pessoal é uma caraterística frequente dos regimes autoritários, mas não obrigatória, uma vez que estes regimes podem-se configurar sob a forma de "junta" onde a personalidade do líder não é um fator decisivo.

Dieter Nohlen (2017) sublinha que esses regimes foram caraterística das décadas de setenta e oitenta do século XX, no chamado Terceiro Mundo, ao contrário dos países ocidentais industrializados, onde não se conhece o registo desse tipo de regime. O autor refere que, nesse período, quase dois terços dos países em desenvolvimento foram governados de forma autoritária.

Stoppino (1998) conclui afirmando que se se tomar em conta apenas os sistemas políticos atualmente existentes e fixar-se sobre o papel que nele tem os partidos pode-se distinguir três formas de regimes autoritários, como definiu Huntington e Moore:

> Os regimes sem partidos, que correspondem habitualmente a níveis bastante baixos de mobilização social e de desenvolvimento político (Etiópia de Hailé Selassié, por exemplo); os regimes de partido único — no sentido real e não formal da expressão — que são os mais numerosos

[13] Neste sentido, sustenta o autor que o autoritarismo é uma categoria muito geral que compreende grande parte dos regimes políticos conhecidos, desde o despotismo oriental até ao império romano, desde as tiranias gregas até às senhorias italianas, desde a moderna monarquia absoluta até à constitucional de tipo prussiano, desde os sistemas totalitários até às oligarquias modernizantes ou tradicionais dos países em desenvolvimento. (Stoppino, 1998, p. 100)

> (a União Soviética, por exemplo); e, mais raramente, os regimes pluripartidários em que diversos partidos convencionam em não competir entre si, produzindo resultados funcionais muito semelhantes àqueles que encontramos no mono partidarismo (caso da Colômbia). (Stoppino, 1998, p. 100)

Raymond Aron (2017), embora não tenha desenvolvido muito, ao identificar duas categorias de regime (de um só partido/múltiplos partidos), admite a existência de um terceiro tipo (nem partido único e nem múltiplos partidos) e que não implicaria nem uma legitimidade revolucionária nem uma legitimidade eleitoral. São regimes sem partidos que exigem uma espécie de "despolitização" dos governados. Aron avança com três exemplos:

Um, na França, conhecido como o regime de Vichy[14], na sua primeira fase não podia definir-se nem por partido único, que não existia, nem por multiplicidade de partidos que praticamente tinham desaparecido. Os governantes usavam repetidamente que era conveniente tirar aos franceses o costume de opinar sobre todos os assuntos. A legitimidade poderia ser comparada com a de um bom chefe de família, o déspota esclarecido, rodeado de conselheiros, mas sem estar subordinado às preferências dos governados. Este tipo de Governo autoritário não politizado só foi possível em condições especiais numa França ocupada. (Aron, 2017)

Um segundo exemplo foi o regime português. Organizava de vez em quando eleições, com uma lista patrocinada pelo Governo e uma outra lista de uma tímida oposição, mas não se apoia num partido de atividade contínua e intensa. A ideia principal era reservar aos governantes, julgados como competentes, o monopólio das decisões e do pensamento político. (Aron, 2017)

O terceiro exemplo foi o regime do general Franco em Espanha que não era nem partido único, parecido com o modelo nacional socialista ou comunista, e nem um regime de múltiplos partidos. Era sim, um regime autoritário em nome da ideia que tinha de Espanha e da doutrina de legitimidade que proclamava. Aceitava grupos organizados, mas nenhuma falange, igreja, exército ou sindicatos, é considerado como suporte exclusivo do Estado. (Aron, 2017)

---

[14] Nome que se dá ao Estado francês, liderado pelo Marechal Philippe Pétain, durante a segunda Guerra Mundial. Com a ocupação do norte da França pelos militares alemães, o Governo decidiu mudar-se para a cidade de Vichy, a 360 Km à sul da "zona livre", onde passou a funcionar como capital de facto do Estado Francês. O regime de Pétain manteve-se em Vichy como Governo nominal da França embora claramente administrado como Estado cliente da Alemanha Nazi, de novembro de 1942 em diante. Perdeu toda a sua autoridade em 1944 quando os Aliados libertaram toda a França.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7a_de_Vichy. Consultado em 23/10/2021.

1.2.1.1 Natureza do Regime Autoritário

Conforme já se afirmou, a natureza dos regimes autoritários é classificada de várias formas e os critérios utilizados são vários. Também é frequente encontrar-se análises sobre a natureza desse tipo de regime realizadas a partir de critérios políticos e morais, ou seja, pouco ou nada objetivos, que como Aron comenta, (ele) prefere fugir.

Juan Linz refuta a ideia de haver um *continuum* entre o totalitarismo e a democracia. Para o autor, os regimes autoritários têm natureza própria, e justifica.

> A utilidade em tratar os regimes autoritários como um tipo de entidade própria radica no facto de tal nos auxiliar a compreender as diferentes maneiras como estes regimes solucionam os problemas comuns a todos os sistemas políticos: manutenção do controlo da legitimidade, recrutamento das elites, articulação e agregação de interesses, elaboração de decisões e relação com as diferentes esferas institucionais, tais como as Forças Armadas, os grupos religiosos, a intelligentsia, a economia, etc. (Linz, 2015, p. 16)

Na perspetiva de Linz (2015), os regimes autoritários apresentam algumas caraterísticas próprias:

> *a) Pluralismo político* limitado que pode ser legal ou de facto, mais ou menos severa, reduzida a grupos estritamente políticos ou extensível a grupos de interesses (desde que permaneçam grupos não criados pelo Estado nem dependentes dele e que de algum modo influencie o processo político). Alguns regimes chegam mesmo a institucionalizar a participação política de um limitado número de grupos ou instituições independentes e incentivam o seu surgimento.[15](Linz, 2015, p. 19)

Linz explica ainda que este pluralismo político para além de limitado é mais tolerado do que reconhecido. Os que chegam, refletindo as perspetivas dos diferentes grupos e instituições, não obtêm a sua posição unicamente através do apoio destes grupos, mas na confiança neles depositada pelo líder ou pelo grupo que detém o poder.

Conclui o autor dizendo que o regime autoritário pode ir longe na supressão de instituições ou de grupos preexistentes, que se opõem à nova ordem social, bem como no controlo de outros grupos; a supressão ou controlo é uma ameaça sempre presente. No entanto, devido a um conjunto de circunstâncias, este processo detém-se.

[15] O autor exemplifica com Primo de Rivera (Espanha, 1870-1930) que, quando criou a sua Assembleia Nacional, previu a representação da igreja, das instituições culturais, da nobreza, do exército e do mundo dos negócios, assim como do novo partido que tinha sido fundado; simultaneamente incentivou a criação de grupos de interesses económicos.

O que vai determinar, segundo Linz, a limitação da supressão de todas as formas de dissidência são: os compromissos ideológicos, caraterísticas do grupo que deseja o monopólio do poder, a força e a legitimidade das instituições existentes e os seus vínculos internacionais e grau possível de autarcia económica. (Linz, 2015)

> *b) Apatia face à mobilização* que se explica por uma ausência de mobilização política da população, tanto intensiva como extensiva. Nas organizações políticas e parapolíticas, a participação na qualidade de membro é baixa, e a participação no partido único ou em organizações similares, quer seja forçada, manipulada ou voluntária, é limitada e pouco frequente. (Linz, 2015, p. 24)

Para Linz mais do que entusiasmo ou apoio, frequentemente o regime espera – mesmo dos que ostentam cargos ou são funcionários públicos – uma aceitação passiva ou pelo menos a renúncia a toda a atividade pública antigovernamental.[16] O autor acrescenta que, em alguns regimes autoritários, este apoliticismo é valorizado como um fator positivo a ponto de, em determinados casos, pessoas escolhidas para determinados cargos apresentarem como mérito o facto de nunca se terem evolvido ativamente "em política"[17].

c) Baixo grau de organização e de ideologia, que justificam o poder do regime autoritário. O autor prefere referir-se à "mentalidade" ao invés de "ideologia", pois, segundo ele as "ideologias" estão carregadas de elementos utópicos enquanto que, as "mentalidades" estão mais próximas do presente do que do passado. Ao contrário dos sistemas totalitários que têm ideologias, os regimes autoritários baseiam-se mais em mentalidades particulares, difíceis, por isso, de definir [18].

d) Formas de controlo social mais brandos que nos regimes totalitários onde o terror e o controlo policial constituem caraterísticas proeminentes.

> Nos regimes autoritários as barreiras legais podem ser débeis (mesmo quando não sejam de subestimar), mas o equilíbrio de forças em que se baseia o seu pluralismo limitado pode constituir um entrave mais sério. Enquanto a repressão dos inimigos declarados do sistema pode chegar muito longe os discordantes dentro da coligação ou seus potenciais membros serão tratados com

[16] O autor admite uma participação popular considerável e intensa na fase de formação do regime e/ou especialmente nos momentos de crise. Contudo diz acreditar que esta participação não consegue aguentar-se por muito tempo ao menos que o regime evolui numa direção totalitária ou formalmente democrática.

[17] A este propósito o autor refere-se aos três "F" – Fátima, Futebol e Fado, definido por muitos como os três pilares da ditadura de António Oliveira Salazar (Portugal, 1933-1974) como forma de alienar e pacificar a população portuguesa quanto ao regime então instaurado.

[18] Linz socorre-se do sociólogo alemão, Theodor Geiger, para explicar a diferença entre *"ideologia"* (sistema de pensamento mais ou menos intelectualmente elaborado e organizado, amiúde em forma escrita, por intelectuais ou pseudointelectuais, ou com o seu apoio e *"mentalidade"* (modo de pensamento e sentimento, mais emocionais do que racionais, que fornecem modos não qualificados de reagir face às diferentes situações).

> mais atenção. Enquanto nos sistemas totalitários os membros da elite foram frequentemente castigados com grande severidade e condenados publicamente, nos regimes autoritários é mais comum o exílio, o abandono da vida pública e a ascensão a cargos meramente honoríficos. (Linz, 2015, p. 35)

De acordo com o autor o caráter menos dinâmico desses regimes conduz normalmente a um uso da força mais moderado e desnecessário. A forma como é feita a distinção entre política e sociedade, vida pública e vida privada, conduz à menor necessidade de presença policial em muitos setores da vida. Por sua vez, o baixo nível de filiação no partido faz com que haja informação e controlo limitados dos cidadãos. (Linz, 2015)

Segundo Aron, a justificação para o monopólio do poder varia de regime para regime de Partido Único. Na análise que faz ao Partido Comunista da URSS, para ele o mais puro, o mais acabado dos regimes de Partido Único, encontra dois sistemas de justificação: um baseado na noção de representação autêntica e outro no objetivo histórico.

Em relação ao primeiro sistema de justificação, o autor explica que para assegurar uma escolha autêntica, uma representação verdadeira da vontade popular ou da vontade do proletariado não faz sentido, na ótica deles, as eleições. Estas devem ser suprimidas para garantir a autenticidade da representação. (Aron, 2017)

O segundo sistema de justificação faz referência à finalidade histórica e está relacionado com o primeiro. Segundo os comunistas o monopólio do partido é fundamental para a criação de uma nova sociedade capaz de se ajustar aos valores supremos. Não será possível criar uma nova sociedade homogénea e suprimir as classes sociais se se impuser o respeito às leis e se reconhecer os direitos da oposição. A existência de um só partido justifica-se, assim, pela necessidade de criar uma nova sociedade sem qualquer ponto de comparação com a anterior. O partido deverá ter monopólio total do poder, não ter a sua capacidade de decisão e de ação restringidas e manter o seu poder revolucionário intacto. Quando um só partido tem o monopólio da política, o Estado está inseparavelmente ligado a ele. (Aron, 2017)

Para Stoppino (1998) o grau relativamente moderado da penetração no tecido social dos regimes autoritários depende sempre do atraso mais ou menos marcante da estrutura económica e social. Mas neste contexto, a elite governante pode ter dois papéis diferentes: pode reforçar o modesto grau de penetração do sistema político, escolhendo deliberadamente uma política de mobilização limitada, ou uma política de mobilização acentuada cujos limites serão definidos pelas condições do ambiente. (Stoppino, 1998)

Na perspetiva de Nohlen (2017) os regimes autoritários têm diferentes categorias. Para fins descritivos e analíticos é possível distinguir-se algumas caraterísticas cuja combinação, em cada caso concreto, determina o tipo de regime autoritário. Para que isso aconteça, torna-se necessário, segundo o autor, separar os diferentes níveis de caraterísticas:

- *A base social e o poder político dos regimes autoritários podem ser constituídos por diferentes grupos sociais.* Explica o autor que os regimes autoritários podem ter base de apoio diversificada: civil, militar, étnica, religiosa ou burocrática, nos casos em que a burocracia no Estado e na economia pública tenha uma função determinante. Conclui o autor, a propósito, que as combinações dessas caraterísticas são frequentes em diferentes tipos de regime autoritários.

- *O modelo de legitimação dos regimes autoritários varia entre tradicional, carismático, político-situacional e de legitimação ideológica de desenvolvimento.* Segundo Nohlen, a legitimação tradicional vai ao encontro do conceito desenvolvido por Max Weber, conhecido como a autoridade do eterno ontem, ou seja, de costume sagrado por validade imemorável, não premeditável e pela disposição habitual de respeitá-lo. Inclui-se igualmente neste tipo de legitimação a explicação religiosa da autoridade política.

O autor acrescenta ainda que a legitimidade carismática é igualmente de inspiração weberiana, ou seja, ela ocorre pela influência que a personalidade do líder tem sobre os seus seguidores. Estes reconhecem no líder características especiais e admiráveis, quer pelas suas capacidades como pelo seu heroísmo. A legitimação político-institucional ocorre, segundo Nohlen, quando a população acredita que, por exemplo, um golpe de Estado terá evitado piores cenários de desenvolvimento. O autor clarifica ainda que esse modelo de legitimação é limitado no tempo e exige novas formas de justificação que, nos países em desenvolvimento, consistem em "soluções tecnocráticas" que resultaram em desenvolvimento. "Esta legitimación ideológica del desarrollo se basa en las (presuntas) cuotas más altas de desarrollo de los regímenes autoritarios y fue el germen de muchas variantes de socialismos y nacionalsocialismos en el Tercer Mundo"[19]. (Nohlen, 2017, p. 94)

- *Uma terceira caraterística importante está relacionada com a estrutura do poder político.* Em relação a este aspeto, o autor defende que é preciso clarificar como é que

[19] "Essa legitimação ideológica do desenvolvimento é baseada nas (alegadas) taxas de desenvolvimento mais altas dos regimes autoritários e foi o germe de muitas variantes do socialismo e do nacional-socialismo no Terceiro Mundo." Tradução do autor.

os regimes autoritários organizam a divisão do poder e através de que mecanismos as lideranças e as elites se aliam. Tendencialmente, acrescenta, os regimes autoritários centralizam o poder. A divisão horizontal do poder em Legislativo, Executivo e Judicial, e, de forma vertical (diferentes níveis sistémicos de decisão autónoma) existe de forma, mas não substancial. Essa é, para Nohlen, uma característica definidora dos regimes autoritários.

O autor sublinha que, quando comparado com países desenvolvidos, independentemente de serem regimes democráticos ou autoritários, nos países em desenvolvimento há uma maior tendência para uma liderança mais personalista, associada a dirigentes carismáticos. Como exemplo histórico aponta: Nasser[20], Nkrumah[21], Sekou Toure[22], Sukarno[23], Nyerere[24].

- *a relação entre os detentores do poder e a população é caracterizada em regimes autoritários por um modelo unificado: "violência de cima".* O autor exemplifica esta caraterística com a violação dos direitos humanos e as correntes de refugiados. No entanto, o autor afirma que os regimes se distinguem uns dos outros pelas proporções e forma de repressão. Os regimes podem ser distinguidos em inclusivo ou "exclusivo", ou seja, se a participação política do cidadão é proibida (proibição de partidos políticos e associações sociais autónomas, especialmente sindicatos) ou se há certos canais controlados de participação.

O autor defende que, inclusive, os regimes podem introduzir formas democráticas de participação, como eleições e plebiscitos, mas que estas são "ocas", ou seja, não há liberdade de escolha ou então essas eleições são fraudulentas.

- *Os regimes autoritários devem ser analisados no seu contexto histórico.* O contexto pode variar de um regime para outro, mas é determinante para caracterizar o tipo especial de regime autoritário[25].

- *Os regimes autoritários diferem em sua orientação política.* Não estão atados às suas políticas mesmo quando regimes autoritários socialmente progressistas são muito mais raros de se encontrar do que aqueles que pretendem manter o status quo.

[20] Abdel Nasser, Presidente do Egipto entre 1954 e 1970, com a sua morte.
[21] Kwame Nokrumah, Presidente do Gana entre 1960 e 1966. Um dos fundadores do movimento Pan-Africanista.
[22] Ahmed Sékou Touré, Presidente da República da Guiné entre 1958 e 1984, com a sua morte.
[23] Sukarno, Presidente de Indonésia entre 1945 e 1967.
[24] Julius Nyerere, Presidente de Tanganica/Tanzânia entre 1962 e 1985, quando se retirou da política.
[25] O autor exemplifica que os regimes autoritários são mais repressivos e desmobilizadores quando buscam altas relações políticas revolucionárias ou sociais.

Para Linz (2017) as três dimensões centrais dos regimes autoritários – pluralismo limitado, despolitização ou participação limitada, mentalidades – permitem uma delimitação em relação aos regimes totalitários monistas, mas também uma diferenciação comparativa assim como permitem uma tipologização mais refinada dos próprios regimes autoritários. No entanto, o autor alerta que a classificação que daí pode resultar é apenas um "Ideal Tipo" no sentido Weberiano[26] do termo, pois só raras vezes corresponde verdadeiramente aos regimes existentes pois estes são sempre também resultado de tendências contraditórias. (Linz, 2017)

Por seu lado, Raymond Aron explica que a limitação da liberdade é um imperativo dos regimes de um só partido, fazendo impor a ideologia do partido monopolista.

> Si en lugar de un Estado de partidos tenemos un Estado partidista, este se verá obligado a limitar la libertad de discusión política, ya que, al establecer como absolutamente válida la ideología del partido monopolista no puede permitir ser puesto oficialmente en tela de juicio. De hecho, la limitación de la libertad de la discusión política varía según los regímenes de partido único, pero la esencia de cualquiera ellos consiste en no aceptar todas las ideas, en sustraer cierto número de las ideas del partido a la discusión abierta[27]. (Aron, 2017, p. 84)

Entretanto Aron adverte que é possível encontrarmos regimes de Partido Único em que o exercício do poder está submetido a regras e a leis, mas pelo menos em relação àqueles que não pertencem ao partido monopolista, o Estado partidista reserva para si um âmbito de ação praticamente ilimitado. Uma vez que o objetivo desse tipo de regime é transformar uma realidade com que, à partida, não está de acordo, difícil será não reclamar para o partido o monopólio da atividade política. O partido único é assim um partido de ação, um partido revolucionário. (Aron, 2017)

Aron estende ainda a sua análise aos dois tipos de regimes, com vários partidos e um só partido, aplicando-os ao conceito de *princípio*, de Montesquieu. Relembra que Montesquieu define princípio como aquele sentimento que se adapta a uma organização institucional, que reage à necessidade de poder num determinado regime. Nesse sentido, Aron identifica dois princípios num regime de partido monopolista: *o princípio da fé e o do medo.*

[26] Max Weber (1864-1920), Sociólogo alemão, desenvolveu o conceito de "Ideal Tipo" para permitir a criação de um instrumento orientador da investigação e da ação do investigador, como uma espécie padrão. Este conceito resulta numa simplificação e uma generalização de uma determinada realidade social para facilitar a sua compreensão. Refere a uma construção mental dessa realidade onde o investigador determina um conjunto de características que caracterizam um objeto de estudo.

[27] Se em vez de um Estado de partidos tivermos um Estado-partido, este será forçado a limitar a liberdade de discussão política, pois, ao estabelecer como absolutamente válida a ideologia do partido monopolista, não pode permitir que seja questionada oficialmente. Na verdade, a limitação da liberdade de discussão política varia de acordo com os regimes de partido único, mas a essência de qualquer um deles consiste em não aceitar todas as ideias, em subtrair da discussão publica determinadas ideias do partido. (Tradução do autor)

O princípio da fé decorre do facto do partido monopolista ser um partido de ação. Ele incute esse princípio nos seus militantes, usando não só a grandeza das suas ambições, como também o caráter glorioso dos fins que pretende. Para que os militantes e os cidadãos aceitem seguir um partido revolucionário é preciso que creiam na sua própria doutrina e na sua mensagem. É necessário que tenham fé no projeto grandioso que lhes é apresentado. Sendo que o partido é monopolista, porquanto a sociedade não seja homogénea, existirão oponentes, reais ou virtuais, ou seja, todos aqueles que não estão de acordo com o partido monopolista, que constituem uma ameaça. Em relação a esses o sentimento é de medo. A solidez dos regimes de partido monopolistas exige, para além da fé dos militantes e do entusiasmo dos seguidores, a consciência que os não crentes têm da sua impotência. Este sentimento manifesta-se sob forma de resignação, indiferença ou medo sendo que o medo é necessário e inevitável. (Aron, 2017)

1.2.1.2 Diferentes tipos de Regime Autoritário

Juan Linz foi um dos autores que mais contribuiu para clarificar com maior precisão, no âmbito da sociologia política, a distinção entre autoritarismo e totalitarismo na tipologia dos sistemas políticos contemporâneos. Aliás, segundo o autor, as três dimensões centrais – pluralismo limitado, despolitização ou participação limitada e mentalidades – permitem uma diferenciação em relação aos regimes totalitários monistas que são por natureza, altamente mobilizados e ideologizados e, igualmente, permitem, numa diferenciação comparativa, uma tipologização mais apurada dos próprios regimes autoritários. Explica ainda Linz que a classificação resultante desta diferenciação é tipologicamente ideal, no sentido weberiano, uma vez que estes são sempre também o resultado de tendências contraditórias. (Linz, 2017)

Nessa tipologia Linz (2017) prevê cinco formas principais e duas secundárias de regimes autoritários:

1. *Regimes autoritários burocrático-militares*, caracterizados por uma ausência de instituições corporativas e de um partido capazes de organizar a mobilização para recrutamento da elite e canalizar a participação. Dirigido quase sempre por militares não carismáticos, este tipo de regime está orientado pragmaticamente dentro dos limites da sua mentalidade burocrático-militar;

2. *Corporativismo autoritário*, caracterizado por um procedimento de representação de interesses dispostos pelo Estado. Este tipo de esquema de solução de con-

flitos institucionalizado obrigatoriamente permite a representação de interesses sociais limitando ao mesmo tempo os conflitos em forma administrativa obrigatória. O corporativismo autoritário serviu como uma alternativa ideológica para as sociedades que não podiam ser governadas somente com meios tecnocrático -autoritários devido à sua complexidade económica e social[28];

3. *Regime autoritário de mobilização em sociedades pós-democráticas*, ao contrário de outras conceções autoritárias, é caracterizado por relações mais afetivas entre governados e governantes autoritários, através de formas mais emocionais de legitimação. Esses regimes autoritários fascistas de mobilização são menos pluralistas e, por outro lado, mais ideológicos e abertos à participação que os regimes burocrático-militares ou que os corporativistas obrigatórios;

4. *Regimes autoritários de mobilização pós-colonial*, a debilidade simultânea da autoridade tradicional e a falta de compreensão dos mecanismos de autoridade racional e legal conduziram a este tipo de regimes sobretudo na África pós-colonial. O caráter artificial das fronteiras dos Estados africanos pós-coloniais, as divisões étnicas, linguísticas e religiosas bem como as fragilidades das estruturas administrativas serviram de justificação para a instalação de regimes autoritários em vários países que se tinham tornados independentes, convencendo as populações que a instalação no poder de um partido autoritário era a única via para o sucesso na construção da nação. Esses regimes autoritários foram quase sempre vítimas de golpes militares e/ou foram transformados em dominação puramente pessoal.

5. *Democracias raciais e étnicas*, referência a regimes que garantem a participação nos processos democráticos de um grupo racialmente definido. Esse grupo é quase sempre uma minoria, enquanto que outros grupos étnicos são excluídos dos direitos democráticos. A expressão democracia racial não se aplica apenas na pressão sobre a população de cor negra, mas também contra dissidentes brancos que lutam e desafiam o sistema. Como exemplos são apontados a Rodésia, antes de 1980 e África do Sul, antes de 1994.

Como afirmado anteriormente, Linz defendia igualmente duas formas secundárias de regimes autoritários. São elas:

[28] Para o autor o "Estado Novo" de António Oliveira Salazar encara este tipo de forma mais clara. Mas, são exemplos ainda desse corporativismo, o regime de Engelbert Dollfuss na Áustria (1931-1938) e a Espanha de Franco depois do período fascista pré-totalitário.

1. *Regimes totalitários imperfeitos e regimes pré-totalitários*[29], são regimes em que as tendências de evolução para o totalitarismo foram interrompidas, mas os seus representantes transformaram-se num forte fator de poder dentro do sistema. Ao contrário, o pré-totalitarismo é caraterística dos regimes que estão em fase de transição para o totalitarismo;[30]

2. *Regimes autoritários pós-totalitários*, são regimes surgidos da fase tardia dos regimes comunistas na Europa Oriental sob a égide da URSS. Embora esses regimes tenham sido considerados como autoritários houve diferenças importantes, heranças do totalitarismo, que aconselham chamá-los de pós-totalitários, defende Linz;[31]

Gabriel Almond e Bingham Powel, citados por Stoppino (1988), distinguem dois tipos de regimes autoritários: de tipo conservador e em vias de modernização. Assim, para estes autores:

> Regimes autoritários conservadores, como os de Franco e de Salazar, surgem dos sistemas políticos tradicionais dinamizados por uma parcial modernização económica, social e política, e têm em vista limitar a destruição da ordem social tradicional usando algumas técnicas modernas de organização, de propaganda e de poder. O poder de mobilização, porém, é muito limitado. O regime não procura entusiasmo e sustentação, contenta-se com a aceitação passiva e tende a desencorajar a doutrinação ideológica e o ativismo político.
>
> Os regimes autoritários em vias de modernização que podem ser encontrados em vários países do terceiro mundo surgem em sociedades caracterizadas por uma modernização ainda muito débil e obstaculizada por vários constrangimentos sociais. Eles pretendem reforçar e tornar incisivo o poder político para superar os impasses no caminho do desenvolvimento. A caminhada para a mobilização é por isso muito mais forte do que nos regimes de tipo conservador; mas a força de penetração do regime é limitada pela consistência das forças sociais conservadoras e tradicionais e pelo atraso geral na estrutura social e da cultura política. Nesta situação, a elite governante se esforça por introduzir os instrumentos modernos de mobilização social, mas não está em condições de organizar um partido de massa verdadeiramente eficiente. (Stoppino, 1998, p. 101)

[29] Defected or arrested totalitarismo. (Esclarecimento do autor citado.)

[30] O autor cita como exemplo a Espanha na fase imediatamente posterior à guerra civil como um regime imperfeitamente totalitário e o Terceiro Reich no primeiro período após "la Loma del Poder", como um regime pré-totalitário.

[31] Segundo o autor, o pluralismo limitado não fazia parte da sociedade pré-comunistas, mas sim de relativa autonomia do aparelho do sistema e/ou da sociedade civil que conquistou certos espaços livres fora do sistema. Formalmente o partido manteve o seu monopólio bem como as suas ramificações e a envelhecida nomenclatura. A ideologia tornou-se uma "mentira viva" tanto para a população bem como para parte dos quadros, mas já não era a linha orientadora do sistema. Acrescenta o autor que o desenvolvimento diferente em diferentes países permite o desenvolvimento de uma tipologia que foi importante para os processos de transformação e colapso. Para a explicação dessa tipologia de regime autoritário pós-totalitário, Linz cita, Slepan, 1976; Linz, 2000; Thompson, 1988.

Raymond Aron, na divisão que faz de regimes de um só partido e de regimes de mais do que um partido, fala de três tipos de regimes de partido monopolista:

a) O tipo ideal que implicava, no dizer do autor, um partido perfeito no sentido da vontade totalitária e fortemente animada por uma ideologia. Esse partido tem como objetivo proceder a uma transformação radical da sociedade e configurá-la de acordo com a sua ideologia, tendo como desafio ambições extremamente amplas. A sociedade deste ideal tipo de partido é uma sociedade sem classes e a não diferenciação dos grupos sociais implica que cada grupo seja, pelo menos no seu trabalho, parte integrante do Estado. Aron, conclui identificando uma multiplicidade de fenómenos que todos juntos definem o tipo totalitário: 1) o monopólio da política reservado a um partido; 2) a vontade de impor a sua marca de ideologia à coletividade e renovar de forma radical a sociedade; 3) a vontade final de unir a sociedade e o Estado. (Aron, 2017)

b) O segundo tipo de partido monopolista abarca aqueles partidos que aspiram o monopólio da atividade política, mas não levam muito a sério a questão da ideologia, ou então que têm ambições ideológicas muito mais limitadas. Esse tipo de partido monopolista aceita uma diferenciação entre sagrado e profano, entre atividades pessoais e coletivas, a ação do Estado em relação ao uso de meios coercivos é mais moderada e não desperta no mesmo grau, o entusiasmo e o medo. Aron aponta como exemplo desse tipo o Partido Fascista que detinha o monopólio da atividade política, mas carecia de uma ideologia total. (Aron, 2017)

c) Finalmente, numa terceira espécie de regimes de Partido Único com vocação pluralista, o partido se apresenta como provisório e tendo como missão proceder a uma transformação revolucionária da sociedade, mas tem a perfeita noção que o ponto de chegada deve culminar com a instalação de um regime de múltiplos partidos ou, pelo menos, um regime de legalidade eleitoral. Aron aponta como exemplo o que aconteceu na Turquia. O partido dirigido por Kemal Atatürk[32] levou a cabo uma

[32] Atatürk (1881-1938), chamado Mustafá Kemal Paschá até 1934, é venerado como o criador da Turquia moderna ("Atatürk" significa, em turco, "pai da Turquia"). Começou a sua carreira política em 1905, ao fundar uma organização militar secreta, embrião do Movimento dos Jovens Turcos, cuja liderança assumiu na revolução de 1908. Comandante de diversos batalhões do exército durante a Primeira Guerra Mundial, comandou o levantamento nacional em 1919, após a derrota do Império Otomano. Formou em Anatólia um Governo de oposição ao sultão e, em abril de 1920, convocou uma assembleia nacional em Ancara, assumindo a presidência. Com o apoio soviético conseguiu expulsar os gregos da Ásia Menor e, na Paz de Lausanne de 1923, obteve algumas concessões territoriais, juntamente com a troca de cidadãos turcos por gregos. Durante o processo de modernização, suprimiu em 1922 o sultanato e em 1924, o califado. À frente do Partido Popular Republicano, fundado por ele próprio, chegou a presidente da República Turca em 1923 e fez significativas reformas (sistema

revolução e construiu um Estado nacional a partir das ruínas do Império Otomano com uma separação entre o Estado e a Igreja. Durante muitos anos o partido deteve o monopólio da atividade política e mais tarde, depois da guerra, organizou eleições livres, tendo perdido essas eleições. (Aron, 2017)

Nem só de classificação vive a discussão sobre os regimes autoritários. Ela é multifacetada e apaixonante. Linz alerta para a necessidade de se fazer atenção a outros aspetos que marcam profundamente o ser desse tipo de regime. Desde logo a questão da legitimação dos líderes autoritários. Segundo o autor, o papel proeminente do líder desses regimes faz com que facilmente lhe seja atribuído uma legitimidade carismática. Daí que, acrescenta, os regimes carismáticos podem conter um elemento carismático, uma vez que costumam surgir durante situações de crise graves, por um lado, e, o controlo dos meios de comunicação de massas, por outro, facilita a criação de uma imagem de um líder excecional. (Linz, 2015)

> Os regimes autoritários podem emergir como autoridade de facto, com pouca legitimidade, e desenvolver alguma instância carismática; mas acabam por adquirir uma mescla de autoridade legal, carismática e tradicional. O baixo nível de mobilização significa frequentemente que grande parte da população permanece numa posição passiva, reconhecendo os agentes do poder sem questionarem a sua legitimidade; e para estes, os costumes e os interesses próprios podem ser mais importantes de que as crenças para exercerem um controlo efetivo. (Linz, 2015, pp. 38-39)

Outro aspeto importante que para Linz deve-se ter em conta no estudo dos regimes autoritários é na relação entre regimes tradicionais e autoritários. Para ele, os regimes autoritários são muitas vezes consequência de derrube de formas tradicionais de legitimidade.

> São o produto de uma mobilização social e política parcial e das dúvidas quanto aos princípios tradicionais de legitimidade (devido em grande medida à secularização) de setores significativos da sociedade. Os sistemas autoritários – mesmo os que poderíamos chamar de reacionários – são modernizantes no sentido em que representam uma descontinuidade com a tradição, introduzem critérios de eficácia e racionalidade, de mérito e valor pessoal, e símbolos populares.[33] (Linz, 2015, p. 39)

judicial inspirado nos dos países europeus, monogamia, alfabeto latino, indumentárias ocidentais e restrições religiosas). O estabelecimento de um Estado unitário implicou a repressão das minorias étnicas, especialmente a curda e a armênia. (Do Klick Educação, 2021)

[33] Juan Linz adverte: "Não podemos esquecer que os regimes a que chamamos ditaduras régias na Europa sul-oriental foram criados por monarcas com uma legitimidade tradicional muito reduzida, e que aqueles reis que apoiaram ditadores, como Afonso XIII em Espanha, Vitor Emanuel III em Itália, e vários soberanos no Médio Oriente, acabaram por perder o trono, dando lugar a repúblicas democráticas ou a regimes autoritários sem rei". (Linz, 2015, pp. 39-40)

Linz entende que o Governo autoritário pode constituir um estádio intermédio, após o derrube da autoridade tradicional, mas nunca o caminho para a sua restauração, é que uma caraterística comum de muitos, senão a maioria dos regimes autoritários, é uma coexistência de diferentes formas de legitimação. O autor conclui afirmando que o que permite esta coexistência é o facto de a maioria da população reger-se por uma mistura de costume e de interesses particulares, dando lugar a uma cultura política de sujeitos passivos. (Linz, 2015)

Finalmente, Linz adverte que definir os regimes autoritários como um tipo específico de sistema político será apenas útil se pudermos demonstrar que estes regimes lidam com os problemas de forma própria e peculiar.

1.2.2 Regimes Totalitários

A classificação de um movimento social e político configura-se uma tarefa complexa, multifacetada e nem sempre pacífica entre aqueles que se dedicam a estudar e compreender esses fenómenos.

Assim como se destacou a contribuição do sociólogo Juan Linz no estudo e na compreensão dos regimes autoritários, neste ponto destaca-se e sintetiza-se a contribuição de dois autores que muito se esforçaram na análise dos regimes totalitários. Refere-se concretamente a Hannah Arendt, através da sua obra "Origens do Totalitarismo" e Raymond Aron em *"Democracia y Totalitarismo"*. A abordagem histórica, e de certa forma psicológica de Arendt, contrasta com a de Aron com uma base mais sociológica do fenómeno totalitário. A estes dois autores acrescenta-se uma terceira visão, mais recente, do autor Luigi Preti, na obra *"El desafio entre democracia y totalitarismo"*. Se é verdade que os dois primeiros autores centram essencialmente a sua análise nos regimes alemão e russo, o terceiro adiciona um fator comparativo entre esses dois regimes e o fascismo italiano.

No prefácio à primeira edição da obra "Origens do Totalitarismo", escrita no verão de 1950, Hannah Arendt explica que a existência de duas guerras mundiais em uma geração, separadas por vários conflitos locais e várias revoluções, a inexistência de tratados de paz para os vencidos e a ausência de tréguas para os vencedores, criaram um ambiente de expectativa e de uma certa calma como quando não há mais esperança. A humanidade ficara, com isso, na dependência de forças políticas que poderiam a qualquer momento fugir às regras do bom senso. É como se a humanidade se houvesse dividido entre os que acreditam na omnipotência humana,

logo julgam ser possível manipular as massas, e os que conhecem a falta de qualquer poder como a principal experiência da vida. Segundo a autora a tentativa totalitária de dominação à escala mundial foi uma resposta destrutiva para todos os impasses criados. (Arendt, 1979)

> O problema é que a nossa época interligou de modo tão estranho o bom e o mau que, sem a expansão dos imperialistas levada adiante por mero amor à expansão, o mundo poderia jamais ter-se tornado um só; sem o mecanismo político da burguesia que implantou o poder pelo amor ao poder, as dimensões da força humana poderiam nunca ter sido descobertas; sem a realidade fictícia dos movimentos totalitários, nos quais — pelo louvor da força por amor à força — as incertezas essenciais do nosso tempo acabaram sendo desnudadas com clareza sem par, poderíamos ter sido levados à ruína sem jamais saber o que estava acontecendo.
>
> E, se é verdade que, nos estágios finais do totalitarismo, surge um mal absoluto (absoluto, porque já não pode ser atribuído a motivos humanamente compreensíveis), também é verdade que, sem ele, poderíamos nunca ter conhecido a natureza realmente radical do mal. (Arendt, 1979, p. 7)

Luigi Preti segue no mesmo sentido ao analisar as pré-condições da instalação do totalitarismo alemão, ao afirmar que a Primeira Guerra Mundial teve efeitos extremamente negativos para a Alemanha. Diz o autor que o completo derrubamento do velho Estado provocou uma verdadeira desorientação geral num país que sempre foi partidário da ordem. A derrota militar e o Tratado de Versalhes[34] tiveram um efeito deprimente sobre os alemães que se consideravam, em larga escala, vítimas da injustiça dos vencedores. Para estes, o Estado democrático-liberal, ao assinar o pesado e humilhante tratado, era responsável pelas condições de inferioridade a que a guerra perdida havia reduzido a Alemanha. (Preti, 1983)

[34] Tratado de paz assinado em 1919 pelas potências europeias que pôs fim, de forma oficial, à Primeira Guerra Mundial. O principal ponto do Tratado determinava a aceitação por parte da Alemanha de todas as responsabilidades como causador da guerra. Entre as imposições constava a perda de parte do seu território para algumas nações fronteiriças, de todas as colónias sobre os oceanos e sobre o continente africano, uma restrição quanto ao tamanho do seu exército e uma indemnização pelos prejuízos causados pela guerra. Os termos do tratado causaram humilhação na população o que mais tarde vem a contribuir para a queda da República de Weimar, em 1933, e pela ascensão do nazismo.
(https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Versalhes_(1919)) consultado em 11/10/2021)

A obra de Arendt, sobre o totalitarismo, centra a sua análise no regime nazista, de Adolf Hitler[35], e no Estalinismo, de Joseph Stalin[36] na Rússia. A autora proceda a uma análise de pormenor quanto à complexidade do fenómeno associando o totalitarismo a algumas condições básicas, sendo as mais relevantes: a importância e o apoio de uma massa desorganizada e volúvel, a importância da ideologia, a propaganda, o uso da força e do terror e o fanatismo do líder.

Antes de se entrar na descrição das características que marcaram os principais regimes totalitários, considera-se importante, com a ajuda de Luigi Preti (1983), revisitar os caminhos que conduziram Hitler ao comando da mais poderosa nação europeia, primeiro como Chanceler, através de um processo claramente constitucional e, depois, como *Führer*, num golpe diabólico. Uma vez nomeado Chanceler, Hitler precisou apenas de uns meses para dar a volta à República de Weimar e instalar a sua ditadura, com a morte do Presidente que o tinha nomeado.

O percurso para a chegada de Hitler ao poder foi longo e cheio de acontecimentos e conttradições. Começa em 1923 com uma tentativa de golpe de estado à partida condenado ao fracasso, tendo em conta a modéstia das suas tropas. Hitler acaba preso e passa cerca de dois anos numa confortável prisão onde aproveitou para escrever o seu livro *Mein Kampf* (em português: Minha Luta) e reconstituiu o partido que estava praticamente extinto: Partido Nacionalista dos Trabalhadores Alemãs. Os temas de eleição do partido eram: antissemitismo, anti bolchevismo e o antiparlamentarismo. Desenvolve uma atividade propagandística visando obter apoio dos antissocialistas que não lhe deu mais de 2,6% dos votos nas eleições de 1928. (Preti, 1983)

Quando tudo fazia prever que Hitler não passaria dessas eleições, tendo em conta o score eleitoral, despoletou-se uma crise económica que lhe vai servir de balão de

[35] Adolf Hitler nasceu em Braunau am Inn em 20 de abril de 1889 e morreu em Berlim em 30 de abril de 1945. Hitler era o principal líder da Alemanha nazista desde que foi nomeado chanceler em 1933. Em 1913, ele fugiu do império Austro-Húngaro para evitar o serviço militar, refugiando-se em Munique. Lá ele alistou-se nas fileiras alemães durante o IGM. Após a derrota, a mente de Hitler voltou-se ainda mais para a ultradireita, acusando os políticos de terem traído a Alemanha ao aceitar os termos do Tratado de Versalhes. Tornou-se líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães e declarou-se antis-semita, nacionalista, antiliberal, anticomunista e anti pacífico. (Canal História, 2021) (Tradução do autor)

[36] Em 18 de dezembro de 1879, na aldeia camponesa russa de Gori, Georgia, nasceu Losif Vissariono-vicch Dzhugashvili, mais tarde conhecido como Joseph Stalin. Chegou ao poder como secretário-geral do Partido Comunista da Rússia, tornando-se um ditador soviético após a morte de Vladimir Lenin. Stalin forçou a rápida industrialização e coletivização de terras agrícolas, resultando na morte de milhões de pessoas por inanição, enquanto outras foram enviadas para campos de trabalho. Seu Exército Vermelho ajudou a derrotar a Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Faleceu em Moscovo a 5 de março de 1953. (Canal História, 2021)(Tradução do autor)

oxigénio. Usa a crise económica para desencadear uma campanha de propaganda nazi aproveitando-se dos desempregados e dos camponeses e responsabilizando o sistema político criado em 1919 pela crise económica. Numa campanha caracteristicamente demagógica, Hitler denuncia o Tratado de Versalhes como punitivo e injusto para o povo alemão e considerou traidores os políticos no poder por não terem posto fim àquela humilhação. Assim, tal como tinha acontecido com o fascismo, o nazismo acabara de se converter num grande partido de massas, característica que até então só os partidos da classe operária tinham revelado. (Preti, 1983)

Toda essa campanha demagógica fez com que o partido nazista tivesse resultados excelentes nas eleições de 1930. Dos 2,6% conquistados nas eleições de 1928, o partido passou para 18,3% dos votos, que lhe deram acento a 107 parlamentares ao invés dos 12 que tinha até então. Em 1932 Hitler apresenta-se como candidato às eleições presidenciais, mais para ganhar notoriedade do que para ser eleito e foi derrotado na segunda volta, tendo obtido 36,8% dos votos. (Preti, 1983)

As últimas eleições não deram uma maioria parlamentar a nenhum partido, pelo que não foi possível ao Presidente da República formar um Governo estável. Há instabilidade política e económica, uma contestação grande dos eleitores, uma situação de insatisfação generalizada que não podia ser tolerada mais. Perante isso, o Presidente, ainda que cético, decidiu instalar um Governo estável chefiado pelos conservadores nacionalistas de direita. Conselheiros do Presidente garantiram-lhe que era possível manter Hitler sob controlo.

Assim, no dia 30 de janeiro de 1933, como resultado do massivo apoio popular aos Nazistas, Hitler é nomeado pelo Presidente alemão Paul von Hindenburg,[37] Chanceler do Reich com poderes especiais de emergência, para legislar sob forma de decretos, por um período de quatro anos, substituindo o Parlamento nessas funções. Começou por dissolver todas as organizações sindicais da Alemanha. Em menos de seis meses, fez aprovar uma lei que estabelecia que o Partido Nazi era o único partido da Alemanha. Em agosto do ano seguinte, morre o Presidente Hindenburg. A função de Presidente foi abolida e Hitler passa a ser chamado de Führer e Chanceler do Reich.

Para Arendt os regimes totalitários só permanecem no poder e, como tal, os seus líderes também, enquanto comandam e têm o apoio das massas. Explica que a

[37] Paul von Hindenburg (1847-1934) foi um militar alemão que comandou o exército imperial alemão durante a Primeira Guerra Mundial tendo sido posteriormente Presidente da República de Weimar, de 1925 até à sua morte. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Paul_von_Hindenburg) consultado em 11/10/2021.

ascensão de Hitler no poder foi legal, dentro do sistema maioritário que prevalecia na Alemanha. Não teria sido possível manter-se no poder num país com uma população grande, sobrevivido a tantas crises internas e externas, a tantas lutas intrapartidárias se não tivesse tido o apoio e a confiança das massas. A mesma situação verifica-se no caso de Stalin. Nem os julgamentos de Moscovo e a liquidação do grupo de Röhm não teriam sido possíveis se as massas não tivessem apoiado Stalin e Hitler. (Arendt, 1979)

Na ótica da autora, a propaganda que antecede a instalação dos regimes totalitários é marcada pela vanglória de crimes passados e de planeamento cuidadoso de crimes futuros. E as massas sabem isso e aceitam o mal independentemente da perversão dos atos de violência, pois estes eram por eles interpretados como sinónimo de esperteza.

> Mas o que é desconcertante no sucesso do totalitarismo é o verdadeiro altruísmo dos seus adeptos. É compreensível que as convicções de um nazista ou bolchevista não sejam abaladas por crimes cometidos contra os inimigos do movimento; mas o facto espantoso é que ele não vacila quando o monstro começa a devorar os próprios filhos, nem mesmo quando ele próprio se torna vítima da opressão, quando é incriminado e condenado, quando é expulso do partido e enviado para um campo de concentração ou de trabalhos forçados. Pelo contrário: para o assombro de todo o mundo civilizado, estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que o seu status como membro do movimento permaneça intacto. (Arendt, 1979, p. 278)

Segundo Arendt o fanatismo dos movimentos totalitários, ao contrário das outras formas de idealismo, desaparece a partir do momento em que o movimento deixa em apuros os seus seguidores fanáticos, mas, dentro da estrutura do movimento, os membros fanatizados são inalcançáveis quer pela experiência quer pela força do argumento. A forte identificação com o movimento e o conformismo total a que estão submetidos conduzem a um aniquilamento da capacidade de sentir ainda que seja algo extremo como a tortura ou o medo de morrer. (Arendt, 1979)

> Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas — e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos, como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. Todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários, que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que outras condições lhes sejam favoráveis. (Arendt, 1979, p. 278)

Para reforçar a ideia de que os movimentos totalitários parecem impossíveis em países pequenos, Arendt refere que nem mesmo Mussolini, adepto e usuário da expressão "Estado Totalitário", tentou estabelecer um regime inteiramente totalitário ficando apenas por uma ditadura unipartidária. Aponta ainda os exemplos

da Roménia, Polónia, Lituânia, Letónia, Hungria, Portugal e Espanha que viram instaladas ditaduras não totalitárias.

> Em todos esses países menores da Europa, movimentos totalitários precederam ditaduras não totalitárias, como se o totalitarismo fosse um objetivo demasiadamente ambicioso, e como se o tamanho do país forçasse os candidatos a governantes totalitários a enveredar pelo caminho mais familiar da ditadura de classe ou de partido. Na verdade, esses países simplesmente não dispunham de material humano em quantidade suficiente para permitir a existência de um domínio total qualquer que fosse e as elevadas perdas populacionais decorrentes da implantação de tal sistema. (Arendt, 1979, p. 279)

Segundo a autora, uma vez que os ditadores desses pequenos países não tinham muita possibilidade de conquistar territórios, estavam obrigados à moderação para não perderem os poucos súbditos de que dispunham.[38]

Em relação aos regimes de Portugal e Espanha, Preti tem uma leitura mais crítica do que ele chamava de sistemas caducos. Defende que não obstante a sobrevivência desses regimes, era impensável que depois do final da guerra e da consagração dos valores democráticos, antítese dos do totalitarismo, no ocidente, o fascismo pudesse ter sucesso em qualquer outro país do mundo. Ambos os regimes sobreviveram mais de trinta anos, mas ambos estavam totalmente passados de época. Eram, na perspetiva do autor, uns cadáveres em pé. Os jovens com uma cultura moderna e europeia não aceitavam o anacronismo de determinadas instituições, quando comparadas com outras dos países mais desenvolvidos. (Preti, 1983)

Em Portugal, o regime sobreviveu uns anos após a morte do ditador, com um Governo brandamente despótico de Caetano, que foi deposto com extrema facilidade pelas forças armadas que eram as únicas que compreendiam a loucura da guerra colonial em África. Em Espanha o regime sobreviveu pelo prestígio do velho e doente Franco. Os regimes também aguentaram esse tempo, em parte, pelo facto do ocidente, e principalmente os Estados Unidos, terem receio dos efeitos contra e também porque era preciso ter em conta a nova política de alinhamento da Aliança Atlântica. Durante os trinta anos do pós-guerra dos regimes autoritários da Península Ibérica nada fez pensar que pudessem influenciar negativamente o curso da democracia no resto da Europa. O máximo que os regimes poderiam fazer era oferecer refúgio aos fanáticos e criminosos da extrema direita que fugiam dos seus países para não serem presos. (Preti, 1983)

[38] Hannah Arendt clarifica que, é por essas razões que, antes do início da guerra, o nazismo ficou muito aquém do que aconteceu na Rússia em matéria de coerência e crueldade, uma vez que nem sequer o povo alemão era em número suficiente para permitir o completo desenvolvimento do totalitarismo. Consequentemente, foi só durante a guerra, depois que as conquistas do Leste forneceram grandes massas e tornaram possíveis os campos de extermínio, que a Alemanha pôde estabelecer um regime verdadeiramente totalitário.

> O regime totalitário encontra ambiente assustadoramente favorável nas áreas de tradicional despotismo oriental como a Índia ou a China, onde existe material humano quase inesgotável para alimentar a máquina de poder e de destruição de homens que é o domínio total, e onde, além disso, o sentimento de superfluidade do homem da massa um fenômeno inteiramente novo na Europa, resultado do desemprego em massa e do crescimento populacional dos últimos 150 anos prevalece há séculos no desprezo pela vida humana. A moderação ou métodos menos sangrentos de domínio não se deviam tanto ao receio dos governos de que pudesse haver rebelião popular: resultaram de uma ameaça muito mais séria: o despovoamento de seus próprios países. Somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o Governo totalitário, diferente do movimento totalitário. (Arendt, 1979, pp. 279-280)

Arendt clarifica o conceito de massa afirmando que o termo só se aplica quando se refere a pessoas que, devido ao número ou à sua indiferença, ou a uma mistura das duas coisas, não consegue entrar para uma organização de interesse comum seja ele um partido político, uma organização profissional ou um sindicato de trabalhadores. Normalmente as massas constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido político e muito raramente exercem o poder do voto e potencialmente podem ser encontradas em qualquer país. Acrescenta a autora que durante o período da sua ascensão, tanto o movimento nazista da Alemanha como os movimentos comunistas da Europa, depois de 1930, recrutaram os seus membros entre essa massa de pessoas aparentemente desinteressadas e por isso não tinham merecido a atenção dos outros partidos. (Arendt, 1979)

> O sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral e, em particular, dos Estados-nações europeus e do seu sistema partidário. A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do Governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de Governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceites apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação. Agora, os movimentos totalitários demonstravam que o Governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país. Assim, quando os movimentos totalitários invadiram o Parlamento com o seu desprezo pelo Governo parlamentar, pareceram simplesmente contraditórios; mas, na verdade, conseguiram convencer o povo em geral de que as maiorias parlamentares eram espúrias e não correspondiam necessariamente à realidade do país, solapando com isso a dignidade e a confiança dos governos na soberania da maioria. (Arendt, 1979, pp. 280-281)

O desmoronamento do sistema de classe significa o colapso do sistema de partido. Este deixa de ter quem representar uma vez que a sua função era a de representar as classes.

> A queda das paredes protetoras das classes transformou as maiorias adormecidas, que existiam por trás de todos os partidos, numa grande massa desorganizada e desestruturada de indivíduos furiosos que nada tinham em comum exceto a vaga noção de que as esperanças partidárias eram vãs; que, consequentemente, os mais respeitados, eloquentes e representativos membros da comunidade eram uns néscios e que as autoridades constituídas eram não apenas perniciosas mas também obtusas e desonestas. (…) Essa massa de homens insatisfeitos e desesperados aumentou rapidamente na Alemanha e na Áustria após a Primeira Guerra Mundial, quando a inflação e o desemprego agravaram as consequências desastrosas da derrota militar, despontou em todos os Estados sucessórios e apoiou os movimentos extremistas da França e da Itália desde a Segunda Guerra Mundial.
>
> Foi nessa atmosfera de colapso da sociedade de classes que se desenvolveu a psicologia do homem de massa da Europa… (Arendt, 1979, p. 283)

É sobre essa massa, que tinha como principal caraterística o isolamento e a falta de relações sociais normais, que o sistema totalitário vai assentar o seu alicerce e ceifar milhões de vidas com principal destaque para o nazismo alemão e para o estalinismo soviético. Assim sendo, os movimentos totalitários são identificados como organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados.

> Os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é feita pelos líderes dos movimentos totalitários mesmo antes de tomarem o poder e decorre da alegação, já contida em sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana. Contudo, onde o Governo totalitário não é preparado por um movimento totalitário (como foi o caso da Rússia em contraposição com a Alemanha nazista), o movimento tem de ser organizado depois, e as condições para o seu crescimento têm de ser artificialmente criadas de modo a possibilitar a lealdade total que é a base psicológica do domínio total. (Arendt, 1979, p. 289)

Por sua vez, Raymond Aron lembra que, como qualquer outro fenómeno social, o totalitário se presta a muitas definições, em função dos aspetos que o observador pretende ressalvar. Assim, enumera cinco elementos principais que caracterizam um fenómeno totalitário:

> 1) Tiene lugar en un régimen que concede a un partido el monopolio de la actividad política;
>
> 2) El partido monopolista esta imbuido o armado de una ideología a la que se le confiere una autoridad absoluta, y que por consiguiente se transforma en la verdad oficial del Estado;
>
> 3) Con objeto de difundir esta verdad oficial, el Estado se reserva a su vez un doble monopolio, el de la fuerza y el de la persuasión. El conjunto de los medios de comunicación – radio, televisión, prensa – es dirigido por el Estado y por quienes lo representan;
>
> 4) La mayoría de las actividades económicas y profesionales están sometidas al Estado y, en cierta manera, de vienen parte del mismo. Como el estado es inseparable de su ideología, dichas actividades económicas y profesionales se ven tenidas por la verdad oficial;

> 5) Dado que todo es actividad del Estado, y que toda a clase de actividad está sometida a la ideología, una falta cometida dentro de una actividad económica o profesional es simultáneamente una falta ideológica. Por último, tiene lugar la politización, la transfiguración ideológica, de todas las faltas posibles de les individuos y sobreviene el terror a la vez policial e ideológico [39]. (Aron, 2017, pp. 291-292)

Aron clarifica que não se pode determinar qual desses elementos é mais importante para a definição do totalitarismo. No entanto, na sua perspetiva, o fenómeno é perfeito quando estes cinco fatores se conjugam em uníssono. Afinal, os regimes não se tornaram totalitários através de um processo de treinamento progressivo, mas sim através de um propósito devidamente intencional, original, que tem como objetivo transformar, segundo uma ideologia própria, a ordem existente. As características comuns dos partidos revolucionários que chegaram a totalitários são: a amplitude das ambições, o radicalismo das atividades e o extremismo dos meios. (Aron, 2017)

Preti, por sua vez, lembra que o nazismo, como o fascismo italiano (e ambos reduzem ao mínimo o poder dos líderes tradicionais) combate todo o pluralismo e luta pela unidade do Reich, rejeita o princípio de igualdade a favor de hierarquia, não determinado pelo status social, como no passado, mas sim pelas funções que cada um ocupa na organização piramidal. Dá a cada um o orgulho do posto que ocupa. (Preti, 1983)

> El nazismo declara muerta, en nombre de la revolución, a la inepta y vil democracia liberal y proclama la cruzada contra el abominable comunismo, al cual declara enemigo de la patria; rechaza firmemente el principio de la libertad individual y todas las instituciones que derivan de ella, contrapone al individuo la nación como ideafuerza; exalta la absoluta preeminencia del interés de la colectividad nacional sobre el de la persona; cancela toda forma de elección y de designación democrática desde abajo; instaura el partido único, verdadera e propria columna

[39] 1) Ocorre em regime que concede a um partido o monopólio da atividade política;
2) O partido monopolista está imbuído de uma ideologia que lhe confere autoridade absoluta e que, por conseguinte, se torna a verdade oficial do Estado;
3) Para difundir esta verdade oficial, o Estado, por sua vez, reserva-se um duplo monopólio, o da força e o da persuasão. O conjunto dos meios de comunicação - rádio, televisão, imprensa - é dirigido pelo Estado e por quem o representa;
4) A maior parte das atividades económicas e profissionais estão subordinadas ao Estado e, de certa forma, dele advêm. Como o Estado é inseparável de sua ideologia, tais atividades económicas e profissionais são consideradas a verdade oficial;
5) Dado que tudo é uma atividade do Estado, e que todo o tipo de atividade está sujeito à ideologia, uma falha cometida no seio de uma atividade económica ou profissional é simultaneamente uma falha ideológica. Enfim, dá-se a politização, a transfiguração ideológica, de todas as falhas possíveis dos indivíduos e sobrevém o terror, ao mesmo tempo, policial e ideológico. (Tradução do autor)

> vertebral del Estado; organiza al lado del ejército y con distintas funciones los cuerpos armados de la revolución (SA, SS), mucho menos escrupulosas que la milicia fascista[40]. (Preti, 1983, p. 66)

Para Hannah o totalitarismo não governa por meios externos, ou seja, através de um Estado e de uma máquina de violência. Ele descobriu um meio de subjugar e aterrorizar os seres humanos internamente. O totalitarismo diminui a distância entre governantes e governados. O líder autoritário normalmente é uma pessoa desprendida, que é capaz de dar a sua própria vida por uma causa maior. Apresenta-se como um simples funcionário das massas, não é um indivíduo sedento de poder, e como tal pode ser substituído a qualquer hora e depende tanto do "desejo" das massas como as massas dependem dele. Sem ele as massas não teriam representação externa e, mais não eram do que "um bando amorfo", e sem as massas o líder seria uma nulidade. (Arendt, 1979)

Outro aspeto que Arendt (1979) considera importante para o estudo do totalitarismo é a propaganda totalitária, direcionada para as massas pois esta não é atraída pelo ímpeto totalitarista como a ralé e a elite. O terror só pode ser usado até certo ponto pelos movimentos totalitários que lutam pelo poder pois, como qualquer outro partido, precisam de granjear aderentes ao movimento. No entanto, quando o totalitarismo consegue o controlo absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo, mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias.

> A propaganda é, de facto, parte integrante da "guerra psicológica"; mas o terror o é mais. Mesmo depois de atingido o seu objetivo psicológico, o regime totalitário continua a empregar o terror; o verdadeiro drama é que ele é aplicado contra uma população já completamente subjugada. Onde o reino do terror atinge a perfeição, como nos campos de concentração, a propaganda desaparece inteiramente; na Alemanha nazista, chegou a ser expressamente proibida. Em outras palavras, a propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não totalitário; o terror, ao contrário, é a própria essência da sua forma de Governo. Sua existência não depende do número de pessoas que a infringem [41]. (Arendt, 1979, p. 304)

[40] O nazismo declara morta, em nome da revolução, a inepta e vil democracia liberal e proclama a cruzada contra o abominável comunismo, que declara inimigo do país; rejeita firmemente o princípio da liberdade individual e todas as instituições que dele decorrem; opõe ao indivíduo a nação como ideia de força; exalta a absoluta proeminência do interesse da comunidade nacional sobre o do indivíduo; cancela todas as formas de eleição democrática e nomeação de baixo para cima; estabelece o partido único, verdadeira e própria espinha dorsal do Estado; organizou ao lado do exército e com funções diferentes as forças armadas da revolução (SA, SS), muito menos escrupulosas que a milícia fascista. (Tradução do autor)

[41] A autora esclarece que o terror como substituto da propaganda teve mais importância no nazismo do que no comunismo. Os comunistas não cometeram atentados contra personalidades importantes como tinha acontecido anteriormente na Alemanha; em vez disso matavam pequenos funcionários socialistas ou membros influentes dos partidos inimigos numa tentativa de mostrar a população o quanto poderia ser perigoso pertencer a um partido. Assim, acrescenta a autora, uma vez que a polícia nem os tribunais processavam os criminosos políticos ditos da direita, esse tipo de terror dirigido contra a massa era valioso enquanto propaganda totalitária.

Não obstante, o que carateriza a propaganda totalitária, segundo Arendt, mais do que as ameaças diretas e crimes contra indivíduos, é o uso de insinuações indiretas e ameaçado-as contra todos aqueles que não seguirem os seus ensinamentos, seguidas de assassinatos em massa perpetrados igualmente contra "culpados" e "inocentes".

De acordo com Arendt a propaganda totalitária aperfeiçoou o chamado cientificismo ideológico e a técnica de afirmações proféticas.[42] A principal qualificação de um líder de massa é a sua infinita infalibilidade. Um líder de massa em situação alguma pode admitir que errou. (Arendt, 1979)

> O efeito propagandístico da infalibilidade, o extraordinário sucesso que decorre da humilde pose de mero agente interpretador de forças previsíveis, estimulou nos ditadores totalitários o hábito de anunciar as suas intenções políticas sob a forma de profecias. O exemplo mais famoso é o anúncio que Hitler fez ao Reichstag alemão em janeiro de 1939: "Desejo hoje mais uma vez fazer uma profecia: caso os financistas judeus (...) consigam novamente arrastar os povos a uma guerra mundial o resultado será (...) a aniquilação da raça judaica na Europa". Traduzido em linguagem não totalitária, isso significa: pretendo travar uma guerra e pretendo matar os judeus da Europa. Da mesma forma, Stálin, no discurso proferido perante o Comitê Central do Partido Comunista em 1930, ao descrever os seus dissidentes no partido como representantes de "classes agonizantes", abriu o caminho para a sua eliminação física. Em estilo totalitário, essa definição anunciava a destruição física daqueles cuja "agonia" acabava de ser profetizada. (Arendt, 1979, p. 308)

Segundo Arendt, a mais eficaz ficção da propaganda nazista foi a história de uma conspiração mundial judaica. Reconhece, no entanto, que a propaganda antissemita baseada em mentiras acerca de uma conspiração mundial judaica não era uma invenção dos nazistas, já existia no pós-guerra. Essa propaganda baseava-se na interrelação e interdependência do povo judaico disseminado por todo o mundo. A autora aponta como exemplo o caso Dreyfus[43].

---

[42] Segundo Arendt o cientificismo na propaganda de massa vinha sendo emprego de modo tão universal na política moderna que chegou a ser identificado como sintoma mais geral da obsessão com a ciência que caraterizou o ocidente desde o florescimento da matemática e da física no século XVI. Neste sentido, totalitarismo parece ser apenas o último estágio de um processo durante o qual a ciência tornou-se num ídolo que cura os males da existência e transforma a natureza do homem.

[43] O caso Dreyfus foi um escândalo que dividiu a França nos finais do século XIX, envolvendo a acusação e condenação de um jovem capitão do exército, Alfred Dreyfus, por traição. Foi no dia 22 de dezembro de 1894 que foi proferida a sentença, após um breve julgamento, feito em tribunal militar e à porta fechada, de prisão perpétua. Dreyfus foi acusado de passar documentos militares secretos ao exército alemão. Foi destituído da sua patente e enviado para a Ilha do Diabo, a prisão militar francesa na Guiana, onde viveu vários anos até à reabertura do processo, após o escândalo que rebentou junto da opinião pública francesa. O Caso Dreyfus poderia ter sido rapidamente resolvido e nunca ter atingido qualquer notoriedade. Os serviços de contraespionagem franceses fizeram uma investigação mais profunda e detetaram vários erros no processo, com o surgimento de indícios seguros de que se tinha tratado de uma injustiça. O que verdadeiramente transformou o assunto num caso nacional foi a forma como os responsáveis do exército francês ocultaram informações e forjaram documentos, agravando a pena de Dreyfus. Rapidamente alastrou pela opinião pública a ideia de que o capitão fora

> A propaganda nazista, em outras palavras, descobriu no judeu (…) o precursor do conquistador germânico do mundo, e assegurou às massas que "as nações que primeiro conhecerem o judeu pelo que é, e forem as primeiras a combatê-lo, tomarão o seu lugar no domínio mundial". A ilusão de um domínio mundial judeu já existente constituiu a base da ilusão do futuro domínio mundial alemão. (Arendt, 1979, p. 316)

Portanto, de acordo com Arendt, a propaganda nazista projetava a conquista do mundo e, para isso, era preciso ultrapassar o único obstáculo que era um povo sábio que dominava o mundo mesmo sem possuir instrumentos de violência. Para tal bastava desvendar o segredo do povo judaico e emular o seu método em maior escala. Essa propaganda desenvolveu o conceito de *Volksgemeinschaft*[44] que se baseava na igualdade de natureza de todos os alemães e na suprema diferença que os distinguia de todos os outros povos. No entanto, depois que os nazistas chegaram ao poder este conceito foi gradualmente substituído, por um lado, por um desprezo generalizado pelo povo alemão e, por outro, por um grande desejo de aumentar os escalões com "arianos" de outros países. A *Volksgemeinschaft* foi apenas a preparação propagandística para uma sociedade racial "ariana" com o objetivo maior e final que era a destruição de todos os povos incluindo o povo alemão. (Arendt, 1979)

> Até certo ponto, a Volksgemeinschaft era a tentativa nazista de combater a promessa comunista de uma sociedade sem classes. A vantagem propagandística da primeira sobre a segunda parece clara, se desprezarmos todas as implicações ideológicas. Embora ambas prometessem acabar com todas as diferenças sociais e de propriedade, a sociedade sem classes tinha a conotação óbvia de que todos desceriam ao nível de um empregado de fábrica, enquanto a Volksgemeinschaft, com a sua conotação de conspiração para a conquista mundial, oferecia uma razoável esperança de que todo alemão poderia vir a ser um dono de fábrica. Mas a vantagem ainda maior da Volksgemeinschaft era que a sua criação não precisava esperar por alguma data futura e não dependia de condições objetivas: podia ser realizada imediatamente no mundo fictício do movimento. (Arendt, 1979, pp. 316-317)

A propaganda do regime soviético foi feita em toda a sua largura. Nada foi deixado ao acaso. Todos os meios possíveis foram utilizados como meio de exaltação dos êxitos e vitórias como expressão de uma ilusão sistemática. Começava assim a nova era do triunfalismo. Mussolini considerava suficientes, para fazer a propaganda do seu regime, os media e a imprensa. O estalinismo mobilizou igualmente o cinema, a literatura e todas as formas de arte para a divulgação da propaganda. (Preti, 1983)

---

um bode expiatório num processo viciado à partida, que fora incriminado por ser judeu e que as autoridades militares procuravam sobretudo salvar a face da instituição militar à custa do sacrifício de um inocente. O Caso Dreyfus abalou profundamente a confiança dos franceses nas suas instituições e na sua justiça e dividiu a sociedade francesa entre apoiantes e detratores do capitão, fazendo emergir o antissemitismo latente e as frustrações nacionalistas da França, humilhada após a derrota sofrida em 1870. (Sousa Pinto, 2016)

[44] Comunidade nacional (Tradução do autor)

Finalmente, os regimes totalitários jamais se tinham insurgido contra as religiões tradicionais ou instituído as suas próprias religiões. Mussolini, não obstante o seu ateísmo pessoal, aliou-se por conveniência política com a igreja católica. Hitler limitou-se a manter uma áspera polémica com as igrejas cristãs na defesa das suas doutrinas racistas. Stalin, tinha entendimento contrário. Ele partilhava as teses de Lenin de que a religião, como fé numa vida ultraterrena melhor, deveria ter o objetivo de facilitar a exploração das massas pelos capitalistas. Por isso, o estalinismo se propôs eliminar a religião e, também, porque esta perturbava a ideologia monolítica do novo Estado. (Preti, 1983)

Assim sendo, Stalin intensificou a ação antirreligiosa através de medidas repressivas mais duras do que aquelas que tinha utilizado até então. Quase todos os edifícios e seminários foram encerrados e convertidos em espaços de uso cultural, os poucos sacerdotes foram obrigados a viver em condições miseráveis. Em paralelo, o regime incentivava o ateísmo. Criou a associação dos "sem Deus", muito propalada e com milhões de inscrições. O ateísmo científico converteu-se num elemento fundamental da autointitulada ideologia marxista-leninista (na verdade estalinista) que o partido difundia como uma nova religião popular com seus dogmas e artigos de fé. Fazia-se a compilação de textos oficiais de ateísmo científico que eram utilizados como material para ensino nas escolas. Os jovens deveriam prestar juramento de profissão ateia. (Preti, 1983)

Hannah Arentd esclarece que o totalitarismo é caraterizado por uma matriz aplicada sempre que alcança o poder. Essa matriz é caraterizada pela destruição das instituições existentes e a criação de novas.

> (…) o Governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras uni partidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial. (Arendt, 1979, p. 391)

Para execução e concretização dessa matriz, o totalitarismo socorre-se da sua forma de Governo marcada pela ideologia e o uso do terror. Na verdade, o terror é a realização da lei do movimento totalitário.

> O terror é a realização da lei do movimento. O seu principal objetivo é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea. Como tal, o terror procura "estabilizar" os homens a fim de liberar as forças da natureza ou da história. Esse movimento seleciona os inimigos da humanidade contra os quais se desencadeia o terror, e não pode permitir que qualquer ação livre, de oposição ou de simpatia, interfira com a eliminação do "inimigo objetivo" da História ou da Natureza, da classe ou da raça. Culpa e inocência viram conceitos vazios; "culpado" é quem

> estorva o caminho do processo natural ou histórico que já emitiu julgamento quanto às "raças inferiores", quanto a quem é "indigno de viver", quanto a "classes agonizantes e povos decadentes". (Arendt, 1979, p. 395)

O uso do terror justifica-se, na ótica do movimento totalitário, não para alcançar o bem-estar dos homens, pelo contrário, a sua aplicação visa uma fabricação da humanidade, elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as "partes" em benefício do "todo". Esse terror total que é a essência do regime totalitário tem como função proporcionar às forças da natureza, ou da história, um meio de acelerar o seu movimento. Finalmente, este processo conduz a que aqueles que, num primeiro momento, eliminam raças e indivíduos da tal classe agonizante e dos povos decadentes, mais tarde serão sacrificados. O sistema totalitário prepara os seus súbditos para que cada um se ajuste igualmente bem ao papel de carrasco e ao papel de vítima. Essa preparação de ambos, no fundo, constitui a ideologia. (Arendt, 1979)

Para Aron, do ponto de vista formal, podemos observar no regime totalitário soviético três tipos de terror:

1- O terror pode ser legal, pode estar codificado e o código soviético enumera um conjunto de ações consideradas criminais que eventualmente não seriam consideradas como tal num regime pluralista. O regime soviético está mais empenhado em evitar que um culpado fique impune do que condenar um inocente. Existe uma fórmula que pode ser considerada "atividade contrarrevolucionária" que se prestava a todo o tipo de interpretações e que dava cobertura à tal lista de ações criminais e que podiam ser interpretadas de forma diversa pelos tribunais. Também era famoso o princípio de analogia que era aplicado sempre que um determinado ato não se encontrava em nenhum artigo da lei tipificado como crime. Neste caso era analisado por analogia a um outro que, este sim, considerado pelo código como crime[45]. (Aron, 2017)

Os tribunais administrativos representavam um segundo aspeto formal do terror, mais temido que os tribunais penais. Um texto de 1937 dava a esses tribunais poderes de repressão sumária em caso de atividades contrarrevolucionárias. Tudo se deveria passar em pouco tempo e sem qualquer possibilidade de recurso por parte

[45] No entanto, Aron clarifica que essa repressão legal não constituía o principal aspeto do fenómeno terrorista no regime soviético. Na verdade, desde 1934 que alguns artigos do código penal soviético que davam à polícia secreta e ao Ministério do Interior poder para prender indivíduos que eram considerados socialmente perigosos que se dedicavam a atividades contrarrevolucionárias, julgá-los e condená-los a passarem vários anos em campos de concentração. Esses julgamentos ocorriam muitas vezes na ausência do acusado, sem direito a um defensor e sem possibilidade de recurso.

dos condenados. O terceiro aspeto do terror, que Aron adverte não dever ser confundido com os dois primeiros, está relacionado com a deportação de populações inteiras. Milhões de pessoas foram deportadas inclusive de algumas partes da Polónia que foram ocupadas pelo exército russo, em 1939. (Aron, 2017)

De acordo com Aron, no primeiro tipo de terror repetiu-se a experiência da Revolução Francesa, ou seja, o terror praticado por um partido ou por um facção contra as facções ou os partidos opostos. Esse tipo de terror ocorreu durante os anos da guerra civil. Nesse período, militantes e dirigentes dos partidos socialistas rivais, social-revolucionários e mencheviques foram eliminados ou presos. Sublinha Aron que não houve nenhuma grande revolução que não tenha implicado esses fenómenos: Terror de Cromwell,[46] terror de Robespierre,[47] terror de Lenine. (Aron, 2017)

2 - O segundo tipo de terror ocorreu no início da coletivização agrária em 1929 e teve como objetivo a eliminação dos considerados inimigos de classe. Quando se iniciou o processo de coletivização de classe, os agricultores russos, detentores das terras foram eleitos os inimigos do regime e como tal castigados e perseguidos. (Aron, 2017)

3 - O terceiro tipo de terror (até agora aplicado contra os adversários políticos ou de classe) foi aplicado contra os opositores ou dissidentes, reais ou imaginários, existentes dentro do próprio Partido Comunista. Quem não estava, ou se desconfiava não estar com o Comité Central do Partido Comunista, era considerado inimigo da missão sagrada do proletariado, e declarado culpado do maior crime jamais concebido logo, merecedor dos castigos mais severos. Afinal, ele era considerado um traidor.

[46] Oliver Cromwell (1599-1658) foi um general e estadista inglês que liderou os exércitos do Parlamento da Inglaterra contra o rei Carlos I durante a Guerra Civil. Sob o seu comando as tropas inglesas derrotaram a coligação Confederada e Realista da Irlanda e ocuparam o país. Nesse período foi criada uma série de leis penais com a finalidade de aterrorizar os católicos romanos e confiscar as suas terras. Liderou igualmente uma campanha contra o exército escocês em 1650, demitiu o Parlamento e nomeou uma Assembleia conhecida por Parlamento de Barebone. Finalmente, em 1653 foi convidado pelos seus colegas líderes a governar como Lorde Protetor da Inglaterra, que incluía o País de Gales, na época, Escócia e Irlanda. Morreu de causas naturais e depois do regresso ao poder dos monárquicos, em 1660, o seu cadáver foi posteriormente desenterrado, pendurado em correntes e decapitado. *(https://pt.wikipedia.org/wiki/Oliver_Cromwell, consultado em 11/10/2021)*

[47] Maximilien de Robespierre (1758-1794) foi um advogado e político francês e uma das mais importantes personalidades da Revolução Francesa. Os seus apoiantes chamavam-lhe "o incorruptível" e os seus críticos "Candeia de Arras", "Tirano" e "Ditador sanguinário" durante o Período de Terror. O Período de Terror terminou quando ele e cinquenta dos seus aliados foram presos na Prefeitura de Paris e guilhotinados no dia seguinte. *(https://pt.wikipedia.org/wiki/Maximilien_de_Robespierre, consultado em 11/10/2021)*

Para Preti, Stalin justificava a política de terror direcionada para os considerados inimigos do Estado, mas que no fundo eram fictícios ou verdadeiros inimigos do ditador, com a teoria de agudização da luta de classes, que era uma das teses do marxismo, isto é, a vigorização do poder proletário. Quanto mais se afirmava o novo Estado e mais encontrava apoio entre as massas, mais se sentia ameaçado. Era, para o autor, uma teoria absurda e paradoxa que chocava com a lógica da história. Os novos inimigos da classe eram, na perspetiva de Stalin, todos os suspeitos pela polícia secreta e todos aqueles que podiam, de alguma forma, fazer alguma sombra ao ditador. (Preti, 1983)

A luta contra os inimigos de classe justificou assim os campos de concentração onde perderam a vida milhões de homens, na sua grande maioria inocentes; os inúmeros assassinatos perpetuados pela polícia política, sem processos, por mais de vinte anos; as torturas mais horrorosas; os processos de 1936 que culminaram com a condenação à morte de muitos dirigentes bolcheviques de grande prestígio, entre outros. A luta contra os inimigos da classe justificou também o assassinato de Trotsky, no longínquo México, em agosto de 1940. (Preti, 1983)

De acordo com Arendt todas as ideologias contêm elementos totalitários. No entanto, esses elementos só se manifestam através dos movimentos totalitários. Neste sentido, a autora identifica três elementos totalitários peculiares em todo o pensamento ideológico:

> Em primeiro lugar, na pretensão de explicação total, as ideologias têm a tendência de analisar não o que é, mas o que vem a ser, o que nasce e passa. Em todos os casos, elas estão preocupadas unicamente com o elemento de movimento, isto é, a história no sentido corrente da palavra.
>
> Em segundo lugar, o pensamento ideológico, nessa capacidade, liberta-se de toda experiência da qual não possa aprender nada de novo, mesmo que se trate de algo que acaba de acontecer. Assim, o pensamento ideológico emancipa-se da realidade que percebemos com os nossos cinco sentidos e insiste numa realidade "mais verdadeira" que se esconde por trás de todas as coisas percetíveis, que as domina a partir desse esconderijo e exige um sexto sentido para que possamos percebê-la.
>
> Em terceiro lugar, como as ideologias não têm o poder de transformar a realidade, conseguem libertar o pensamento da experiência por meio de certos métodos de demonstração. O pensamento ideológico arruma os factos sob a forma de um processo absolutamente lógico, que se inicia a partir de uma premissa aceita axiomaticamente, tudo mais sendo deduzido dela; isto é, age com uma coerência que não existe em parte alguma no terreno da realidade. (Arendt, 1979, p. 401)

Raymond Aron aceita discutir a ideia de que, na relação entre a ideologia e o partido monopolista, a ideologia possa ser considerada um instrumento de Governo. Admite a tentação de aplicar ao regime soviético os métodos marxistas de interpre-

tação. Segundo ele, fazer isso, é mesma coisa que dizer que o partido ou os poucos homens que o dirigem se servem, conforme as necessidades, desta ou daquela forma doutrinária para manter o seu poder e uma ordem social em que ocupa a primeira fila. (Aron, 2017)

Diz Aron que a ideologia marxista é um instrumento de Governo, da mesma forma que a ideologia democrática também o é, nos regimes constitucionais pluralistas. No entanto, será um erro pensar que a doutrina não é mais do que um instrumento de poder e que os dirigentes soviéticos não acreditam na sua própria doutrina. Os bolcheviques não são oportunistas que utilizam qualquer ideia por uma questão de poder. Estes definem-se por uma combinação de fanatismo doutrinal e de extraordinária flexibilidade na tática ou na prática. (Aron, 2017)

Arendt clarifica que Hitler e Stalin definiram a sua estratégia de transformação das suas respetivas ideologias em armas letais de forma enganadoramente simples e imperceptível, mas levaram-nas a sério e, mais ainda, orgulhavam-se do dom supremo de "raciocínio frio como o gelo" (Hitler), e Stalin da sua dialética. Para o observador comum essa forma de agir parecia primitiva e absurda.

> A "classe agonizante" consistia em pessoas condenadas à morte; as raças "indignas de viver" eram pessoas que iam ser exterminadas. Quem concordasse com a existência de "classes agonizantes" e não chegasse à consequência de matar os seus membros, ou com o facto de que o direito de viver tinha algo a ver com a raça e não deduzisse que era necessário matar as "raças incapazes", evidentemente era ou estúpido ou covarde. Essa lógica persuasiva como guia da ação impregna toda a estrutura dos movimentos e governos totalitários. Deve-se exclusivamente a Hitler e a Stalin, que, embora não acrescentassem um único pensamento novo às ideias e aos slogans de propaganda dos seus movimentos, só por isso merecem ser considerados ideólogos da maior importância. (Arendt, 1979, p. 402)

Segundo Aron um partido que tem posse do monopólio da atividade política domina o Estado e impõe a sua ideologia a todas as organizações.

> Mediante el Estado, se reserva el monopolio de la fuerza, la publicidad y la propaganda. La ideología no es ni el fin único ni el medio exclusivo; hay una interacción perpetua, o quizás una dialéctica. A veces, la ideología se utiliza como medio para alcanzar un fin, y en otros momentos se emplea la fuerza para moldear la sociedad según da ideología[48]. (Aron, 2017, p. 279)

[48] Ao Estado, reserva-se o monopólio da força, da publicidade e da propaganda. A ideologia não é nem único fim nem o meio exclusivo; há uma interação perpétua, ou talvez uma dialética. Às vezes, a ideologia é utilizada como um meio para atingir um fim e, noutros momentos, emprega-se a força para moldar a sociedade de acordo com a ideologia. (Tradução do autor)

A estratégia do Governo totalitário, como todos os governos tiranos, passava pela destruição da vida pública das pessoas através do seu isolamento e da anulação das suas capacidades políticas. No entanto, o domínio totalitário como forma de Governo não se contenta apenas com essa anulação do indivíduo na esfera pública e vai ao limite da destruição da sua vida privada. Faz o homem sentir-se excluído do mundo, cuja experiência é a mais terrível que o homem pode vivenciar.

Como é sabido, o projeto de sociedade desenhado por Marx e Engels, mas também por Lenine, que era um marxista convicto, tinha como objetivo final a extinção do Estado e a construção de uma sociedade comunista de homens livres que pudessem satisfazer as suas próprias necessidades. A propriedade coletiva era apenas um meio para atingir um fim.

Entretanto, como homem realista que era, Stalin nunca se mostrou interessado e empenhado em levar até às últimas consequências a utopia do projeto. Sempre esteve mais preocupado em consolidar a "primeira fase". Pelo contrário, trabalhava para a construção de um Estado com máxima extensão de propriedade e a mais rigorosa centralização do poder. De qualquer forma, Stalin apresentava-se ao país, e ao movimento comunista internacional, como realizador da doutrina de Marx, Engels e Lenin, logo não podia fazer-se de ignorante quanto ao objetivo maior dessa doutrina e que era a extinção do Estado. Então, Stalin, perante o comité central do Partido determinou que a extinção do Estado aconteceria não pelo enfraquecimento do poder estatal, mas sim pelo seu máximo fortalecimento. Anos depois, no XVIII Congresso do Partido, Stalin faz uma defesa realista da permanência do Estado soviético alegando que os clássicos do marxismo não poderiam prever a evolução histórica a cento e cinquenta anos de distância. (Preti, 1983)

Definitivamente Stalin vinculou o poder do Estado ao partido. O poder absoluto do partido, segundo Stalin, não podia limitar-se aos órgãos do Estado. Todas as atividades, sem exceção, deveriam estar sujeitas ao controlo do partido único. Controlo à mais pequena célula social. O partido deveria, igualmente, mobilizar o povo trabalhador e difundir as suas próprias ordens, alargando assim, a área de consenso. Neste sentido há que destacar a existência das organizações de massas que funcionavam como correia de transmissão das referidas ordens. (Preti, 1983)

Entre as organizações de massas estão referenciadas: os sindicatos – que deveriam trabalhar para adesão dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores das fábricas às diretivas do poder central; uma organização juvenil – cujo objetivo consistia em formatar os seus membros em harmonia com as diretivas do partido; os *soviets* –

que atuavam como organismos administrativos que recebiam diretrizes do partido e transmitiam-nas aos cidadãos que formalmente eram apolíticos. Em resumo, a conceção de Estado de Stalin era: *"La dictadura del proletariado consiste en las órdenes del Partido junto a la aplicación de ellas por parte de las organizaciones de masa del proletariado, más su puesta en práctica por la población"*[49]. (Preti, 1983, p. 197)

Antes de terminar este ponto, mostra-se imperativo sublinhar a divergência relativa à questão -afim de a aclarar- que separa de alguma forma Annah Arendt e Raymond Aron e que tem a ver com a similitude ou não entre os regimes totalitários. Na verdade, existem duas correntes sobre o assunto, uma que defende de alguma forma um parentesco entre os regimes e outra que o nega.

Aron resume os argumentos dos que são contra o parentesco no seguinte: o primeiro argumento defende que o modelo de recrutamento do partido comunista é diferente daquele do partido nacionalista. Aron considera esse argumento incontestável pois, segundo ele, a origem dos dois partidos na Alemanha é bem diferente. No entanto, defende que é preciso qualificar, pois, na Alemanha, antes de Hitler tomar o poder, houve frequentes transferências de um partido para outro, o que mostra que se a origem social na verdade é diferente, o temperamento psicológico nem sempre o é. Há um comportamento comum que nem sempre é incompatível com as diferenças de origem social. Para Aron, quem afirma que existe um parentesco entre os regimes defende que uma vez chegados ao poder, os dois partidos oferecem características similares no exercício da autoridade. (Aron, 2017)

O segundo argumento postula que nacionalismo e capitalismo, no fundo, estavam unidos. O nacionalismo não seria mais do que um regime forjado pelos capitalistas ou monopolistas para manter o seu próprio poder. Afirma Aron que o argumento é falso, mas é baseado em factos autênticos. É certo que na Alemanha antes de Hitler muitos capitalistas, industriais e banqueiros subvencionaram o partido nacional socialista, pois viam nessa atitude uma forma de manipulá-lo e evitar uma revolução socialista ou comunista. No entanto, quando o regime se tornou totalitário não era de forma alguma controlado pelos monopolistas. Pelo contrário, os industriais, banqueiros e representantes das antigas classes dirigentes fizeram parte, na sua maioria, da oposição durante a última fase do regime hitleriano e depois de julho de 1944, foram vítimas de uma depuração. Isto prova, na perspetiva de Aron, que a política seguida pelo partido hitleriano no poder não foi expressão da vontade da classe capitalista. (Aron, 2017)

[49] A ditadura do proletariado consiste nas ordens do Partido, a sua aplicação pelas organizações de massas do proletariado, mais a sua implementação pela população. (Tradução do autor)

De acordo com o terceiro argumento, comunistas e fascistas lutam até à morte. Mais uma vez Aron considera esse argumento incontestável, mas, segundo ele, está por demonstrar até que ponto os fenómenos totalitários são comuns a essas duas classes de partidos, uma vez estabelecidos no Governo. (Aron, 2017)

O quarto argumento invoca uma incompatibilidade radical das ideologias. Mais uma vez, Aron não questiona a veracidade do argumento, mas independentemente do prisma que se queira analisar a ideologia não se consegue demonstrar que os homens dos regimes, em nome de ideias opostas, não recorram a práticas comparáveis. Quem afirma que existe um parentesco, o que quer é assinalar que as ideologias ou as nobres aspirações pesam muito pouco na balança da história e que os homens obedecem a causas que não dependem das ideologias. (Aron, 2017)

Aron igualmente sintetiza em dois argumentos a favor da existência desse parentesco ainda que ele deixe claro que estes não o convencem. O primeiro argumento mostra que determinados fenómenos totalitários são parecidos em determinados períodos do regime soviético e do nacional socialista. Entre estes, o partido único, o poder absoluto do líder, a ideologia oficial que pouco a pouco invade a totalidade das atividades, o terror policial. (Aron, 2017)

O segundo argumento mostra que o mais importante é o poder e que as ideologias não têm significado nem eficácia. Aron reconhece que Annah Arendt é quem tem um pensamento mais sólido sobre o parentesco dos regimes, graças à análise que faz do regime da Rússia soviética entre os anos 1934 e 1937 e da Alemanha hitleriana entre 1941 e 1945, mas na sua ótica seria injusto comparar esses dois períodos, esses dois terrores com o conjunto de ambos os regimes. (Aron, 2017)

> Las diferencias y el parentesco entre estos dos totalitarismos son incontestables. Las similitudes están demasiado marcadas para ver en ellas un simple accidente. Por otro lado, las diferencias en la inspiración, las ideas y los objetivos son demasiados evidentes como para admitir sin reservas el parentesco esencial de los regímenes. La acentuación del parentesco o de la oposición depende de consideraciones múltiplos y no se llegará nunca a una respuesta completamente segura, porque el régimen nacional socialista no tuvo tanto tiempo de desarrollarse como el soviético[50]. (Aron, 2017, p. 298)

Raymond Aron relembra que, historicamente, o regime soviético surgiu de uma vontade revolucionária inspirada por um ideal humanitário. O objetivo era criar o

[50] As diferenças e parentesco entre esses dois totalitarismos são inegáveis. As semelhanças são gritantes demais para ver nelas um simples acidente. Por outro lado, as diferenças de inspiração, ideias e objetivos são óbvias demais para admitir sem reservas o parentesco essencial dos regimes. A acentuação do parentesco ou da oposição depende de múltiplas considerações e uma resposta totalmente certa nunca será possível, porque o regime nacional-socialista não teve tanto tempo para se desenvolver como o soviético. (Tradução do autor)

regime mais humano que a história jamais conheceu, o primeiro regime em que todos os homens poderiam aceder à humanidade, uma sociedade sem classes em que a sua homogeneidade permitiria que tivessem o mesmo status. Para se atingir esse estádio de desenvolvimento qualquer meio poderia ser empregue pois, segundo essa doutrina, só a violência poderia criar essa sociedade absolutamente boa. Por seu lado, o regime hitleriano estava empenhado numa vontade bem diferente do regime comunista. A sua intenção era reconstruir a unidade moral da Alemanha e também alargar o território ao povo alemão, através da guerra e de conquistas. (Aron, 2017)

Luigi Preti, na sua obra datada de 1980, faz uma análise aprofundada sobre os dois regimes: nazismo e fascismo, e defende que Mussolini[51] terá servido de inspiração a Hitler, sem que este tenha sido um cego imitador daquele. Para Preti, a afirmação do fascismo italiano constitui um feito histórico de amplitude europeia que foi subvalorizado pela maioria da classe dirigente de outros países. Muitos o confundiram, até à chegada de Hitler ao poder, com uma ditadura comum de base populista, estabelecida num país pouco desenvolvido sem conseguir, no entanto, observar as características absolutamente novas e originais do Estado totalitário. O autor vê em Mussolini um mentor de uma nova conceção do Estado que nos anos trinta deveria ter atraído a atenção de todo o mundo. No fundo, e nessa perspetiva, Hitler acabou por desempenhar um papel histórico muito mais importante porque se tornou o chefe da nação mais poderosa da Europa, enquanto que Mussolini era apenas o guia da modéstia Itália[52]. (Preti, 1983)

Luigi Preti não tem dúvida que o nazismo é uma variante do fascismo e que têm em comum as principais características. Para ele, as numerosas e relevantes diferenças entre o totalitarismo alemão e o italiano não estão diretamente relacionadas com a essência do Estado, mas sim com aspetos que são laterais. Tanto o nazismo como o

[51] Benito Amilcare Andrea Mussolini, nasceu em Predappio, em 1883, e faleceu em Mezzegra, em 1945. Político italiano, líder do Partido Nacional Fascista e é tido com o criador do Fascismo. Nos anos seguintes à criação da ideologia fascista, Mussolini conquistou a admiração de uma grande variedade de figuras políticas.

[52] Preti faz referência a um discurso de Hitler para os seus colaboradores, no dia 21 de julho de 1941, no seu quartel-general em que ele confessou o seguinte: "Nossa doutrina é baseada em fundamentos culturais autónomos. Mas não se pode dizer que os acontecimentos italianos não nos influenciaram. Camisas vermelhas não teriam nascido sem as camisas pretas. A marcha de 1922 sobre Roma foi um momento histórico.
O facto de ter acontecido nos deu um grande impulso. Algumas semanas depois, fui recebido pelo ministro bávaro Scheweyer; em outra ocasião, ele não teria agido dessa maneira. Se Mussolini tivesse sido excluído pelo fascismo, não sei o que nós, nacional-socialistas, teríamos feito." (Tradução do autor). Preti conclui dizendo que se esse reconhecimento feito por um fanático cheio de si como foi Hitler é prova inequívoca que o fascismo influenciou o nazismo. A marcha sobre Roma terá transformado numa espécie de faísca que deu fé e coragem aos nazistas. Eles compreenderam o seu profundo significado. O fascismo italiano funcionou sempre como uma referência simbólica para os chefes alemães. Não é por acaso que Hitler, antes de se tornar no principal dirigente da Alemanha, tinha no seu gabinete um busto de Mussolini. (Preti, 1983)

fascismo italiano se proclamam como regime revolucionários de jovens moldados por um espírito de uma guerra combatida com valor; exalta a luta como um modo de vida; propõem-se criar uma nova sociedade jamais conhecida e cheia de valores dinâmicos e criativos.

Não obstante, Preti (1983) identifica cinco diferenças entre o Estado nazi e o Estado fascista, que se resume no seguinte:

1) *O Estado nazi apresenta-se, em todos os setores, mais rigoroso que o Estado fascista.* A organização totalitária do Estado fascista alemão reproduz os carateres do italiano de forma mais rigorosa. O mesmo ritual é incomparavelmente mais severo. O fascismo italiano é menos intransigente e mais propenso a compromissos. Conserva várias instituições da época liberal, contentando-se apenas em instrumentaliza-las. Na Alemanha essas instituições foram maioritariamente banidas.

2) *Em Itália modificaram-se várias leis para adaptá-las às exigências do Estado fascista, mas era exigido que um magistrado garantisse a legalidade das alterações. Em Alemanha, procedeu-se a uma mudança radical da legislação mais importante, em total desprezo pelos princípios da gloriosa tradição jurídica nacional.* Muitas vezes há uma supressão da lei escrita em prol da revolução.

3) *A ação repressiva do regime totalitário é muito mais dura na Alemanha do que na Itália.* Pode-se falar de diferença qualitativa mais que quantitativa. Mussolini aplicava penas muito severas apenas aos comunistas que realizavam atividades clandestinas, submetendo-os ao tribunal especial, mas era-lhes assegurado o direito à defesa. Aos outros antifascistas o regime era mais indulgente. Raras vezes eram presos. Não existiam campos de concentração. Na Alemanha, criticar o regime nazi era perigoso mesmo que fosse em voz baixa. Dezenas de milhares de alemães que não aceitavam de forma servil a ditadura foram parar aos campos de concentração.

4) *Tanto para o nazismo como para o fascismo italiano a hierarquia dos cidadãos na sociedade nacional corresponde a uma hierarquia dos povos. Entre os povos superiores se distingue o alemão, o qual tem a missão histórica da primazia mundial. Existia, no entanto, uma diferença de posição: Mussolini e a classe dirigente fascista não buscavam a destruição dos outros impérios, mas sim um lugar ao sol para o seu grande proletariado. Pelo contrário, Hitler queria estender a dominação germânica por todos os lados.* Hitler considera a guerra como algo inevitável. Os objetivos imperiais que ele tinha, a vastidão da sua ambição eram tais que era impossível de serem alcançados de forma pacífica.

5) *Enquanto o mito da nação como uma comunidade de linhagem de língua, cultura e tradições era essencial para todo o fascismo e explica as restrições que eram colocadas às minorias de origens diferentes, o mito da raça, fundado sobre fantasmagóricos elementos biológicos é uma absurda invenção dos nazis.* Eles criaram o mito de uma raça ariana dotada de qualidades superiores, descendente de antigos alemães, loiros e fortes - símbolo da pureza.

2.3 Regimes Democráticos

A forma mais simplista de definirmos um regime democrático seria um regime político em que todos os cidadãos participam de forma livre, direta ou indireta, no processo de escolha do seu Governo e na determinação das políticas de desenvolvimento do seu país. No entanto, nem sempre foi assim e a complexidade da formação e do funcionamento dos sistemas democráticos apela a uma análise mais aprofundada sobre estes, desde conceções mais antigas às da atualidade.

Na teoria contemporânea da democracia pode-se destacar três tradições do pensamento político: 1) a teoria clássica, conhecida por teoria aristotélica das três formas de Governo, que determina que a democracia é um Governo do povo, de todos aqueles que gozam desse direito de cidadania, em contraste com a monarquia, que era Governo de um só e da aristocracia que era um Governo de poucos; 2) a teoria medieval, de origem romana, baseada no princípio da soberania popular com o poder supremo a derivar do povo, logo torna-se representativo, ou, deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior; 3) a teoria moderna, conhecida como teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno e segundo a qual existem duas formas históricas de Governo: a monarquia e a república. Segundo esta conceção a antiga democracia é uma forma de república sendo a outra a aristocracia. (Bobbio, 1988)

Num dos pontos anteriores deu-se atenção às fórmulas mais antigas de democracia, enquadrada na discussão sobre as formas de Governo, pelo que se pretende, neste ponto, concentrar-se mais nas formas mais modernas do pensamento democrático.

> O desenvolvimento da história romana repropõe ao pensamento político (…) o tema da contra-posição entre reino e república, ou entre república e principado. (…) Não obstante a diferença conceptual, as duas imagens da democracia e da república terminam por sobrepor-se e por confundir-se. (…) Das três formas de Governo descritas por Montesquieu, república, monarquia e despotismo, a forma republicana de Governo compreende tanto a república democrática como a aristocrática, quase sempre tratadas separadamente. Quando o discurso visa os princípios de um Governo, o princípio próprio da república, a virtude, é o princípio clássico da Democracia

> e não aristocracia. (…) Mas é sobretudo em Rousseau, grande teórico da Democracia moderna, que o ideal republicano e democrático coincide perfeitamente. No Contrato social confluem, até se fundirem, a doutrina clássica da soberania popular, a quem compete, através da formação de uma vontade geral inalienável, indivisível e infalível, o poder de fazer as leis, e o ideal, não menos clássico mas renovado, na admiração pelas instituições de Genebra, da república, a doutrina contratualista do Estado fundado sobre o consenso e sobre a participação de todos na produção das leis e o ideal igualitário que acompanhou na história, a ideia republicana, levantando-se contra a desigualdade dos regimes monárquicos e despóticos. (Bobbio, 1988, pp. 222-223)

O Sociólogo israelita Samuel Eisenstadt chama a atenção que a discussão sobre o conceito de democracia tem decorrido à volta de duas pressuposições contraditórias. Por um lado, existe convicção de que há algo de natural na predisposição para a democracia; e, por outro lado, desde o seu começo, a ideia de uma certa fragilidade dos regimes democráticos[53]. (Eisenstadt, 2000)

Segundo o autor, as duas conceções mais importantes da democracia, dentro dos regimes democráticos, são a constitucional e a participativa. Estas conceções prevaleceram no discurso político nos regimes constitucionais democráticos, mas também nos próprios fundamentos e dinâmica interna destes regimes. Acrescenta que a conceção constitucional tem sido defendida por Schumpeter, segunda a qual a democracia é caracterizada por uma competição livre e contínua entre diferentes líderes políticos movidos pela ambição de chegar ao poder e pela possibilidade de alternância de governos. Assim, as mudanças de Governo dão-se através de eleições, na maior parte das democracias modernas, indiretas e a partir das quais se elege um colégio eleitoral que escolhe ou confirma o Governo. Este tipo de regime é marcado pela existência de várias disposições constitucionais para a eleição dos governantes, pela institucionalização da responsabilidade do poder executivo, pela ideologia de separação de poderes e de mútuos controlos e correções entre eles. (Eisenstadt, 2000)

> A adesão a estas disposições constitucionais garante que os vencidos de hoje possam tornar-se os vencedores de amanhã – e que novos grupos de agentes com a possibilidade de competir possam surgir. Esta adesão deveria garantir que a mudança de governantes não seja apenas um episódio esporádico, mas sim um processo contínuo. É claro que de tal garantia a existência de disposições constitucionais essenciais, como liberdade de associação, a liberdade de expressão

[53] Clarifica o autor que o princípio da predisposição natural para a democracia tornou-se mais consistente a partir da queda do regime soviéticos e de muitos dos regimes autoritários no Sul da Europa e da América Latina. Por sua vez, a ideia da fragilidade da democracia se encontra enraizada na experiência direta do desenvolvimento dos próprios regimes democráticos constitucionais modernos. Segundo Eisenstadt a ameaça contínua aos regimes constitucionais, o espetro do totalitarismo, do comunismo, do fascismo e do nacional-socialismo, assombrou o discurso político ocidental contemporâneo, perceção reforçada pelas memórias da experiência do período que ocorre entre as duas guerras.

> e comunicação, a inexistência de prisões arbitrárias e situações afins – bem como a existência de várias associações "intermédias" independentes que continuamente defendam estas disposições. (…) Estas disposições institucionais são concebidas sobretudo como condições muito importantes que garantem a possibilidade da continuidade de tais regimes. (Eisenstadt, 2000, p. 6)

A segunda conceção principal de democracia referenciada por Eisenstadt pode ser designada por democracia participativa, que tem o significado de governo por muitos. De acordo com essa conceção, a democracia só pode ser realizada através da participação ativa e contínua de grandes setores da população em todo o processo político. Para o autor, a conceção da democracia participativa tem dois grandes subtipos: a democracia participativa "republicana" e a democracia participativa "comunitária". (Eisenstadt, 2000)

> A conceção participativa de democracia "republicana" realça principalmente a importância de uma cidadania responsável, independentemente da limitação que seja imposta a essa cidadania e a participação responsável dos cidadãos, de acordo com as regras do jogo existentes, na deliberação e processo político. (…) Opondo-se à conceção de participação republicana, as várias opções participativas "comunitárias" de democracia veem esta participação como um direito básico dos membros da sociedade. Segundo estas perspetivas, é tal tipo de participação – no maior número possível de cenários da vida social – que assegura àqueles que nela tomam parte a possibilidade de controlarem as condições que governam as suas vidas, na deliberação e implementação de diversas políticas. (Eisenstadt, 2000, p. 7)

As versões comunitárias da definição participativa da democracia consideram importante a inclusão de todos os membros da comunidade - independentemente da sua etnia, raça, classe, cor, religião, posse de propriedade, sexo ou outras – de forma contínua, na vida política. Aliás, esse tipo de participação é entendido como portadora legítima das visões do bem comum ou mesmo, essa participação é entendida como o próprio bem comum. (Eisenstadt, 2000)

Raymond Aron define os regimes característicos dos países ocidentais como sendo aqueles onde existe uma organização constitucional da competência pacífica para o exercício do poder. A organização é constitucional. De forma escrita ou não, existem regras que especificam as modalidades de competição entre os indivíduos para o exercício do poder. (Aron, 2017)

Para aprofundar e clarificar o seu conceito, Aron aponta algumas características que são específicas da democracia: 1) na democracia luta-se por certos bens que não podem ser concedidos a todos, mas não se luta de qualquer maneira e se os limites estabelecidos forem ultrapassados, se as regras impostas forem violadas, isto equivale a sair-se do regime; 2) o exercício legal do poder é temporal. Quem exerce o po-

der sabe que não está a fazê-lo de forma indefinida. E mais, perder o poder uma vez não implica perdê-lo para sempre; 3) a organização pacífica da competência para o exercício do poder tem como expressão normal as eleições; 4) a essência do regime não se reduz apenas à forma de designação dos detentores da autoridade legítima, mas também à forma de exercer a referida autoridade. (Aron, 2017)

> Efectivamente, el primer principio de la democracia es realmente el respeto a las reglas o las leyes; como hemos visto, la esencia de la democracia occidental radica en la legalidad de la competencia por el ejercicio del poder. Una democracia sana es aquella en la que los ciudadanos respetan no solo la constitución que fija las modalidades de la lucha política, sino todas las leyes que delimitan el marco en el que se despliega la actividad de los individuos. Pero no basta con ese respeto por las reglas o por las leyes, es preciso algo más que no puede estar escrito y que no se encuentra estrictamente ligado a la legalidad: me refiero al sentido del compromiso[54]. (Aron, 2017, p. 88)

Segundo Aron, de uma forma em geral, a descrição dos regimes constitucional-pluralistas deve ter em conta quatro aspetos que são essenciais.

Primeiro, é necessário considerar o sistema político como um sistema social particular, desde as eleições, passando pela estrutura dos partidos, pelo funcionamento das assembleias e a eleição dos ministros, até às decisões adotadas pelo Governo; segundo, a relação entre o sistema político e a infraestrutura social. O exercício do poder e a tomada de decisões dependem dos grupos sociais e de diferentes aspetos a eles ligados; em terceiro lugar, convém analisar a administração ou a burocracia. Esta é, em simultâneo, a agência executiva das decisões tomadas pelos governantes, a sua assessoria técnica e uma instância importante para o funcionamento das atividades privadas; por último, deve-se estudar o marco histórico do sistema político, ou seja, cada sistema político é reflexo de um conjunto de tradições, maneiras de pensar e de agir e de valores característicos do respetivo país. (Aron, 2017)

Aron chama a atenção que só do ponto de vista ideal, e não de facto, esses quatro aspetos são separados. Na verdade, o funcionamento de qualquer Parlamento depende da lei eleitoral e da lei constitucional, mas a luta política no seu seio é explicada pela rivalidade dos grupos sociais exteriores ao sistema político, no sentido restrito do termo. Igualmente, as atividades parlamentares não estão cingidas exclusivamente por o que está consagrado na lei constitucional, mas também pela ação

[54] Na verdade, o primeiro princípio da democracia é realmente o respeito pelas regras ou leis; como vimos, a essência da democracia ocidental está na legalidade da competição pelo exercício do poder. Uma democracia saudável é aquela em que os cidadãos respeitam não apenas a Constituição que estabelece as modalidades da luta política, mas todas as leis que definem o quadro em que se desenvolve a atividade dos indivíduos. Mas não basta esse respeito às regras ou às leis, é preciso algo mais que não pode ser escrito e que não está estritamente ligado à legalidade: Refiro-me ao sentido de compromisso. (Tradução do autor)

diária dos ministros e por aquilo que acham que podem fazer dentro dos limites da conceção dos meios legítimos. (Aron, 2017)

Finalmente, em quarto lugar, na sua conceção de sistema político, Raymond Aron dá uma importância aos partidos políticos.[55] Para ele os partidos são essenciais para o cumprimento de uma função de todos os regimes políticos: a eleição dos governantes: a legitimidade tradicional desaparece; o princípio de legitimidade que reclamam para si quase todos os regimes hoje em dia é o democrático. Repete-se várias vezes que o poder vem do povo e nele reside a soberania. Assim, pois, o mais importante, numa época em que a soberania democrática é aceite como evidente, é a modalidade institucional da tradução do princípio democrático. Partido único e múltiplos partidos simbolizam duas modalidades características da tradução institucional da ideia da soberania popular. (Aron, 2017)

Schumpeter clarifica que a democracia do século XVIII pode ser definida como um arranjo institucional que permite a tomada de determinadas decisões que conduzem à realização de um bem comum. O povo tem a prorrogativa de escolher, através do voto, os indivíduos que se organizam em Governo para realizar-lhe a vontade. O bem comum, no fundo, funciona como "o farol orientador da política". Assim sendo, a única coisa que pode causar divergência, a ponto de fazer surgir uma oposição, é a diferença de opinião quanto à rapidez com que se deve procurar a concretização dessa meta comum a quase todos[56]. Em consequência, todos os membros da comunidade, sabem discernir o bem do mal, têm consciência da meta comum e trabalham para alcançá-la. Tomam parte ativa e honesta no fomento do bom e no combate ao mau. (Schumpeter, 1961)

Para a administração de alguns assuntos referentes à vida política das comunidades exige-se qualidade e técnicas especiais que não estão ao alcance de todos. Por isso, essas tarefas têm de ser entregues aos especialistas. No entanto, essa medida não afeta o princípio do bem comum pois esses especialistas, no seu desempenho, estarão tão simplesmente a cumprir a vontade do povo. Também, partindo do princípio que nas sociedades existe divisão do trabalho, o mais normal é que os cidadãos apenas sejam chamados para se pronunciarem sobre decisões mais importantes, num estilo de referendo. Para a execução de outras questões, os cidadãos escolhem, através do voto, uma assembleia ou um parlamento que dará voz à vontade do elei-

[55] Aron (2017) define partidos como agrupamentos voluntários, mais ou menos organizados, com uma atividade mais ou menos permanente, que em nome de certa conceção de interesse comum e da sociedade, pretende assumir, só ou em coligação, as funções de Governo.

[56] O autor admite que a estupidez e interesses sinistros podem causar também divergências.

torado. Sendo essa assembleia um órgão naturalmente numeroso, se subdividirá em departamentos menores encarregues de gerir vários negócios públicos. Por último, de entre esses vários departamentos sobressairá um órgão de administração diária que será o Governo, liderado por um secretário-geral ou um primeiro-ministro. (Schumpeter, 1961)

Esta conceção clássica da democracia é criticada por Schumpeter não só pelo facto de as pessoas poderem desejar outras coisas que não o bem comum, mas principalmente porque para diferentes indivíduos ou grupos o bem comum poderá ter significações diferentes. Também, mesmo que seja possível definir um bem comum que seja mesmo comum a todos, ficam por resolver os casos individuais. Finalmente, os utilitaristas tentam unificar as vontades individuais e fundi-las na vontade do povo conferindo esta exclusiva dignidade ética reclamada pelo credo democrático clássico. (Schumpeter, 1961)

Resumindo, pode-se afirmar que a principal crítica de Schumpeter à teoria clássica da democracia reside no facto de, segundo a mesma, o povo ter sempre uma opinião definida e racional sobre todos os aspetos da vida de uma comunidade e manifesta essa opinião através dos seus representantes a quem compete executar o conteúdo da mesma. Assim, segundo Schumpeter, a teoria clássica passa para o segundo plano a seleção dos representantes pois o principal papel é atribuído ao poder que o eleitorado tem de decidir sobre os assuntos políticos.

A crítica à teoria clássica, no seu auge, com Joseph Schumpeter, propõe uma nova teoria sobre a democracia, considerada por muitos a mais realista de todas, baseada no conceito de método democrático, que é apresentado como "um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor". (Schumpeter, 1961, p. 322)

Schumpeter (1961) apresenta sete argumentos para fundamentar a sua nova teoria proposta.

Primeiramente, o facto de a teoria poder distinguir com critério o Governo democrático de outros tipos. Ao contrário da conceção clássica, o autor frisa que a nova teoria ao focar no *"modus procedendi"* é fácil de verificar, na maioria dos casos, se os governos são ou não democráticos.

Em segundo lugar, segundo o autor, a sua definição deixa espaço suficiente para o reconhecimento do papel da liderança. "Os corpos coletivos atuam quase exclusivamente pela aceitação da liderança, que é o mecanismo dominante em praticamente todas as ações coletivas que sejam mais do que simples reflexos". (Schumpeter, 1961, p. 322)

Em terceiro, a teoria reconhece a existência de vontades coletivas autênticas, como defende a teoria clássica, mas elas não se afirmam diretamente, elas precisarão sempre de um líder que as transformarão em fatores políticos. "A interação entre interesses regionais e opinião pública e a maneira com que eles produzem o conjunto de circunstâncias que chamamos de situação política aparecem, deste ponto de vista, sob uma luz nova e muito mais clara". (Schumpeter, 1961, p. 323)

Em quarto lugar, a teoria clarifica que a vida política em democracia é caracterizada por uma concorrência sempre presente tal como acontece na esfera económica. Nesse caso, está-se a referir à concorrência livre pelo voto livre. "Essa ação justifica-se pelo facto de que a democracia parece implicar um método reconhecido, através do qual se desenrola a luta competitiva, e que o método eleitoral é praticamente o único exequível, qualquer que seja o tamanho da comunidade". (Schumpeter, 1961, p. 323)

O quinto argumento tem a ver com o facto de, na sua ótica, a teoria clarificar a relação entre a democracia e a liberdade individual. A questão da liberdade individual está associada ao autogoverno individual cujas fronteiras são naturalmente variáveis, portanto é uma questão de grau. "Nenhuma sociedade tolera a liberdade absoluta, mesmo de consciência ou palavra, e nenhuma sociedade a reduz a zero" (Schumpeter, 1961, p. 324) Isso não significa que o método democrático garanta mais liberdade individual que outro método, mas, pelo menos, existe uma relação entre ambos[57].

Em sexto, o método determina que tal como é função primária do eleitorado formar Governo, direta ou indiretamente, também deve ser a sua função dissolvê-lo.

[57] "Se, pelo menos por questão de princípios, todos forem livres para concorrer à liderança política apresentando-se ao eleitorado, isto trará na maioria dos casos, embora não em todos, uma considerável margem de liberdade de expressão para todos. Em particular, significará habitualmente uma grande medida de liberdade de imprensa. Essa relação entre democracia e liberdade não é absolutamente rígida e pode ser modificada. Mas, do ponto de vista do intelectual, é, apesar disso, muito importante." (Schumpeter, 1961, p. 324)

Finalmente, Schumpeter considera que a sua teoria vem clarificar a questão da vontade do povo, defendida pela teoria clássica da democracia. Assim, a vontade da maioria é simplesmente a vontade da maioria e não do povo. O autor classifica a vontade do povo como um mosaico que a vontade da maioria não consegue reproduzir de maneira alguma.

Em jeito de resumo, pode-se afirmar que a nova abordagem é uma reconceptualização de democracia, desenvolvida por Schumpeter. Mais do que romper com a conceção clássica, propõe-se que o campo político se configura como um lugar onde se desenrola uma competição pela e para a liderança, com o objetivo de tomada de poder. Este campo político mais não é do que um mercado de concorrência livre, como acontece na economia, uma abordagem bem longe da perspetiva ética e normativa da conceção clássica e tão próxima quanto possível da realidade do capitalismo contemporâneo.

Outro pensador pós-clássico sobre democracia é o norte-americano Robert Dahl, que ficou conhecido pela formulação do conceito de Poliarquia, que pode ser traduzido por "Governo de muitos" e que se refere ao grau máximo de democratização das nações desenvolvidas, na altura em que formalizou o seu conceito. Para um país atingir o estádio de democracia era preciso duas condições: a possibilidade plena de contestação do Governo, traduzida na capacidade e liberdade que a oposição deve ter para contestar as decisões do grupo que está no poder e tentar, através de eleições regulares e justas, substituí-lo; e participação política, que significa que o sistema político deve estar perfeitamente ao alcance de todos os cidadãos, seja através da participação nas eleições seja pela ocupação de postos de trabalho da administração pública. (Dahl, 1997)

Para Dahl (1999) existem cinco critérios exigidos a um processo de Governo para que este possa garantir igualdade de participação dos seus cidadãos nas decisões políticas:

1 - *Participação efetiva*, ou seja, antes que seja adotada uma política, todos os cidadãos devem ter igual oportunidade de apresentar e defender os seus pontos de vistas sobre o assunto, perante todos os membros;

2 - *Igualdade de voto*, ou seja, quando chegar o momento de adotar a decisão discutida, todos os indivíduos devem ter uma igual e efetiva oportunidade de voto e todos os votos devem contar-se como iguais;

3 - *Compreensão ilustrada*, isto é, dentro de um prazo razoável, todos os cidadãos devem ter oportunidades efetivas e iguais para compreenderem as políticas alternativas existentes e as consequências possíveis da sua implementação;

4 - *Controlo da agenda*, ou seja, as prioridades da agenda política devem ser determinadas pelos cidadãos, que a devem controlar e proceder a mudanças se for essa a sua determinação;

5 - *Inclusão de adultos*, que significa dizer que a maioria dos adultos residentes devem ter os direitos de cidadania que estão implícitos nos quatro critérios anteriores.

Dahl admite que, provavelmente, nenhum Governo alguma vez estará em condições de cumprir com os cinco critérios, no entanto, eles são úteis para medir as conquistas, ou o estado de avanço e as possibilidades de um Governo democrático. Seria igualmente difícil determinar padrões democráticos e aplicá-los a governos como forma de torná-los instituições com práticas democráticas. (Dahl, 1999)

> Para hacerlo hemos de ir directamente a las realidades políticas efectivas, donde nuestras elecciones precisarán de innumerables juicios teóricos y prácticos. Entre otras dificultades, cuando tratamos de aplicar varios criterios - en este caso, cuatro al menos -, probablemente descubriremos que a veces unos entran en conflicto con otros, y habremos de saber enjuiciar transacciones alternativas sobre valores en conflicto[58]. (Dahl, 1999, p. 54)

O austríaco Hans Kelsen, conhecido no ocidente pela profundidade das suas reflexões sobre o direito, também desenvolveu uma teoria sobre a democracia precisamente marcada pelo princípio da existência do Estado de Direito democrático centrando a sua análise nos procedimentos institucionais, políticos e fundamentalmente jurídicos para produzir a vontade do Estado.

> A democracia (segundo Kelsen) é simplesmente uma das técnicas possíveis de produção das normas da ordenação. Mas é uma técnica que tem características peculiares. Eliminadas as incrustações ideológicas, como as de soberania popular e representação, reconhecida a impossibilidade de esquivar-se ao princípio da divisão do trabalho, a democracia moderna é o sistema de produção das normas da ordenação que confia tal tarefa a um corpo (parlamento) eletivo, com a base mais ampla possível (sufrágio universal) e com método eleitoral proporcional (mesmo sem pretensões de representação), e que funciona, via de regra, segundo o princípio da maioria simples. (Fontes, 2000, p. 13)

[58] Para isso, temos de ir diretamente às realidades políticas reais, onde nossas escolhas exigirão inúmeros julgamentos teóricos e práticos. Entre outras dificuldades, quando tentarmos aplicar vários critérios - neste caso, pelo menos quatro - provavelmente descobriremos que às vezes alguns entram em conflito com outros, e teremos de saber encontrar ajustes alternativos sobre os valores conflituantes. (Tradução do autor).

Esta conceção é assente em alguns princípios que parecem ser pacíficos:

• No que se refere ao parlamentarismo, este é apresentado como a consequência natural do princípio da divisão do trabalho, independentemente de o sistema ser autocrático ou democrático. "O parlamentarismo democrático caracteriza-se pelo sufrágio universal, livre e secreto, pela competição de partidos, pelo método eleitoral proporcional, pelo princípio da maioria simples, pela relação dialética entre maioria e minoria". (Fontes, 2000, p. 13)

• O método proposto alivia, de acordo com a convicção do seu proponente, a condição de não-liberdade da minoria uma vez que o sistema eleitoral proporcional garante a representatividade dessa minoria dentro do parlamento.

• Um sistema nunca pode ser considerado totalmente democrático ou totalmente autocrático, mas sim uma combinação, em quantidades variáveis, de elementos democráticos e autocráticos[59].

• O sistema democrático não depende da estrutura das relações económicas à qual se aplica. Ela tanto pode ser compatível com o liberalismo como com o coletivismo. O que é mais importante é que a decisão da escolha do modelo económico seja democrática e possa ser alterada com um câmbio da relação maioria minoria. Finalmente, o sistema democrático não é bom em absoluto. Ele é apenas bom para se obter aquilo que, de outra forma, seria uma utopia. (Fontes, 2000)

> Em resumo, o sistema democrático é fundamentalmente incerto, não em sua essência, mas em seus resultados; definitivamente, está em jogo a possível ineficiência ou a escassa eficiência dos sistemas democráticos. Um sistema autocrático, admite Kelsen, pode conseguir, em termos de eficiência, resultados de longo prazo mais sólidos e tempestivos que os alcançados pelos sistemas democráticos (mas isso apenas cm princípio). O preço a ser pago, porém, é alto e se expressa em termos de quantidade de liberdade. Maior liberdade (ou melhor, menor "não-liberdade") ou maior eficiência? (Fontes, 2000, p. 15)

Robert Dahl recorda que, até ao século XX, o mundo reconhecia a superioridade dos sistemas não democráticos, quer na teoria como na prática. Refere ainda que todos, em algumas épocas, foram submetidos a governos não democráticos e que os seus líderes quase sempre apresentavam, como argumento da sua dominação a

[59] De acordo com Fontes (2000), pode-se chamar democrático um sistema que o seja pelo menos no nível da produção das normas mais gerais e mais abstratas; em suma, no nível de legislação. Administração e jurisdição podem, em teoria, ser programadas democraticamente, mas, no mais das vezes, são organizadas autocraticamente. Nesse sentido, para conter e corrigir a discricionalidade própria a todos os órgãos autocráticos, introduz-se no sistema o princípio da legalidade

antiga e persistente pretensão que a maioria das pessoas não tinham competência para participar na administração do Estado. Assim, segundo este velho argumento, todos sairiam a ganhar se confiassem a complicada tarefa de governar apenas àqueles que são mais competentes que eles, ainda que fosse um grupo muito reduzido, ou mesmo, uma pessoa. Segundo Dahl, estes argumentos nunca mostraram ser eficazes e, quando os argumentos não eram suficientes, muitos líderes recorreram à coerção. (Dahl, 1999)

Respondendo à questão porque confiar na democracia, porque acreditar que a democracia é a melhor forma de Governo de um Estado, Dahl (1999) aponta dez razões, ou vantagens da democracia sobre outra qualquer forma de Governo:

1) A democracia ajuda a evitar governos autocráticos, cruéis e depravados. Segundo o autor, a história mostra que, normalmente, os líderes guiados por megalomania, interesses próprios, ideologia, nacionalismo exacerbado, crenças religiosas, convicções de superioridades inatas ou por impulso e sentimentos aproveitaram-se das capacidades excecionais que o Estado goza para a coerção e a violência em nome de interesses pessoais, com custos humanos tão pesados como as epidemias, a fome e a guerra[60].

2) A democracia garante aos seus cidadãos um conjunto de liberdades fundamentais que os governos não democráticos não garantem e nem podem garantir. Como que numa crítica a Kelsen, Dahl afirma que a democracia não pode ser unicamente um procedimento de Governo uma vez que os direitos estão entre os elementos necessários, mais concretamente, entre os pilares essenciais de um processo de Governo democrático[61].

3) A democracia assegura aos seus cidadãos um maior âmbito de liberdade pessoal do que qualquer outra alternativa viável a ela. Entre elas encontra-se a liberdade de expressão.

[60] O autor apresenta como exemplo o caso de Adolfo Hitler da Alemanha nazi (1933-1945) quem, sem contar com as baixas militares, terá sido responsável direto pela morte de seis milhões de judeus em campos de concentração, assim como de muitos oponentes polacos, ciganos, homossexuais e membros de outros grupos sociais que ele propôs exterminar. Igualmente, a liderança despótica de Pol Pot na Camboja (1975-1979), os Khmer Vermelho, assassinaram um quarto da sua população.

[61] O autor esclarece que nenhum sistema não democrático consegue garantir aos seus cidadãos um leque tão grande de direitos políticos. Se assim acontecer, então este sistema deixa de ser não democrático e passará a ser democrático. Mas não basta estes direitos estarem escritos em leis ou na Constituição. Esses direitos devem ser eficazes e estarem efetivamente, na prática, à disposição dos cidadãos. Se assim não for o sistema não é democrático e os direitos não passarão de efeitos democráticos para disfarçar um Governo não democrático.

4) A democracia ajuda as pessoas a protegerem os seus interesses fundamentais. Todas as pessoas desejam ter certos bens: sobreviver, estar protegidos, alimentos, saúde, amor, respeito, segurança, família, amigos, trabalho condigno, lazer e outros. O padrão específico dos desejos de uma pessoa com certeza se diferenciará dos daquele que governa a outra. Logo, a maioria das pessoas quererá exercer algum controlo sobre os fatores que, de alguma forma, condicionam a satisfação dos seus desejos. Por isso, não existe nenhuma outra forma de Governo que protege esta liberdade tão bem como a democracia.

5) Somente um Governo democrático pode fornecer o máximo de oportunidades para as pessoas exercerem a liberdade de autodeterminação, isto é, viver sob leis da sua própria escolha.[62] Mesmo que alguém se encontre no grupo da minoria e a sua opção escolhida for rejeitada pela maioria, ele reconhecerá, apesar de tudo, que o processo é mais justo que qualquer outro. Quando alguém escolhe viver livremente sob uma constituição democrática em vez de uma alternativa não democrática, ele está a exercer a sua liberdade de autodeterminação.

6) Somente um Governo democrático pode proporcionar uma oportunidade máxima para exercitar a responsabilidade moral. Para Dahl, exercer responsabilidade moral significa que as decisões são tomadas, com base nesses princípios morais depois de um reflexão profunda e consideração de possíveis alternativas.

7) A democracia promove o desenvolvimento humano mais do que qualquer outra alternativa. Admite o autor que esta pretensão é mais atrevida e controversa que as anteriores, pelo que, provavelmente, deve ser considerada como uma afirmação altamente plausível, mas não comprovada[63].

[62] Segundo o autor nenhum ser humano pode viver uma vida satisfatória se não for vivida em comunidade com outras pessoas. No entanto, viver em comunidade com outras pessoas tem um preço: nem sempre se pode fazer o que se deseja. Às vezes, o que se quer fazer entra em conflito com o que os outros querem fazer. Aprende-se igualmente que os grupos a que se pretende ser membro seguem determinadas regras ou práticas que se tem que obedecer. Em consequência, se um não pode impor ao outro os seus desejos por meio da força então há que se encontrar uma forma de resolver os seus diferendos de forma pacifica como por exemplo, por meio de acordos.

[63] Para Dahl só os regimes democráticos podem garantir as condições para o desenvolvimento pleno dessa premissa. Todos os outros regimes reduzem de forma drástica a possibilidade de os adultos protegerem os seus próprios interesses, considerar os interesses dos outros, assumir a responsabilidade por decisões importantes e se envolver livremente com os outros na procura de melhor decisão.

8) Só um Governo democrático pode fomentar um grau relativamente alto de igualdade política. Dahl defende que uma das razões mais importantes para preferir um Governo democrático é que este tipo de regime consegue a igualdade política dos cidadãos numa medida muito mais superior que os restantes.

9) As democracias representativas modernas não guerreiam entre si. Diz o autor que de 34 guerras internacionais desencadeadas entre 1945 e 1989, nenhuma teve lugar entre países democráticos. Para ele as razões não estão suficientemente claras. Provavelmente, acrescenta, o nível de trocas comerciais entre as democracias estimula relações mais cordiais do que bélicas[64].

10) Os países com governos democráticos tendem a ser mais prósperos que os países com governos não democráticos. Dahl esclarece que a relação entre a prosperidade e a democracia foi particularmente notável na segunda metade do século XIX. Avança que a explicação pode estar na afinidade que existe entre a democracia representativa e a economia de mercado. Uma vez que a economia não está muito regulada, os trabalhadores movem-se, de um lugar para outro, à procura de trabalho, as empresas privadas competem entre si por bens e recursos e os consumidores podem escolher entre bens e serviços oferecidos pelos concorrentes[65].

Em resumo, Robert Dahl começou por identificar cinco critérios para que um Governo democrático possa garantir a participação dos cidadãos nas decisões políticas, definiu depois dez vantagens da democracia sobre qualquer outro tipo de regime político e concluiu a sua análise indicando quais são, o que ele chama de as instituições políticas de um Governo democrático em grande escala: *a) cargos públicos electos [66]; b) elecciones libres, imparciales y frecuentes[67]; c) libertad de expresión[68]; d) fuentes alternativas*

[64] Reforça o autor que os cidadãos e líderes dos países democráticos aprendem o princípio de compromisso. Eles conseguem ver-se, mutuamente, como dignos de confiança ao invés de com desconfiança. A prática e história de negociações pacíficas, tratados, alianças e defesa comum perante inimigos não democráticos reforça a predisposição para buscar a paz mais que fazer a guerra. Por isso, um mundo mais democrático promete ser também um mundo mais pacífico.

[65] Dahl sublinha que no final do século XX, embora nem todos os países com economia de mercado fossem democráticos, todos os sistemas democráticos tinham associada uma economia de mercado. Nos últimos dois séculos uma economia de mercado gerou mais prosperidade do que qualquer outra alternativa. Como todos os países democráticos modernos têm economias de mercado, logo tendem a prosperar mais, pelo que, provavelmente, também é um país rico.

[66] *Cargos públicos eleitos.* O controlo das decisões político-administrativas do Governo é exercido por cargos públicos eleitos pelos cidadãos. Os governos democráticos modernos em grande escala são, portanto, representativos.

[67] *Eleições livres, justas e frequentes.* Os funcionários públicos são escolhidos em eleições frequentes conduzidas de forma justa, nas quais há comparativamente pouca coerção.

[68] *Liberdade de expressão.* Os cidadãos têm o direito de se expressar, sem perigo de punições severas, sobre questões

de información[69]*; e) autonomía de las asociaciones*[70]*; f) ciudadanía inclusiva*[71]*.* (Dahl, 1999, pp. 100-101)

Luigi Preti advoga que o funcionamento das instituições democráticas é difícil, mas a democracia com todas as suas imperfeições e com as suas contradições, assegura o respeito dos valores fundamentais que outros regimes não garantem e, em consequência, constitui uma fonte inesgotável de progresso. Ainda segundo o autor a democracia moderna é resultado da evolução da sociedade humana. Para Preti, como Governo do povo, a democracia tem a tarefa de promover e garantir um conjunto de direitos, cada vez mais alargado, de direitos dos indivíduos e dos grupos e uma participação dos cidadãos na vida associada cada vez mais intensa. (Preti, 1983)

Segundo o autor em referência, sabe-se que a democracia política funciona com grandes dificuldades, sobretudo quando um país ainda não alcançou um nível mínimo de desenvolvimento económico e social e quando os valores de liberdade ainda não estão suficientemente ou adequadamente absorvidos pelo grosso dos cidadãos, mas a primazia da democracia, mesmo assim, continua sendo imperturbável. (Preti, 1983)

Não obstante toda a teorização existente sobre os regimes democráticos e a convicção dos seus defensores, independentemente da forma, que se trata do melhor sistema político até agora existente, o percurso das democracias é marcado por períodos de crises largamente estudados e teorizados por diferentes autores.

A crise por que passou a democracia no intervalo das duas Guerras é analisada e este caracterizado como um parêntesis histórico, no qual se interrompeu um processo de transformação política e social iniciado no século XIX.

---

políticas, definidas em sentido amplo, incluindo críticas aos cargos públicos, ao Governo, ao regime político, à ordem socioeconômica e à ideologia vigente.

[69] *Acesso a fontes alternativas de informação.* Os cidadãos têm o direito de consultar fontes alternativas e independentes de informação de outros cidadãos, especialistas, jornais, revistas, livros, telecomunicações e similares. Além disso, existem de facto fontes alternativas de informação que não estão sob o controle do Governo ou de qualquer outro grupo político individual que tente influenciar os valores e atitudes políticas públicas, e essas fontes alternativas são efetivamente protegidas por lei.

[70] Autonomia das associações. Para cumprir os seus vários direitos, incluindo os necessários ao funcionamento eficaz das instituições políticas democráticas, os cidadãos também têm o direito de formar associações ou organizações relativamente independentes, incluindo partidos políticos independentes e grupos de interesse.

[71] Cidadania inclusiva. A nenhum adulto que resida permanentemente no país e esteja sujeito às suas leis, pode ser negado os direitos de disfrutem outros e que são necessários para estas cinco instituições políticas que acabamos de apresentar. Isso inclui o direito de voto; concorrer a um cargo eletivo; a liberdade de expressão; formar e participar de organizações políticas independentes; ter acesso a fontes independentes de informação; e direitos a outras liberdades e oportunidades que possam ser necessárias para o funcionamento eficaz das instituições políticas da democracia em grande escala. (Tradução do autor)

> Essa evolução viu-se interrompida pela tragédia da I Guerra Mundial, que no início acelerou o processo de democratização, mas que também estabeleceu as bases para a revolução leninista, e depois para o fascismo, e para os conflitos entre as nacionalidades, que levaram a um período de regressão no processo evolutivo para a democracia. Essa visão otimista de um interregno no processo contínuo para o Estado de direito e para a democracia, partilhada por alguns antifascistas italianos que viam no fascismo um grande parêntesis histórico, é provavelmente insuficiente. A tragédia da crise europeia foi muito mais profunda e foi também, paradoxalmente, mais positiva. (Linz, 2015, p. 97)

Para Linz a crise da democracia entre as duas Guerras está diretamente ligada ao problema da crise da legitimidade e, de forma menos direta, à crise de eficácia e de efetividade dos governos democráticos. Acrescenta o autor que sem uma crise de legitimidade do Estado e do sistema democrático a falência da democracia não teria acontecido na maioria dos países. (Linz, 2015)

> Muitas dessas democracias que caíram, sobretudo nos anos 20, careciam dessa legitimidade do Estado para grandes setores da população, devido ao seu carater multiétnico, com minorias significativas que aspiravam à independência ou que desejam unir-se com um país vizinho com o qual se sentiam identificados. Um dos fatores mais complexos na Europa dos anos 20 é que o modelo do Estado-nação não era viável em muitos países, ao mesmo tempo que se tinha destruído a possibilidade de Estados multinacionais em que nenhuma nacionalidade fosse dominante. (Linz, 2015, p. 72)

Linz adverte que esse período também ficou marcado pelas ideologias emergentes, principalmente como alternativa ao socialismo democrático, desde a utopia comunista da revolução russa, até ao fascismo que propôs uma alternativa ao nacionalismo burguês e que garantia um caminho mais rápido para chegar à modernidade que a democracia "formal burguesa". Mas as causas da crise da democracia, entre as duas guerras, são ainda mais abrangentes: a "crise é, do nosso ponto de vista, o resultado de uma pluralidade de fatores que se acumulam em alguns países, que têm uma intensidade especial noutros e que, sem estarem ausentes, não são suficientes para ameaçar a estabilidade de muitos outros". (Linz, 2015, p. 73)

Aron, também no seu tempo, identificou três classes de imperfeições no ideal tipo de regimes multipartidários: 1) a não organização regular de eleições ou a exclusão deliberada de uma determinada franja da população o que retira a legitimidade do sistema; 2) a não aplicação regular das regras da competição pacífica quer entre os partidos ou dentro do Parlamento; e, 3) o caráter não representativo dos partidos, que não agrupam senão uma pequena minoria do país provocando uma falta de sintonia, de comunicação, entre estes e a sociedade que pretendem representar. (Aron, 2017)

Preti reconhece que a democracia nos anos setenta passou por vários problemas, mas que não são suficientes para profecias demasiado pessimistas colocarem em causa o futuro da democracia: problemas ligados à política monetária, à produção, à renda nacional, à administração cada vez mais complexa da pesada máquina estatal, falta de adequação das políticas públicas para resolver determinados problemas complexos particulares; Outros problemas ainda relacionados com alguns grupos específicos, nomeadamente intelectuais, jovens e desigualdades sociais consideráveis entre diferentes classes. Por tudo, o autor reconhece que a sociedade está a passar por um período particular caracterizado por rápidas, e em alguns casos, imprevistas mudanças nas estruturas culturais, informativas e socioeconómicas, mudanças essas a que os Estados democráticos não têm conseguido dar respostas adequadas. No entanto, conclui, essa crise de desenvolvimento não significa que o sistema democrático corra sérios perigos. (Preti, 1983)

Mais tarde, Geovanni Sartori, propôs uma nova reflexão sobre a democracia, introduzindo os conceitos de "formas ruins de Governo" e "política ruim". Sartori advoga que os ventos da história mudaram de rumo pois no início da última década do século XX a democracia liberal não tinha inimigos. Não obstante, na perspetiva do autor a democracia encontrava-se em crise.

> Todo lo que pretendía reivindicar para sí la palabra democracia o lo que se aclamó como «democracia real» ha desaparecido casi de la noche a la mañana. Y a pesar de que en el momento de escribir este trabajo la mayoría de los más o menos 175 países que existen oficialmente no pueden calificarse ni siquiera de democracias mínimas (…). En el mundo actual hay un solo "gobierno legítimo", aquél en el que el gobierno es elegido libremente. Pero recordemos que el vencedor es la democracia liberal, es decir, no sólo el sistema de gobierno democráticamente elegido sino también, y de manera indivisible, el gobierno constitucional, o sea, esa «democracia formal», tan menospreciada en el pasado, que controla y limita el ejercicio del poder[72]. (Sartori, 1991, p. 459)

Segundo Sartori, chegou-se a um ponto em que não há mais alternativas à democracia liberal, em princípio já não deveria haver lugar a um conjunto de males sociais. No entanto, não obstante essa vitória da democracia liberal, persistia a existência de políticas ruins que exigem uma nova reflexão sobre a democracia. Houve uma vitória da democracia liberal sobre os seus inimigos externos, mas o

[72] Tudo o que reivindicou a palavra democracia ou o que foi saudado como "democracia real" desapareceu quase da noite para o dia. E apesar do facto de que, no momento em que escrevo este artigo, a maioria dos mais ou menos 175 países que existem oficialmente não podem ser classificados como democracias mínimas (...). No mundo de hoje existe apenas um "Governo legítimo", no qual o Governo é escolhido livremente. Mas lembremos que quem vence é a democracia liberal, ou seja, não só o sistema de Governo eleito democraticamente, mas também, e de forma indivisível, o Governo constitucional, ou seja, aquela "democracia formal", tão desprezada no passado, que controla e limita o exercício do poder. (Tradução do autor)

vencedor continuou com um inimigo interno – a política ruim. A democracia pode, em princípio, não ter rivais e, no entanto, ser atacada na prática, no campo da sua aplicação. (Sartori, 1991)

> Hay pues que repensar a fondo la democracia por dos razones: a causa de la «fuerza de las cosas» misma, por una parte, y, por otra, como consecuencia de la crisis del marxismo; y puesto que la palabra repensar implica pensar, cabe preguntarse de qué manera un pensamiento liberado del marxismo conducirá - y ésa es mi esperanza - a un pensamiento abierto[73]. (Sartori, 1991, p. 461)

Sartori (1991) constata que as democracias ocidentais avançadas estão cada vez mais convertidas em campos de protestos em que cada grupo tenta exigir privilégios, logo, vantagens para si que acabam por constituir-se em desvantagens para outros. As vozes mais ouvidas são as da crítica, da reclamação e do ataque. Uma crítica feita, sem outro fim, conduz ao conformismo e, por vezes, a um pensamento errado.

Essas políticas ruins significam uma serie de más medidas à nível do concreto. Sobretudo por que incluem a economia, elemento de que depende a sociedade. Por outras palavras: uma política cujo objeto é a esfera económica, mas cujas as decisões são tomadas pelo político.

> Una mala economía se ha convertido en un elemento lo suficientemente importante en la elaboración de la política en general como para que yo pueda proceder a mi argumentación - que, en última instancia, consiste en afirmar que el Estado democrático tal como está estructurado actualmente está poco capacitado para llevar a cabo la gestión de una «economía pública» de manera económica. Pero, en primer lugar, cabe preguntarse por qué el rendimiento de las economías públicas es sistemáticamente inferior al de las economías privadas[74]. (Sartori, 1991, p. 466)

Portanto, como se pode constatar, Sartori entende que a estrutura do Estado democrático não está preparada para resistir a uma política económica ruim e, por consequência, uma política ruim resultante:

---

[73] A democracia deve, portanto, ser repensada profundamente por duas razões: por causa da própria "força das coisas", por um lado, e, por outro, como consequência da crise do marxismo; E já que a palavra repensar implica pensar, questiona-se como um pensamento liberado do marxismo levará - e essa é a minha esperança - ao pensamento aberto.

[74] A má economia tornou-se um elemento suficientemente importante na formulação de políticas em geral a ponto de eu poder avançar com o meu argumento - que consiste, em última instância, em afirmar que o estado democrático, tal como está estruturado atualmente, está pouco capacitado para levar a cabo a gestão de uma "economia pública" de forma económica. Mas, primeiro, vale a pena perguntar por que o desempenho das economias públicas é sistematicamente inferior ao das economias privadas. (Tradução do autor)

> En el momento de su concepción en el siglo XVIII la finalidad esencial de los sistemas constitucionales consistía en superar la maldad de la política. Esto se lograba dividiendo el poder estatal y sometiéndolo a un proceso de verificaciones y equilibrios. Poco importaba que el parlamento y el gobierno (el rey, el poder ejecutivo) estuvieran separados (Estados Unidos) o que compartieran el poder (Reino Unido); el hecho es que el parlamento disponía del «poder de la bolsa», es decir, el derecho de recabar y distribuir dinero. Esa atribución y la división de funciones que llevaba aparejada entre, por ejemplo, el control del parlamento y los gastos realizados por el ejecutivo, reflejan el simple hecho de que, desde el comienzo, y durante mucho tiempo después, los parlamentos representaban a los que realmente pagaban los impuestos, es decir, a los ricos y no a los pobres. De ahí que los parlamentos controlaran eficazmente los gastos. Pero durante el último siglo el equilibrio entre el freno parlamentario y el acelerador del ejecutivo se ha ido perdiendo paulatinamente, al debilitarse su capacidad de autoequilibrarse. Con el sufragio universal y la posterior transición general de la ley y el orden (la única cosa que se esperaba que el «Estado pequeño» pudiera garantizar) al Estado benefactor o del bienestar, los parlamentos se han transformado en órganos que gastan incluso más que los gobiernos[75]. (Sartori, 1991, p. 469)

Giovanni Sartori (1991) tece outras críticas à democracia dos finais do século XX, como o populismo e que designou de videopolítica, mas foi sem dúvida a qualidade das políticas económicas - políticas ruins, que constituíram o objeto da sua análise. Estas críticas devem ser entendidas no contexto histórico que são produzidas, ou seja, após a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética.

[75] Na época da sua conceção, no século XVIII, o propósito essencial dos sistemas constitucionais era superar o mal da política. Isso foi conseguido dividindo o poder do Estado e sujeitando-o a um processo de freios e contrapesos. Pouco importava se o parlamento e o Governo (o rei, o poder executivo) estivessem separados (Estados Unidos) ou se compartilhassem o poder (Reino Unido); o facto é que o parlamento tinha o "poder do mercado de ações", ou seja, o direito de cobrar e distribuir dinheiro. Esta atribuição e a divisão de funções que a acompanha entre, por exemplo, o controle do parlamento e as despesas contraídas pelo executivo, refletem o simples facto de que desde o início, e por muito tempo, os parlamentos representaram aqueles que realmente pagavam impostos, isto é, os ricos e não os pobres. Consequentemente, os parlamentos controlaram efetivamente os gastos. Mas durante o século passado, o equilíbrio entre o freio parlamentar e o acelerador executivo foi gradualmente perdido, à medida que sua capacidade de se equilibrar se enfraqueceu. Com o sufrágio universal e a posterior transição geral da lei e da ordem (a única coisa que se esperava que o "Estado pequeno" pudesse garantir) o Estado benfeitor ou de bem-estar, os parlamentos se transformaram em órgãos que, inclusivo, gastam mais do que os governos. (Tradução do autor)

Aliás, depois desses dois acontecimentos históricos referidos no parágrafo anterior, as análises e críticas à qualidade da democracia multiplicaram-se. Não obstante o sucesso da democracia liberal, vários estudos recentes demonstram sinais preocupantes, não propriamente sobre o regime, mas sim sobre a sua legitimidade e sobre a sua qualidade. A participação política tem caído a pico, a própria participação dos eleitores nas eleições, tidas como a "menina dos olhos" da democracia, é cada vez mais baixa, com taxas de abstenção acima dos 30%. O cidadão mostra um desinteresse pela política e desconfia dos políticos. Os partidos políticos, em teoria, pilares fundamentais da democracia, estão, em regra, desacreditados.

Para sintetizar as principais características dos regimes políticos surgidos como alternativa a crise do Estado Liberal, adotou-se o seguinte quadro, elaborado por Matia Portilla, Professor de Direito Constitucional da Universidade de Valladolid. (Matia Portilla, 2016)

Quadro 1:Comparativa del Estado Constitucional con los Modelos Alternativos

DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL	**SOCIALISTA**	**TOTALITÁRIO**	
		Alemania	Italia
División de poderes (funcional)	Centralismo democrático (fund: homogeneidad)	Liderazgo (fundamento:desigualdad)	
Control de constitucionalidad de la Ley	Subsistencia formal (materialmente: criterio de la mayoría)	No cabe (hay un dirigismo por parte del líder)	
Amplia Tutela jurisdiccional de los derechos individuales	Subordinación del individuo: derechos contingentes. Consideración social de la persona. Decisión de la mayoría	Subordinación del individuo: visión de la comunidad de los elegidos	
Sufragio universal (igualdad)	Homogeneidad	Plebiscito (adhesión al líder)	
Pluralismo político	Homogeneidad: partido único por encima del Estado	Partido único como equivalente del pensamiento del dirigente - con el Estado - en el Estado	
Descentralización progressivamente amplia	Centralismo (doble dependencia del órgano)	Unificación	
Estado como medio de organización política	Estado como medio para llegar a la sociedad comunista	Estado como medio para implantar la superioridad de la raza aria	Estado como fin
Doctrina jurídico-política: liberalismo y Estado social	Comunismo	Corporativismo	
Poder político como rpresentación de la sociedad – las minorías	Poder político como medio de opresión de clase	Poder político como tarea del más capaz (autoridad hacia abajo, responsabilidad hacia arriba)	
Rigidez constitucional	Subsistencia formal. Homogeneidad material entre Asamblea Constituyente y legislativa	Las bases están en la voluntad de líder	

Fonte: Matia Portilla, Universidade de Valladolid.

Na maioria dos países democráticos questiona-se a finalidade das políticas e, principalmente das económicas, que, na ótica dos seus cidadãos, estão mais viradas para satisfazerem as exigências do mercado capitalista do que garantir os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade. Esta realidade da maioria das democracias liberais tem conduzido ao surgimento/ressurgimento de forças políticas extremistas desafiando a democracia liberal que, desde o desmoronamento da União Soviética e a queda do fascismo, nenhum partido ousara questionar.

A crise de 2008 agravou a das democracias e veio aprofundar a luta de interesses entre públicos e privados. A confiança da relação até então existente entre governantes e governados esmorece. As importantes decisões políticas são tomadas cada vez mais com menos participação do cidadão e são assumidas por profissionais da política, que tudo fazem para se perpetuarem no poder, pois, essas decisões, na maioria das vezes, são para promover ou proteger os seus interesses e não os dos governados, como seria de esperar pelos princípios da democracia.

Em 2017, segundo a revista *The Economist Intelligence Unit*, através do seu Índice de Democracia,[76] apenas 11% dos países abrangidos era considerado de democracia plena. Segundo a mesma revista, em 2020, a democracia sofreu um rude golpe, pois quase 70% dos países registou um declínio na sua pontuação geral.

[76] O Índice de Democracia fornece uma visão do estado da democracia mundial para 165 Estados independentes e dois territórios. O Índice de Democracia é baseado em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do Governo, participação política e cultura política. Com base nas pontuações em 60 indicadores dentro dessas categorias, cada país é então classificado como um dos quatro tipos de regime: democracia plena, democracia com falhas, regime híbrido ou regime autoritário. *(https://basedosdados.org/dataset/democracy-index), consultado em 31/10/2021.*

Gráfico 1: índice de Democracia por Tipo de Regime



Fonte: *The Economist Intelligence Unit, Sophia Fernandez*

A pandemia da Covid 19, que assola o mundo desde 2020, veio pôr ainda mais a nu as fragilidades dos sistemas democráticos no mundo. A lógica da capacidade de compra e de influenciação dos mercados sobrepôs-se, mais uma vez, aos princípios da fraternidade e da igualdade. As economias mais poderosas açambarcaram, num primeiro momento, os medicamentos e equipamentos de combate à doença e, num segundo momento, o acesso às vacinas. A prioridade do direito de viver foi determinada pela capacidade de compra e de influência de cada país e, escusado será referir, que os países e as populações mais pobres continuam na fila de espera enquanto vão assistindo à morte de milhares dos seus cidadãos.

CAPÍTULO II
– O PÓS-COLONIALISMO EM ÁFRICA

> Tendo alcançado a sua independência com um baixo grau de integração nacional e sob condições de modernização muito incipientes e localizados, os novos Estados da África ao Sul do Sahara mostraram, desde o início, uma grave necessidade de forças políticas centrípetas capazes de promover a sua unidade e assegurar a sua total modernização. (Silveira, 2004, p. 20)

O período que se segue à descolonização é vivido de forma diferente nos diferentes países africanos. As situações política e socioeconómica vividas por cada país variam, não só pela sua localização geográfica, pelos seus recursos naturais, mas acima de tudo pelas experiências vivenciadas por cada colónia. As potências coloniais trataram de forma diferente as suas colónias e esta realidade marca de forma indelével o nascimento dos novos Estados africanos.

Este capítulo trata as diferentes nuances que marcaram o arranque dos novos Estados saídos do longo processo de descolonização, assim como, os Estados pós-coloniais em África; o impacto do colonialismo nas instituições pós-coloniais, o impacto das realidades africanas nas instituições pós-coloniais, a consagração do autoritarismo, o regresso da democracia à África e apresenta uma resenha histórica sobre os movimentos de libertação em África, constituem os principais tópicos aqui abordados.

2.1 - As Transições para a Democracia em África

No final dos anos 60 e princípios de 70 assistiu-se a um movimento de afastamento da democracia bastante considerável. Esse movimento conduziu a um pessimismo quanto à viabilidade da aplicação da democracia nos países em desenvolvimento tal como naqueles onde esta já existira durante anos. Esta realidade é demonstrada por de Huntington (1994) através dos seguintes factos:

> Em 1962, segundo uma avaliação, 13 governos no mundo eram resultado de golpes de Estado; em 1975, havia 38. Segundo outra estimativa, um terço das 32 democracias ativas no mundo em 1958 haviam-se transformado em autoritarismo em meados dos anos 70. Em 1960, entre dez países sul-americanos de herança ibérica, nove haviam eleito democraticamente os seus governos; em 1973, apenas dois, Venezuela e Colômbia. (…) (Huntington, 1994, p. 30)

No entanto, com início na segunda metade dos anos 70 verifica-se um movimento de substituição dos regimes autoritários por regimes democráticos em aproximadamente trinta países da Europa, Ásia e América Latina. Esse movimento é extensível a outros países e, lá onde não houve mudança de regime, assistiu-se a um ganhar de força e de legitimidade por parte de movimentos que promoviam a democracia. (Huntington, 1994)

Este ponto analisa a forma como essa onda democrática contagiante vai dar origem a uma nova realidade em vários quadrantes da geografia política mundial, e em particular em África, vai marcar o surgimento dos Estados pós-coloniais.

2.1.1 Os Estados Pós-Coloniais em África

O movimento de democratização iniciado na segunda metade dos anos 70 atravessa o mundo e manifesta-se em vários partes do mundo, como mostra Huntington, e marca uma nova era na relação entre as antigas colónias e os novos Estados.

> Tal maré democrática se manifestou primeiro na Europa meridional. Três meses depois do golpe português, o regime militar que governava a Grécia desde 1967 entrou em colapso (…). No dia 20 de novembro de 1975 (…) a morte do gal. Francisco Franco deu fim ao seu Governo de 36 anos sobre a Espanha.
>
> No final dos anos 70, a onda democrática se deslocou para a América Latina. Em 1977, os líderes militares do Equador anunciaram seu desejo de se retirar da política (…). No Peru um processo similar de retirada dos militares possibilitou a eleição de uma Assembleia Constituinte em 1978 (…). Na Bolívia, o afastamento dos militares produziu quatro anos confusos de golpes e eleições abortadas, que começaram em 1978 e terminaram com a eleição de um presidente civil em 1982. (…) Negociações entre militares e líderes políticos no Uruguai conduziram à eleição de um presidente civil em novembro de 1984. Dois meses mais tarde o longo processo de abertura que tinha começado no Brasil em 1974 atingiu o ponto decisivo, com a escolha do primeiro presidente civil do país desde 1964. Enquanto isso, na América Central, os militares também estavam se retirando. (…)
>
> O movimento democrático também se manifestou na Ásia. No início de 1977, a principal democracia do terceiro mundo, a Índia, que por um ano e meio estivera sob um Governo de emergência, voltou ao caminho democrático.
>
> No final da década, a onda democrática engolfou o mundo comunista. Em 1988, a Hungria (…). Na União Soviética, as eleições de 1989 para um Congresso Nacional levaram à derrota de vários antigos líderes do partido comunista e a um Parlamento Nacional cada vez mais agressivo. (…) Na Polónia, em 1989 o Solidariedade venceu as eleições para o Parlamento Nacional (…) Nos últimos meses de 1989, os regimes comunistas na Alemanha Oriental, Tchecoslováquia e Roménia entraram em colapso. (…).
>
> Na África e no Oriente Médio o movimento no sentido da democracia nos anos 80 foi limitado. Em 1979, a Nigéria (…). Em 1990, uma certa liberalização havia ocorrido no Senegal, na Tunísia, na Argélia, no Egipto e na Jordânia. Em 1978, o Governo da África do Sul começou um lento processo de redução do apartheid e de expansão da participação da minoria não-branca, mas não para a esmagadora maioria negra do país.

> Os anos 70 e o início dos anos 80 também testemunharam a fase final da descolonização europeia. O fim do império português produziu cinco governos não-democráticos. (Huntington, 1994, pp. 31-33)

A realidade dos Estados pós-coloniais em África acaba por refletir alguns dilemas que perduraram durante o período colonial. Desde logo, a relação de poder e de autoridade entre o colonizador e as chefias tradicionais implicou estratégias e soluções diferentes consoante o país colonizador:

• A Inglaterra, num primeiro momento, optou por manter e alimentar as chefias tradicionais através de uma estratégia de "administração indireta". No entanto, ainda no primeiro quartel do séc. XX mudou a sua política através do estabelecimento de um programa de desenvolvimento socioeconómico das suas colónias. Esse programa consistiu no investimento da expansão do ensino secundário e na aposta no ensino superior, o que contribuiu para a criação de uma elite local, ainda que profundamente ocidentalizada;

• A França apostou sempre na promoção e manutenção de uma elite local constituída sob padrões sociais franceses ao invés das chefias tradicionais;

• Pelo contrário, Portugal, regra geral, manteve as suas colónias durante muito tempo, privadas de importantes programas de desenvolvimento económico e social. Travou as tentativas de formação de elites locais através de um não investimento no ensino, nas suas colónias. Na verdade, só a partir da Segunda Guerra Mundial, já com o seu império dizimado, é que Portugal tenta voltar-se para as colónias em África, mas na altura essa política já era de contramão, ou seja, estava votada ao fracasso, uma vez que os outros países europeus estavam a dar início a um processo de descolonização.

Não obstante os países ao Sul do Sahara terem vivido experiências coloniais diferenciadas, isto é, em função da potência colonizadora, Silveira (2004) consegue encontrar muitas semelhanças entre eles, em dois grandes contextos: o primeiro tem a ver com o impacto do colonialismo no período pós-colonial e o segundo com a situação indígena dos mesmos.

Do ponto de vista cultural, a colonização criou uma realidade que também é comum aos países em questão. Trata-se da promoção de pequenos grupos indígenas pertencentes à sociedade colonial e que foram ocidentalizados, enquanto que a esmagadora maioria da população nativa se manteve à margem do sistema colonial. Essa maioria nativa foi sendo empurrada sucessivamente para espaços territoriais

mais amplos formando um tecido social complexo acabando por influenciar a realidade política dos novos Estados. (Silveira, 2004)

> O processo foi implementado sem que fossem tomadas em conta considerações históricas relativamente às unidades sociais envolvidas. Estas foram agrupadas, apesar de nada terem em comum, a não ser o facto de partilharem espaços contíguos. A artificialidade das fronteiras conduziu ao caráter pluralista artificial das sociedades dos novos Estados-nações. Apesar desta pluralidade[77] ter tido um papel importante no desenvolvimento dos sistemas multipartidários competitivos, no período imediatamente a seguir à independência, teve também um papel negativo, oferecendo resistência à criação de um consenso nacional, à integração nacional e à modernização do sistema político. (Silveira, 2004, p. 44)

Dias (2010) não tem posição muito diferente de Silveira quanto à existência desses dois grupos, mas, no entanto, refere a utilização por parte do poder colonial de critérios baseados no "grau de civilização" para a hierarquização dos indivíduos, distinguindo-os quanto a direitos e obrigações. Com base nesses pressupostos, Dias reconhece a existência de dois grandes grupos: "Um ultraminoritário, o dos cidadãos, agrupando inicialmente em exclusivo a população de origem metropolitana, outro, o dos sujeitos (o dos "nativos" ou "indígenas"), englobando a larguíssima maioria da população africana." (Dias, 2010, p. 118)

> Esta divisão do "povo da nação" e a "separação simbólica" (... e prática) de locais residenciais que dela inevitavelmente decorreu, é uma das marcas mais duradouras impostas pelo Estado colonial à África subsariana. Com efeito, as diferentes potências coloniais implementaram em África sociedades dualistas dotadas de uma parte urbana, usufruída por "brancos" e "assimilados"[78], onde, a par das praxes sociais, culturais e económicas, as regras políticas imitavam as da metrópole e de uma parte de "mato", habitada por "não civilizados", onde as regras políticas da parte urbana, da "praça" como se dizia no tempo colonial na atual Guiné-Bissau, não se aplicavam.
>
> Aplicando a regra da pertença de cada indivíduo a uma parcela determinada da quadrícula político-administrativa, a administração estatal, para além de impor o seu controlo político global ao conjunto dos residentes, ao codificar, ainda antes de finais do século XIX, o trabalho

[77] O autor adverte que pluralidade significa pluralidade de grupos e não de indivíduos… os padrões sociais e políticos de comportamento refletem, portanto, relações entre grupos e, não, entre indivíduos.

[78] A política de assimilação refere-se a uma estratégia de França e Portugal substituir por destruição a cultura das suas colónias por uma cultura europeizada formando assim uma elite que seria capaz de colaborar com os próprios colonizadores. Segundo (Zau, 2015) cabia ao Governo colonial selecionar os critérios para definir o assimilado. Todavia, em Angola, exigia-se saber ler e escrever português, apesar de muitos brancos serem, à época, analfabetos. Acrescenta o Professor e investigador em Ciências de Educação que, em Angola, chegava-se à condição de assimilado obtendo um certificado ou alvará, passado pelos administradores das circunscrições ou conselhos. No entanto, para se habilitar a tal classificação, o indivíduo tinha de ter 18 anos de idade, demonstrar que sabia ler, escrever e falar português fluentemente, ser trabalhador assalariado, comer, vestir e ter a mesma religião que os portugueses, manter um padrão de vida e de costumes semelhante ao estilo de vida europeu e não ter cadastro na polícia. De realçar que, ao contrário das colónias francesas, nas portuguesas essa política adotada por Portugal não teve sucesso, tendo sido extinta entre 1954/61.

> "indígena" assumiu o controlo da economia, deixando aos africanos "não civilizados" a tarefa de produzir, num quadro político e jurídico em vários aspetos diferente do das partes "civilizadas". (Dias, 2010, p. 118)

Segundo Elaigwu (2010), a África travou desde o início da era colonial um combate político baseado em duas aspirações: a vontade de dar maior coerência à nação africana, por um lado, e maior estabilidade ao Estado africano, por outro. Para o autor este dilema apresenta-se em todos os Estados pós-coloniais sob forma de uma crise gémea, de identidade e de autoridade. Com a colonização, os responsáveis pela política colonial tiveram de optar entre conservar a autoridade dos chefes e dos soberanos tradicionais ou confiar uma função de integração a uma elite intelectual mais ou menos ocidentalizada. "Em seu conjunto, durante a época colonial, a alternativa primordial concernente à autoridade referia-se, por um lado, aos títulos tradicionais de legitimidade, em sua essência, autóctones, e por outro lado, aos novos critérios ligados à educação do tipo ocidental". (Elaigwu, 2010, p. 520)

Em contrapartida, admite o autor acima citado que, com a independência, coloca-se um novo dilema de alternância entre a elite intelectual civil bastante ocidentalizada e as forças armadas pós-coloniais. Essa luta pelo poder, entre civis e militares, tem sido uma das principais causas da instabilidade em vários países africanos.

Para Silveira (2004) a seguir à independência, cedo os líderes dos novos Estados foram-se apercebendo que para uma independência verdadeira e duradoura era preciso resolver problemas referentes à integração e à modernização. A necessidade da integração era explicada pela composição social e étnica dos novos Estados alicerçados numa heterogeneidade de grupos étnicos e tribais, em alguns casos sem língua, cultura ou tradição comuns. Independentemente disso, "essa integração tornou-se numa tarefa de substituição ou de transcendência de lealdades étnicas e tribais baseadas em diferenciações de status tradicionais ou hierárquicos para uma nova lealdade baseada no princípio de partilha de Nação". (Silveira, 2004, p. 19)

Estar-se-ia muito próximo da proposta de Max Weber[79] de uma transição de uma ordem dominada pelo tradicional onde existe uma relação de dominação do senhor sobre o súbdito, para uma dominação do tipo legal-racional, fundada a partir de um estatuto onde a forma mais pura seria a burocracia. (Weber, 2004)

[79] Na sua obra "Economia e Sociedade" Weber distingue três tipos de dominação dependendo, para tal, das bases da sua legitimidade: a dominação tradicional tem como base de legitimação os costumes e as tradições de um determinado povo. Este tipo de dominação tem como referência uma liderança com uma forte personificação. Os dominados são fiéis a essa liderança e a obedecem. A dominação racional-legal resulta de uma definição das regras pelas quais rege uma determinada sociedade. A aplicação dessas regras passa pela aceitação do líder,

Elaigwu (2010), citando G. Almond e B. Pawell, adverte que é frequente as teorias da edificação da nação sublinharem o processo pelo qual é produzida, junto aos indivíduos que pertencem a pequenas etnias, a pequenas comunidades ou lugarejos menores, uma transferência do sentimento de pertença ou fidelidade em proveito do mais amplo sistema político central. Neste sentido defende o autor que:

> O processo de edificação da nação não implica necessariamente na transferência do 'sentimento de pertença e de fidelidade', o qual ao afastar-se do estreito ou provinciano quadro dos grupos étnicos, ligar-se-ia desde logo a uma entidade política mais ampla. (…) O processo não implica em uma transferência mas, na ampliação do horizonte até o qual os grupos restringidos reconhecem a sua própria identidade, a ponto de englobar entidades mais vastas, como o Estado". (Elaigwu, 2010, p. 524)

O autor evoca duas dimensões de identidade quanto ao processo de formação da nação.

> Uma vertical, que explica a construção do Estado pela progressiva aceitação, pelos membros da entidade organizada pré-existente, da legitimidade de um Governo central e da identificação com este Governo central, devidamente qualificado como símbolo da nação. Não há somente um Estado, mas igualmente existem indivíduos a aceitarem a sua autoridade (e não simplesmente a sua potência coercitiva) e a virem em seu Governo a representação simbólica da sua comunidade política; uma segunda dimensão designada de horizontal e que implica que cada um aceite a igualdade dos outros membros do corpo cívico, como membros de uma nação juridicamente constituída. Esta aceitação é sustentada pelo sentimento de pertença a somente uma e única comunidade política. A edificação da nação implica o sentimento segundo o qual todos os membros da entidade organizada estão habilitados a tomar parte, para o melhor tanto quanto para o pior, no processo do desenvolvimento político. (Elaigwu, 2010, p. 524)

Na ótica de Silveira (2004) para que os novos Estados juntassem todos esses elementos díspares e alcançassem a integração nacional almejada eram precisas duas condições:1) a capacidade dos seus líderes em manter a integridade territorial dos seus países e, 2) uma certa habilidade destes em criar uma nova lealdade política à nação em detrimento dos interesses dos diferentes pequenos grupos.

O autor esclarece que o sucesso dessa dupla condição está condicionado pelo sucesso do processo de modernização básica, que os Estados pós-coloniais se empenham em conseguir. Esse processo de desenvolvimento depende da existência de instituições políticas credíveis e eficazes no traçar de objetivos e na tomada de decisões quanto ao processo.

não por ele enquanto pessoa, mas pelo cargo que ele ocupa. Trata-se de uma dominação impessoal. Ela dá-se exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela função. Finalmente, a dominação carismática é aquela que é possível graças a capacidades pessoais extraordinárias demonstradas por um indivíduo tais como: heroísmo, capacidades mágicas, capacidade de oratória, capacidade de salvar e conduzir homens. Estas capacidades pessoais são utilizadas pelo individuo para impor a sua vontade aos seus súbditos que o obedecem precisamente por ter estes poderes fora do comum. (Weber, 2004)

No entanto, a herança colonial funciona como um obstáculo aos desafios da integração nacional e da modernização dos Estados pós-coloniais. A realidade herdada é a de diversas fronteiras territoriais artificiais e as respetivas instituições políticas, o que torna difícil a unificação desses espaços territoriais e políticos, bem como põe em causa a identidade nacional na África independente. Outro obstáculo resultante dessa herança do colonialismo tem a ver com as estruturas económicas concebidas não para servir os povos indígenas, mas sim para servir os interesses da colónia. Silveira conclui que "este quadro social, económico e político, dos Estados ao Sul do Sahara constitui um denominador comum que influencia o seu desenvolvimento". (Silveira, 2004, p. 70)

Embora, para Dias (2010) "O Estado pós-colonial não só não foi uma invenção concebida de raiz no pós-independência, como ainda herdou muitos dos traços culturais, dos suportes ideológicos e das técnicas políticas e administrativas que faziam parte da "essência" da racionalidade do Estado colonial". (Dias, 2010, p. 118)

No entanto, Silveira (2004) critica o facto de diferentes análises teóricas, sobre o impacto do colonialismo na construção do Estado pós-colonial, surgidas a seguir às independências, realizadas por ocidentais ou investigadores com ideias ocidentais evidenciarem serem pré-concebidas ou baseadas em pressupostos ocidentais.

Na perspetiva de Elaigwu (2010), desde a independência os dirigentes dos novos Estados Africanos tiveram de enfrentar as principais exigências da nação e do Estado, ou seja, os desafios do desenvolvimento político. Citando L. Binder, o autor refere-se à necessidade de:

> Centralizar a autoridade política, ao que denominamos frequentemente 'processo de construção do Estado'; instaurar a unidade entre os grupos heterogêneos habitantes no país, tarefa comumente chamada, 'processo de edificação da nação'; ampliar as perspetivas para a participação política; e distribuir os recursos menos abundantes. (Elaigwu, 2010, p. 533)

Por outro lado, Silveira (2004) defende ainda que:

> A discussão sobre a integração nacional na África ao Sul do Sahara não pode dissociar-se dos valores económicos e culturais que conferem um caráter social de diferenciação de grupos étnicos e tribais, grupos que constituem a maior componente da geografia social e humana dos novos Estados independentes... A redução, neutralização ou eliminação dos valores étnicos e tribais que subjazem a esses conflitos, impõem soluções que tomam diferentes formas, dependendo dos conceitos políticos e históricos de nação e do papel atribuído aos grupos étnicos e tribais no processo de integração nacional. (Silveira, 2004, p. 71)

É, pois, sob estes dilemas que as novas instituições pós-coloniais vão ser construídas. Por um lado, é preciso criar instituições novas viradas para o desafio da reconstru-

ção nacional. Por outro, o peso étnico e tribal a que essas sociedades estavam submetidas, que condicionava sobremaneira a construção das novas instituições. Não menos importante, o impacto dos resquícios do colonialismo no tecido social e na estrutura mental das populações.

2.1.2 O Impacto do Colonialismo nas Instituições Pós-coloniais

O Estado pós-colonial não é uma criação original dos países no pós-independência. Ele é, em grande medida, uma herança forçada daquilo que era a essência do Estado colonial, quer do ponto de vista ideológico e cultural como político-administrativo e estrutural. Este fator, em si, poderia não constituir um problema se a própria estrutura do Estado colonial tivesse sido definida em nome do desenvolvimento das colónias e do bem-estar das suas gentes. Acontece que essa estrutura foi construída de acordo com as necessidades do poder colonial.

Assim sendo, a nova administração do Estado pós-colonial, para além da tarefa de encontrar respostas urgentes aos vários problemas e desafios que a independência colocou, também tinha a tarefa de reformar o Estado e adaptá-lo à realidade africana.

No entanto, esclarece Dias (2010) que, para além dessa importação, o Estado colonial é igualmente fruto da conjuntura e de determinadas realidades locais:

> A formação dos Estados contemporâneos em África não é um simples fenómeno de transplante do Estado colonial para uma nova situação, mas sim o resultado de um longo processo de hibridação e reinvenção em que se jogam, se afrontam e conluiem lógicas e práticas de Estado com origens e tempos de eclosão diferentes, umas vindas do tempo colonial, outras surgidas a partir da necessidade de dar respostas (possíveis) às transformações de toda a natureza que foram ocorrendo desde as independências. Isto é, a formação dos Estados pós-coloniais em África e os aspetos que eles vão sucessivamente assumindo está em larga medida dependente dos "arranjos" entre fatores estruturais e conjunturais com que as sociedades e os Estados africanos se confrontam desde as independências. (Dias, 2010, p. 118)

Convém notar, a propósito do defendido por Dias, que esta realidade não é uma exclusividade dos novos Estados africanos. Também na Europa, em momentos diferentes, diferentes sistemas políticos foram constituídos em cima de determinantes socio-culturais reproduzidos pela própria época. Ou seja, os Estados são sempre formados e moldados por influência das realidades onde se inserem e das épocas em que são construídos.
Para Silveira (2004) os "ingredientes políticos europeus" continuaram a influenciar e a marcar a estrutura da vida política dos Estados pós-coloniais.

> A experiência ocidental não deixou de atuar depois da descolonização. Através das instituições políticas ocidentais essa experiência continua a ser usada pelos novos Estados independentes, na busca das suas próprias respostas aos problemas específicos com que se deparavam. Este impacto colonial que Hodgkin define como "relação reconhecida de dependência e subordinação entre um território africano e um poder não-africano" e a sua sobrevivência, constitui o que designamos por pressão europeia. (Silveira, 2004, p. 41)[80]

Esta relação de influência entre o colonialismo e aquilo que virá a ser a nova estrutura dos Estados africanos é explicada por Santos (2005) a partir do conceito de "assimilação". Para o autor os africanos sofreram a violência de uma primeira assimilação que foi aquela imposta a pretexto de os civilizar. Neste sentido destaca o facto de "durante séculos, os africanos tentaram em vão conciliar o que eram, com o que o colono invasor queria que fossem". (Santos, 2005, p. 432)

Na hora da emancipação, a África tentou reencontrar as suas próprias raízes procurando novamente o seu modelo civilizacional marcado por princípios comunitários, solidários, autoritários. Para o autor esse modelo estava condenado ao fracasso graças ao princípio de equilíbrio triunfante com a Guerra Fria – pluralista, capitalista, concorrencial e insolidário. "Este facto negou à África a possibilidade de voltar a ser fiel às próprias raízes. Ou alinhava pelo padrão triunfante, ou ficava isolada no contexto de um mundo cada vez mais globalizado e interdependente". (Santos, 2005, p. 433)

É no contexto acima descrito que o autor discorre sobre uma terceira assimilação a que a África foi empurrada. Refere-se ao facto de África adotar, contra o seu próprio padrão, o Estado-Nação da forma como foi criado, com o seu princípio de separação de poder representativo: legislativo, executivo e judicial, tal como Montesquieu[81] o concebeu.

Nessa terceira assimilação, Santos consegue ver uma oportunidade para África. Explica que África foi obrigada a adotar esse modelo de Estado-Nação e o modelo

[80] O autor explica que o termo pressão relaciona-se com os efeitos do impacto do colonialismo, enquanto constrangimento externo, sobre as realidades indígenas.

[81] Para Montesquieu para que o poder não seja usurpado e, por conseguinte, haver abuso, é preciso que o poder limite o poder. Assim sendo, deve existir em cada Estado três poderes: o poder legislativo, o poder executivo e o poder judiciário. "Com o primeiro, o príncipe ou o magistrado cria leis por um tempo ou para sempre e corrige ou anula aquelas que foram feitas. Com o segundo, ele faz a paz ou a guerra, envia ou recebe embaixadas, instaura a segurança, previne invasões. Com o terceiro, ele castiga os crimes, ou julga as querelas entre os particulares. Chamaremos a este último poder de julgar e ao outro simplesmente poder executivo do Estado". (Montesquieu C. , 2000, pp. 167-168) Para o autor a garantia da existência de liberdade é dada pelo facto de os três poderes não estarem concentrados nas mãos da mesma pessoa ou corpo de magistratura. Para que haja essa garantia é preciso que o poder esteja dividido por diferentes órgãos.

económico liberal no momento histórico que poderá ser o da sua morte, provocada pela globalização. E com isso o Estado africano terá de enfrentar uma quarta assimilação que é o processo de passagem do nacional/clássico para Estado Global. Assim, o autor conclui dizendo que:

> Na medida em que em África o Estado nacional não chegou a criar raízes, será mais fácil a evolução para a etapa institucional seguinte. Mais fácil a "assimilação" da Nova Ordem Mundial de que tanto se fala e tão pouco se cuida. Nessa medida, a África parte, pela primeira vez, em situação de relativa vantagem. (…) Onde o Estado-Nação teve tempo para criar raízes é mais difícil e doloroso mudar. E, no entanto, é imperioso que mude. (…) Os novos Estados africanos, esses, podem vencer com menos calços na roda o desafio da quarta assimilação. (Santos, 2005, pp. 433-434)

A perspetiva de Santos é de certa forma corroborada por Correia quando afirma que:

> Quando os países recém-independentes de África optavam pelo modelo do Estado-nação Veste-faliano que há 300 anos começara a edificar-se na Europa, em muitos dos quais não chegou sequer a criar raízes e nenhum tendo conseguido consolidar-se, este modelo estava já a entrar num processo de crise profunda e irreversível.(…) Eventualmente, porque o Estado-nação de tipo Vestefaliano… nunca tenha chegado a consolidar-se em África, os Estados africanos poderão estar em situação mais favorável para contornar essa crise, com mais flexibilidade e criatividade para enfrentar o que há de vir e é ainda uma incógnita. (Correia, 2005, pp. 469,472)

Mas nem só o colonialismo condiciona a formação das novas instituições nos Estados pós-coloniais. Há que ter em conta a própria realidade africana. A divisão de muitas sociedades africanas em tribos ou em etnias, com as suas respetivas lideranças, vai condicionar a formação de um Estado unitário e a construção do conceito de nação. O sentimento de pertença é mais regional e local do que nacional.

2.1.3 O Impacto das Realidades Africanas nas Instituições Pós-coloniais

O Estado pós-colonial também está marcado por influências várias das realidades africanas acostumadas a inventar mecanismos de sobrevivência e resistência ao poder colonial. Elaigwu (2010) citando Rubin e Weinstein clarifica que:

> Os Estados independentes da África manifestaram atitudes diversas frente às instituições tradicionais. Houve ao menos três tipos de reação. Na Nigéria, antes de 1966, por exemplo, as elites da passagem do poder, das quais algumas fações tinham parentesco com as famílias reinantes no passado, definiram e limitaram os poderes dos chefes no tocante à dupla esfera política e administrativa. Uma segunda postura consistiu, como em Gana nos tempos de Nkrumah, em isolar os chefes no obscurantismo político, relegando-lhes, contudo, poderes consultivos. O terceiro posicionamento foi aquele da Guiné e do Ruanda, os quais não conferiram aos chefes nenhum papel na nova ordem política. (Elaigwu, 2010, p. 538)

O autor defende ainda que algumas instituições tradicionais sobreviveram e que os regimes instalados no período pós-colonial tiveram de contar com elas. A resistência política dessas instituições é atribuída à forma de organização e vivência comunitária africana nas regiões rurais, onde os chefes tradicionais garantem uma continuidade de interferência na vida política africana. (Elaigwu, 2010)

Silveira (2004) vê no tribalismo e no regionalismo duas formas de condicionamento das realidades africanas nas instituições pós-coloniais.[82] Para sustentar a sua perspetiva Silveira refere-se ao caso do Congo-Leopoldville (Zaire).

> O ABAKO, liderado por Joseph Kasavubu, foi, desde a sua fundação até à sua extinção, o partido da etnia Bakongo e foi sempre tratado como o partido Bakongo, apesar dos esforços por parte dos líderes de lhe darem uma dimensão nacional. Este partido, cujo nacionalismo, utilizou a religião como meio de expressão, incluiu no seu programa a criação de um Estado regional do Congo Central, que geograficamente coincide com o território de língua kikongo. Joseph Kasavubu era, portanto, um chefe tribal, um chefe regional e um líder nacionalista. (Silveira, 2004, p. 54)

Outro exemplo apontado pelo autor e que mostra a influência do tribalismo nas estruturas nacionais é a confrontação sangrenta no Burundi entre os conquistadores Tutsi e os autóctones Hutu e Twa[83]. (Silveira, 2004)

> Dentro da Federação da Nigéria o tribalismo frequentemente sobrepõe-se ao regionalismo, como ficou demonstrado pela crise de Biafra (…) Kofi Busia expõe o problema da seguinte forma: 'A estrutura federal foi concebida como meio de conter os grupos minoritários e assegurar que os grupos éticos dominantes, os Hausa-Fulani no Norte os Yoruba no ocidente os Ibo no Oriente cooperassem para a unidade nacional e para a criação de um Estado estável. A ideia de federação foi cuidadosamente examinada antes de ser aceite. Mas as tensões tribais inerentes persistiram. Cada um dos três partidos maioritários tinha uma base regional que era também tribal, e as forças e rivalidades do partido tendiam a assentar sobre lealdades regionais e tribais. O que teve consequências unificadoras, mas também fragmentadoras. (Silveira, 2004, pp. 54-55)

[82] Neste contexto Silveira critica a perspetiva de Mercier que defende que o Tribalismo é uma teoria que raramente atribui um valor absoluto ao étnico, por oposição ao nacional. Silveira considera essa perspetiva estreita e acrescenta que ela subestima a vitalidade das sociedades colonizadas.

[83] Massacre ocorrido no Ruanda, em 1994, perpetuado por extremistas hutus contra a minoria tutsi provocando milhares de mortos. A matança não poupou nem familiares nem vizinhos. Há registos que indicam que muitos hutus mataram os próprios familiares (mulheres e filhos) por estes não pertencerem à mesma etnia. Os conflitos entre essas etnias têm origem na colonização belga que terá usado como argumento as características físicas para pôr uns contra os outros. O colonizador belga tentava encontrar no que era antes um único povo, características próximas do estereotipo europeu como sendo: altura, cor da pele e formato do nariz, para os diferenciar. As rivalidades começam aí.

Sobre a questão da Nigéria, Elaigwu (2010) acrescenta que:

> Antes de 1966, a Nigéria conservou em certas regiões as câmaras dos chefes, sinal indubitável do peso político destes líderes, igualmente existem neste país conselhos tradicionais no âmbito dos Estados Federados. Estes conselhos desempenham um papel essencialmente consultivo no tangente aos assuntos das chefaturas, às questões culturais e à administração local. (Elaigwu, 2010, p. 538)

Para Silveira (2004), o regionalismo africano para além da sua origem étnica, como explica anteriormente, também tem uma explicação económica e geográfica, ou seja, tem a ver com a discrepância Norte-sul e litoral-interior, no que aos recursos diz respeito.

> Pode acontecer, num caso particular, que o Norte seja mais rico e coincida com a região da savana seca. Pode ser politicamente mais desenvolvido devido ao amplo efeito de unificação, do Islão. Este é o caso da região dos Emirados, das confederações e dos reinos (Benin, Ashanti). A mesma região é mais pobre no Sul, que consiste em florestas densas e chuvosas; possui cultos animistas e também estruturas políticas menos desenvolvidas. As diferenças étnicas são reforçadas por fatores económicos que conferem à diferenciação regional um significado político próprio. (Silveira, 2004, p. 55)

O autor cita Buchmann, que defende que "onde uma ampla proporção da riqueza atual ou potencial de um país é controlada por uma unidade étnica particular… a política da pressão económica e a política da tribo combinam". (Silveira, 2004, p. 55) Outra forma de influência pode dar-se pelo facto de uma região localizada mais para o interior ou ser mais costeira.

> (…) Pode acontecer que as regiões costeiras tenham áreas mais *destribalizadas* e sejam o centro da revolução urbana, da alienação cultural generalizada, do tráfico esclavagista transatlântico e, portanto, da penetração europeia. O que pode contrastar com o interior. Que pode ser menos destribalizado e de menor penetração pela colonização. Após a independência as populações urbanas tenderam a olhar para si próprias como sucessoras legítimas das antigas autoridades coloniais… (Silveira, 2004, pp. 55-56)

Silveira acrescenta ainda um outro fator relacionado com o regionalismo que é o elitismo. Na sua ótica, existe uma estratégia para defender determinadas regalias anteriormente garantidas pelo poder colonial. As elites que lutam para defender essas regalias, para o autor, são aquelas que certamente se beneficiaram ou continuam a beneficiar-se de uma desigual distribuição dos recursos económicos do país. Conclui assim, que esse elitismo por vezes pode conduzir a um separatismo como forma de manter essas mesmas regalias. (Silveira, 2004)

> Mesmo quando usam o tribalismo e o regionalismo, os partidos políticos da África negra tendem a negar a influência dos fatores tribais e regionais contra toda a evidência, porque consideram esses fatores como sendo opostos, a priori, ao nacionalismo. Esta atitude, para além

> de ser logicamente inconsistente, é uma evidência da esquematização simplista dos problemas que resultam da existência de vários nacionalismos dentro da mesma nação, como no caso dos nacionalismos dos Ibo, dos Yoruba e dos Hausa na Federação da Nigéria. A monopolização do poder por um grupo étnico em particular, leva a que o grupo ou grupos excluídos tentem compensar o desequilíbrio por meios não constitucionais [84] [85]. (Silveira, 2004, p. 56)

2.1.4 A Consagração do Autoritarismo em África

A maioria dos novos Estados africanos, antigas colónias, não obstante os seus princípios e doutrinas, acabaram por adotar nos seus territórios o sistema de Partido Único. Essencialmente esses Estados apresentavam uma necessidade comum: por um lado procurar o mais rapidamente possível a integração nacional, uma vez que muitos eram constituídos por frações étnicas e sociais complexas e contraditórias, por outro, promover a modernização social, política e económica.

Importa, no entanto, entender o contexto em que esses regimes surgem e a base em que assentam. Lavroff (1975) explica que, quando os Estados africanos, sejam eles francófonos ou anglófonos, ascenderam à independência e como tal instalaram um novo regime constitucional, a maioria conhecia um sistema pluripartidário animado pela existência de vários partidos. O autor avança duas explicações para este facto.

> A primeira é, certamente, a influência do modelo ocidental e, mais precisamente, da potência antigamente dominante. Alcançada a independência, os responsáveis africanos adotaram um estilo político diretamente inspirado na antiga metrópole. (…) Assim, as primeiras constituições adotadas pelos estados anglófonos estabeleciam um regime parlamentar próximo do sistema político britânico e as constituições dos estados francófonos eram uma cópia disfarçada, por assim dizer, da Constituição francesa de 1958.
>
> O segundo fator encontra-se nos caracteres dos estados africanos. É sabido como o restabelecimento da totalidade do pessoal político suscitou vocações e ambições que não podiam efetivar-se sem o apoio de um grupo político devotado. (…) Era preciso, pois, satisfazer-se com um pluralismo, pela dificuldade de um partido se poder impor aos outros. Assim, e para não considerar senão alguns exemplos, existiam cinco partidos nos Camarões, três no Congo-Braz-zaville, cinco no Daomé[86], três na Guiné, três na Mauritânia, quatro no Senegal, dois no Gana, nove na Nigéria, dezoito no Congo-Leopoldville, e estes números referem-se só aos partidos mais importantes. (Lavroff, 1975, pp. 33-34)

Para Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji (2010) existem duas dialéticas que regulam os valores políticos em África:

---

[84] O destaque é do autor.

[85] Para o autor o caso do Burundi é um caso extremo, mas que ilustra bem o problema do tribalismo dentro das estruturas nacionais modernas na África ao Sul do Sahara.

[86] Antigo Estado da África que hoje faz parte do Benin.

> A dialética que, por uma parte, opõe o coletivismo e o individualismo e a sua correlata interposta entre o pluralismo e o nacionalismo, por outra. Vimos as antigas tradições coletivas eventualmente entrarem em conflito com as formas mais recentes de individualismo, também observamos a interação entre os princípios do pluralismo e os valores do nacionalismo.
>
> Na opinião de pensadores tais como o tanzaniano Julius Nyerere[87] ou o queniano Tom Mboya[88], o coletivismo tradicional podia servir de base a modernas formas de socialismo (…) Sekou Touré invocou o coletivismo tradicional, recusando praticamente todas as formas de individualismo na Guiné pós-colonial. 'A áfrica é, essencialmente, 'comunocrática'. A vida coletiva, marcada pela solidariedade social, confere aos seus hábitos um carater humanístico que muitos povos podem invejar…[89] (Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010, pp. 565-566)

De acordo com os autores acima citados, Sekou Touré serviu-se do coletivismo tradicional para se opor ao individualismo e o pluralismo. Também outros países da África no período pós-colonialista se terão servido das ideias coletivistas para racionalmente fundar o seu regime de Partido Único. (Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010)

> Os últimos anos do regime colonial (1945-1960) compõem o cenário para os belos dias de compatibilidade entre nacionalismo e pluralismo, em grande parte da Africa anglófona e francófona. Durante este período, o nacionalismo africano - como estratégia de luta contra o colonialismo - antecipava reivindicações liberais: sufrágio universal, democracia e pluripartidarismo, liberdade de imprensa e o fim das detenções arbitrárias. Distantes entre si do conflito, o nacionalismo e o pluralismo apresentavam-se na ocasião, estratégica e praticamente, como aliados. Líderes como Kenneth Kaunda[90], Hastings Kamuzu Banda[91], Habib Bourguiba [92]ou Leopold Sedar Senghor[93] eram à época, simultaneamente grandes nacionalistas e grandes democratas liberais. Em luta contra os imperialismos britânico e francês, era de bom grado invocar os valores liberais ocidentais contra o Ocidente, ele próprio. Entretanto esta prática demonstrou-se inócua contra o colonialismo português.
>
> Após a independência, muitos países africanos viram declinar respetivamente (de 1965 a 1985) o nacionalismo e a democracia liberal. O coletivismo era invocado pelos ideólogos do partido único e pelos socialistas, ao passo que o pluralismo e o individualismo perdiam ímpeto. A bem da verdade, o próprio nacionalismo está em declínio, quase de forma generalizada e salvo na África Austral, no transcorrer dos anos 1960 e 1970. O jugo do autoritarismo e do pseudocoletivismo estrangularia grande parte da África até os anos 1980. O Senegal, a Gambia, as ilhas Maurícias e o Botsuana configuram raríssimas exceções. (Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010, pp. 566-567)

Para Lavroff (1975) essa proliferação de partidos fazia com que a vida política em muitos desses países fosse muito agitada. Apesar de haver quase sempre um partido

[87] Presidente de Tanganyika desde a independência em 1962 e depois da Tanzânia até se retirar da política em 1985.
[88] Thomas Mboya, Sindicalista, Ministro de Estado e um dos fundadores da República do Quénia.
[89] Citado por C. Wauthier.
[90] Primeiro Presidente da Zâmbia após a independência. Governou o país de 1964 e 1991.
[91] Presidente do Malawi entre 1966 e 1994.
[92] Presidente da Tunísia entre 1957 e 1987.
[93] Presidente do Senegal entre 1960 e 1980.

mais importante do que os outros, era muito difícil constituir os governos e eram muitos frágeis. Sendo assim, como era de se esperar, poucos anos depois dos países se tornarem independentes as críticas em relação ao multipartidarismo já eram numerosas. As constituições também eram contestadas. Tudo isto conduziu a um abandono do regime parlamentar e à adoção de um regime presidencial. Na verdade, o regime parlamentar e o multipartidarismo eram considerados, muitas vezes, responsáveis pelos problemas económicos e políticos do país. (Lavroff, 1975)

> Certos Estados orientaram-se, então, para um sistema bipartidário. (…) Era o caso, principalmente, do Mali (antigo Sudão francês) e do Gabão, entre estados francófonos, e do Gana, durante breve período. (…) A existência de um sistema bipartidário foi considerada por alguns como a condição do funcionamento correto das estruturas constitucionais instituídas. Toda uma corrente doutrinária, inspirada no exemplo inglês e americano, fazia do bipartidarismo um meio e a condição necessários para conciliar a eficácia governamental com a manutenção das liberdades públicas, num quadro parlamentar ou presidencial. (Lavroff, 1975, pp. 34-35)

Lavroff (1975) observa que na maioria dos casos o bipartidarismo era muito desigual.[94] O partido que suportava o Governo tinha uma força de longe superior à do partido da oposição. Este estava praticamente arredado da possibilidade de um dia ter a maioria parlamentar. Essa realidade, o caráter desigual do bipartidarismo existente em muitos Estados africanos, conduziu à sua inevitável fragilidade. A existência de um partido de oposição, ainda que frágil, era vista como um obstáculo à ação exercida pelo partido governamental e não como um elemento de funcionamento do sistema político. Essa é, segundo o autor, a explicação para a brevidade da experiência bipartidária na África Francófona. (Lavroff, 1975)

> Na África anglófona, o bipartidarismo inspirado no exemplo inglês deteriorou-se rapidamente, tanto na África Ocidental (Gana, Nigéria) como na África Oriental (Quénia, Tanganhica[95], Uganda). Nos estados africanos lusófonos, a situação é variável. Aparentemente, em Moçambique e na Guiné-Bissau faz-se a economia da fase multipartidarista, tanto a ação do Frelimo e do P.A.I.G.C tinham sido determinantes durante o período da luta pela independência. Em Angola, pelo contrário, há multipartidarismo de facto…[96]
>
> Finalmente, em razão da sua estrutura e dos ataques de que era objeto, o bipartidarismo desapareceu progressivamente. Foi em nome do carácter específico dos problemas políticos africanos que se fez a orientação para um sistema de partido único ou unificado. (Lavroff, 1975, pp. 37-38)

Na perspetiva de Silveira (2004) o partido único é naturalmente um instrumento ou um agente de integração.

---

[94] O autor avança alguns casos como exemplo: o Partido Popular Nigeriano detinha quarenta e nove lugares na Assembleia Nacional enquanto que a oposição Sawaba só tinha cinco. Acontecia ainda que em alguns países a oposição não tinha lugares no Parlamento. Caso, por exemplo, no Mali e na Mauritânia.

[95] Antigo Estado soberano. Atual Tanzânia.

[96] O autor refere-se aos conflitos entre o MPLA, o FNLA e a UNITA.

> O partido único é o instrumento de integração, não só porque o é, por definição, mas também por ter como objetivo ser o partido de todo o povo. O partido único está profundamente enraizado no passado, especificamente na luta anticolonial antes da independência. Nessa altura, a existência de um inimigo comum fez emergir uma frente comum; este inimigo comum (colonialismo) foi então vencido, mas o propósito de uma frente comum conduziu a uma eventual rejeição dos sistemas multipartidários, com o objetivo de enfrentar um outro inimigo comum, isto é, o imperialismo ou o neocolonialismo. (Silveira, 2004, p. 62)

O sistema de Partido Único ou unificado na África negra não é propriamente uma novidade. Na verdade, alguns países, logo a seguir à independência, optaram pela via do partido único. É o caso da Guiné com o Partido Democrático da Guiné (PDG); da Costa do Marfim, com o Partido Democrático da Costa do Marfim (PDCM), e do Gana, com o Partido da Convenção do Povo (P.C.P). No entanto, esses exemplos não passavam de exceções e, diga-se, muito criticado na Europa e na própria África em nome de uma "verdadeira democracia". O comum era sim a instalação de um sistema de Partido Único que ora fazia a sua generalização no contexto dos países da África ao Sul do Sahara[97]. (Lavroff, 1975)

> A generalização do fenómeno e a quase coincidência da sua aparição não deixaram de impressionar os observadores. Os Africanos apresentavam a instauração do partido único como a consequência dos problemas particulares propostos na África Negra, e sustentavam que se tratava de uma obra original. (Lavroff, 1975, p. 41)

Silveira (2004) considera que:

> A passagem de uma frente unida, num sistema multipartidário, para a unidade dentro do partido único, face a um inimigo externo comum, implica, segundo os teóricos desses partidos, que a contradição entre os Partidos Unidos africanos e os inimigos não africanos seja uma contradição primária, enquanto quaisquer contradições internas de natureza étnica, tribal ou religiosa são secundárias e a luta de classe é-o ainda mais, sendo virtualmente ignorada. (Silveira, 2004, p. 62)

Alguns exemplos são avançados pelo autor para demonstrar o protagonismo que o partido único assumiu como mola impulsionadora do desenvolvimento e superior ao próprio Estado, na ótica dos seus teóricos.

[97] Em Cabo Verde, na sequência das negociações com a metrópole para a independência, chegou-se a realizar eleições abertas para uma Assembleia Nacional, mas o único partido concorrente foi o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). No entanto, na proclamação solene da República de Cabo Verde como nação independente e soberana, publicada no BO nº 1 de 5 de julho de 1975, pode-se ler: "O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde foi e continuará a ser a força, a luz e o guia do nosso Povo. Como na República irmã da Guiné-Bissau o Partido de Amílcar Cabral, o PAIGC, expressão suprema da vontade soberana do nosso povo na Guiné, e em Cabo Verde, continuará a ser a força política dirigente da nossa Sociedade hoje totalmente livre."

> Na Tanzânia, Nyerere escreve "as divisões entre os partidos ingleses nada significou para nós. No que nos diz respeito, são todos colonialistas e construímos a TANU (*Tanganyca African National Union* – União Nacional Africana da Tanganica) como movimento nacionalista para nos libertarmos do colonialismo. Um cidadão de Tanganica que ajudasse os imperialistas seria considerado traidor ao seu país, não um defensor da democracia bipartidária. (…) Por sua vez Sékou Touré teorizava essa supremacia do partido sobre o Estado da seguinte forma: "Toda a organização da nossa República assenta essencialmente no princípio fundamental da prevalência do partido… Se, o importante facto de que por trás do Estado está algo superior, não for compreendido, então será impossível entender o valor político da Constituição guineense". (Silveira, 2004, pp. 62-63)

Lavroff (1975) explica que o sistema de Partido Único na maioria dos Estados da África Negra é explicado pelos responsáveis políticos africanos como remédio para todos os males dos países. Ele faz um levantamento dos principais argumentos invocados pelos dirigentes africanos a favor do sistema de Partido Único:

A) O partido único é o meio de construir a unidade nacional.

> Todos os homens políticos africanos insistem na necessidade de construir ou de reforçar a unidade nacional dos estados. Este objetivo, que consiste em querer fazer uma nação a partir dos elementos heterogéneos que compõem os atuais estados africanos, é certamente primordial. Os responsáveis sublinham que a maior parte das dificuldades encontradas na África Negra são a consequência da política colonial e das condições em que o colonizador concedeu independência aos seus antigos territórios.
>
> É um facto que as fronteiras dos Estados atualmente existentes foram definidas pelas potências coloniais … A África Negra foi considerada como objeto que se podia dividir e reconstruir, sem ter em conta as populações que a habitavam, as antigas estruturas políticas e as grandes organizações sociais.
>
> Para a maior parte dos homens políticos africanos, quer sejam socialistas de tendência marxista, quer não, o estabelecimento de um partido único permite sobrepujar as oposições existentes e realizar a unidade nacional. Há duas justificações para o partido único, como meio de integração nacional: um sistema de partido único permite impedir a divisão do país entre vários partidos políticos, que tem quase necessariamente, uma base étnica ou regional; assegura também o desenvolvimento de uma rede de fidelidade e de enquadramento ideológico que supera as diferenças étnicas e cria uma comunidade nacional. É notável que os partidos únicos sejam assimilados à nação. (Lavroff, 1975, pp. 53-56)

B) O partido único é o meio de assegurar o desenvolvimento económico.

> Durante o período colonial, o problema do subdesenvolvimento económico do território não se punha. Com efeito, Interesses diferentes concorriam para afastar esta preocupação. (…) É, pois, no momento do acesso à independência dos Estados africanos que a questão do subdesenvolvimento económico se torna primordial. (…) Foi o período dos grandes programas de incremento económico e o começo da campanha de luta pelo desenvolvimento. (…) A independência política deve ser completada com o melhoramento da situação económica. (…) O estabelecimento dum partido único é apresentado como o meio que permite conciliar a democracia política com a eficácia económica. (…) O partido único torna-se, pois, ao mesmo tempo, prova da unidade da nação, que quer sair do subdesenvolvimento económico, e o meio permissor da integração de cada cidadão na grande empresa… (Lavroff, 1975, pp. 57-60)

C) Compatível com o socialismo africano, só o partido único.

> A grande maioria dos dirigentes dos novos Estados africanos optaram pelo socialismo. Tinham militado, quando jovens, nos movimentos próximos do partido comunista, o que representava um meio de lutar contra o colonialismo, e conservavam uma filosofia política socialista. O socialismo tem todos os méritos: permite compreender o período colonial e dá uma esperança suscetível de mobilizar as energias. O mito é necessário para suscitar a ação; o advento duma sociedade socialista é o mito proposto.
>
> Mas este partido único, que é a consequência e a prova da opção socialista dos dirigentes africanos, difere sensivelmente do modelo soviético. É ainda a doutrina socialista que é invocada para explicar esta diferença. Desde o momento que não há lutas de classe na África Negra, não pode nela haver ditadura de proletariado, e o partido único não pode desempenhar na África o mesmo papel que num país socialista europeu. É um instrumento de integração política e não um meio de uma classe impor o domínio a outra classe. A estrutura do partido reflete, claramente, esta análise. (Lavroff, 1975, pp. 60-62)

No que respeita aos objetivos do partido único em África, Silveira (2004) é crítico a Maurice Duverger quando este afirma que 'o objetivo do partido único é o de formar novas elites, criar uma nova classe governante, unir e modelar os líderes políticos capazes de organizar o país, porque as massas não podem, elas próprias, governar.' Silveira classifica esta visão como elitista e discrepante ao ponto de vista de, por exemplo, Frantz Fannon que condena fortemente a ideia aristocrática de que as massas não se podem governar. (Silveira, 2004)

> A caracterização de Duverger não consegue projetar a totalidade do partido único Africano, que difere tanto dos tipos de sistemas de partido do Leste como do Ocidente. Nos países de Leste existe apenas o Partido Único porque o seu papel é o de evitar o renascimento das contradições entre classes; nos Estados ocidentais o sistema multipartidário manifesta-se através da chamada escolha livre ou opção. (…) Todos os Estados de Partido Único em África proclamam-se como partidos do povo. (…) Se a definição em si, não corresponde às realidades das situações, é, no entanto, verdade que os partidos únicos adotaram, todos, a estrutura de uma organização de massas. (Silveira, 2004, pp. 65-66)

Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji (2010) mostram que alguns dos novos dirigentes africanos formularam as suas próprias ideologias. Aponta os casos de al-Nasser, Nkrumah, Senghor, Bourguiba, Sékou Touré, Nyerere, Amílcar Cabral e Kaunda:

> (…) O egípcio Abd al-Nasser[98] acentuou o seu abandono dos direitos liberais ocidentais em prol do recurso ao pan-arabismo, ao islão, ao socialismo árabe, ao pan-africanismo e ao poder presidencial carismático. A Carta Nacional denuncia com vigor a enganação da democracia de tipo ocidental… e, por outro lado, um julgamento favorável sobre o socialismo, sistema cujo caráter garantia às massas a democracia económica e a liberdade coletiva. (…) O socialismo árabe, a também expressar-se pelo partido único … postula o imperativo da unidade árabe.

[98] Militar e político egípcio, presidente do seu país desde 1954 até a sua morte em 1970. Foi o primeiro presidente da República Árabe Unida.

Na Argélia, um socialismo revolucionário camponês e islâmico, originado em uma longa e sangrenta luta de libertação, tenta conjugar os valores políticos do nacionalismo, da auto-gestão, sob a égide de Bem Bella[99] e, a partir de 1976, sob a direção de uma FLN transformada em partido único, cujo papel dirigente deveria confirmar a democracia socialista, neste mesmo processo o islão torna-se religião de Estado. [100]

Na Tunísia, é o triunfo de um socialismo neodestouriano de tipo cooperativista, associando as noções de lucro e de acumulação de capital àquelas de empresas públicas e com participação estatal.

Na Líbia, após a derrubada da monarquia em 1969, em seguida, após a instauração de uma república socialista árabe fundada nas nacionalizações e no pan-arabismo, el-Khadafi[101] empreende, no seu livro verde (1976), uma destruição sistemática das teses liberais, apostando no islão como uma terceira via entre os imperfeitos capitalismo e socialismo.

Na África Subsaariana, Kwame Nkrumah[102] formula o Consciensismo (1964), uma das mais importantes doutrinas de descolonização e de desenvolvimento para a África. Ele escreve: Não se pode sonhar rejeitar todas as influências islâmicas ou da Europa colonialista, em uma vã tentativa de recriar um passado que não mais pode renascer. Para seguir adiante, somente é possível ir em frente, rumo a uma forma de sociedade mais elevada e mais equilibrada, na qual o essencial dos valores humanos da sociedade tradicional será reafirmado em um contexto moderno[103].

Julius Nyerere, quanto a ele, aposta antes de tudo no legado africano dos valores sociais, cujo aspeto mais decisivo seria a solidariedade comunitária. 'A África, diz-nos ele, não tem lições sobre o socialismo a receber da Europa, ela poderia, antes, conceder alguns ensinamentos a respeito'. Tal socialismo consiste antes de tudo numa atitude que implica a 'preocupação de cada um com o bem-estar alheio'[104].

Por intermédio da disciplina do marxismo-leninista, Amílcar Cabral[105] igualmente, tentou uma integração entre os valores do socialismo e do nacionalismo. Segundo ele, somente esta associação orgânica permitiria fazer valer o direito às aspirações do povo no domínio político, através do poder popular, na esfera socioeconómica e cultural, graças à justiça social e ao enraizamento nos valores civilizatórios da gente ordinária.

Léopoldo Sédar Senghor, finalmente adepto do socialismo africano, não deixaria de reconhecer a utilidade do quadro conceitual oferecido pelo marxismo, recusando-se, contudo, a aderir a uma ideologia que supõe a luta de classes e o ateísmo.
(Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010, pp. 579-583)

Na perspetiva dos autores acima citados, as ideias acima expostas e que ficaram conhecidas como socialismo africano, estes foram fortemente influenciados pelos valores tradicionais africanos, pelo islão e pelo marxismo-leninismo. (Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010)

[99] Primeiro presidente da Argélia entre 1963 e 1965.
[100] Citando J. P. Charnay, p. 245.
[101] Presidente da Líbia entre 1969 e 2011.
[102] Primeiro presidente do Gana entre 1960 e 1966. Considerado um dos fundadores do Pan-Africanismo.
[103] Citando Y. Benot, 1969, p. 394.
[104] CitandoJ. K. Nyerere, 1963b, p.8.
[105] Político e teórico africano. Principal fundador do PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

Lavroff (1975) interpreta e explica o porquê da consagração do sistema de Partido Único na esmagadora maioria dos países da África ao Sul do Sahara, no período pós-independência. Começa por mostrar que este facto é, em parte, consequência da antiga situação colonial. Para ele, os Estados recém-independentes continuaram um poder colonial marcado por uma forte centralização. (Lavroff, 1975)

> Os novos dirigentes foram herdeiros do poder autocrático do colonizador e de uma administração piramidal e centralizada, inteiramente concebida para que o poder central fosse grande. Ao peso das estruturas administrativas e políticas acrescentavam-se os hábitos de comportamento e as estruturas mentais que os homens políticos africanos tinham adquirido durante o período colonial. (Lavroff, 1975, p. 63)

Na perspetiva de Lavroff, o enfraquecimento das estruturas tradicionais patrocinado pelo sistema colonial promoveu um vazio que acabou por facilitar o surgimento e afirmação de uma nova organização sectária sem concorrência[106]. Defende ainda o autor que a forma como o colonialismo foi exercido e as condições em que a independência foi adquirida favoreceram o desenvolvimento do partido único na África Negra. (Lavroff, 1975)

Posição idêntica tem Silveira (2004) ao afirmar que:

> Tanto nos seus aspetos quantitativos como nos qualitativos, o partido único em África deve ser visto dentro do contexto específico em que emergiu. Qualquer extrapolação mais ampla que ignore as organizações étnicas, tribais ou religiosas, assim como as que derivam da natureza das formas específicas de colonização impostas, está condenada a ser, na melhor das hipóteses, uma meia-verdade. A manifesta fragilidade das estruturas do partido único em África, torna falsa, à partida, qualquer fácil comparação com os velhos partidos do Leste ou ditaduras partidárias do Ocidente. (Silveira, 2004, p. 66)

Lavroff (1975) explica que o Governo pluralista, ainda que limitado no tempo (lá onde existiu), nunca foi completo; a administração colonial, na sua essência, continuava como antes, os militares continuavam a controlar e a ter uma influência grande, razões suficientes para que o pluralismo nunca tivesse funcionado de verdade. Esses fatores favoreciam os grandes partidos e um sistema de Partido Único no momento do acesso dos novos Estados à independência política. (Lavroff, 1975)

Lavroff (1975) identifica ainda o que ele chama de "outras forças" que, na sua ótica, terão contribuído para que na esmagadora maioria dos países da África ao Sul do Sahara se tivessem implantado regimes de Partido Único. Embora reconhecendo a existência de várias variantes, refere-se a três situações em particular:

[106]Para Lavroff esta realidade fez-se sentir mais na África francófona do que na África anglófona. Aponto como exemplo as dificuldades encontradas ao norte do Togo e nos Camarões.

> *O elitismo dos líderes*: aparece nitidamente através da definição que os líderes dão do seu papel no sistema político. Eles verificam que a imensa maioria da população é iletrada e não tem qualquer espécie de formação política. Simultaneamente, não reconhecem valor às elites existentes, tradicionais ou religiosas, cuja formação e objetivos são julgados reacionários e, por consequência, condenáveis. As elites modernas, quer dizer, as que têm conhecimentos gerais ou técnicos, têm uma natural vocação para exercer o comando. Dispõem das "luzes"; é, pois, normal que sejam elas a governar[107].
>
> *O estatismo:* a geração capaz de exercer responsabilidades políticas no momento do acesso dos estados africanos à independência é fortemente marcada por uma ideologia estatista. Ela viveu numa sociedade onde o sector privado está subdesenvolvido, no momento em que a intervenção do Estado é dominante em todo o sector moderno da economia. (…) O Estado é principal patrão, o distribuidor dos rendimentos, a garantia e a fonte das promoções; em fase dele, o sector privado é considerado como animado unicamente por tendências egoístas, tais como a procura do lucro, em detrimento das populações[108].
>
> *O nacionalismo:* a criação de uma nação, a coesão nacional, são consideradas como o fim supremo a realizar. Os dirigentes africanos condenam o tribalismo, a autonomia regional e toda a tendência separatista que ponham em causa a unidade nacional. Não deve existir outra comunidade além da comunidade nacional. É certo que os partidos políticos africanos tinham, na maior parte, uma base étnica. Compreende-se que, animados pela sua vontade nacionalista, rejeitem o multipartidarismo, na sua qualidade de fator de divisionismo[109]. (Lavroff, 1975, pp. 66-68)

Lavroff (1975) conclui que existe um desfasamento entre os motivos indicados pelos dirigentes africanos para justificar a introdução de um sistema de Partido Único na África Negra e a análise objetiva por ele desenvolvida. Para o autor a forma como os dirigentes africanos valorizaram e justificaram o partido único é quase como que uma espécie de fatalidade. (Lavroff, 1975)

Silveira (2004) identifica duas grandes tarefas para o partido único na África ao Sul do Sahara - a integração e a modernização. Para ele a integração consiste em:

> Criar um Estado-nação a partir das unidades étnicas fracionadas e díspares que, por seu turno, coincidem com interesses sociais, económicos e religiosos igualmente divididos e díspares. Para alcançar a integração, ou seja, encaixar esses elementos díspares num todo, o Estado-nação deve ter duas qualidades essenciais nomeadamente a) a capacidade de os novos líderes políticos

[107] O autor nota que "na maior parte dos casos, não há arrogância na sua maneira de proceder, mas antes paternalismo e simplicidade. O aspeto paternalista exprime-se pela maneira como as novas elites falam do 'seu povo', e a simplicidade revelam-se no facto de os dirigentes estarem convencidos de que a inteligência e um certo grau de instrução permitem governar bem e fazer a felicidade das populações…" (Lavroff, 1975, pp. 66-67)

[108] O autor acrescenta ainda que "chocados pela situação colonial, os jovens africanos foram forçosamente atraídos por uma doutrina que condenava o imperialismo. Adotaram, naturalmente a ideia que daí decorria, isto é, a necessária intervenção do Estado, em todos os domínios, na sua qualidade de agente do bem comum. Esta tendência estatal favoreceu o desenvolvimento dum sistema de partido único." (Lavroff, 1975, p. 68)

[109] O autor clarifica que "na medida em que a oposição é considerada como antinacional no seu espírito, senão na sua ordenação, a solução deve encontrar-se na criação de um partido único ou unificado que será a prefiguração da unidade nacional procurada" (Lavroff, 1975, pp. 68-69)

> preservarem a integridade territorial dos seus respetivos países e b) a sua habilidade em criar uma nova lealdade política que coloca os interesses da nação acima de interesses pequenos e provincianos. (Silveira, 2004, p. 69)

A segunda tarefa apontada por Silveira (2004) está relacionada com a premente necessidade de modernização do país. Aliás, para o autor, o sucesso da integração nacional é condicionado pelo sucesso da modernização. O novo Estado deve poder adquirir capacidades tecnológicas e produtivas, vulgares em sociedades mais desenvolvidas.

> Os dois processos complementares, que são processos de desenvolvimento, dependem da existência de instituições políticas operacionais e eficazes na seleção de objetivos concretos e na tomada de decisões a eles concernentes. Estas instituições expressam a sua existência através do Governo nacional e dos correspondentes partidos políticos. (Silveira, 2004, p. 70)

No entanto, na perspetiva de Silveira (2004), a herança do colonialismo põe sérias limitações às tarefas de integração e modernização. Essas limitações são, na ótica do autor, de natureza económica e política. Por um lado, a complexa problemática das fronteiras territoriais artificiais bem como as organizações políticas existentes no seu interior e que acabaram por ser herdadas pelos novos Estados. Por outro lado, o facto de as estruturas económicas herdadas terem sido concebidas para satisfação das necessidades coloniais e não das dos povos indígenas. O autor refere que essas duas situações acabaram por condicionar o desenvolvimento dos novos Estados ao Sul do Sahara. É, pois, neste vasto contexto de integração e modernização, que segundo Silveira (2004) a maioria dos partidos governamentais da África ao Sul do Sahara tentou situar-se.

> A imensidão das suas tarefas forneceu-lhes um argumento para monopolizar o poder político e desencorajar ou suprimir a oposição política. Esses partidos governamentais acusaram a oposição de perpetuar as instituições coloniais e de construir uma grande ameaça à integração nacional. Não muito depois da independência, à medida em que o problema da nacionalidade foi-se tornando mais agudo, definiram-se a si próprios como únicos instrumentos políticos adequados para a ultrapassagem dos problemas de preservação e de desenvolvimento da nação. Esta estratégia eliminou eficazmente a oposição e permitiu o advento do sistema de partido único. (Silveira, 2004, pp. 70-71)

Vários são os tipos de regimes que se estabeleceram em África após a era colonial. Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, (2010, pp. 583-585) identificaram cinco tipos:

- Regime Socialista

> Al-Nasser tomou a dianteira do movimento, no ano de 1952, ao pronunciar a dissolução de todos os partidos egípcios, instituindo a União Socialista Árabe, partido de Estado ou, antes e

sobretudo, organismo estatal encarregado de enquadrar politicamente as massas.[110] Este procedimento foi amplamente copiado na África.

Kwame Nkrumah seguiu, também ele, esta via e transformou Gana, no ano de 1964, em regime socialista de partido único, após ter suprimido as organizações étnicas, regionalistas e religiosas. Sékou Touré, durante os anos de 1960, igualmente procedeu na Guiné, assim como Modibo Keita no Mali e Julius Nyerere na Tanzânia. Em Moçambique, no ano de 1974, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi, desta mesma forma, constituída na qualidade de partido único, exclusivo instrumento para a integração da sociedade rural ao projeto de criação de uma nação patrocinada pelo aparelho do Estado. Amílcar Cabral, na Guiné-Bissau e Agostinho Neto, em Angola alinharam por sua vez e ao menos por um período, os seus países com blocos de países socialistas.

- Regime Militar

Digamos que se trata de regimes nos quais os dirigentes civis foram substituídos por soldados, posteriormente a um golpe de Estado militar. Estas brutais intervenções, contadas às dezenas, estabelecem novos valores políticos, em suma, reduzidos à submissão ao consenso, mediante a força das armas e a rejeição do primado do direito.

- Regime do Apartheid

Este regime esteve restrito à África do Sul… Constitui um caso extremo de teorização e imposição de monstruosos "valores" políticos: a desigualdade, a segregação e o racismo sanguinário. A própria religião foi convocada em socorro para justificar o *status quo*. No decurso dos decénios, a presença deste regime conduziu os Estados da linha de frente na África Austral a um encadeamento de violências travestidas sob múltiplas formas: guerras étnicas, guerras conduzidas pelo Estado ou guerras de libertação (Namíbia), revoltas de bandidos e mercenários, golpes de Estado, forçadas migrações em massa, atos de sabotagem…

- Regime Conservador

Os regimes desta categoria, professores de fé e de respeito aos olhos da abordagem capitalista do desenvolvimento e da construção da nação, abandonaram o liberalismo e a democracia, subjacentes a esta abordagem, em proveito de um sistema fundado sobre um partido único ou dominante e sobre a autocracia. Eles estão instaurados em grande número de Estados africanos: Costa do Marfim, Serra Leoa, Senegal (até 1978), Camarões, Quénia, Zâmbia, Zaire (atual RDC), Maláui e Gabão, um dos seus valores fundamentais é a "modernização", em outros termos, a corrida ao crescimento extrovertido.

- Regime de Democracia Parlamentar

Eles formam o grupo mais reduzido, cinco países ao todo e no máximo: a Gâmbia, o Botsuana, o Senegal, a Namíbia e as Ilhas Maurícias. Estes países são os únicos que ainda autorizam eleições políticas realizadas sob o signo da concorrência e nos quais os partidos de oposição não se encontram atados. Não se pode negar que, nestes países, a situação económica não é muito mais brilhante que alhures, mas … a situação apresenta-se, todavia e qualitativamente, de forma distinta sob a ótica dos valores políticos, notadamente quando existem, entre outros, uma imprensa independente, um sistema judicial autónomo gozando de garantias legais, uma relativa separação de poderes, eleições abertas, senão totalmente livres, e as liberdades de manifestação e de reunião.

[110] O autor cita a este propósito, P. Wanyande, 1987, p.71.

2.1.5 O Regresso da Democracia à África

Apelidada de "a terceira onda"[111] por Samuel Huntington (1994), verificou-se ao longo da década de 1970 um movimento de substituição de regimes não-democráticos por regimes democráticos, em quatro continentes, a saber: Europa, Ásia, América e África. Como ponto de partida para esses acontecimentos Huntington assinala a "Revolução dos Cravos"[112] que ocorreu em Portugal, através de um golpe de Estado levado a cabo por jovens oficiais militares que derrubou o Governo de ditadura de António Oliveira Salazar.

> O golpe de 25 de abril foi um começo implausível de um amplo movimento mundial na direção da democracia porque é mais frequente os golpes de Estado derrubarem do que iniciarem os regimes democráticos. Foi involuntário porque não passava pela cabeça dos líderes do golpe implantar a democracia, muito menos iniciar um movimento democrático global. A morte da ditadura não garantia o nascimento da democracia. Entretanto, liberou um enorme conjunto de forças populares, sociais e políticas que a ditadura havia reprimido. (Huntington, 1994, p. 14)

Em África, no desenrolar dos anos 1970, começa-se a observar aquilo a que se pode chamar de novas tendências na política. Duas situações internas estão na origem dessas novas tendências. Por um lado, a decadência dos regimes socialistas em África e, por outro, o retorno do poder aos civis que até então, em larga escala, pertencia aos militares.

Paralelamente, assiste-se, a nível mundial, ao realinhar das relações internacionais em boa parte provocado pela queda do comunismo na União Soviética e na Europa Oriental, nos anos 80. Daí ser muito frequente, em diferentes meios, apresentar-se esses acontecimentos como causa das mudanças acima referidas em África, mas, na sua essência, as mudanças em África são provocadas pela sua realidade interna e por contradições criadas pelo sistema colonial, que os regimes de Partido Único instalados a seguir aos movimentos de descolonização não conseguiram resolver. No entanto, não se pode negar que a ruína do comunismo na União Soviética e na Europa Oriental tenha acelerado o processo de regresso dos anteriores valores da democracia liberal e do multipartidarismo a Africa.

> É verosímil que no continente africano, o fracasso do socialismo deve-se ao facto que, embora o clima intelectual lhe fosse propício, o campo sociológico e material não se revelou assaz

[111] Samuel Huntington define onda de democratização como sendo "um grupo de transições de regimes não democráticos para democráticos, que ocorrem em um período de tempo específico e que significativamente são mais numerosas do que as transições na direção oposta durante tal período". (Huntington, 1994, p. 23)

[112] Também conhecido como Revolução de abril, é o nome que ficou conhecido o movimento político e social que pôs fim ao Governo ditatorial, conhecido como Estado Novo, que reinou em Portugal desde 1933. Toda esta ação foi coordenada por um grupo de jovens oficiais do exército e com alto apoio e envolvimento popular.

> fértil. O clima intelectual tornou-se favorável ao socialismo durante os primeiros decénios da independência, primeiramente porque muitos nacionalistas africanos haviam logrado associar, no plano conceitual, o capitalismo ao imperialismo e ao colonialismo; desde logo os dirigentes africanos progressistas tornaram-se "socialistas" porque eles eram nacionalistas.
>
> Em segundo lugar, a abordagem capitalista do desenvolvimento durante os primeiros anos da independência tendo-se revelado inadequada, alguns dirigentes africanos tiveram tendência a perceber, na via socialista, uma estratégia substituta no sentido da melhoria e transformação da situação social e económica.
>
> O terceiro fator que predispunha favoravelmente muitos africanos em respeito ao socialismo era a corrupção endémica que não tardara a surgir em meio aos dirigentes pós-coloniais do continente[113].
>
> O quarto fator era a ideia muito difundida segundo a qual a cultura africana tradicional era essencialmente coletivista e, por conseguinte, "socialista". (Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010, pp. 587-588)

É unânime para os estudiosos da formação dos Estados Pós-coloniais que a simbologia do socialismo encontrava grande admiração e adesão no seio dos novos estadistas africanos. As características centralizadoras da filosofia e prática socialista justificavam o princípio centralizador do poder num só partido. Malgrado esta realidade, os regimes de Partido Único instalados em África no período pós-colonial, na sua maioria, acabaram por fracassar.

Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji (2010) encontram explicação para esse fracasso em fatores que consideram sociológicos.

> O primeiro fator sociológico desfavorável era, e continua a ser, a maior força da etnicidade na África, em grau muito superior ao demostrado pela consciência de classe. A maioria dos africanos são, primeiramente, membros da sua etnia e em seguida, membros de certa classe social. (…) Na África, sempre que postas em disputa, quase ao limite do enfrentamento, por um lado, as forças da etnicidade, por outro, aquelas relativas à consciência de classe, por pouco que não invariavelmente, foi a pertinência étnica o vetor triunfante.
>
> O segundo fator sociológico desfavorável está representado pela força das elites culturais em suas relações com as classes económicas enquanto tais. Em razão da fraqueza destas últimas, a única classe capaz de consumar a revolução socialista na África somente podia ser a elite. Infelizmente, esta elite era, em sua totalidade, formada por africanos fortemente ocidentalizados, os quais alimentavam o seu poder não através da posse de riqueza, mas graças à incorporação de uma educação ocidental e pela aptidão no manejo do verbo. Assim, embora tornada revolucionária, ela não era capaz de fazer a revolução socialista pois como pressentia Karl Marx, unicamente a classe menos favorecida das sociedades mais evoluídas – e não a classe mais favorecida constituída pela elite africana ocidentalizada – poderia consuma-la.
>
> Um terceiro fator a comprovar a aridez do terreno, diz respeito às capacidades organizacionais da África em sua fase histórica atual. (…) O esforço coletivo, fundado sobre os costumes e a tradição, bem como sobre os laços de parentesco, não preparou em nada o continente afri-

[113] Em relação a este aspeto o autor esclarece que a corrupção não é um exclusivo do capitalismo. Ela era conhecida também nos regimes socialistas. No entanto, o sentimento que prevalecia era o de que seria mais fácil manter a disciplina num sistema económico centralizado e planificado do que num sistema de princípio de livre mercado.

> cano, no tocante ao tipo de coletivismo organizado, forçosamente assentado sobre o comando, e não sobre o ritual. Se, por sua vez, o socialismo exige uma estrutura eficaz e racional de comando, não fundada sobre os costumes nem sobre as afinidades étnicas ou os ritos, a sociedade em seu atual estágio evolutivo da experiência africana, quanto a ela, não está sempre preparada para acolher o modo de transformação socialista.
>
> O quarto aspeto da inadequação do terreno sociológico africano à transposição do socialismo, leva-nos quanto a ele, a questões em respeito à continuidade histórica. Muitas economias africanas integraram-se, em profundidade e desde outrora, a uma economia mundial dominada pelo ocidente. Os países africanos, ao adotarem o socialismo em suas sociedades, descobrem a sua permanente integração ao sistema capitalista mundial. (…) As regras dos negócios e das trocas a nível internacional, o sistema bancário, subjacente a estas trocas, as moedas, efetivamente utilizadas nos mercados financeiros e para regular os pagamentos, estes elementos constituem, em si e, contudo, produtos da experiência capitalista. (Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010, pp. 588-590)

Segundo os autores acima citados, o modelo de funcionamento interno dos países africanos de regime de Partido Único saídos da colonização era socialista, mas do ponto de vista internacional continuavam profundamente integrados no sistema capitalista. Concluem afirmando que a África estava intelectualmente preparada para o socialismo, mas as condições materiais para uma autêntica experiência socialista não estavam reunidas. (Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010)

Com o enfraquecimento do modelo socialista começa-se a assistir em África ao retorno dos valores democráticos liberais. Vários são os movimentos que surgirão a reivindicar o fim dos regimes de Partido Único e dos regimes militares e, em contrapartida, o direito às liberdades. Desde logo assistiu-se a eleições livres em alguns países, nomeadamente em duas ex-colónias portuguesas: Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, ambas em 1975.

Em alguns escritos, o retorno da democracia aos países que antes optaram por regimes autoritários é explicado em larga escala como consequência da Perestroika de Michael Gorbatchev, das pressões exercidas por organismos como o Fundo Monetário Internacional – FMI, ou ainda por imposição de países doadores ocidentais tais como a Grã-Bretanha, a França ou os Estados Unidos da América. No entanto, a existência de movimentos reivindicativos a partir do final dos anos 60, em países como Gana, Nigéria, Costa do Marfim ou o Quénia vem demonstrar que as causas são mais internas do que externas. (Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010)

> A débacle do (*soi-disant*) comunismo na Europa Oriental e na União Soviética, assim como as pressões do FMI e dos países ocidentais industrializados, tiveram como consequência obrigar os dirigentes africanos a acatarem as exigências desses movimentos, em lugar de reprimi-los, arbitrária e brutalmente, como era lugar comum durante os anos 1970 e ao início dos anos 80. A verdadeira razão para o surgimento desses movimentos consiste no simples facto a revelar que, no desenrolar dos anos de 1970, não somente os regimes socialistas mas, igualmente os sistemas

> baseados no partido único, mostraram-se incapazes de oferecer todo o esperado da sua parte, a saber, o desenvolvimento e a construção da nação. (Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010, p. 592)

Tal como já se referiu, dois argumentos de peso foram utilizados para justificar a instalação do partido único nos países de África: por um lado, a necessidade de unir etnias e classes várias em uma nação com valores acima destas e, por outro, cumprir o desígnio de desenvolvimento de países que o colonialismo tinha deixado em situação económica muito debilitada. No entanto, passados vários anos sob a liderança do partido único, em muitos desses países, senão na maioria, nem a necessária unidade nem o desenvolvimento foram alcançados com sucesso.

> Ao contrário, era manifesto, ao final dos anos de 1970, que os raros países democráticos, como Botsuana e Ilhas Maurícias, haviam obtido resultados nitidamente melhores, em matéria de desenvolvimento económico, de estabilidade política e de edificação nacional. Excetuando esses poucos países, na realidade, assistira-se à supressão dos direitos humanos fundamentais, ao estabelecimento de uma autocracia desavergonhada, de corrupção generalizada, do nepotismo, bem como a presença da mão forte do aparato de Estado em todos os aspetos da vida social, através da monopolização dos recursos e da riqueza do Estado pelos dirigentes do partido ou pelas oligarquias militares e sua clientela. (Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji, 2010, pp. 593-594)

Em Cabo Verde, caso de estudo desta tese, os acontecimentos tiveram encaminhamento diferente do resto dos regimes de Partido Único na África ao Sul do Sahara. Desde logo porque, em Cabo Verde a nação pré-existe ao Estado, ou seja, não havia a situação de divisão provocada pela existência de várias etnias e de classes com interesses antagónicos, mas também pelo facto do partido único cabo-verdiano ter prescindido de uma personalização do poder e optado mais pelo envolvimento da população através de organizações satélites com aceitação durante os primeiros anos da vigência do regime.

Para Onésimo Silveira, o partido único em Cabo Verde está em situação histórica oposta aos casos do continente. Segundo ele, a missão histórica do partido único em Cabo Verde é a de "erguer um Estado a partir de uma nação multissecular, onde os valores de civilização ocidental são substancialmente compartilhados por uma população crioula dispersa em várias ilhas". (Silveira, 2005)

> A análise comparativa destes dois tipos de "Partido Único", na sua génese e na sua evolução, levam à atribuição, sem quaisquer laivos de preconceito, de um quociente valorativo ao "Partido Único do tipo cabo-verdiano. Como está registado na curva evolutiva da sua curta existência (15 anos!) à construção do Estado o "Partido Único" em Cabo Verde associou sempre uma defesa sustentada do património cultural da nação, como elemento fundamental e estruturador das estratégias e políticas de desenvolvimento, o que não pode deixar de ser entendido como uma clivagem significativa em relação ao que então era tido como norma. (Silveira, 2005, pp. 11-12)

É com base nessas diferenças de estrutura e de ação que o PAICV, partido único em Cabo Verde, lança as sementes do pluralismo quando o seu Conselho Nacional aprova, em fevereiro de 1990, a abertura ao multipartidarismo. Como consequência desta escolha, Cabo Verde passa a fazer parte, assim, da tal terceira onda de democratização proposta por Samuel Huntington.

Para Ki-Zerbo, Mazrui, & Wondji (2010) ainda que o pluralismo não seja um remédio para os males políticos, teve um papel importante na facilitação do acesso a um dos mais altos valores políticos, que é a liberdade. Permitiu igualmente aos africanos questionar o porquê de se transformar a unidade e a busca de desenvolvimento em valores absolutos. Segundo os mesmos, esses questionamentos estão no cerne da revolução democrática que sacode a África no início dos anos 1990.

2.2 - Resenha Histórica sobre os Movimentos de Libertação em África

A seguir à Segunda Guerra Mundial e durante duas décadas, assistiu-se a um movimento de luta dos povos colonizados à procura de liberdade, de dignidade e de serem donos do seu próprio destino. Esse movimento conduziu ao surgimento daquilo que viria ser designado por Terceiro Mundo[114], ou seja, uma referência aos novos países saídos dos processos de descolonização e que tentavam inscrever a sua matriz política entre os dois blocos antagónicos em que o mundo se encontrava dividido na altura.

Com o surgimento desses novos Estados verifica-se uma reconfiguração nas relações internacionais, pois o mundo deixa de estar circunscrito a um grupo de países importantes que o geria até então. Essa nova realidade provoca uma alteração profunda na vida dos povos, quer nas antigas colónias, quer nos antigos colonizadores. Nada voltaria a ser como dantes.

[114] A expressão, Terceiro Mundo, era igualmente utilizada para referir-se a países pobres e que se encontravam atrasados do ponto de vista de desenvolvimento económico e de qualidade de vida dos seus povos quando comparados com os países desenvolvidos. No entanto, rapidamente essa expressão passou a ser usada de forma pejorativa pelo que ela viria a ser substituída por, Países em Vias de Desenvolvimento

2.2.1 Os Movimentos de Libertação em África

Depois de várias décadas sob a dominação colonial e sob o efeito dos ventos da Segunda Guerra Mundial, a África chega à conclusão que qualquer processo de desenvolvimento passaria necessariamente pela libertação do jugo colonial, isto é, a independência teria de ser a mola impulsionadora do desbravar do continente.

Este processo que se inicia, pode-se dizer a partir de 1945, vai ocorrer de forma rápida e acelerada, num ritmo jamais registado pela história. Ao recuar-se no tempo histórico verifica-se que nas vésperas da Primeira Guerra Mundial o mundo era largamente dominado pela Europa. Durante a Segunda Guerra Mundial, os impérios impunham-se quase que pacificamente. As colónias mostravam fidelidade às suas metrópoles. Mas, em poucos anos, a situação transforma-se radicalmente. Em duas décadas o mundo assiste o desmembramento dos impérios, o que numa situação de normalidade só teria acontecido em cinco décadas. (Rémond, 2003)

É neste contexto que a África define a soberania política como condição primeira para o seu desenvolvimento. Este desígnio africano está claramente estampado no pensamento de Kwamme Nkrumah[115] ao afirmar: *"Seek ye first the political kingdom and all other things shall be added unto you."*[116] Este apelo à autodeterminação de Nkrumah determina que a soberania política deveria ser alcançada para que a aspiração a uma vida melhor pudesse ser atingida. É assim que África inicia o seu processo de descolonização que conhecerá histórias diferentes de país para país e de colonizador para colonizador.

A luta para a procura do reino político proclamado por Nkrumah, na África colonial, aconteceu em quatro etapas que se entrecruzaram.

> Antes da Segunda Guerra Mundial, produziu-se primeiramente uma fase de agitação das elites em favor de uma maior autonomia. A ela seguiu-se um período caraterizado pela participação das massas na luta contra o nazismo e o fascismo. Adveio, em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, a luta não violenta das massas por uma total independência. Finalmente, sobreveio o combate armado pelo reino político: a guerrilha contra os governos de minoria branca, sobretudo a partir dos anos 1960. (Mazrui, 2010, p. 126)

[115] Líder africano, um dos fundadores do Pan-africanismo, Primeiro-ministro entre 1957 e 1960 e Presidente do Gana entre 1960 e 1966.

[116] Citado em português por (Mazrui, 2010) "Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento".

De acordo com (Mazrui, 2010), a anteceder a formação dos grupos de elite verificou-se em África o surgimento de várias associações fundadas na etnia ou no parentesco, na solidariedade de vária ordem existente no seio da mão-de-obra migrante ou ainda como reflexo do efeito do ressentimento de alienação proveniente do sistema de exploração colonial. Vivia-se assim o renascimento do nacionalismo. As técnicas empregadas contra o imperialismo, durante esta fase, tinham geralmente um caráter não violento e como estratégia de ação a agitação.

A situação evoluiria, no entanto, e entre 1919 e 1935 começam a surgir um pouco por toda a África novas organizações políticas africanas de natureza distinta das associações já aqui referidas, que já não se fundamentavam na comunidade étnica, mas sim organizações elitistas e proletárias. (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010)

> A primeira dessas organizações, e de longe a mais importante, foi o African National Congress (ANC), fundado na África meridional em 1912. Tratava-se de uma vasta organização destinada a unir todos os africanos politicamente ativos. Na origem, o ANC almejava constituir uma organização africana que reagrupasse todos os países da África meridional pertencentes ao império britânico. (…) ANC passou evidentemente por períodos de intensa atividade e por momentos de relativa inação. Em 1926 lançou uma campanha de massa contra uma nova série de leis racistas que o primeiro-ministro da União Sul-Africana, J. Hertzog, tentava implantar. Em fevereiro de 1926, convocou uma assembleia nacional em Bloemfontein, na qual os participantes condenaram radicalmente toda discriminação racial, exigiram a igualdade de todos os cidadãos garantida pela Constituição, qualquer que fosse sua cor, e decidiram boicotar as "conferências indígenas" fantoches organizados pelo Governo. (…) O ANC desenvolveu atividades também no estrangeiro. Contribuiu para a participação duradoura dos sul-africanos no movimento pan-africanista. (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010, pp. 794-798)

De entre essas novas formas de luta destacam-se as manifestações de massas sob forma de greves, associadas ao trabalho nas minas. Essas greves tiveram um papel importante de mobilização e do despertar de uma luta mais aguerrida por melhores condições de trabalho, nomeadamente de salário.

> Foi no início de 1918 que começaram os movimentos de massa, com o boicote às lojas da empresa, nas quais a direção das minas vendia aos operários alimentos e bens manufaturados. (…) A greve seguinte, ocorrida em Johannesburg, foi desencadeada pelos africanos empregados do Serviço de Esgotos e da Coleta de Lixo. Os grevistas eram menos numerosos, mas estavam mais bem organizados. (…) A "greve das caçambas" tinha demonstrado que o trabalho de toda e qualquer categoria de trabalhadores africanos era indispensável ao bom funcionamento do maior centro industrial do continente. As ruas da cidade estavam juncadas de sujeira e de esgoto, e havia o risco de epidemias. Em fevereiro de 1920, nova greve estourou em 22 minas do Transvaal, a qual foi respeitada por 71 mil africanos. Os grevistas apresentaram uma série de reivindicações: considerável aumento de salários (em vez de 2 xelins por dia, reclamavam de 5 a 10 xelins), a possibilidade de acesso a postos de responsabilidade e a empregos mais bem pagos, reforma radical da gestão das lojas da empresa e, por fim, a atenuação da discriminação racial. Os grevistas deram provas de notável coesão. Não há senão que admirar o modo como essa gente, de nacionalidade diversa e separada pela barreira de múltiplas línguas, conseguiu

> obter semelhante unidade de pontos de vista. O exército e a polícia empregaram a força para dissolver a greve. Mas ela foi a mais importante da história da África até 1946, data em que se desencadeou um movimento de maior amplitude, também no Transvaal. (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010, pp. 802-803)

Outras tantas greves foram surgindo em vários países como aquela que aconteceu na Rodésia[117]. "Desenrolou-se nas minas do *Copper Belt*, na Rodésia do Norte. Os mineiros exigiam aumento dos salários e redução dos impostos, enquanto protestavam contra as más condições de trabalho e as diversas formas de discriminação racial. A greve teve repercussões que transbordaram de muito a região do *Copper Belt*, pois ela atraía mineiros do vizinho Katanga[118] e muitos trabalhadores sazonais de outras regiões da África". (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010, pp. 803-804)

Convém analisar igualmente o que se passava nos territórios coloniais pertencentes a Portugal devido à especificidade do modelo colonial português. Na perspetiva de Davidson, Isaccman, & Pelissier (2010), quatro fatores devem ser tidos em conta nessa especificidade do colonialismo português e a oposição que ele provocava, a saber:

- A fraqueza inicial do Estado colonial;
- A natureza progressivamente autoritária do regime colonial;
- A falta de capitais portugueses;
- O recurso ao trabalho forçado e uma política de assimilação.

Em relação à fraqueza inicial do Estado colonial os autores esclarecem que pouco antes da Primeira Guerra Mundial, importantes zonas de Angola e de Moçambique escapavam ao controle efetivo de Lisboa. Enquanto a administração colonial estava bem instalada em pontos urbanos da costa, em regiões inteiras do interior a presença colonial continuava a ser puramente nominal e dependia muitas vezes de uma aliança com os chefes locais e a polícia africana, cuja lealdade era duvidosa.

> Em Angola, até 1914, o Ovambo, no Sul, era efetivamente independente, enquanto havia revoltas em estado latente na região vizinha de Ganguela até 1917. As terras dos Quioco, no distrito de Lunda, só foram ocupadas em 1920. Em Moçambique vários sultanatos setentrionais e régulos não haviam efetivamente desafiado o regime colonial até 1914, e os planaltos onde viviam os Maconde escaparam à dominação até 1921. (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010, p. 814)

[117] Antiga colónia britânica, atual Zâmbia.
[118] Foi uma província no Sul da República Democrática do Congo. Estado separatista proclamado a 11 de julho de 1960.

Depois da Primeira Guerra Mundial e com a consagração do Governo fascista de António de Oliveira Salazar, Portugal intensificou a natureza autocrática da sua dominação. "Para garantir a harmonia social e a dominação colonial perpétua que a ideologia corporativista e ultranacionalista de Salazar contemplava, os regimes coloniais, exatamente como o Governo da metrópole, empregaram vasta gama de instrumentos de opressão. Censura, delação, polícia secreta e força militar serviram para reprimir toda oposição que se manifestasse, negra ou branca". (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010, p. 814)

O terceiro fator foi o caráter particular da exploração económica em Angola e em Moçambique, determinado pelo empobrecimento da metrópole. A capacidade portuguesa de extrair recursos de suas colónias africanas dependia da mobilização e do controle de uma força de trabalho subjugada, já que a sua economia, arcaica e à beira da bancarrota, não podia evidentemente exportar os capitais fixos necessários ao desenvolvimento. (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010)

> O derradeiro traço de distinção do regime colonial português foi sua política de assimilação, com a qual ele tentava conquistar a nascente burguesia africana, fornecendo- lhe um verniz de cultura portuguesa e isentando-a dos abusos coloniais mais flagrantes. Oficializada pelo "regime do indigenato", essa política garantia que a esmagadora maioria dos angolanos e dos moçambicanos estava reduzida a constituir uma raça, uma cultura e uma classe inferiores. De acordo com essa legislação, os africanos eram divididos em dois grupos. Os membros da pequena minoria capaz de ler e escrever o português, que haviam rejeitado os "costumes tribais" e estavam vantajosamente empregados nos setores capitalistas, podiam ser classificados como "assimilados" ou "não indígenas". Em princípio, gozavam de todos os direitos e responsabilidades dos cidadãos portugueses. Embora teoricamente fosse possível a todos os africanos mudar seu estatuto legal, as coerções impostas pelo sistema colonialista e capitalista – as quais incluíam a falta de escolas, a limitada possibilidade de obter um emprego pago e a arrogante preponderância cultural dos funcionários públicos – tornavam, na realidade, a coisa impossível, negando a 99% da população africana os direitos mais elementares do cidadão. (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010, p. 817)

Não obstante essas especificidades do sistema colonial português pode-se constatar que, à semelhança do que aconteceu um pouco por toda a África, nas colónias portuguesas também se verificou oposição popular à dominação colonial. Uma primeira tentativa de resistência armada, sem sucesso, e abandonada logo a seguir à Primeira Guerra Mundial. Quando os colonizadores exerciam uma pressão intolerável sobre os autóctones era prática o uso da retirada. Aldeias inteiras fugiam para zonas fora do alcance das autoridades coloniais. Também se praticava emigração clandestina para países próximos como Congo Belga, Rodésia do Norte e Sudoeste Africano. Outra forma de resistência à dominação colonial consistia na prática de cultos religiosos ou messiânicos fundado pelos africanos em reação contra a religião europeia. Para além dessas formas de oposição de base maioritariamente rural tam-

bém fazia-se sentir, quer em Angola como em Moçambique e também em Lisboa, uma certa oposição literária que denunciava os abusos do colonialismo e afirmavam a identidade africana. Lá onde o colonialismo português conseguia evitar por meio da força a manifestação da oposição ao regime, os camponeses e os trabalhadores rurais manifestavam a sua hostilidade por meio de símbolos culturais e cantigas de trabalho hostis que os funcionários coloniais não compreendiam. (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010)

> Como em muitas outras partes da África, os estivadores constituíam o setor da classe operária mais militante e relativamente mais bem organizado. Nas duas primeiras décadas do século XX, Lourenço Marques tornou-se um importantíssimo centro do comércio internacional, ligando o Transvaal, a Suazilândia e o sul de Moçambique à economia mundial. Apesar do valor econômico estratégico e dos esforços do Estado para impedir qualquer embaraço ao tráfego, houve sete grandes greves entre 1918 e 1921, provocadas pela recusa das companhias marítimas e de despachos a aumentar os salários dos africanos, de forma a compensar a perda do poder aquisitivo causada pela espiral inflacionária. (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010, p. 826)

Deve-se referir, igualmente, a importância das igrejas independentes na criação de condições aos nativos, principalmente camponeses e operários, para exercerem a sua negação à uma nova ordem social instalada e ao papel dissimulador das igrejas cristãs, consideradas oficiais, ou seja, aquelas que apoiavam a política colonial.

Pode-se concluir que os africanos dos países das Áfricas meridional e central também resistiram ao colonialismo e deram a sua contribuição para a preparação dos movimentos de libertação de toda a África que haveriam de desencadear-se a partir de 1935. Também há que referir que as formas de oposição mais intensas e mais avançadas se registaram na então União Sul-Africana. (Davidson, Isaccman, & Pelissier, 2010)

Em praticamente toda a África, ainda que com intensidades diferentes, já se encontrava instalado um clima de agitação e de contestação da dominação colonial. A natureza específica de cada colónia e o tipo de administração colonial em cada uma adotada determinam a intensidade das reivindicações e as diferentes direções que elas assumiram: greves, boicotes, sabotagens, fugas em massa para regiões não controladas pelos colonos, fuga aos impostos, entre outras formas não violentas, e ligeiras exceções de algumas ações mais violentas.

No entanto, em teoria, uma nova realidade vai travar esse movimento de contestação nas colónias e vai redirecionar o foque dos africanos durante algum tempo, 1939 e 1945. Refere-se, concretamente, ao surgimento do nazismo e do fascismo que conduziram ao surgimento da Segunda Guerra Mundial.

Com o dealbar da Segunda Guerra Mundial os Africanos são confrontados com a necessidade de optar por continuar esse movimento de oposição ao imperialismo liberal e burguês que tanto os atormentava ou colocar-se do seu lado para combater essa nova ameaça surgida. A escolha recaiu na segunda opção e a África participa de forma efetiva na Segunda Guerra Mundial, ao lado do império, para combater o fascismo e o nazismo.

Não se pode dizer que esta escolha tenha sido pacífica entre os países, havia uma certa divisão, mas a posição reinante era a de entrar do lado dum império que já conhecia, em particular a Grã-Bretanha e a França, do que entrar do outro lado, onde a ameaça se apresentava mais dura e mais devastadora. Na verdade, como adverte Mazrui (2010), os povos do Tanganyika e do Togo já conheciam a matriz de administração colonial alemã e sabiam que ela era da mais brutal que a África tinha conhecido. Explica que, por essas razões, residentes brancos e autóctones estiveram unidos na luta contra a restauração do domínio alemão sobre o Tanganyika quando em 1936 Hitler ordenou o retorno ao domínio alemão das suas antigas colónias africanas. Durante a guerra contra o Eixo[119] cerca de 87.000 africanos lutaram ao lado dos aliados para evitar o retorno dos alemães.

A participação da África na Segunda Guerra Mundial deve ser apreciada sob a ótica da "escolha entre vários demônios"[120]. O seu engajamento não foi um processo de colaboração com o imperialismo, mas uma luta contra uma forma de hegemonia ainda mais perigosa. Paradoxalmente, o engajamento da África na guerra representou uma parte integrante da luta do continente contra a exploração estrangeira e da busca pela dignidade humana. (Mazrui, 2010)

Tal como se referiu anteriormente, o surgimento da Segunda Guerra Mundial, só em teoria travou o movimento de contestação ao colonialismo e o aspirar de uma vida melhor por parte dos africanos. Na prática, e do ponto de vista analítico, pode-se considerar que a guerra foi, ela própria, uma etapa do processo que conduziu à

[119] Aliança do Eixo: trata-se de uma Aliança anticomunista celebrada em 1936, entre Alemanha e Japão. A Itália aderiu ao pacto em 1937. Os signatários do pacto tinham dois interesses em comum: 1º) a expansão territorial e a criação de impérios com base na conquista militar e no derrube da ordem internacional no período após a Primeira Guerra Mundial; 2º) a destruição ou a neutralização do comunismo soviético. (ver Enciclopédia do Holocausto em: *https://encyclopedia.ushmm.org/*. Durante a Segunda Guerra Mundial o eixo ocupa grande parte da Europa, África, Asia e ilhas do Oceano Pacífico. Não obstante, o Eixo foi derrotado pelos Aliados e foi desmantelado em 1945 com o fim da Guerra.

[120] Expressão utilizada pelo autor da citação para explicar a escolha que os países africanos, então colónias, tiveram que fazer face ao surgimento da Segunda Guerra Mundial. O autor refere que a África teve de escolher entre o imperialismo liberal e burguês e um imperialismo suportado pelo nazismo e o fascismo.

libertação da África, por três razões que se demostra em seguida, partindo da visão de Mazrui (2010):

• A primeira razão tem a ver com o facto de as potências coloniais terem saído da guerra mais fragilizadas, sob todos os pontos de vista. Derrotada e humilhada pela Alemanha, a França vê assim quebrado o mito de invencibilidade imperial que carregava. Por sua vez, a Grã-Bretanha saiu da guerra esgotada e empobrecida, sem moral e sem condições de querer conservar o domínio de um império demasiado vasto. Cerca de dois anos após o terminus da guerra ela é obrigada a separar-se do Império das Índias considerada a joia da Coroa;

• A segunda razão é que a guerra contribuiu para reforçar o papel da União Soviética e dos Estados Unidos da América no mundo. Essas duas potências agora reforçadas exercem pressão sobre os colonizadores europeus no sentido de estes desmantelarem os seus impérios;

• A terceira razão está associada à criação da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1945. A ONU vê alargado progressivamente o seu estatuto de representante dos povos. À medida que os países se iam tornando independentes, e como tal membros das Nações Unidas, aumentava a pressão sobre o colonialismo e este ia perdendo a sua legitimidade. Na prática, o Conselho Tutelar da Organização das Nações Unidas passou a funcionar como um dos principais grupos de pressão contra o sistema imperial.

> A própria razão de ser da guerra, a luta contra a tirania e a conquista, parecia condenar o colonialismo que, finalmente, não era senão uma forma de tirania e de conquista. Quando Winston Churchill e Franklin D. Roosevelt assinaram, em agosto de 1941, a Carta do Atlântico, não denunciavam somente a injustiça na Europa, embora esta última constituísse a principal preocupação do primeiro-ministro britânico. Inconscientemente, eles assinavam, na mesma ocasião e para o restante do século XX, o golpe mortal contra a ideia da legitimidade do colonialismo. (Mazrui, 2010, pp. 132-133)

Não obstante o papel da guerra no acelerar das aspirações da autodeterminação dos povos há que concluir-se que o principal fator de oposição ao colonialismo na África é exógeno e consiste na maior capacidade de organização que os africanos agora demonstram e, finalmente, estão capazes de formular melhor as suas ideias e as suas reivindicações. Neste período a resistência africana conhece diversas formas: a tradição guerreira, a tradição da jihad, a tradição da revolta cristã, a tradição da mobilização não violenta e a tradição da guerrilha. (Mazrui, 2010)

Pela sua importância destaca-se a tradição do radicalismo cristão como forma de resistência ao colonialismo. Tal como o islão, o cristianismo também combateu o imperialismo ocidental. Esta participação das igrejas cristãs pode parecer um paradoxo uma vez que, salva raras exceções, o cristianismo sempre esteve ao lado da política imperialista no continente africano. Em nome de combater o comércio de escravo e de divulgar o Evangelho eram as próprias comunidades missionárias que influenciavam os governos a colonizar a África.

> Esta associação entre o imperialismo europeu e as missões cristãs marcou profundamente a política educativa colonial. Em cada colônia de forma específica, "a educação dos indígenas" criou uma divisão particular das tarefas entre a Igreja e o Estado, mas não há dúvida que eles colaboravam em um mesmo projeto político. Com efeito, a educação colonial buscou primeiramente formar africanos "aptos a se tornarem professores ou catequistas. (…) As escolas de missionários favoreceram sem dúvida a promoção do ideal cristão, mas igualmente, promoveram a propagação das ideologias laicas ocidentais. Entre os nacionalistas africanos ocidentais formados nas escolas cristãs figuram personalidades tão eminentes quanto: Julius K. Nyerere, Tom Mboya, Eduardo Mondlane, Robert Mugabe, Léopold Sédar Senghor ou Kwame Nkrumah.
>
> A contribuição do cristianismo para a descolonização revestiu-se essencialmente de três formas: primeiramente da formação dos laicos oriundos das escolas das missões (a tradição de Nkrumah); também daquela do separatismo cristão (a tradição de Kimbangu); e, finalmente, da "radicalização" dos dirigentes das Igrejas cristãs (a tradição do arcebispo Desmond Tutu). (Mazrui, 2010, pp. 138-140)

Há que referir-se igualmente à estratégia da mobilização política não violenta, inspirada na filosofia intervencionista de Mahatma Mohandas Gandhi, lançada entre 1906 e 1908 na sua campanha de desobediência civil, levada a cabo na África do Sul. Essa política da não violência de Gandhi encontra vários seguidores na África, entre estes, Kwame Nkrumah e Kenneth Kaunda. A Primeira Conferência dos Povos Africanos, realizada no Gana, em 1958, é marcada pela oposição africana quanto à utilização da luta armada como forma de alcançar a independência. (Mazrui, 2010)

No entanto, a guerra da independência da Argélia que teve lugar entre 1954 e 1962, contra o colonizador França, veio demonstrar que muito dificilmente se conseguiria independência nas colónias portuguesas e nos territórios onde o poder estava nas mãos das minorias brancas, através da política da não-violência.

> Tanto no primeiro quanto no segundo casos, os métodos de desobediência civil de Gandhi não teriam possibilidade alguma de sucesso. Eles teriam como consequência, ao contrário, somente o desencadeamento de impiedosas repressões inclusive com massacres de civis desarmados, situações que haviam ficado bem claras desde o elucidativo massacre de Sharpeville, em março de 1960. Quase um ano depois, iniciava-se em Angola o novo levante contra os portugueses. A era da luta de libertação armada, propriamente dita, inaugurava-se na África Austral. (Mazrui, 2010, p. 142)

Amílcar Cabral, mais tarde, viria a reconhecer que errou ao imaginar que seria possível Portugal conceder independência à Guiné, só com base em atividades não violentas.

> No começo da nossa luta, nós estávamos convencidos de que, se mobilizássemos os trabalhadores de Bissau, de Bolama, de Bafatá, para fazerem greves, para protestarem nas ruas, para reclamarem na Administração, os tugas[121] mudariam, nos dariam a independência. Mas isso não é verdade. Em primeiro lugar, na nossa terra, os trabalhadores não têm tanta força como noutras terras. (…) Além disso, o tuga, nosso inimigo, colonialista não é como nós, que temos um certo respeito por certas coisas. Às greves e às manifestações, os tugas responderam caindo em cima de nós para matar todos, para acabar com tudo. (PAIGC, 1974, p. 99)

Lá onde as diferentes formas de resistências não violentas não surtiram efeitos, por diferentes razões, acabou por vingar a estratégia da luta armada. É o que acontece nas colónias portuguesas como Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, que será tratado no ponto seguinte. Amílcar Cabral não dissocia, no entanto, a resistência armada da resistência política. Ele esclarece que a própria luta armada é uma forma de resistência política.

> (…) A nossa resistência armada, por um lado, é um ato político, porque a guerra que estamos a fazer na nossa terra é uma resposta à guerra dos tugas, mas sobretudo a única maneira que encontramos para conquistarmos os nossos direitos políticos, de mandar em nós mesmos, do nosso povo determinar o seu próprio destino e de avançarmos, como outros povos do mundo, no caminho do progresso. (…) Na nossa luta, portanto, um tiro que damos no quartel de Buba, ou um tiro que damos num tuga, no caminho ou numa emboscada, é um ato político da primeira grandeza. Nós estamos a servir a humanidade, camaradas, estamos a servir o nosso povo, a nossa terra, a África, a humanidade. (PAIGC, 1974, pp. 219-232)

Mazrui (2010) dá conta do quanto foram internacionalizadas as lutas armadas nas colónias portuguesas na África Austral e na Argélia. Vários países intrometeram-se nesses conflitos das mais variadas formas. Desde apoio financeiro, passando pelo fornecimento de armas, até ao envio efetivo de tropas para as frentes de combate. Cuba interveio de forma efetiva na luta de libertação de Angola[122] através do envio de militares e sob o auspício da União Soviética. A OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, por sua vez, durante muitos anos, de forma direta ou in-

[121] Tugas – forma pejorativa de referir-se aos portugueses.

[122] As tropas cubanas acabaram por permanecer 15 anos em Angola, quando a ideia inicial era ficarem apenas dois anos com o objetivo de ajudar os angolanos depois da independência em 1975. A presença cubana foi massificada com o reforço da reserva militar e envio de médicos, construtores e professores. A missão chegou ao fim em 1991, depois dos acordos entre as partes beligerantes. Deu-se o fim da União Soviética e do mundo socialista, o que provocou uma enorme crise em Cuba, agravada pelo embargo dos Estados Unidos. *(https://www.dw.com/pt-002/mem%C3%B3rias-dos-cubanos-sobre-a-guerra-em-angola-em-livro/a-38213272)*

direta, subvencionou a repressão exercida pelos portugueses em suas colónias bem como lhes forneceu armamento para uso contra as forças de libertação africanas.

> Sob a ótica do apoio externo, é particularmente elucidativo comparar os respetivos engajamentos de Cuba e de Israel na África Austral, sobretudo a partir dos anos 1970. Os dois países são considerados excluídos em suas regiões - Cuba é o país marginalizado do hemisfério ocidental e Israel representa o pária do Oriente Médio. Cada um destes países encontra-se estreitamente ligado a uma superpotência − Cuba à União Soviética e Israel aos Estados Unidos da América. Cuba e Israel envolveram-se em conflitos de implicações mundiais: John F. Kennedy brandiu a ameaça de guerra nuclear por ocasião da crise dos mísseis em Cuba, no ano de 1962; em outubro de 1973, o presidente Richard Nixon ordenou um alerta nuclear geral em defesa de Israel no momento da guerra no Oriente Médio (…) Para resumir essa comparação, é possível dizer que Israel se conduziu de facto na qualidade de aliado do regime de supremacia branca, ao passo que Cuba, sob a autoridade de Fidel Castro, participou do movimento de libertação negra. (Mazrui, 2010, pp. 143-144)

É legítimo afirmar que a luta armada africana contra o Império português foi coroada de sucesso e acabou por provocar um desgaste sufocante no regime repressivo português, que culminou com o golpe de Estado em Portugal a 25 de abril de 1974, conhecido por Revolução dos Cravos. Em consequência observa-se a independência da Guiné-Bissau em 1974; Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola, em 1975.

Em guisa de conclusão deve-se afirmar que, na linha dos autores citados, o período que medeia 1945 e 1960 ficou marcado por alterações profundas na África Ocidental, em particular, e da África ao sul do Sahara, de uma forma em geral. Em 15 anos viu-se alterada uma situação colonial que parecia globalmente estável passando a uma corrente de guerras de libertação que culminou com a descolonização dessa zona do globo.

Globalmente deve-se atribuir o mérito dessa cambalhota à própria população africana que a seguir à Segunda Guerra Mundial soube reorganizar-se e redefinir as suas reivindicações, bem como pegar nas armas para conseguir aquilo que as reivindicações não violentas, inspiradas na política de Gandhi, não tinham conseguido proporcionar, ou seja, a independência. Dois países e consequentemente duas figuras, ganham destaque nesse período: Gana de Nkrumah e Guiné de Sékou Touré. O sucesso desses dois países, como desses dois líderes, acabou por inspirar e servir de exemplo aos outros países que, progressivamente viam surgir os seus movimentos de libertação nacional, em particular nas colónias portuguesas.

É igualmente pacífico que a luta de libertação levada a cabo na África ao sul do Sahara acabou por influenciar de forma considerável a situação política na própria

Europa, como ficou demonstrado pela ascensão ao poder do general De Gaulle, na França, e a derrocada da ditadura fascista e racista de António Oliveira Salazar, em Portugal.

2.2.2 O PAIGC e o Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde

Já se referiu no ponto anterior que, quando comparado com a Inglaterra, Portugal, bem como a França, considerava as suas colónias não como colónias, mas sim como províncias portuguesas de além-mar. A França viria, no entanto, a abandonar esta política no decorrer da década de 1950, optando por negociações, mas pelo contrário, Portugal, teimosa e fanaticamente, orgulhosamente só, levou-a até ao fim, mesmo perante a derrocada dos impérios e da consagração do nacionalismo africano. Assim sendo, Portugal recorreu a todos os meios não pacíficos para manter a integridade do seu império restante.

> Um outro aspeto do colonialismo português era o estado em que se encontravam, nos anos 1950, as suas colônias africanas em geral e, particularmente, aquelas situadas na África Ocidental. Em razão das características próprias ao colonialismo português (um "subimperialismo", ele próprio sob dependência estrangeira desde o século XVIII) e ao fascismo, no poder desde 1926, elas apresentavam um considerável atraso comparativamente aos países vizinhos da África Ocidental: nenhuma instalação (nem linha férrea ou estrada), uma primitiva economia de tráfico dominada por monopólio, aquele da Companhia União Fabril (CUF). Oficialmente consideradas "províncias portuguesas" desde 1930, estas duas colônias carregavam os estigmas do mais atrasado colonialismo; atrás de uma fachada "assimilacionista" se dissimulava a mais brutal discriminação. (Suret-Canale & Boahen, 2010, p. 219)

Na Guiné-Bissau, nos anos de 1950, numa população de aproximadamente meio milhão de habitantes, apenas 2.800 pessoas entre brancos e mestiços, gozavam de direitos políticos. Apenas os autóctones que sabiam ler e escrever o português (0,3%) e que praticavam regularmente a religião católica, ostentavam o estatuto de "civilizado". O branco, mesmo que fosse analfabeto (muito frequente nessa altura) era considerado "civilizado". Nas ilhas de Cabo Verde, superpovoadas, violentamente massacradas por fomes periódicas, a população originária do continente estava "assimilada" e era aí que Portugal recrutava os quadros que eram alocados nas suas colónias da África. (Suret-Canale & Boahen, 2010)

É perante este cenário desolador, quer na Guiné como em Cabo Verde, de um considerável atraso de desenvolvimento desses dois países, quando comparados com os demais da África ocidental e com a potência colonizadora, determinada em manter a todo o custo as suas províncias, que é criado, na Guiné-Bissau, um movimento de libertação idealizado por Amílcar Cabral.

Engenheiro agrónomo de formação, Cabral, em 1952, vai trabalhar para o posto experimental de Pessubé onde, entre outras tarefas, realizou um recenseamento agrícola que, por um lado, lhe permitiu adquirir um conhecimento profundo da realidade social guineense e, por outro, lhe serviu de base para a preparação da estratégia da luta armada.

Os rumores das movimentações de Cabral chegavam cada vez mais aos ouvidos do Governador. Cabral é chamado mais uma vez ao Palácio onde o Governador lhe apresenta duas alternativas: "ou parava totalmente as suas atividades ou melhor seria abandonar o país. Caso contrário, acabaria por deixar que o metessem na cadeia". (Cabral L. , 1984, p. 42)

Perante essa situação, Luís Cabral conclui, na obra citada, que o seu irmão teve de abandonar Bissau, fixar-se na Guiné Conacri independente e regressar de tempos em tempos.

> Um ano depois, o Amílcar chegava a Bissau para criar a vanguarda revolucionária que ia tomar a direção do largo movimento desencadeado na Guiné, no meio guineense e cabo-verdiano, desde o seu regresso ao país, em 1952. Ela seria a organização política clandestina forte e coesa de que necessitavam os nossos povos, constituída inicialmente pelos indivíduos que durante aqueles anos tivessem dado provas de coragem e perseverança nas suas convicções políticas. (Cabral L. , 1984, p. 42)

Segue-se então o encontro com Amílcar Cabral que acabaria por se transformar num momento histórico para o movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde. Documentos e relatos de antigos fundadores apontam para uma reunião onde terão participado seis elementos: Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Fernando Fortes, Júlio Almeida e Elisée Turpin[123]. A esse grupo Cabral lança um desafio que ia muito além da libertação e da independência nacional. Esse movimento, na perspetiva de Cabral, deveria para além da independência forjar o surgimento de uma nação guineo-cabo-verdiana forte e progressista. (Cabral L. , 1984)

> (…) teríamos movimentos de libertação, teríamos talvez uma frente de libertação, mas devíamos ter também um PARTIDO, com o seu programa mínimo e o seu programa máximo bem definido. Cada militante tomaria, pois, o compromisso solene de dar tudo, incluindo a própria vida, para a realização integral do programa do PARTIDO. "É nesta base que vos quero propor que criemos o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA E UNIÃO DOS POVOS DA

[123] Admite-se igualmente que outros elementos não terão participado no encontro pelo facto de nessa altura a pressão da PIDE (polícia política do regime colonial) ser maior tendo em conta o aumento da contestação ao colonialismo e dos movimentos dos ativistas pró-independência. Nomeadamente o nome de Abílio Duarte é apontado como um elemento que desde a primeira hora esteve ligado a Cabral e ao grupo de fundadores do PAIGC.

> GUINÉ E CABO VERDE, cuja divisa será "unidade e luta." (…) O Amílcar viria mais tarde a simplificar o nome do Partido, que passou a ser PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE, com a sigla PAI[124].

De acordo com Suret-Canale & Boahen (2010), entre a data da sua criação e 1959, a atividade do PAIGC concentrou-se mais nas cidades e os meios empregues na luta contra o colonialismo foram pacíficos. No entanto, a repressão colonial[125] exercida sobre os trabalhadores das docas, em greve, que terá custado a vida a mais de cinquenta estivadores e causado ferimentos em vários outros, terá contribuído para que Cabral abandonasse definitivamente a utilização dos meios pacíficos e lançasse o partido na luta armada.

Ao optar pela luta armada, Cabral abandona as cidades e passa a dirigir a sua atividade política nas matas. Aí desenvolve um programa de ação e de mobilização política com o objetivo de conquistar a confiança das massas camponesas, até aí sem qualquer experiência de contestação colonial. Tratava-se de um programa de educação que passaria por conversar com as massas, falando-lhes a verdade e levando-as a acreditarem que seria possível serem donos do seu destino e de poderem, com a independência, ter uma vida melhor. Assim, dizia Cabral aos seus quadros, que era fundamental que eles praticassem aquilo a que ele chamou uma "democracia revolucionária". Foi nesse sentido que durante os primeiros anos os jovens quadros militantes do PAIGC trabalharam para a educação das massas e a sua mobilização. (Suret-Canale & Boahen, 2010)

De acordo com Davidson, citado por Suret-Canale & Boahen (2010), em 1963, Cabral começa verdadeiramente a luta armada utilizando, no princípio, pequenos grupos de guerrilha nas regiões de mata fechada ou de floresta. Foi aumentando numericamente esses grupos transformando-os, pouco a pouco em unidades móveis de longa distância, de reação rápida e preparadas para combates.

---

[124] Amílcar Cabral, na qualidade de dirigente máximo do partido, como forma de fugir ao controlo da PIDE passou a usar o pseudónimo de Abel Djassi.

[125] A 3 de Agosto de 1959, os trabalhadores do porto de Pindjiguiti, em Bissau, organizaram uma greve reivindicando um aumento de salários. Marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas, particularmente aqueles que trabalhavam para a Casa Gouveia, um monopólio comercial intermediário do grupo CUF (Companhia União Fabril), foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, polícia e militares, e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos. Esta não foi a primeira greve dos trabalhadores do porto de Bissau. Já em 6 de março de 1956 tinham existido confrontos entre a polícia e os trabalhadores, os quais, pelos mesmos motivos, organizavam então uma greve. Nessa altura, porém, apesar de algumas detenções, a violência foi contida e os detidos acabariam por ser libertados por ordem do Governador Mello Alvim. (Silva, citado por Roque Sílvia, 2019) *(https://www.esquerda.net/dossier/3-de-agosto-de-1959-massacre-de-pindjiguiti-bissau/63784, consultado em 01/09/2020)*

> Ativamente apoiados e ajudados pela população camponesa, estas unidades móveis cresceram em tamanho e poder de fogo, aprendendo a utilizar toda espécie de armas, inclusive mísseis de longo alcance, embora os seus membros fossem, em sua maioria, analfabetos. Assim que eles haviam liberado uma zona, eles ali aplicavam a sua política de libertação. Por um lado, eles expulsavam todos os funcionários e comerciantes coloniais, aboliam todos os impostos e direitos coloniais e punham termo ao trabalho forçado e às plantações obrigatórias. Por outro lado, e aqui é notório residir o aspeto mais positivo, eles instauraram um novo sistema comercial e criaram escolas e postos de saúde na mata lá onde antes jamais houvera, dotando-os de pessoal de formação e intervenção em saúde recrutado em meio a homens e mulheres muito amiúde formados na Europa ou em Cuba. Ainda mais importante, em termos políticos, o PAIGC implantou uma verdadeira democracia nas zonas libertas. A população foi incitada a eleger comitês representativos aos quais foram confiadas as responsabilidades administrativas locais[126]. (Suret-Canale & Boahen, 2010, pp. 221-222)

Dirigindo-se aos quadros do partido, num seminário destinado aos responsáveis do partido que decorreu de 19 a 24 de novembro de 1969 em Conacri, capital da Guiné, Cabral propõe explicar-lhes os principais princípios do partido, nomeadamente[127]:

- Unidade e Luta;
- Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas;
- O nosso partido e a luta devem ser dirigidos pelos melhores filhos do nosso povo;
- Luta do povo, pelo povo, para o povo;
- Independência de pensamento e de ação;
- Nem toda a gente é do partido;
- Democracia revolucionária;
- Fidelidade aos princípios do partido.

Desde logo, o princípio de Unidade e Luta, a principal bandeira de Cabral, amado por uns e contestado por outros, como se dará a conhecer neste trabalho.

> No nosso caso concreto, a luta é o seguinte: os colonialistas portugueses ocuparam a nossa terra, como estrangeiros e, como ocupantes, exerceram uma força sobre a nossa sociedade, sobre o nosso povo. Força que fez com que eles tomassem o nosso destino nas suas mãos, fez com que parassem a nossa história para ficarmos ligados à história de Portugal, como se fossemos a carroça do comboio de Portugal. E criaram uma série de condições dentro da nossa terra: econó-

[126] Cabral explicava da seguinte forma a sua estratégia: "Para dominar uma zona determinada, o inimigo é obrigado a dispersar as suas forças. Dispersando-as, ele enfraquece os seus dispositivos e nós podemos vencê-lo. Para se nos proteger, ele deve, portanto, concentrar as suas forças. Entrementes, ao fazê-lo, é-nos possível ocupar as zonas inimigas liberadas e ali desenvolver um trabalho político cuja natureza conduz a impedir o seu retorno. Basil Davidson citado por Suret-Canale & Boahen. (2010)

[127] Não é intenção do autor debruçar-se sobre todos os princípios. Sintetiza apenas alguns que, pela sua natureza e profundidade, ajudam à compreensão do contexto e da situação em que o surgimento e o desenvolvimento do PAIGC, e, por arrastamento, da luta de libertação da Guiné Bissau e Cabo Verde se dão.

> micas, sociais, culturais, etc. (…) A nossa luta hoje, é o seguinte: é que surgiu, com a criação do nosso partido, uma força nova que se opôs à força colonialista. O problema é de saber, na prática, se essa força unida do nosso povo pode vencer a força colonialista. (PAIGC, 1974, pp. 76-77)

Mas Cabral explica, aos quadros do partido, que a luta só alcançará os objetivos propostos, libertar a Guiné e Cabo Verde, se for feita num contexto de unidade. Para facilitar a compreensão dos seus interlocutores Cabral socorre-se do exemplo de uma equipa de futebol. Formada por pessoas diferentes, com temperamentos diferentes, muitas vezes instrução diferentes, religião diferentes, mas na hora de jogar a equipa tem de conseguir a unidade de todos os seus elementos para poder agir em conjunto e ganhar. (PAIGC, 1974)

> Quer dizer que o problema da unidade surge na nossa terra, repito bem, não por causa da necessidade de juntar pessoas com pensamentos políticos diferentes, mas sim por causa da necessidade de juntar pessoas com situação económica diferente, embora essa diferença não seja tão grande como noutras terras – com situação social diferente, com culturas diferentes, incluindo a religião, quer dizer, pusemos o problema de unidade da nossa terra, tanto na Guiné como em Cabo Verde, no sentido de tirar ao inimigo a possibilidade de explorar as contradições que pode haver entre a nossa gente para enfraquecer a nossa força, que temos que opor contra a força do inimigo. (…) Portanto, vemos que a unidade é qualquer coisa que temos de fazer, para podermos fazer outra coisa. (…) A unidade também é um meio, um meio, não é um fim. (PAIGC, 1974, pp. 74-75)

Outro princípio do PAIGC, que Cabral explica detalhadamente aos seus quadros no Congresso de 1969, é o da necessidade de o partido se ter lançado para a luta com um conhecimento profundo da realidade da Guiné e de Cabo Verde, "com os pés fincados na terra." Na perspetiva de Amílcar Cabral, não era possível desenvolver uma luta de libertação nacional, igual à que se tinha levado a cabo na Guiné e em Cabo Verde, *sem conhecer bem a realidade dos países* e partir a sério dessa realidade para fazer a luta.

Para Cabral, a realidade dos dois países tinha aspetos positivos e negativos como a de qualquer outro país. O importante era conhecer bem esses aspetos para que pudessem ser utilizados a favor do desenvolvimento da luta. Mas também, acrescenta Cabral, era preciso conhecer realidades particulares. Por exemplo, na Guiné, era preciso conhecer as condições de vida do povo balanta, do povo fula, do mandinga, do povo papel e a sua posição na luta. Era preciso conhecer a realidade dos descendentes de cabo-verdianos, entre outros aspetos, tudo como forma de se saber tirar o maior partido dessas realidades particulares para o bom andamento da luta. Finalmente era preciso ter em conta também a realidade dos outros que acabaria por influenciar a realidade dos dois países. Era preciso aprender com a experiência dos outros e adaptar às condições que o PAIGC tinha para evitar esforços e sacrifícios desnecessários. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014)

Cabral organiza a sua explanação sobre a realidade dos países, subdividindo-a em várias realidades:

A realidade geográfica, considerada muito importante uma vez que a guineense era necessariamente diferente da cabo-verdiana. E isto condicionava o tipo de luta e a sua organização em cada um dos países. Por um lado, uma Guiné aberta em que a terra é "cortada por braços de mar" o que facilitava os militares portugueses no abastecimento das suas tropas. Por outro lado, um Cabo Verde formado por dez ilhas, umas muitas montanhosas, que implicaria saber em qual começar a luta armada. Também era preciso ter em conta que só as montanhas não eram suficientes. Era necessário fazer a mobilização. Deveria ser em todas as ilhas ou apenas em algumas. Todas essas questões sobre a realidade geográfica, defendia Cabral, eram importantes na conceção e nas estratégias que o PAIGC tinha de traçar sobre a luta armada. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014)

A realidade económica, para Cabral (2014), baseia-se no facto de que tanto a Guiné como Cabo Verde eram colónias portuguesas em que o trabalho era explorado pelos colonialistas. Esta realidade levava a que a economia dos dois países fosse atrasada e sem qualquer tipo de desenvolvimento. Não existia uma indústria a sério e a agricultura era muito atrasada, era de subsistência, os portos não tinham valor ao contrário do que os franceses e ingleses tinham feito com os portos de Dakar, Conacri ou de Abidjan ou Lagos, na Nigéria.

> Portanto, a nossa realidade económica é essa e seja para paz, seja para a guerra, somos, na Guiné e em Cabo Verde, um povo economicamente atrasado, um povo cujo principal modo de vida é a agricultura. É cultivar a terra para tirar o necessário para comer, e nem sempre o necessário, como em Cabo Verde…" (Fonseca, Pires, & Martins, 2014, p. 92)

Na ótica de Cabral (2004) essa realidade económica condicionava a luta pois se o povo já tivesse conhecimento de como trabalhar o ferro podia fazer armas como acontecia em terras mais desenvolvidas: uns lutavam nas frentes e outros faziam armas na retaguarda; se a economia fosse mais desenvolvida o povo dominava melhor a modernidade, com mais escolas, mais liceus, capazes de trabalhar com morteiros, canhões e até com aviões; os comandantes seriam mais instruídos e cultos, capazes de trabalharem com mapas, de entenderem melhor de táticas e estratégias.

A realidade social dos guineenses e cabo-verdianos era caraterizada pela condição de explorados. Os bons empregos eram ocupados pelos tugas. O comércio era dominado por comerciantes portugueses que tinham ligação com os bancos em Portugal. Em Cabo Verde havia fomes constantes, a produção agrícola estava condiciona-

da estruturalmente pela queda das chuvas, como havia secas quase que constantes então muita gente morria de fome. Outras eram contratadas e enviadas para São Tomé e Angola, em condições desumanas. Na Guiné havia trabalho forçado nas estradas, os trabalhadores eram humilhados de várias formas, a maioria das pessoas tinha paludismo, uma situação que transformava o povo num povo fraco do ponto de vista científico e sanitário. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014)

A realidade cultural, na ótica de Cabral, é diferente nos dois países. Reconhece que do ponto de vista cultural a realidade em Cabo Verde era melhor que na Guiné. Em Cabo Verde nunca houve a questão de indígena e não-indígena, o que pressupunha que todo o filho de cabo-verdiano poderia frequentar a escola oficial. Os colonialistas deixavam os cabo-verdianos frequentarem a escola pois precisavam de os formar como agentes do colonialismo e depois de formados eram enviados para outras colónias para trabalharem na administração. A cultura cabo-verdiana é resultado de uma fusão de vários grupos étnicos. Na Guiné a escola era só para os assimilados ou para os seus filhos. A cultura é o produto de várias culturas africanas. Cada etnia tem a sua cultura própria embora tivessem um fundo cultural igual. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014)

Amílcar Cabral não hesitou em explicar aos seus quadros que a cultura não pode ser estática. Que ela muda com a evolução dos tempos e das pessoas. Assim, ele considerava que a cultura africana e, logo, a da Guiné e Cabo Verde, estava cheia de crenças e de mitos próprios, que para a luta poderiam ser considerados como aspetos positivos, mas que, ao mesmo tempo, constituía uma fraqueza uma vez que eles eram empecilhos a uma nova visão das coisas, à aceitação de novas realidades e de novos desafios.

> Temos de ter coragem para dizer isso claramente. Ninguém pense que a cultura de África, o que é verdadeiramente africano e que, portanto, temos de conservar para toda a vida, para sermos africanos é a sua fraqueza diante da natureza. (…) Nós não podemos convencer-nos de que ser africano é pensar que o relâmpago é por causa da fúria de Deus. (…) Quem dirige uma luta como a nossa, quem tem a responsabilidade duma luta como a nossa, tem de entender, pouco a pouco, que a realidade concreta é essa. A nossa luta é baseada na nossa cultura, porque a cultura é fruto da história e ela é uma força. Mas a nossa cultura é cheia de fraquezas perante a natureza. É preciso conhecer isso". (Fonseca, Pires, & Martins, 2014, p. 98)

Depois de esforçar-se para mostrar aos seus quadros que a cultura é uma coisa boa, mas pode constituir-se, ao mesmo tempo, como uma fraqueza para a luta de libertação da Guiné e Cabo Verde, Cabral conclui explicando a estratégia que o partido, e ele em particular, utilizavam para tirar o máximo proveito dessa realidade descrita.

> O nosso partido, no plano cultural, procurou tirar o máximo proveito possível da nossa realidade cultural quer não proibindo aquilo que é possível não proibir sem prejudicar a luta, quer criando no espírito dos camaradas novas ideias, novas maneiras de ver a realidade, quer, ainda, aproveitando o melhor possível todos aqueles que já tinham um pouco mais de instrução, tanto para dirigir a própria luta como para os mandar estudar e preparar quadros para o futuro. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014, p. 101)

A realidade política era caraterizada pelo facto de os dois países serem colónias e de terem sido impedidos de cuidar dos seus próprios destinos. No entanto, Cabral tenta demonstrar, aos seus quadros, que a realidade política estava a mudar, graças à luta. Já era possível falar da união entre as diferentes etnias, o PAIGC já gozava de uma certa liberdade de circulação na Guiné e o partido já contava com a simpatia interna e ajuda de outros países e de organismos internacionais. Neste sentido, Cabral explica que o partido aproveitara a realidade política reinante na região africana e no mundo pois, só assim, acrescenta, tornou-se possível ter armas, munições, roupas, medicamentos, hospitais, entre outras coisas que eram impossíveis antes do início da luta. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014)

Nessa junção entre as forças internas geradas pela luta e as recebidas de fora, referidas anteriormente, Cabral vê a explicação para a nova realidade política que a luta criara no conjunto dos dois países.

> (…) Podemos transformar de facto a realidade na nossa terra e já transformamos muito, porque hoje na maior parte da nossa terra o tuga não manda. Na Guiné, o tuga está aflito numa guerra colonial que ele sabe estar perdida e em Cabo Verde a coisa já começou a ferver, ele sente-se mal, a ponto de chamar os seus amigos para virem ajudar, porque a perda de Cabo Verde, para ele, é o fim da dominação em África. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014, p. 105)

Um outro princípio do partido, explicado por Amílcar Cabral, é o de fazer uma luta de libertação que fosse *uma luta do povo, pelo povo, para o povo*. Aqui Cabral explica que a luta é do povo contra dois inimigos. Por um lado, uma luta contra a opressão que era exercida por o que ele classificava de burguesia capitalista portuguesa e que explorava o seu próprio povo e o povo dos países colonizados fazendo parte de uma rede maior que era a rede imperialista mundial. Por outro lado, a luta do povo era contra aquilo a que Cabral chamava de "alguma gente da nossa terra". Segundo ele, essa gente era constituída por camadas sociais ou classes que defendiam apenas os seus interesses e o dos seus familiares. Assim, conclui Cabral, a luta do povo era contra todos aqueles que eram contra a sua liberdade e independência, o seu progresso e a sua felicidade. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014)

A luta, do ponto de vista militar, de acordo com este princípio, tinha de ser feita pelo próprio povo. Era impensável esperar ou aceitar a participação de elementos de ou-

tros povos. Assim sendo, deveria haver uma união entre o povo e o partido enquanto dirigente da luta de libertação. Devia ser o povo colonizado a assumir a sua própria luta. Só assim, na perspetiva de Cabral, seria possível criar uma nova realidade, no presente da luta e no futuro dos países libertados.

A luta e todos os benefícios que dela pudesse resultar seria para melhorar as condições de vida do povo. Todos, principalmente os combatentes e dirigentes do partido, deveriam estar cientes de que os sacrifícios individuais visavam satisfazer os anseios do povo. Aliás, reconhece Cabral, este princípio ainda não era seguido por todos e havia que inverter a situação. Reconhecer e praticar este princípio era a maior forma de demostrar respeito e consideração pelo povo. "Quem está disposto a morrer com um tiro qualquer nesta guerra, mas é capaz de faltar ao respeito dos filhos do nosso povo, às pessoas das tabancas, à população, morre sem saber porque está a morrer ou então morre enganado". (Fonseca, Pires, & Martins, 2014, p. 123)

> A nossa luta é para o nosso povo, porque o seu objetivo é satisfazer as suas aspirações, sonhos e desejos: ter uma vida digna, decente, como todos os povos do mundo desejam, ter a paz para construir o progresso na sua terra e a felicidade para os seus filhos. (…) Temos de fazer o máximo para criar uma organização tal que, mesmo que alguns de nós queiram desviar as conquistas da luta para os seus interesses, o nosso povo não deixe. Isso é muito importante. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014, p. 122)

Quanto ao princípio da democracia revolucionária, ele é assente na verdade. Dizer sempre a verdade ao povo, porque mentir ao povo é agir pior que os colonialistas, é abusar da autoridade e criar as bases para a desgraça do próprio partido.

> Ninguém no partido deve ter medo de perder o poder. (…) Nós não devemos ter medo de nada, devemos contar claramente a verdade ao nosso povo, aos nossos militantes, aos nossos camaradas e, se não ficarem contentes e puderem, que corram connosco, que nos ponham fora. Mas nenhum de nós deve ter medo de nada, não devemos esconder a verdade para conservar o nosso lugar. Isso seria trair o interesse do nosso povo, da nossa terra e de todos aqueles que confiam em nós. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014, p. 147)

Neste princípio do partido há outro aspeto que Cabral ressalva, que é o facto de ninguém no partido ou na luta ser insubstituível, pois, se assim for, é porque a luta ainda não atingiu a sua maturidade, ainda não responde aos anseios da população.

É com base nos princípios definidos pelo PAIGC, alguns aqui sintetizados a partir das intervenções de Amílcar Cabral no Encontro de Quadros do partido, em Conacri, em 1969, que o partido desenvolve e cresce do ponto de vista militar e de conquista de territórios. Os territórios conquistados iam ganhando o estatuto de "Zonas Libertadas". Nessas zonas era preciso criar e organizar a administração

evitando assim a desordem social. Nessas zonas o PAIGC ensaia a primeira organização de um estado: gestão dos territórios conquistados, criação de escolas, postos de saúde, venda de bens de primeira necessidade, o abastecimento aos militares, enfim uma estrutura básica, própria de um Estado.

Para Corsino Tolentino[128], as zonas libertadas funcionaram como uma terra de sonho, uma utopia realizada pelo PAIGC e que serviu de base para a organização do estado de Cabo Ver no pós-independência.

> The army was composed simply of armed militants and people. Peace was the aim. Security, civil administration, agriculture, health, education, and defense were the main activities in the liberated zones in Guinea-Bissau. Liberated zones were the land of dreams, which is a sort of utopian world that existed between 1963-1974 under the leadership of Amilcar Cabral (Abel Djassi), and inspired progressive changes in economic, social, and politic fields in Cape Verde since 1975. We do not have to forget that they owed their existence to the effort of PAIGC militants and people, to assistance from "socialist countries", as well as to dozens of help committees located in nearly all countries of the globe, including the US and Scandinavian nations [129]. (Tolentino, 2018)

Essa política *sui generis* de Cabral leva-o a granjear apoios da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e de Cuba e nem mesmo o apoio financeiro dos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN a Portugal consegue impedir que o PAIGC controle dois terços do território da Guiné, em 1967. Em Cabo Verde a situação era diferente. A situação orográfica do país, o facto de ser constituído por ilhas colocava outro tipo de dificuldades. No entanto, a perspetiva de levar a luta armada a Cabo Verde esteve sempre presente na estratégia do PAIGC e de Cabral.

De acordo com Lopes (2002), a questão da luta armada em Cabo Verde foi discutida pela primeira vez em junho de 1963, numa reunião em que, para além de Amílcar Cabral, participaram outros dirigentes do PAIGC, guineenses e cabo-verdianos. Do encontro saiu um comunicado dando conta do que aí se tinha discutido:

---

[128] André Corsino Tolentino, combatente de liberdade da pátria. Em agosto de 1975 dirigiu a primeira missão do Governo de Cabo Verde independente a Portugal, enquanto Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros. Mais tarde viria a assumir o cargo de Ministro da Educação. É Doutor pela Universidade de Lisboa.

[129] O exército era composto apenas por militantes armados e por membros da população. A paz era o objetivo. Segurança, administração civil, agricultura, saúde, educação e defesa foram as principais atividades desenvolvidas nas zonas libertadas na Guiné-Bissau. As zonas libertadas foram a terra dos sonhos, uma espécie de mundo utópico que existiu entre 1963-1974 sob a liderança de Amílcar Cabral (Abel Djassi), e inspirou mudanças progressivas nos domínios económico, social e político em Cabo Verde a partir de 1975. Não devemos esquecer que devem a sua existência ao esforço dos militantes e do povo do PAIGC, à assistência dos "países socialistas", bem como a dezenas de comités de ajuda localizados em quase todos os países do globo, incluindo os EUA e as nações Escandinavas. (Tradução do autor)

> A reunião procedeu a uma análise objetiva e detalhada de todos os fatores que interessam à luta em Cabo Verde, assim como das relações dessa luta com a da Guiné. Foi estabelecido um programa concreto para a intensificação imediata da luta em Cabo Verde e para o seu desenvolvimento por todos os meios necessários. Os debates, muitas vezes acesos, que caraterizaram a reunião, decorreram no melhor ambiente de camaradagem, de entusiasmo e de patriotismo. (Lopes, 2002, p. 223)

Lopes refere que da leitura da ata da reunião pode-se constatar o avanço de Cabral quanto ao seu carisma e autoridade política e académica comparado com os outros camaradas do partido, quando ele explica como é que os ativistas em Cabo Verde deveriam proceder:

> É necessário fazer as coisas girar em torno do problema da terra e do seu salário, porque é o elemento que pode dinamizar a resolução do problema de Cabo Verde. Se há um problema para além do caso colonial, é o problema da terra e do salário. (Lopes, 2002, p. 223)

Nesta mesma ata, segundo Lopes, Amílcar Cabral explica aos colegas e fundamenta o porquê de o cabo-verdiano querer ser independente e de não se identificar culturalmente com o europeu, nem com o português em particular.

> Atualmente, com o despertar da África, mesmo que Cabo Verde não quisesse a independência, havia um perigo para o continente africano: é necessária a sua independência para a segurança dos Estados africanos vizinhos. Há, no entanto, um fator que empurra Cabo Verde para a independência. O problema está em saber-se se Cabo Verde está ou não interessado nisso. Todas as leis internacionais favorecem a luta pela independência. Claro que não vamos insistir na ideia de que Cabo Verde é uma província. Sabemos que o povo de Cabo Verde nunca se identificou com o povo português. Os que na Guiné conheceram os cabo-verdianos sabem que não se identificam com os europeus. Mesmo aqueles que querem passar por europeus, são os primeiros a gozarem o "mondrongo" ou o "tuga". O cabo-verdiano distingue-se do europeu pela sua cultura. Há um abismo entre o camponês de Santiago e o camponês português. O dialeto é de caráter autónomo. O crioulo é uma das procuras de autonomia dos cabo-verdianos. (…) Ele criou uma personalidade própria. Neste facto se encontra o direito de Cabo Verde a autodeterminar-se. (Lopes, 2002, pp. 223-224)

Falando para os quadros do partido em 1969, Cabral explica a necessidade de se planear muito bem uma luta armada em Cabo Verde tendo em conta as caraterísticas específicas do país.

> Em Cabo Verde já é mais difícil porque está no meio do mar, temos de arranjar um outro processo para garantir melhor a luta, para não haver a necessidade de muito vaivém. E, mais tarde, na evolução da luta, quando começarmos a luta armada em Cabo Verde, ela tem de ser feito de maneira diferente da luta na Guiné. (…) Se Cabo Verde fosse uma ilha só, como Chipre ou como Cuba, seria mais fácil, mas são 10 ilhas. E então temos de pensar em qual das ilhas vamos começar a luta armada, para ela ter importância real. E mesmo quanto à mobilização, em que ilha ou ilhas é que a devíamos começar? Tudo isto teve e tem muita importância. Problemas de comunicação de onde estamos para as ilhas, entre as ilhas, etc. Tudo isso é consequência da realidade geográfica da nossa terra. (Fonseca, Pires, & Martins, 2014, pp. 84-91)

De acordo com Lopes (2002), a estratégia e as movimentações do PAIGC para trazer a luta armada para Cabo Verde não terão passado despercebidas às autoridades coloniais. A atenção passou a estar concentrada nos cabo-verdianos e guineenses que viviam no Senegal ou que viajavam para a sua capital-Dakar. A Ilha de São Vicente era apontada por essas autoridades como porta de entrada de "propaganda politico-subversiva".

Dando seguimento às diretrizes do Congresso de Quadros, o PAIGC seleciona um grupo de indivíduos que deveriam receber treinamento militar em alguns países para iniciar a luta armada em Cabo Verde. Silvino da Luz[130] explica qual era o contexto.

A perspetiva dos últimos tempos de Amílcar era a da necessidade que tínhamos de implantar fisicamente em Cabo Verde. Trazer mesmo luta armada para aqui. Desencadear ações armadas aqui numa perspetiva de luta revolucionária que envolvia luta política, luta armada e outras formas de resistência. Tendo em conta o Governo que estava em Portugal, tinha-se chegado à conclusão que era impensável em Cabo Verde a luta só por meios políticos. Por isso é que houve uma tentativa de organizar um primeiro desembarque aqui. Fomos para a União Soviética, melhoramos os nossos conhecimentos no mar e em artilharia. Eu pertencia a um grupo que deveria desembarcar em Santo Antão e havia outro grupo que deveria desembarcar em Santiago[131].

No entanto, não obstante a preparação desse grupo de combatentes, que durou quase dois anos, o desembarque em Cabo Verde nunca chegou a acontecer. Lopes (2002) associa esse fracasso à morte de Che Guevara, em 9 de outubro de 1967, na Bolívia, facto que levou as autoridades cubanas a não se responsabilizarem pela segurança da operação. Também há que se acrescentar que as operações paralelas em Cabo Verde, que passaram pelo envio de missões secretas a algumas ilhas, não correram bem sendo que alguns dos enviados acabaram por ser presos pela PIDE que no essencial teria descoberto a operação do PAIGC. Aliás, por essa razão Onésimo Silveira, em entrevista concedida ao autor, é perentório ao afirmar que a operação de desembarque, se concretizada, teria resultado na morte dos combatentes do Partido pois, na sua ótica, eles seriam recebidos pelos militares portugueses como terroristas.

O não desembarque em Cabo Verde, e por consequência a não entrada da luta armada no arquipélago, provocou frustração como se pode constatar da consulta

[130] Silvino Manuel da Luz, Combatente de Liberdade da Pátria, antigo dirigente do PAIGC/CV, Diplomata. Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, de 1981 a 1991.
[131] Silvino da Luz, em entrevista concedida ao autor.

de diversas fontes. Corsino Tolentino, que tinha recebido treinamento militar em Conacri e, mais tarde, durante um ano, na escola da Marinha em Odessa-URSS, é testemunho dessa frustração.

> Havia frustração dentro do próprio PAIGC e havia frustração na emigração cabo-verdiana. Só depois viemos a saber que, de facto, era muito difícil, em termos militares, sobreviver a um desembarque nas ilhas de Cabo Verde. Era altamente perigoso porque podia haver um relativamente fácil aniquilamento dos guerrilheiros e esse foi um ponto de discórdia entre os teóricos da guerrilha. Houve discórdia entre Amílcar Cabral e Che Guevara na altura, porque Che Guevara defendia o princípio dos focos. Dizia que desde que as pessoas se instalem e tenham armas, munições e o abastecimento garantido do exterior, a guerrilha poderá depois mobilizar a base e avançar. E Cabral defendia que a guerrilha só vinga se emergir da população local. (Tolentino, 2014)

Por todos esses constrangimentos, pela própria orografia do país, composta por ilhas, tão bem explícitas nas intervenções de Cabral no Congresso de Quadros, a luta armada acabou por não chegar às ilhas. Internamente, em Cabo Verde, verifica-se um aumento da consciencialização para a causa da independência.

> Datam de 1961 as primeiras prisões de nacionalistas cabo-verdianos acusados pela PIDE de conspirar a favor da independência de Cabo Verde. A partir de então a polícia política portuguesa pôs em marcha um apertado sistema de intimidação e repressão preventiva destinado a matar no ovo quaisquer veleidades de organização nacionalista. (…) Simultaneamente, reforça-se a ocupação militar, particularmente com efetivos do exército e da marinha, numa demonstração de força para desencorajar eventuais tentativas de sublevação armada. A presença desses contingentes militares traz como consequência repetidos confrontos com a população, que vão aumentando de número e de frequência à medida que o nervosismo se instala entre os militares perante as vitórias do PAIGC na Guiné-Bissau[132]. (Fonseca, Pires, & Martins, 2015, p. 22)

Não obstante o clima de intimidação imposto no arquipélago pela polícia política de Portugal, já em 1967 a organização clandestina do PAIGC começa a dar os primeiros passos em Cabo Verde. No entanto, mais uma vez, a PIDE consegue impor-se sob essa tentativa, tendo sido presos e condenados alguns elementos associados ao partido que seriam depois enviados para o Campo de Concentração do Tarrafal [133].

---

[132] Prefácio da obra citada, escrito por Luís Fonseca, Olívio Pires e Rolando Martins.

[133] Colónia Penal do Tarrafal, criada no lugar de Chão Bom, ilha de Santiago, pelo Governo português do Estado Novo, por força do Decreto-lei nº 26:539, publicado no Diário do Governo, de 23 de abril de 1936. De acordo com o artigo 2º do referido Decreto, "a Colónia Penal … destinar-se-á a presos por crimes políticos que devem cumprir a pena de desterro ou que tendo estado internados em outro estabelecimento prisional, se mostram refratários à disciplina deste estabelecimento ou elementos perniciosos para os outros reclusos." (Decreto-lei nº 26:539 de 23/04/1936) Com uma lotação para 500 presos, o campo começa a funcionar em 29 de outubro de 1936 com a chegada dos primeiros prisioneiros. O Campo de Concentração do Tarrafal (como era conhecido) foi extinguido pelo Decreto-lei nº 40675 de 7 de julho de 1956 para ser reativado em 1961, como Campo de Trabalho de Chão Bom, com a finalidade de receber prisioneiros políticos das colónias portuguesas. Estima-se que terão morrido 36 prisioneiros políticos no Campo de Concentração do Tarrafal.

Nos anos seguintes sucedem-se as prisões de militantes e simpatizantes do PAIGC e muitos foram enviados para os campos de concentração do Tarrafal, em Santiago, e de São Nicolau, em Angola. (Fonseca, Pires, & Martins, 2015)

Em 1974, com o golpe de abril em Portugal, parece inequívoca a vontade da nação cabo-verdiana em ascender à independência. É legítimo reconhecer-se que a formação dessa vontade é, em boa parte, fruto desse trabalho clandestino levado a cabo pelo partido. No entanto, também é preciso clarificar que o pensamento da independência de Cabo Verde não tem origem dentro do PAIGC. Antes, outros idealizaram este desígnio que o PAIGC, mais tarde, veio a materializar, em luta.

O "25 de abril" em Portugal, a pré-disposição do novo Governo português em negociar e a firme convicção do PAIGC em associar a independência da Guiné à independência de Cabo Verde, fez com que a luta armada nunca chegasse a Cabo Verde. O arquipélago foi assim poupado de uma eventual guerra de guerrilha com contornos polémicos e que poderia ter custado muitas vidas.

2.2.3 Nacionalismo e Cultura: uma Leitura de Amílcar Cabral

Já se discutiu no número anterior a perspetiva de Amílcar Cabral, quanto à necessidade de se conhecer a realidade cultural dos dois países, para se poder aproveitar esse conhecimento para o avanço da luta. Neste ponto o que se pretende abordar é a importância que Cabral dá à cultura, não só como uma arma de intervenção, mas também como ponto de partida para a evolução pessoal do Homem africano na conquista de novos conhecimentos e de melhor condição humana.

Para Mário de Andrade[134], quando se analisa as diferentes etapas históricas da vida e da obra de Amílcar Cabral surpreende-nos a proeminência do fator cultura. Cabral que modelou a sua personalidade intelectual ao ritmo duma assimilação crítica das experiências revolucionárias em curso no mundo perspetivou a sua luta de libertação nacional num duplo plano – político e cultural. (Andrade, 1981)

Para se poder avaliar de forma correta o papel da cultura no movimento de libertação, Cabral clarifica o conceito de cultura que é, na sua ótica, diferente de manifestações culturais.

[134] Mário Pinto de Andrade. Escritor e político angolano, nascido em 1928. Foi Presidente do MPLA entre 1959 e 1962 e Secretário-geral entre 1962 e 1972. Autor de diversas publicações e obras literárias e considerado um dos maiores ensaístas de Angola do século XX. Faleceu em Londres em 1990.

> A cultura é a síntese dinâmica da realidade, ao nível da consciência do indivíduo, da coletividade ou de um grupo humano, das relações existentes entre as categorias sociais nessa sociedade. As manifestações culturais são as diferentes formas em que individual ou coletivamente se exprime esta síntese em cada etapa da evolução da sociedade ou do grupo humano em questão. (…) A cultura é o próprio fundamento do movimento de libertação (…) somente as sociedades que preservam a sua cultura são capazes de se mobilizar, organizar e lutar contra a dominação estrangeira. (Fonseca & Pires, 2018, p. 350)

Por isso, segundo Cabral, o domínio imperialista ao negar ou impedir o desenvolvimento histórico da sociedade dominada está igualmente a impedir a sua evolução cultural. Por esta razão a luta de libertação é antes de tudo *um ato de cultura*[135]. Reconhece que uma multiplicidade de categorias sociais e de etnias torna mais difícil a definição do papel da cultura na luta de libertação nacional. No entanto, essa complexidade não pode reduzir a importância do caráter de classe da cultura, nas categorias urbanas e sociedades rurais, no desenvolvimento do movimento de libertação. Nesta ótica, Cabral não tem dúvidas que, perante a necessidade de uma opção política, as categorias privilegiadas, na sua maioria, colocam os seus interesses de classe acima dos interesses de grupo ou da sociedade, ou seja, contra as aspirações das massas populares. (Fonseca & Pires, 2018)

> Com isto não se deve esquecer que a cultura integra tanto elementos essências como secundários, forças e fraquezas, virtudes e defeitos, aspetos positivos e negativos, fatores de progresso e de estagnação. Seja qual for a complexidade deste panorama cultural, o movimento de libertação necessita de reconhecer e definir os dados contraditórios para preservar os valores positivos e fazer confluir esses valores no sentido da luta, no quadro de uma nova dimensão, a dimensão nacional. (Fonseca & Pires, 2018, p. 152)

Para Cabral não era por acaso que Goebbels[136], o principal cérebro da propaganda nazista, empunhava uma pistola sempre que ouvia falar de cultura. Isto era prova que os nazistas tinham uma noção clara do valor da cultura como fator de resistência ao domínio estrangeiro. (Roca, 2013)

> La historia nos enseña que, en determinadas circunstancias, al extranjero le resulta fácil imponer su dominio sobre un pueblo. Pero también nos enseña que, sean cuales fueron los aspectos materiales de dicho dominio, éste sólo se puede mantener mediante una represión permanente y organizada de la vida cultural de ese mismo pueblo. De hecho, no se puede garantizar definitivamente la implantación de ese dominio si no es mediante la liquidación física de una parte significativa de la población dominada. En efecto, tomar las armas para dominar a un pueblo es sobre todo tomar las armas para destruir, o al menos neutralizar y paralizar, su vida cultural[137]. (Roca, 2013, p. 145)

---

[135] O destaque é do autor da obra citada.

[136] Paul Joseph Goebbels foi um político alemão e Ministro da Propaganda na Alemanha Nazista entre 1933 e 1945.

[137] A história ensina-nos que, em determinadas circunstâncias, é fácil ao estrangeiro impor o seu domínio a um povo. Mas ensina-nos igualmente que, sejam quais forem os aspetos materiais desse domínio, ele só se pode

Cabral explica que enquanto houver uma parte desse povo com uma vida cultural, a qualquer momento, motivado por forças internas ou externas que fazem mexer uma sociedade, a resistência cultural pode assumir novas formas, de natureza económica, política, armada ou outra, para contestar com vigor o domínio estrangeiro. Para Cabral o ideal ou não desse domínio imperialista seria uma de duas alternativas: 1) a liquidação de praticamente toda a população do país dominado, eliminando assim a possibilidade de resistência cultural, ou, 2) conseguir impor-se sem afetar a cultura do povo dominado, harmonizando o domínio político e económico desse povo sem afetar a sua personalidade cultural. (Roca, 2013)

A primeira possibilidade, para Amílcar Cabral, implica o genocídio da população indígena o que cria um vazio que tira conteúdo e objeto ao domínio estrangeiro. A segunda alternativa, até então não foi confirmada pela história pois, na sua ótica, não é possível harmonizar o domínio económico e político de um povo, seja qual for o seu nível de desenvolvimento, com a conservação da sua personalidade cultural. Para fugir a esse dilema que Cabral chama de "dilema da resistência cultural", ele adverte que a dominação colonial imperialista tentou desenvolver teorias que não passam de formulações grosseiras de racismo, que na prática se traduzem por um permanente estado de sítio para as populações nativas com base numa ditadura racista. (Roca, 2013)

> Se trata, por ejemplo, de la pretendida teoría de la "asimilación" progresiva de la población nativa, que no pasa de ser un intento mas o menos violento de negar la cultura del pueblo en cuestión. El fracaso nítido de esa teoría puesta en práctica por algunas potencias entre las que se encuentra Portugal, es la prueba mas evidente no sólo de su inviabilidad, sino incluso de su carácter inhumano. (…) Se trata también del caso de la pretendida teoría del apartheid, creada, aplicada y desarrollada a partir de la dominación económica y política del pueblo de África Austral por una minoría racista, con todos los crímenes de lesa humanidad que ese comporta[138]. (Roca, 2013, p. 146)

Andrade (1981) encontra nas lutas de libertação de Angola, Moçambique e Guiné o exemplo mais acabado da importância da apreensão dos valores culturais da população em luta.

---

manter com uma repressão permanente e organizada da vida cultural desse mesmo povo, não podendo garantir definitivamente a sua implantação a não ser pela liquidação física de parte significativa da população dominada. Com efeito, pegar em armas para dominar um povo é, acima de tudo, pegar em armas para destruir ou, pelo menos, para neutralizar e paralisar a sua vida cultural. (Tradução do autor)

[138] É, por exemplo, o caso da pretensa teoria da assimilação progressiva das populações nativas, que não passa de uma tentativa, mais ou menos violenta, de negar a cultura do povo em questão. O nítido fracasso desta "teoria", posta em prática por algumas potências coloniais, entre as quais Portugal, é a prova mais evidente da sua inviabilidade, senão mesmo do seu carácter desumano. É igualmente o caso da pretensa teoria do apartheid, criada, aplicada e desenvolvida com base no domínio económico e político do povo da África Austral por uma minoria racista, com todos os crimes de lesahumanidade que isso importa. (Tradução do autor)

> La experiencia de las luchas de liberación en Angola, en Guinea y en Mozambique nos enseña que el éxito de la acción política (o, simplemente, el compromiso de las masas) en los frentes de combate operativo abiertos sucesivamente se ha obtenido gracias a la aprehensión de los valores culturales propios de las poblaciones en cuestión. Habida cuenta de la diversidad de los orígenes sociales y de las diferencias de nivel de cultura entre los protagonistas en el teatro de la Lucha, la función del movimiento de liberación consiste en caracterizar bien sus realidades vivientes y determinar la finalidad que se propone alcanzar. El movimiento de liberación realiza una obra cultural a través del conocimiento y de la conciencia que toma no solamente de las motivaciones para la lucha (resultante de la situación opresiva en el marco colonial), sino también de los contornos de las realidades étnicas. Entre los intelectuales y los campesinos, los militantes de la ciudad y los del campo surge, pese a la diversidad inicial, una actitud común, un comportamiento cultural común[139]. (Andrade, 1981, pp. 153-154)

Fica claro, pois, que a perspetiva é de um caráter dinâmico atribuído à cultura e de uma permanente desconstrução e construção da realidade cultural como consequência da evolução do movimento de libertação. Cabral sublinha:

> (…) Que é apenas no decurso da luta que a complexidade e importância dos problemas culturais se revelam em toda a sua amplitude. Isto faz com que a estratégia e a tática se rendam às exigências da realidade que só a luta é capaz de desvendar. Ademais, só a luta patenteia como e em que grau a cultura se revela fonte inesgotável da valentia, da energia física e moral para as massas populares e em que medida ela cria estorvos, dificuldades, erros, irresponsabilidade e baixas no ritmo e na eficácia da luta. (Fonseca & Pires, 2018, p. 152)

Cabral clarifica que no decurso da luta e em virtude dessa dinâmica da cultura, os dirigentes do movimento de libertação, essencialmente a pequena burguesia e trabalhadores assalariados, e as massas populares, principalmente camponeses, aumentam o seu nível cultural, passam a conhecer melhor a realidade do país, rompem com as barreiras étnicas, ganham uma visão nova do mundo, fortalecem a sua consciência política e, com isso, transformam-se em cidadãos mais ativos e mais engajados na vida do seu país e do mundo. (Fonseca & Pires, 2018)

> El valor de la cultura como elemento de resistencia la dominación extranjera reside en el hecho de que es la manifestación vigorosa, en el plano ideológico o idealista, de la realidad material y histórica de la sociedad dominada o por dominar. Fruto de la historia de un pueblo, la cultura determina simultáneamente la historia a través de la influencia, positiva o negativa, que ejerce sobre la evolución de las relaciones entre el hombre y su medio, entre los hombres o los

[139] A experiência das lutas de libertação em Angola, Guiné e Moçambique ensina-nos que o sucesso da ação política (ou simplesmente o empenho das massas) em frentes operacionais de combate sucessivamente abertas tem sido obtido graças à apreensão dos valores culturais das populações em questão. Dada a diversidade de origens sociais e as diferenças de nível de cultura entre os protagonistas do teatro da Luta, o papel do movimento de libertação é caracterizar bem suas realidades vivas e determinar o propósito que se propõe a atingir. O movimento de libertação realiza um trabalho cultural a partir do conhecimento e da consciência que parte não só das motivações de luta (decorrentes da situação opressora no quadro colonial), mas também dos contornos das realidades étnicas. Apesar da diversidade inicial, uma atitude comum, um comportamento cultural comum emergiu entre os intelectuais e os camponeses, os militantes da cidade e os do campo. (Tradução do autor)

> grupos humanos, bien en el seno de una misma sociedad, bien entre sociedades diferentes. La ignorancia de este hecho podría explicar tanto el fracaso de diversas tentativas de dominación extranjera como el de algunos movimientos de liberación nacional[140]. (Roca, 2013, pp. 146-147)

Cabral concebia a luta sempre como uma via para o desenvolvimento. Um movimento que deveria ser capaz de mobilizar e organizar a maioria esmagadora da população e uma eliminação progressiva duma mentalidade tribal e feudal e a rejeição de tabus sociais e religiosos que eram contra o caráter racional e nacional da luta de libertação.

> A luta de libertação requer a materialização dos princípios democráticos, da crítica e autocritica, o envolvimento cada vez maior da população na gestão da sua própria vida, a liquidação do analfabetismo, a criação de escolas e estruturas de saúde, a preparação de quadros entre operários e funcionários. Ela promove uma marcha acelerada da sociedade rumo ao progresso cultural. Isto demostra que a luta de libertação não é apenas uma manifestação cultural, mas também *fator de cultura*[141].
>
> No seio da sociedade autóctone, a luta de libertação atua no sentido de levar à criação de uma unidade gradual, mas sólida, correspondente à unidade moral e política, indispensável ao desenvolvimento da luta. Uma vez rompido o hermetismo dos diferentes grupos, a agressividade de caráter racial, tribal e étnico tende a decrescer e a ceder lugar à compreensão mútua, à solidariedade e ao respeito recíproco entre diferentes setores universais da sociedade reunidos pelo destino comum e pela luta contra a dominação estrangeira… (Fonseca & Pires, 2018, p. 353)

É no contexto da luta, no calor das realidades vividas por diferentes categorias sociais e na procura de solução dos problemas gerados por esse confronto que se opera uma verdadeira seleção dos valores culturais. Surgem igualmente conflitos entre os desafios modernos na luta e as formas "arcaicas" de pensamento herdadas da tradição.

> Estos pesos culturales se deben a varios factores regresivos del pasado: las supersticiones en las que se basa la mentalidad mágica; las prohibiciones de orden religioso, el culto del árbol sagrado por ejemplo; las costumbres ligadas a la familia, especialmente la práctica de la dote; la permanencia de los ritos y creencias sobrenaturales (uso del grigri[142] y otros amuletos); los diversos tabúes vigentes en ciertas etnias, que afectan tanto a algunos miembros de la familia como a ciertos productos alimenticios, etc. El simple enunciado de estos hechos da la medida de los es-

[140] O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no facto de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes. A ignorância desse facto poderá explicar tanto o fracasso de diversas tentativas de domínio estrangeiro como o de alguns movimentos de libertação nacional. (Tradução do autor)

[141] O destaque é do autor da obra citada.

[142] Talismã, amuleto com versículo do alcorão escrito em papel. (Fonseca & Pires, 2018)

> fuerzos que el movimiento de liberación debe emprender para utilizar todas las potencialidades humanas dentro del espacio de la guerra y para integrar armoniosamente los valores culturales del pueblo en función del progreso moderno[143]. (Andrade, 1981, pp. 156-157)

Para Andrade (1981), particularmente na Guiné, Cabral deu uma atenção importante à resistência cultural para o avanço da luta. Cabral deu instruções a este propósito: "liquidar a cultura colonial e os aspetos negativos da nossa própria cultura, liquidá-la nos nossos espíritos e no nosso seio, criar uma cultura nova baseada em nossas tradições e respeitar as conquistas atuais que podem servir ao homem". (Andrade, 1981, p. 157)

A este propósito explica Andrade (1981, p. 158) que a resistência cultural teve um papel importante na história colonial, ou seja, antes dos movimentos de libertação nacional pois serviu de refúgio, onde os povos africanos encontraram inspiração e energias para lutar contra a ocupação estrangeira. Andrade identifica os principais objetivos da resistência cultural na ótica de Cabral:

- El desarrollo de una cultura popular y de todos los valores culturales positivos autóctonos;
- Una cultura nacional sobre la base de la historia y de las conquistas de la lucha misma;
- Una cultura científica, técnica y tecnológica compatible con las exigencias del progreso;
- El desarrollo sobre la base de una asimilación crítica de las conquistas de la humanidad en los terrenos del arte, de la ciencia, de la literatura, etc.
- Una cultura universal en vistas a una perfecta integración dentro del mundo actual y dentro de las perspectivas de su evolución[144].

Segundo Cabral, a realização desses objetivos é possível pois tendo em conta a condição de vida dos povos africanos e da realidade da luta contra o imperialismo, é um ato de fecundação da história e é a expressão máxima da cultura e da africa-

[143] Esses fardos culturais são devidos a vários fatores regressivos do passado: as superstições nas quais se baseia a mentalidade mágica; proibições religiosas, o culto à árvore sagrada por exemplo; costumes relacionados à família, principalmente a prática do dote; a permanência de ritos e crenças sobrenaturais (uso de grigri e outros amuletos); os vários tabus vigentes em certos grupos étnicos, que afetam tanto alguns membros da família como certos produtos alimentares, etc. A simples afirmação desses factos dá a medida dos esforços que o movimento de libertação deve empreender para usar todas as potencialidades humanas no teatro da guerra e para integrar harmoniosamente os valores culturais do povo em função do progresso moderno. (Tradução do autor)

[144] • O desenvolvimento de uma cultura popular e de todos os valores culturais positivos autóctones;
• Uma cultura nacional baseada na história e nas conquistas da própria luta;
• Uma cultura científica, técnica e tecnológica compatível com as demandas do progresso;
• Desenvolvimento baseado na assimilação crítica das conquistas da humanidade nos campos da arte, ciência, literatura, etc.
• Uma cultura universal visando uma integração perfeita no mundo atual e nas perspetivas da sua evolução. (Tradução do autor)

nidade dos povos. A concretização dos objetivos da resistência cultural traduzir-se-á no momento da vitória e de um salto significativo na cultura do povo que se liberta. (Andrade, 1981, p. 158)

Se, entretanto, essa evolução e liberdade não se verificarem, então todos os esforços e sacrifícios da luta terão sido em vão e o povo terá perdido uma grande oportunidade de progresso no processo de evolução da história. (Roca, 2013)

A visão de cultura de Amílcar Cabral vai muito além da cultura das sociedades colonizadas. Ela é extensiva à metrópole e a evolução cultural do povo colonizado pode provocar mudanças importantes e estruturantes no povo do país colonizador.

Para Cabral, a partir do momento em que a luta entra num ponto irreversível, e independentemente das tentativas do colonizador de a sufocar, dá-se uma mudança qualitativa na opinião pública na metrópole que começa a aceitar a possibilidade da independência da sua colónia. Com isso, ainda que de forma consciente ou não, o povo colonizador aceita o facto de o povo colonizado, em luta, ter identidade e cultura próprias. Esta ocorrência dá-se a despeito de uma minoria que em defesa dos seus interesses e preconceitos persiste em negar o direito desse povo à independência e de reconhecer a equivalência das culturas que esse direito implica. (Fonseca & Pires, 2018)

> Convém igualmente sublinhar que a opinião pública das metrópoles, ao admitir a existência da originalidade e da cultura no povo colonial e, por conseguinte, o seu direito inalienável à auto-determinação e independência, realiza um progresso notável de ordem cultural desembraçando-se de um elemento negativo da sua cultura, o preconceito da superioridade da nação colonialista sobre a nação colonizada. Este progresso pode trazer consequências importantes e, mesmo, decisivas para a evolução política da potência imperialista ou colonial, o que é demostrado por numerosos factos históricos. (Fonseca & Pires, 2018, p. 354)

A definição clara dos objetivos que o povo pretende alcançar é fundamental para que a cultura seja essa mola impulsionadora da luta de libertação e das transformações que ela promove. Assim, o movimento de libertação deve fazer uma análise crítica dessa cultura e inscrevê-la no património comum na humanidade e num elo de relação com todo o mundo contemporâneo, acrescenta Cabral.

> Sendo a mais complexa manifestação da força e da dignidade de um povo, a luta de libertação enriquece a cultura e abre perante ela novas perspetivas de desenvolvimento. As manifestações culturais impregnam-se de novo conteúdo e procuram novas formas de se exprimir. Deste modo convertem-se em arma potente de informação e formação política, não só na luta pela independência, como também na decisiva batalha para o progresso. (Fonseca & Pires, 2018, p. 355)

A cultura, segundo Amílcar Cabral, tem caráter de classe pelo que é importante o movimento de libertação compreender esse facto e igualmente perceber que todos as categorias sociais são portadoras de cultura. Não obstante a cultura ter um caráter de massa, ela não se desenvolve igualmente em todos os setores da sociedade. Assim, a atitude de cada categoria social em relação à luta é determinada pelos seus interesses económicos e profundamente influenciada pela sua cultura. Pode-se mesmo admitir, na ótica de Cabral, que são as diferenças a esse nível que explicam os diferentes comportamentos dos indivíduos de uma mesma categoria socioeconómica face ao movimento de libertação. Aliás, é neste contexto que a cultura atinge todo o seu significado para o indivíduo. Compreensão e integração no seu meio, identificação com os problemas fundamentais e as aspirações da sociedade, aceitação da possibilidade de modificação da sociedade no sentido do progresso. (Roca, 2013)

Fica demonstrada a importância que Cabral atribuía à cultura. Mesmo reconhecendo a multiplicidade de culturas dentro do espaço onde se desenrolava a luta de libertação nacional era fundamental que o povo evoluísse rumo à criação de uma cultura que pudesse preservar os aspetos bons da cultura autóctone, mas que pudesse libertar-se de aspetos menos bons que funcionavam como amarras à evolução do indivíduo, como ser individual, mas também como pertencente a uma coletividade que deveria ter como desafio, o progresso. Era igualmente um imperativo da luta a negação da cultura da metrópole dominante. A evolução cultural do povo dominado, ao fim, deveria provocar mudanças na própria cultura do povo dominador fazendo-o desistir da perspetiva de raça culturalmente superior.

O pensamento de Amílcar Cabral, sobre a importância da cultura no caminho da libertação de um povo, encontra-se traduzido na ação do PAIGC na Guiné-Bissau, ao implantar nas zonas libertadas, a partir de 1967, um sistema de educação que, mais do que ensinar, visava a materialização do objetivo maior que era a valorização do Homem africano, elevando a sua capacidade de compreensão do seu país, do seu continente, do mundo e da própria luta.

Esta aposta na educação para a cultura terá contribuído sobremaneira para a edificação da base sobre a qual todo o sistema de libertação da Guiné e Cabo Verde foi edificado. Essa base foi edificada de tal forma que nem o assassinato de Amílcar Cabral, em 20 de janeiro de 1973, pôde derrubar o movimento de libertação nacional dos dois países.

CAPÍTULO III
- A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE CABO VERDE E A INSTAURAÇÃO DO REGIME DE PARTIDO ÚNICO.

> Povo de Cabo Verde!
> Hoje 5 de julho de 1975, em teu nome, a Assembleia Nacional de Cabo Verde proclama solenemente a República de Cabo Verde como Nação Independente e Soberana [145].

A construção do Estado inicia-se formalmente com a declaração da independência, lida na cidade da Praia por Luís Fonseca[146], seguida do arriar da bandeira portuguesa e hastear da bandeira de Cabo Verde, no dia 5 de julho de 1975. O início dessa construção é assente num mar de euforia, de incertezas e de profunda preocupação dos novos detentores do poder, tal era a situação social e económica do país[147].

Sendo os recursos naturais praticamente inexistentes, as condições de vida no país estavam profundamente dependentes da adversidade do clima e da pluviosidade. A seca era uma constante e o espetro da fome era uma nuvem que assombrava o dia-a-dia do cabo-verdiano. A este propósito refere António Carreira que a história das ilhas de Cabo Verde é largamente marcada por fenómenos naturais desconcertantes, alguns graves, e que, de certa forma, explicam a emigração cabo-verdiana. Daí que, para o autor, a fome era endémica ou pelo menos latente e que, de quando em vez, nos anos considerados "de crise", dizimava a população em até 30%. (Carreira, 1983). Por outro lado, a administração colonial ao longo dos séculos não promoveu o desenvolvimento, bem pelo contrário, contribuiu para alargar o fosso entre uns e outros, com posses e sem posses, sendo os últimos a esmagadora maioria. Cabo Verde era considerado um corpo doente a precisar de cura urgente. Aristides Pereira recorda que a situação era "efetivamente aflitiva" e que tudo estava degradado. (Lopes, 2012) Sendo assim, a principal tarefa do Estado, que ora se erguia, era inverter esse estado de anemia em que vivia a Nação cabo-verdiana.

---

[145] Extraído do texto de Declaração de Independência, publicado no B.O. nº 1 de 5 de julho de 1975.
[146] Luís de Matos Fonseca, nascido em 1944, em Ponta do Sol, ilha de Santo Antão. Combatente de Liberdade da Pátria, dirigente do PAIGC e diplomata de carreira. Representou Cabo Verde em várias Missões e Instituições, incluindo as Nações Unidas, tendo sido Secretário Executivo da CPLP entre 2004 e 2008.
[147] A este propósito consultar, (Lopes, Cabo Verde. Os bastidores da Independência, 2002)

A Assembleia Nacional, já em funcionamento, presidida por Abílio Duarte, na sua reunião de 24 e 25 de junho de 1975, escolheu para os cargos de Presidente da República e Primeiro-ministro, Aristides Pereira e Pedro Pires, respetivamente[148]. Aristides Pereira é investido no dia 5 de julho e o primeiro Governo de Cabo Verde é empossado no dia 17 de julho pelo Presidente da República. Com esses três poderes constituídos - Assembleia, Presidência da República e Governo - inicia-se o processo de construção do Estado de Cabo Verde para organizar uma nação, mestiça e multicultural, ávida de sobrevivência e de qualidade de vida.

3.1 Cabo Verde: Independência ou Autonomia

Já se abordou noutro ponto deste trabalho o facto de não ter havido luta armada no território cabo-verdiano. A participação de Cabo Verde na luta armada deu-se através do engajamento de centenas de cabo-verdianos nas estruturas do PAIGC, mobilizados em diferentes pontos na diáspora e no território.

Assim sendo, Portugal sempre olhou para o arquipélago de forma diferente quando comparado com a Guiné-Bissau, mesmo quando o desmoronamento do seu império era mais que evidente. Sobre este assunto, lembra Pires que *na agenda dos negociadores portugueses Cabo Verde estava ausente. Quem impôs a necessidade da negociação da independência de Cabo Verde foi o PAIGC*[149]. Também algumas figuras políticas portuguesas defenderam publicamente a ideia de Cabo Verde ser uma região autónoma, como Açores e Madeira, como é o caso de Mário Soares[150] que ainda em 2010, no colóquio "Vozes da Revolução: Guerra Colonial e Descolonização" realizado em Lisboa, afirmou que Cabo Verde não deveria ter sido independente e que teria ganho muito mais caso tivesse mantido como parte do território português.

> Eu pensava que Cabo Verde não é propriamente África porque Cabo Verde é um arquipélago do norte do Atlântico e que há uma relação que deveria ter sido mais explorada entre os três arquipélagos existentes que são Europa, ou seja, Açores, Madeira, depois Canárias e podia ser Cabo Verde. (Coelho de Morais, 2010, p. s.p)

[148] Ver B.O. nº 1 de 5 de julho de 1975.
[149] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.
[150] Advogado e político português tendo-se afirmado como líder partidário na sequência do processo de transição para a democracia após os acontecimentos do 25 de abril. Desempenhou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros no Governo provisório e é nesta qualidade que se associa ao controverso processo de descolonização e independência das províncias ultramarinas de Portugal. Na sequência de instalação da democracia no país, ele desempenhou o cargo de Primeiro-ministro de 1976 a 1978 e de 1983 a 1985 e o de Presidente da República, de 1986 a 1996.

Soares afirmou ainda que, nas suas viagens como membro do Governo após a revolução de abril, contactou com muitos cabo-verdianos, principalmente nos EUA, que "não queriam de maneira nenhuma a independência de Cabo Verde". (Coelho de Morais, 2010) No entanto, é preciso recuar à década de 50 para se poder entender as hesitações portuguesas quanto ao estatuto que Cabo Verde deveria ter no contexto das colónias portuguesas e, mais tarde, no contexto da luta armada e da independência da Guiné. Lopes (2002) relembra que Cabo Verde se encontrava sem um estatuto definido desde 1955 pois Portugal, ao contrário do que acontecia com outras colónias, até então, não tinha tido uma posição clara sobre qual deveria ser o enquadramento do arquipélago no conjunto das suas colónias[151].

Contudo, esta situação começa a mudar, em 1961, com a nomeação de Adriano Moreira para exercer o cargo de Ministro do Ultramar[152]. Curioso e conhecedor da situação da África colonial, rapidamente deu início a um conjunto de reformas.

> (…) Dotado de "poderes legislativos excecionais" visitou Angola, onde desenvolveu uma intensa atividade que viria a culminar, algum tempo depois, com a publicação de importantes diplomas como o da abolição do indigenato; o alargamento da cidadania; a possibilidade de todos os portugueses estarem, se fixarem e circularem em todas as parcelas do território nacional; a publicação de um Código de Trabalho Rural; a criação de escolas de magistério primário e o arranque dos Estudos Gerais Universitários, em Angola e Moçambique. (Manuel, 2021, p. s.p)

Na perspetiva de Lopes (2002), Cabo Verde também mereceu a atenção de Moreira na sua curta passagem pelo Governo de Salazar. Visitou todas as ilhas e com ele trouxe a ideia, ou mesmo proposta, de dar à colónia um estatuto de ilhas adjacentes de Portugal. Aliás é esta proposta que leva para o seu encontro com as forças vivas no Mindelo. Não obstante a aparente benevolência e entusiasmo da proposta a reunião parece não ter corrido muito bem para o ministro.

> (…) As referidas forças vivas questionam a oportunidade da adjacência, por entenderem que a mesma se tornara anacrónica e desvantajosa, para além de entender que o termo em si "contém na sua própria etimologia a noção de proximidade (adjacere) e não há dúvida que, do ponto de vista geográfico, uma adjacência a 1.500 milhas é um tanto forçada". E, do ponto de vista étnico, o grupo lembra e acentua que o povoamento de Cabo Verde tinha sido diferente do da Madeira e dos Açores, havendo aqui uma população miscigenada, para concluir: "Não se

[151] A este propósito escreve José Vicente Lopes que "(…) desde 1822 Cabo Verde estava sujeito a um tratamento diferente das demais colónias portuguesas em África. Graças à ação escolar e religiosa da igreja católica, cuja expressão máxima será o Seminário de S. Nicolau, o arquipélago criou a fama de ser terra de 'gente civilizada' e 'culta'. Considerados 'cidadãos portugueses', a partir de 1822, os cabo-verdianos não se encontravam, oficialmente, abrangidos pelo chamado 'estatuto do indigenato', aplicado aos povos 'não-assimilados'" (Lopes, 2002, p. 132)

[152] Nota-se que nesta altura ele já desempenhava o cargo de subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

> pode considerar pois Cabo Verde o prolongamento humano da Metrópole, como é o caso dos territórios adjacentes". (Lopes, 2002, pp. 133-134)

Assim sendo, Lopes acrescenta que a reunião, mais que discutir a adjacência, serviu para o grupo denunciar a situação difícil do país, a degradação económica e social e a consequente emigração, principalmente para São Tomé e Príncipe, em condições degradantes e humilhantes. Este autor conclui referindo que Adriano Moreira, provavelmente, teria regressado para Portugal, por um lado satisfeito pelo fervor com que fora recebido pela população, mas, por outro, apreensivo pela reação das forças vivas do Mindelo à sua prenda de adjacência.

O ímpeto reformista de Adriano Moreira não encontrou apoio dentro do Governo e nem mesmo nas autoridades coloniais. Assim sendo, era preciso pará-lo pois o Ministro de Ultramar tinha muito poder[153]. De regresso a Portugal e pouco tempo depois é demitido do Governo de Salazar, na sequência de um desentendimento com o governador de Angola. Numa entrevista concedida ao jornal português "Expresso" Adriano Moreira explica a sua demissão.

> Quando foi do Deslandes, afirmou-me [referência a Salazar, chefe do Governo] concretamente isto: "Eu disse que apoiaria todas as suas reformas, e tenho-o feito: transferências de competências para o Ultramar, alargamento das competências locais, etc. Convenço-me que estou a perder o controlo da administração e até pode acontecer que não possa continuar a ser presidente do Conselho. Por isso temos de mudar de política." A que respondi: "Acaba de mudar de ministro". (Saromenho & Castanheira, 2008, p. s/p)

Entretanto, a questão do estatuto da colónia Cabo Verde não morreu com o afastamento de Moreira. Segundo Lopes (2002) depois de ser analisado por uma comissão de peritos, o assunto chega ao Conselho do Ministério de Ultramar realizado em Lisboa, em 1962, e que contou com a participação de uma delegação em representação de Cabo Verde. O comunicado final da reunião relata que:

> A delegação cabo-verdiana "interpretando fielmente o pensamento das forças mais representativas da Província, orientou os seus trabalhos no âmbito da tese 'Cabo Verde Província Ultramarina'", o que significa que o arquipélago continuava a enquadrar-se no mesmo figurino político-administrativo das demais colónias portuguesas. (Lopes, 2002, p. 137)

[155] "Há muita coisa que acontece muitas vezes quando as pessoas têm concentração de poder, que é uma espécie de vertigem. Naquele tempo, quando um ministro do ultramar levantava voo, podia alterar, substituir e revogar todas as leis do país, exceto a Constituição da República. (…) Tinha esse poder sobre todos os territórios ultramarinos. Era um poder enorme. Era esse o poder de qualquer ministro das colónias de qualquer potência europeia." (Saromenho & Castanheira, 2008)

Este assunto, do estatuto de Cabo Verde, volta a entrar na agenda com a Revolução dos Cravos e o fim do Governo ditatorial em Portugal. O Governo de transição parecia ter pressa em despachar a questão colonial. Portugal enfrentava uma situação económica e financeira bastante débil e cedo o Governo de transição dá sinal de querer dialogar com o PAIGC. Por outro lado, a situação militar na Guiné era bastante desfavorável ao colonizador. As tropas do movimento de libertação controlavam já praticamente todo o território guineense com exceção de Bissau e as tropas portuguesas estavam cansadas da guerra e cansadas de defender um império morto que só já não era assim na cabeça de poucos. Assim, sentindo-se em posição de força, o PAIGC, de acordo com Aristides Pereira, determina um "gesto de boa vontade" para negociar um acordo final.

> Vamos dar instruções à nossa gente para suspender as ações militares, mas o mais cedo possível é preciso combinar um encontro de duas delegações para discutir o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e o direito de Cabo Verde à independência. Sem isso nada feito. (Lopes, 2012, p. 210)

Também há que ter em conta a pressão internacional que era exercida sobre Portugal quanto à questão da descolonização. Neste sentido, há que ressaltar dois acontecimentos importantes que terão contribuído para deixar o colonizador em situação desfavorável aos olhos da comunidade internacional - a Cimeira dos chefes de Estados africanos realizada em Mogadíscio, na Somália, donde saiu uma resolução que dava instruções claras aos movimentos de libertação.

> Todos os movimentos de libertação deveriam adotar uma política enérgica nas suas negociações com os representantes portugueses; não seriam consideradas seriamente quaisquer negociações com vista a um cessar-fogo sem prévia declaração portuguesa de reconhecimento do direito à autodeterminação e independência; toda e qualquer negociação deveria subordinar-se à aceitação do princípio da independência. (Pereira A. , 2002, p. 254)

O segundo acontecimento advém da posição incómoda de Portugal junto das Nações Unidas. Portugal enviou uma missão exploratória àquela organização, cujo resultado parece não ter corrido de feição aos seus representantes.

> (…) Realizada pelos emissários Jorge Sampaio e João Cravinho aos Estados Unidos, onde a maioria dos representantes dos Estados membros da ONU era de opinião de que se devia proceder à autodeterminação no sentido da independência e não no sentido estritamente formal. (Pereira, 2002, p. 255)

O facto de nunca ter havido luta armada em Cabo Verde dava à questão da independência nesse território uma outra dimensão e tornava-o um assunto de sustentação mais difícil por parte do PAIGC junto dos novos governantes da metrópole. Daí

que aproveitou o momento que lhe era favorável, como já se referiu, para associar Cabo Verde às negociações do reconhecimento da independência da Guiné. Aliás, relembra Aristides Pereira que, de uma forma geral, os portugueses sempre se mostraram reticentes em relação à independência de Cabo Verde.

> Segundo eles, era preciso consultar o povo de Cabo Verde, através de um referendo. A ideia em si do referendo foi rejeitada por nós, mas acabamos por ter que aceitar o princípio da consulta popular e isto foi feito através da eleição da Assembleia Nacional. (Lopes, 2012, pp. 216-217)

As negociações avançaram entre as partes e a questão da independência de Cabo Verde torna-se irreversível. Aliás como relembra Pires a Lopes (2012), o PAIGC sempre fez o discurso a favor da independência de Cabo Verde e não faria qualquer sentido admitir um outro cenário nas negociações com Portugal. Tanto mais que nessa altura havia um quase consenso internacional a favor dos movimentos de libertação e da independência das colónias. (Lopes, 2012)

A propósito da independência de Cabo Verde deve-se notar que no encontro entre Portugal e o PAIGC[154], para acordar o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau por parte de Portugal, também a questão de Cabo Verde foi tratada. As decisões saídas desse encontro que ficou conhecido por Acordo de Argel[155], consagram no seu artigo 6º e 7º, respetivamente, a questão da independência de Cabo Verde.

> O Governo Português reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência e garante a efetivação desse direito de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas, tendo também em conta a vontade expressa da Organização da Unidade Africana.
>
> O Governo Português e o PAIGC consideram que o acesso de Cabo Verde à independência, no quadro geral da descolonização dos territórios africanos sob dominação portuguesa, constitui fator necessário para uma paz duradoura e uma cooperação sincera entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau. (Parlamento.pt, s.d., p. s.p)

[154] Encontro realizado em Argel, capital da Argélia, no dia 26 de agosto de 1974, entre a Delegação do Governo português e a do Comité Executivo da Luta do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), onde se discutiu as futuras relações entre a Guiné-Bissau e Portugal e mais concretamente o reconhecimento do Estado da Guiné Bissau, como Estado Soberano. O acordo fixou a data de 10 de setembro de 1974 para o referido reconhecimento. De referir que a primeira ronda de negociações tinha tido lugar em Londres. A Delegação do PAIGC foi chefiada pelo Comandante Pedro Pires e a de Portugal por Mário Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país.

[155] O texto do acordo foi publicado em Suplemento ao Diário do Governo, I Série, de 30 de agosto de 1974.

Não obstante o reconhecimento por parte de Portugal do direito à autodeterminação do povo de Cabo Verde, o caminho até à declaração da independência ainda não estava claramente desimpedido. Portugal mantinha ainda alguns fantasmas em relação ao destino próximo do arquipélago. Entre esses fantasmas aponta-se, nomeadamente: (RTP/Rosário Lira, 2018)

- A perceção de Spínola (também mais tarde defendida por Mário Soares) de que, do ponto de vista cultural, Cabo Verde estava mais próximo de Portugal do que da Guiné;
- Não existência de um consenso por parte da comunidade cabo-verdiana, local e emigrada, em relação ao PAIGC;
- A posição geoestratégica do arquipélago levava a que os interesses americanos, no contexto da guerra fria, obstassem a uma transferência de poderes para o PAIGC, antigo aliado da União Soviética[156];
- A questão da viabilidade económica do novo Estado, a braços com uma seca desde 1967 e inteiramente dependente de Lisboa para a sua sobrevivência. (MacQueen,1998)

A esses entraves acresce-se a estratégia do General Spínola de apoiar pretensos partidos políticos que tinham surgido em Cabo Verde, após o 25 de abril, e que tentavam disputar com o PAIGC o protagonismo junto das populações. Relembra-se que toda a atividade militar do PAIGC ocorrera na Guiné-Bissau, reservando a sua presença em Cabo Verde a ações de sensibilização da população por parte de militantes na clandestinidade. Assim, com o 25 de abril dois grupos políticos entram em cena na política cabo-verdiana. A União Democrática de Cabo verde - UDC[157] e a União do Povo das Ilhas de Cabo Verde – UPICV[158].

> Nas negociações, tendo efetivamente procedido ao apuramento da pulsação em Portugal relativa à questão da independência de Cabo Verde, o PAIGC precaveu-se das dificuldades que poderiam obstaculizar ou entravar esse processo. Por isso opôs-se à ação dos "partidos políticos" criados após o 25 de abril, incluindo a UPICV, que, embora apresentasse na altura um discurso de cariz maoísta, paradoxalmente, gozava juntamente com a UDC do apoio do Presidente Spínola, cuja estratégia se baseava na determinação de não permitir que o PAIGC estivesse só no terreno, sem a presença de outras forças políticas. (Pereira, 2002, p. 272)

---

[156] "Além do mais, e independentemente da questão da unificação ou não com a Guiné (…) havia suspeitas de que o arquipélago seria transformado numa base naval da URRS, dadas as tradicionais relações de amizade e cooperação dos soviéticos com o PAIGC ao longo da guerra de libertação nacional. (…) Num contexto da guerra fria que nessa altura prevalecia, o caso vertente caraterizava-se sobretudo pela disputa entre as superpotências com vista ao controlo vital do Atlântico Sul, donde o valor estratégico que o arquipélago de Cabo Verde podia assumir, acrescido ainda do facto de passarem por Cabo Verde os cabos submarinos que ligavam África à Europa e esta última à América Latina". (Pereira A. , 2002, p. 271)

[157] Partido criado após a Revolução de abril, em Portugal, liderado por João Baptista Monteiro.

[158] Partido criado após a Revolução de abril, em Portugal, liderado por José Leitão da Graça.

Spínola aproveita a situação e apoia de forma direta esses dois grupos. Segundo Pereira (2002) a UPICV, frontalmente contra a unidade Guiné Cabo Verde, inicialmente apoiava a independência de Cabo Verde, mas depois deixou-se levar na onda dos federalistas. A UDC defendia, por sua vez, que Cabo Verde ainda não estava preparado para a independência. Aliás, segundo o autor, esses dois grupos políticos usavam a pretensa "sovietização" do país e a unidade de Guiné-Bissau e Cabo Verde como principais argumentos contra o PAIGC.

Perante essa situação, o PAIGC vê-se na necessidade de intensificar a sua presença no país e evitar o projeto federalista de Spínola com o apoio desses grupos em Cabo Verde. É assim que o partido manda regressar de Lisboa um grupo de quadros que aí se encontrava. Silvino da Luz é o escolhido para liderar esse grupo que tinha como principal missão tirar o partido da clandestinidade e fazer trabalho político, afirma Silvino e acrescenta que fazia parte deste grupo ainda, Osvaldo Lopes da Silva, Corsino Tolentino e Carlos Reis[159].

A chegada dos militantes e quadros a Cabo Verde deu uma nova visão e dinâmica ao PAIGC e a sua ação no terreno granjeia a simpatia da população. Cláudio Furtado afirma que os dirigentes e militares do PAIGC gozavam de uma grande admiração entre os jovens principalmente depois da Revolução de Abril, que passam a ser vistos como heróis. (Furtado, 1997) Várias ações são levadas a cabo sendo as mais visíveis a greve geral dos trabalhadores, a tomada da Rádio de Barlavento, na ilha de São Vicente, a prisão dos agentes da PIDE e a detenção de militantes da UPICV e UDC. (Pereira, 2002)

> A tomada da Rádio Barlavento ocorreu sem incidentes de maior na primeira semana de dezembro de 1974, representando o ato em si uma viragem profunda e uma mais-valia sem precedentes na correlação de forças com outros grupos políticos em presença, por quanto a radio passou a reforçar o trabalho político, que até esta altura se limitava a comícios e a atividades de consciencialização porta a porta. (Pereira, 2002, p. 274)

Silvino da Luz explica que a Rádio em São Vicente era manipulada por esses elementos dos outros grupos políticos e era usada como um meio de propaganda contra o PAIGC. Por causa disso, deslocou-se a São Vicente e reuniu-se com alguns militantes, entre eles Luís Fonseca, Tito Ramos e Julim Siminhas. Convidaram para uma reunião o Comando Militar português instalado na ilha e foi-lhe colocada a situação, com a mensagem de que se não fizessem nada para pôr cobro à situação, o PAIGC resolveria à sua maneira. Perante o comportamento do Comando na

[159] Silvino da Luz em entrevista concedida ao autor.

reunião, decidiram que tinham de tomar a Rádio. Ficou estabelecido que a ação deveria configurar-se como uma iniciativa da população e não do partido. E assim foi. O partido preparou o ato e organizou-se uma assembleia de militantes, alargada à população e foi a partir dessa assembleia que se deu a palavra de ordem e o início da marcha para a tomada da Rádio[160].

Outro acontecimento que mostra a inversão da situação política em Cabo Verde foi a manifestação na ilha do Sal organizada pelo PAIGC aquando de uma estada, secretamente planeada, do General Spínola naquela ilha. Osvaldo Lopes da Silva explica como é que o ato foi preparado.

Spínola tinha-se encontrado com Nixon em julho, nos Açores, e lá tinham magicado a descolonização do Império, mas dentro duma ótica neocolonial e então no Sal o que interessava era lançar as bases de descolonização de Angola que seria com o apoio de Mobutu e ver a maneira de entregar o domínio de Angola ao Olden. Pouca gente fala disso pois Spínola veio quase que na clandestinidade, um encontro secretíssimo. Quando ele chega ao Sal o próprio governador Silva Horta não sabia de nada. Tinha sido convocado, mas não sabia do que se ia aí passar. Ele não sabia que ia haver um encontro com Mobutu. Nós sabíamos porque já tínhamos o controle das comunicações. Nessa altura estava em Cabo Verde o Silvino e ele consegue ir rapidamente para o Sal e antecipar a chegada do Spínola. Ele organiza uma manifestação anti Spínola e as horas em que ele esteve no Sal foi uma gritaria contra ele. Por causa disso não foi possível discutir com Mobutu. Foi um fiasco total. A ideia do Spínola na altura foi discutir com Mobutu no Sal e depois vir para a Praia fazer campanha a favor da tal Federação. Ele manda à frente o Almeida Santos para preparar o terreno. Mas ele chega aqui encontra uma manifestação violenta (a do Sal foi pacífica, mas aqui não) de tal maneira que o carro em que seguia Almeida Santos foi virado. Quem salvou a situação foram dirigentes do PAIGC que intervieram e levaram o homem até ao Palácio. Daqui Almeida Santos liga para o Spínola (Almeida Santos começou por ser apoiante das ideias de Spínola. Acreditava que Cabo Verde continuaria ligado à Portugal) e diz: "Meu general, não venha à Praia. Não há condições. Temos que aceitar a independência de Cabo Verde". Aí ele passa a alinhar completamente e a criar condições para a independência, pacificamente e sem problemas. Passou a ter um papel altamente positivo nas negociações[161].

Essa intensificação da ação, traduzida num conjunto de acontecimentos, faz mudar a situação política em Cabo Verde e faz desaparecer praticamente a UPICV e a UDC. O PAIGC assume de facto o comando da situação e faz aumentar a pressão sobre Portugal e sobre a sua estrutura administrativa e militar aí instaladas. Assim,

[160] Silvino da Luz em entrevista concedida ao autor.
[161] Osvaldo Lopes da Silva, em entrevista concedida ao autor.

ciente da inversão da situação política e do protagonismo que o PAIGC tinha nas ilhas, Portugal nomeia como novo governador um cabo-verdiano de origem, que fora buscar ao Governo de Angola. Os discursos da tomada de posse são transformados num ato de aviso e ameaça ao PAIGC.

> Cabo Verde terá de continuar no rumo de uma preparação acelerada de um clima institucional que permita a inequívoca declaração da vontade pacífica da maioria dos cabo-verdianos e estes poderão ter a certeza de que nos manteremos fiéis aos princípios que defendemos, garantindo a plena liberdade de escolha do estatuto político por que desejam reger-se e resistindo, pela força se necessário, a todas as pressões, sejam quais forem, que ponham em causa essa liberdade. (General Spínola)[162]

Spínola encoraja assim o novo governador a tudo fazer para criar condições para um clima que conduzisse a uma autodeterminação federalista e o empossado prometeu cumprir com as solicitações pois Cabo Verde precisava de continuar ligado a Portugal, a fim de manter a sua sobrevivência. (Pereira, 2002)

Na sequência do empossamento do novo governador e das mensagens passadas nos discursos políticos, o PAIGC redefine a sua estratégia de atuação nas ilhas.

> Face à séria ameaça contida no discurso no ato de posse do novo governador, a direção do PAIGC considerou a necessidade de dar meios de defesa aos quadros destacados em Cabo Verde e, clandestinamente, introduziu armas no país, que foram escondidas em vários pontos das ilhas de Santiago e de São Vicente. Para além do discurso de intimidação, foram conferidos poderes ao recém-empossado governador para impedir o desembarque do Comandante Pedro Pires e prender os quadros do PAIGC; daí a necessidade de esses quadros passarem à clandestinidade, o que de facto aconteceu com alguns dos principais e mais conhecidos, que se esconderam em Santa Catarina, onde se mantiveram até ao afastamento do general Spínola da Presidência da República Portuguesa. (Pereira, 2002, p. 277)

Segue-se uma tentativa de organização conjunta do governador e elementos da UPICV e da UDC de uma manifestação na cidade da Praia, que é proibida pelo MFA local, temendo confrontos entre a população. Na sequência o MFA local exige a Lisboa a demissão do governador, o que viria a acontecer poucos dias depois. Finalmente em 30 de setembro de 1974 Spínola renuncia perante o Conselho de Estado ao cargo de Presidente da República caindo com ele o projeto do federalismo português. Os meses que se seguem são de aceleração para a efetivação do processo da independência de Cabo Verde. (Pereira, 2002)

[162] Extrato da intervenção (em áudio) do General Spínola, Presidente de Portugal, na cerimónia de posse do novo governador de Cabo Verde, Eng.º Sérgio Duarte Fonseca, disponível em *https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/cabo-verde-5-de-julho-de-1975/, consultado no dia 23/01/2021.*

A 11 de outubro o Comandante Pedro Pires, Presidente da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC desembarca em Cabo Verde onde é recebido apoteoticamente. Lopes (2002) considera Pires um negociador implacável do PAIGC nas negociações com os portugueses, pelo que onde quer que chegasse em Cabo Verde tinha grandes concentrações de pessoas à sua espera. Este acontecimento terá sido a consagração do partido e do movimento de independência sobre qualquer outra forma de solução. (Lopes, 2002)

Deve-se concluir que a ideia da independência sempre foi clara na perspetiva do movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde. No entanto, é bem verdade que esta ideia não era tão clara na cabeça da grande massa popular. Pode-se aliás constatar pela diversidade de literatura específica do tema, por relatos nela existentes, que a vinda de um dirigente do Estado Colonial a Cabo Verde era sempre um momento de euforia e de demonstração de simpatia por parte da população[163]. No entanto, no seio dos intelectuais de Cabo Verde, a situação era diferente, não existia essa simpatia, e a vinda desses dirigentes servia como momento oportuno para se denunciar as atrocidades e dificuldades que se viviam no país. (Lopes, 2002)

No entanto, convém lembrar que para muitos desses intelectuais a independência não era um fim em si. Muitos defendiam a ideia de um estatuto que permitia aos cabo-verdianos melhorar a sua condição de vida, mas sem nunca perder a ligação umbilical à colónia. É o que acontece com a geração dos "Claridosos"[164] onde o elemento cultural europeu (portuguesa de referência) esteve sempre presente em convivência com a afirmação dos traços identitários locais. Era o afirmar de uma cultura regionalista e o Mestiço cabo-verdiano era apresentado, por essa geração, como um caso diferente do resto do continente africano. (Lopes, 2002)

Finalmente, na década de 50, com a geração de Cabral, o regionalismo literário que tinha marcado a geração anterior torna-se essencialmente de caráter político e de rutura. Essa geração propõe-se romper com a matriz colonial e criar uma identida-

[163] A esse propósito, ver Lopes (2002) sobre a vinda do Ministro Adriano Moreira a Cabo Verde, em agosto de 1962.

[164] O movimento Claridoso surgiu na década de 1930 e marcou o início do modernismo em Cabo Verde. Foi um movimento intelectual que tentava demonstrar a predominância de uma cultura nacional, a cabo-verdiana, e tem entre os seus maiores representantes Baltasar Lopes, Manuel Lopes, António Aurélio Gonçalves, Teixeira de Souza e Gabriel Mariano. Para os escritores, o movimento foi o percursor do surgimento de uma literatura cabo-verdiana autônoma. *(http://claridade.org/movimento-claridade-em-cabo-verde/)*

de assente no princípio da liberdade e de exaltação da Nação. Uma nação livre, sob todos os aspetos, do domínio colonial. Essa geração recentra a Nação cabo-verdiana na sua matriz africana[165].

Essa geração de nacionalista vai pautar a sua ação no sentido de esclarecer as massas populares e fazer-lhes ver a importância da liberdade e do desapego da metrópole, possível apenas com a independência. A propósito, a insistência de Portugal quanto a um estatuto de Cabo Verde de não independente, mas de sim de adjacência, quem sabe, mais tarde de região autónoma, como as regiões de Açores e Madeira, era, de diferentes pontos de vista, *nec caput nec pedes*[166].

Efetivamente, o processo histórico de formação cultural das ilhas nada tem a ver com o de Açores e Madeira, pelo que não se podia comparar. Em Cabo Verde, anos após o seu descobrimento, dá-se início a um processo de fusão cultural de elementos africanos e europeus fazendo nascer uma sociedade miscigenada[167] com uma matriz que de forma alguma poderia ser considerada um prolongamento da sociedade portuguesa.

Também do ponto de vista geográfico e de logística governativa seria de todo um processo surrealista manter uma região autónoma a mais de três mil quilómetros de distância. Portanto, analisando bem as diferentes perspetivas histórica, política e cultural, a independência era o caminho mais realista[168]. Até porque, a época era favorável aos movimentos de libertação e ao fim dos impérios. A ONU era uma das principais impulsionadoras do processo. O único aspeto que parece mais sensato discutir é a forma e a rapidez com que os acontecimentos se desenrolaram. Mesmo aqui, é bom referir-se que, no fundo, Portugal, a braços com uma grande crise económica no período pós-revolução, tinha pressa em se livrar do processo colonial e fazer regressar à pátria os milhares de militares que mantinham o resto do império português ainda de pé.

---

[165] Para melhor compreensão aconselha-se a leitura de (Pereira, 2002, pp. 89-97)

[166] Sem cabeça nem pés. (Tradução do autor)

[167] De acordo com do Amaral (2001), "Encontrado deserto, nele foram introduzidos dois grupos humanos diferentes: os Europeus e os Africanos, que aí praticaram permuta de grande envergadura, no sentido da aparente fixação de novos padrões culturais. (…) Foram-se fixando, ao longo dos processos, as permutas culturais fundidas em diferentes aspetos da vida diária, da estrutura social, das crenças, das formas musicais correntes, dos usos linguístico, etc. Estava criada a "sociedade crioula", consumada a transição cultural entre Europeus e Africanos, respondido o desafio da sobrevivência local. (do Amaral, 2001, p. 12)

[168] "Pela sua localização geográfica e pelo seu povoamento, Cabo Verde é um Estado africano; pela sua posição geoestratégica, a sua história e a sua cultura, é uma encruzilhada de influências africanas, mediterrânicas e atlânticas, um ancoradouro de lusofonia, entenda-se, da 'latinidade', e, mais concretamente, da Europa, no espaço centro-atlântico". (do Amaral, 2001, p. 22)

Acabou por vingar, de forma natural, pode-se assim dizer, o caminho da independência. António Correia e Silva defende que o principal ganho da independência foi imaterial:

> O principal ganho da independência capitaneada por aqueles que têm hoje 70 e 80 anos,[169] talvez não sejam as estradas asfaltadas, nem os aeroportos internacionais, tampouco as escolas que hoje temos. Porventura o maior ganho tenha sido imaterial e intangível. A independência introduziu, ou mais prudente, consolidou uma imagem não cíclica e cumulativa do tempo e da história. A imprevisibilidade cíclica que as fomes representavam foi posta fora da vivência e da representação do tempo dos cabo-verdianos. O pós-independência teve a coragem de pensar a si próprio como rutura e novidade, rompendo com o quê?, com o sentimento de fatalismo, de destino traçado e de "coitadeza", tão secularmente arraigado. (Correia e Silva, 2014, p. 168)

Perante a consagração da escolha da independência restava apenas determinar com o colonizador, a forma como é que ela deveria acontecer e os caminhos que deveriam conduzir à sua efetivação.

3.2 As Negociações para a Independência de Cabo Verde

Tal como já se referiu no ponto anterior, o reconhecimento do direito à autodeterminação de Cabo Verde faz parte do pacote negocial entre Portugal e o PAIGC e está estampado no documento saído das negociações e que ficou conhecido por "Acordo de Argel". No entanto, Pires adverte que Cabo Verde não fazia parte da agenda negocial de Portugal.

Na agenda dos negociadores portugueses Cabo Verde estava ausente. Quem impôs a necessidade da negociação da independência de Cabo Verde foi o PAIGC. Nós, quando chegamos aí, mostramos abertamente que erámos um partido da Guiné e Cabo Verde, logo negociávamos Guiné e Cabo Verde. Dissemos que era um pacote único e que era pegar ou largar. Impusemos a independência de Cabo Verde nas negociações e no acordo de Argel. Esse reconhecimento foi exigido nos termos das decisões das Nações Unidas. Nós não separamos Guiné de Cabo Verde nesta matéria porque Guiné já existia como Estado e Cabo Verde ainda era uma colónia. Tratamos do reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau e do reconhecimento do povo cabo-verdiano do direito da auto-determinação e independência, nos termos das resoluções pertinentes da ONU. Foi uma forma de amarrarmos as coisas para que não houvesse outras interpretações170.

[169] Note-se que a edição da obra é de 2014.
[170] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.

Este ponto, referente à independência de Cabo Verde, à partida parece não reunir consenso quanto às negociações das duas independências no que tange a terem sido em separado ou em conjunto. Enquanto que os dirigentes do PAIGC defendem que as negociações foram conjuntas, alguns dirigentes portugueses, como Almeida Santos, alegam que as duas independências foram negociadas em separado. Entretanto, parece que, no essencial, Portugal foi obrigado a aceitar o princípio da autodeterminação das ilhas logo no acordo de 26 de agosto de 1974, o resto foi apenas uma questão de detalhe sobre como é que se deveria processar a independência de Cabo Verde.

> O acordo assinado a 26 de agosto de 1974 entre o Governo português e o PAIGC continha, além dos preceitos destinados à transferência de soberania na Guiné, o reconhecimento do direito do povo do arquipélago de Cabo Verde à autodeterminação e à independência. As negociações para esse efeito seriam, no entanto, separadas das conversações sobre a Guiné depois daquele acordo. (Ferreira, 2001, p. 51)

Não deixa de ser curioso o facto de alguns historiadores portugueses olharem para o processo que conduziu à independência de Cabo Verde com o mesmo saudosismo que alguns antigos líderes políticos, como é o caso de Mário Soares, ao ponto de considerá-lo um "ato voluntário do poder em Portugal".

> Enquanto a descolonização da Guiné era obviamente inevitável em 1974, já a independência concedida ao arquipélago de Cabo Verde foi um ato voluntário do poder em Portugal e tem, pois, uma interpretação mais vasta, radicando nas causas da descolonização, que não se resumem às necessidades dos militares e à pressão das Forças armadas para o efeito. (Ferreira, 2001)

Na verdade, só por escrever a história à distância ou por não analisar os acontecimentos de diferentes ângulos, ou ainda por não ouvir as diferentes partes se pode fazer tais afirmações. O evoluir da situação no terreno em Cabo Verde, o àvontade com que o PAIGC circulava nas ilhas, as boas relações existentes, no geral, entre o PAIGC e os militares portugueses e a determinação e vontade de regressar à casa dos militares portugueses estacionados em Cabo Verde, foram motivos mais que suficientes para forçar Portugal a assinar o acordo de independência, como fica demonstrado neste trabalho pelas declarações de Almeida Santos. Caso assim não fosse, os militares portugueses teriam entregue o poder em Cabo Verde ao PAIGC, como chegaram a ameaçar no telegrama enviado a Lisboa, aqui citado, sem pompa nem circunstância para a metrópole.

Ficou demonstrado no ponto anterior que o caminho para a independência não foi pacífico, principalmente nos meses em que o General Spínola esteve como presidente de Portugal. Com a queda de Spínola, chega ao poder o general Francisco Costa Gomes. As relações entre Portugal e o PAIGC passam a conhecer melhores

dias. Não obstante, Costa Gomes mantém-se intransigente quanto ao facto do PAIGC ser o único representante do povo de Cabo Verde.

Em entrevista que Pedro Pires concedeu ao historiador Leopoldo Amado, citado por Pereira (2002), este admite que ainda por esta altura, nos meios oficiais de Lisboa, não se falava claramente da independência, mas sim num Governo para Cabo Verde. Por essa razão, admite Pires, o PAIGC chegou a admitir a possibilidade de partilhar o poder com outras "forças políticas" que existiam em Cabo Verde.

A 17 de outubro no seu primeiro discurso na ONU, Costa Gomes condena os "sonhos grandiosos de imperialismo estéril" e admite o direito de autodeterminação e independência dos povos oprimidos à luz dos princípios do direito internacional, procurando para cada território "a solução mais adequada à garantia da génese feliz de uma nova pátria". (Lopes, 2002)

Esta atitude de Portugal, fruto de pressões, por um lado, para concretizar o processo da descolonização e, por outro, para manter Cabo Verde ligado a Portugal, por causa da sua posição geoestratégica para a Nato, concretiza Pereira (2002), levou a que o PAIGC reagisse na senda internacional.

> Essa postura da parte portuguesa levou o PAIGC a reforçar os lobbies a nível internacional, nomeadamente junto da OUA e da ONU e ainda dos EUA, país de cuja influência e poderio, aparentemente, dependia o desfecho da questão cabo-verdiana, uma vez que eram patentes as desconfianças que Cabo Verde poderia transformar-se numa base soviética, caso o PAIGC chegasse ao poder. Conscientes desses óbices que emperravam a marcha do processo, alguns cidadãos cabo-verdianos residentes nos EUA procuraram tirar partido da situação, obtendo apoios não só para através de uma convenção se proclamasse a independência de Cabo Verde num hotel de Boston, mas também para a eventualidade de ajudas que se revelassem necessárias, inclusive meios militares, suscetíveis de anular as vantagens do PAIGC no arquipélago. (Pereira, 2002, pp. 280-281)

O PAIGC volta a relembrar o pedido feito à ONU para a constituição de um Governo de transição em Cabo Verde e, desta feita, reforça o pedido com a necessidade de se iniciar rapidamente as conversações sobre a independência de Cabo Verde, evitando assim o deteriorar da situação no arquipélago. No terreno as tropas portuguesas tinham cada vez mais boas relações com os dirigentes do PAIGC e já davam sinais de esgotamento. Aumentaram a pressão sobre o Governo de Lisboa para o seu regresso a casa.[171] Também, segundo Pires, a polícia passara para o lado do PAIGC. (Lopes, 2002)

[171] A este propósito Lopes (2002) dá conta de um desfile pelas ruas da cidade da Praia onde os militares portugueses exibiam palavras de ordem como "Esta terra não é nossa, deixai-nos ir embora". Por sua vez os militantes do PAIGC vinham atrás respondendo "sim, esta terra não é deles, deixá-los irem-se embora".

Após uma primeira ronda negocial, de vários contactos diretos entre as partes, principalmente entre Pedro Pires, por parte do PAIGC e de Almeida Santos, por Portugal, finalmente, em 19 de dezembro de 1974, é assinado um acordo entre o Governo português e o PAIGC, quanto ao processo de independência de Cabo Verde[172].

Almeida Santos explica o contexto que conduz à assinatura do acordo entre as partes.

> Pouca gente saberá, mas Cabo Verde foi descolonizado através de um acordo que eu redigi em três horas, sozinho, com o Pedro Pires em frente. [os historiadores dizem que houve uma delegação (…) não houve delegação nenhuma, esclarece.] E porque é que eu tive de fazer isso em três horas? Pela razão simples de que eu fiz sob a pressão de um verdadeiro ultimato das forças que lá estavam sediadas, no sentido de, "ou vocês entregam lá o poder ou nós entregamos aqui", dando um prazo de dias. Fui ao Costa Gomes e disse-lhe, "Senhor Presidente eu venho aqui dizer-lhe que não estou disposto a aturar isto, eu vou-me demitir e vou dizer porquê que demito-me". Ele disse-me, "mas o que é que o Senhor quer que eu faça? Eu não posso prender centenas de militares, nem posso julgá-los".
>
> Eu vinha a caminho do ministério, a pensar na carta de demissão e de repente disse assim: "vou chamar o Pedro Pires" [tinha ficado com boas relações com ele aquando das negociações sobre a Guiné-Bissau]. Chamei-lhe e disse-lhe: "o senhor conhece isso?" [mostrei-lhe o tal telex dos militares portugueses] Ele disse-me, "conheço". "E então e agora?" "Agora nós ganhamos e vocês perderam…" Eu disse-lhe, "mas vocês ganharam que guerra? Quantos mortos você fez?" Ele ficou um bocado chateado e disse-me, "o senhor é que me chamou cá, o senhor é que tem de me dizer o que é que o Senhor quer". Eu disse-lhe, "olha, eu quero que o senhor seja mais lúcido do que parece que estão a ser os nossos compatriotas. Eu quero que aceite uma consulta popular, porque se aceitar nós assinamos já aqui um acordo na base dos anteriores acordos… se você não aceitar, provavelmente o poder é entregue lá pelos nossos militares e daqui até o fim do século há de ser disputada a legitimidade da transferência do poder"[173]. (RTP/Rosário Lira, 2018)

O PAIGC resistiu à pressão de Portugal quanto à consulta popular no sentido de perguntar aos cabo-verdianos se queriam ou não a independência. No entanto, acabaram por aceitar a realização de eleições para uma Assembleia Nacional[174]. Aristides Pereira explica a Lopes (2012) que o PAIGC não tinha qualquer receio quanto ao referendo. Embora o considerassem desrespeitoso, o maior problema era o efeito que tal princípio poderia ter nas outras colónias, como Angola e Moçambique. Pereira esclarece ainda que, neste particular, a pressão vinha da OUA para a não

[172] As duas delegações foram assim constituídas: da parte de Portugal, o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, os ministros, Melo Antunes, Almeida Santos e Mário Soares. Da parte do PAIGC, pelo Comandante Pedro Pires e pelos dirigentes, Amaro da Luz e José Luís Fernandes.

[173] Extrato da entrevista (em áudio) do então ministro da Coordenação Interterritorial, António Almeida Santos à RTP, disponível em *https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/cabo-verde-5-de-julho-de-1975/, consultado no dia 27/01/2021.*

[174] Nesse acordo ficava claro que outras forças políticas em Cabo Verde poderiam participar nas eleições para a Assembleia Constituinte.

aceitação do referendo. É que da mesma forma que Portugal estava sob pressão dos seus aliados, o PAIGC também estava por parte da OUA e dos restantes dirigentes e líderes africanos. (Lopes, 2012)

Do acordo assinado ficou estabelecido, para além das eleições para uma Assembleia Constituinte, um período de transição e o respetivo estatuto e a nomeação de um alto comissariado pela parte portuguesa que deveria dirigir um Governo de transição, composto por cinco ministérios, sendo três integrados por elementos do PAIGC.[175] Este Governo tinha a missão de preparar o processo de transição de poder, num prazo de seis meses, bem como as eleições para a Assembleia Legislativa Constituinte a quem competia declarar a independência de Cabo Verde. (Lopes, 2002)

Vários fatores condicionaram e dificultaram o processo que conduziu à independência de Cabo Verde: ausência de luta armada de libertação em Cabo Verde; uma presença física tímida ou quase inexistente do PAIGC em Cabo Verde até o 25 de abril em Portugal; a posição geostratégica do arquipélago e os interesses da NATO, organização de que Portugal é membro fundador; as boas relações entre o PAIGC e o bloco comunista, principalmente Cuba e União Soviética e os receios do Ocidente de uma base militar soviética no novo Estado de Cabo Verde; o anti-PAIGC de alguns elementos da classe burguesa de Cabo Verde e de emigrantes cabo-verdianos, nomeadamente nos EUA; a não aceitação de um referendo sobre a independência por parte do partido; outros, de impacto mais reduzido.

Já se debateu neste trabalho a dificuldade ou mesmo a impossibilidade que o PAIGC teve de introduzir a luta armada nas ilhas. A PIDE mantinha a atividade clandestina dos militantes e ativistas do partido apertada, chegando mesmo à situação de prisão de alguns desses elementos. Por outro lado, o Governo colonial ditatorial de Salazar sonhava e trabalhava para um projeto federalista que atrelava as colónias à metrópole. A queda da ditadura vai permitir que o PAIGC tenha uma presença mais visível em Cabo Verde, mas também vai permitir o surgimento, na cena política cabo-verdiana, de outros grupos políticos que tentaram contrariar a estratégia do partido em ser o único e legítimo representante do povo, no processo. (Lopes, 2002)

O novo Governo português aproveita dessa situação para tentar reduzir a expressão do PAIGC em Cabo Verde e contrariar a independência. No entanto, esta contenda extravasa as fronteiras do decadente império português. pois vivia-se a nível mun-

[175] A distribuição das pastas ficou assim acertada: Portugal – Ministérios da Administração Interna, Equipamento Social e Ambiente; PAIGC – Ministérios da Justiça e Assuntos Sociais, Coordenação Económica e Trabalho e Educação e Cultura. (Lopes, 2002, p. 407)

dial um conflito maior que era a Guerra Fria entre os dois blocos políticos, liderados pelos Estados Unidos e a pela União Soviética. Pressionado pelos seus aliados, Portugal esticava ao máximo a sua posição em relação a Cabo Verde. O PAIGC, com uma diplomacia muito forte, conta com o total apoio da OUA e da própria ONU, joga no plano internacional para forçar, não o reconhecimento do direito à autodeterminação, pois esse já tinha sido conseguido, mas sim a efetivação imediata da independência. (Pereira, 2002)

No terreno, em Cabo Verde, o partido ampliou a sua ação junto da população e tentou aniquilar as células políticas, nomeadamente a UDC e a UPICV, com o apoio de uma ala progressista dos militares portugueses aí estacionados, o que acabou por conseguir. Em períodos distanciados os dirigentes de peso do PAIGC iam chegando a Cabo Verde. A forma apoteótica como eram recebidos pela população nas diferentes ilhas prenunciava que o PAIGC tinha recuperado tempo e espaço político no arquipélago e se transformava naturalmente num partido do povo. Por outro lado, os militares portugueses destacados em Cabo Verde exigem ao Governo de Lisboa um rápido regresso a casa ou a entrega do poder ao PAIGC. Com essa atitude, os militares do MFA acabam por desferir o golpe fatal na ainda existente resistência colonial[176].

Na verdade, deve-se concluir que, nesse processo, os apoios do PAIGC eram superiores aos de Portugal pelo que não vingou a tese do referendo. Para a descolonização total estabeleceu-se apenas o princípio da eleição de uma Assembleia a quem competia posteriormente declarar a independência. Ao assinar o acordo com o PAIGC, o Governo português acaba por aceitar e fazer vingar a tese que o PAIGC era a única força política que representava os cabo-verdianos e com isso ter-se-á dado um passo importante para a instauração de um regime de Partido Único em Cabo Verde.

[176] Silvino da Luz, em entrevista concedida ao autor.

3.3 O Governo de Transição e as Eleições para a Assembleia Constituinte.

O Governo de transição tomou posse no dia 31 de dezembro de 1974, na cidade da Praia perante diversas individualidades representantes do MFA, da OUA e o Secretário Adjunto das Nações Unidas. Portugal indica como Alto-comissário, Almeida D'Eça[177] para presidir o Governo de transição. O PAIGC indica para as três pastas que lhe foram conferidas no âmbito do acordo: Manuel Faustino, Ministro da Educação, Amaro da Luz, Ministro da Coordenação Económica e Trabalho e Carlos Reis, Ministro da Justiça e Assuntos Sociais. (Lopes, 2002)

Esse Governo tinha como missão global fazer a transição do poder da administração colonial para um Governo nacional. A atividade que deveria marcar essa transição eram as eleições para a Assembleia Constituinte, pois não tendo conseguido impor a realização do referendo, aí ainda residia alguma esperança da ala mais reticente do Governo português que a composição dessa assembleia pudesse ter outros representantes que não apenas os militantes do PAIGC.

No entanto, os primeiros tempos de trabalho do Governo de transição são marcados pela constatação da dramática situação financeira das ilhas. Sem recursos locais, o Governo de transição nem sequer poderia contar muito com a metrópole pois esta estava mergulhada numa crise profunda. Segundo o testemunho de Almeida D'Eça, a situação encontrada em Cabo Verde era grave.

> Logo no início da nossa atuação tomamos conhecimento de uma situação grave. Cabo Verde atravessava um longo período de secas estando as populações sem reservas agrícolas e pecuárias. Para fazer face à situação tinham sido criadas frentes de trabalho que davam ocupação a cerca de 60 mil pessoas assegurando assim meios mínimos de subsistência a uma boa parte da população. Tomamos conhecimento de que as reservas dos principais meios alimentares estavam a chegar ao fim e de que o tesouro se encontrava exaurido. Era uma situação alarmante. Recorremos de imediato à Organização das Nações Unidas que respondeu prontamente. Mas sem resultados significativos. Foi decido que eu me deslocasse a Portugal para expor a situação, o que fiz. (…) Os meus apelos foram compreendidos tendo sido disponibilizados imediatamente uma verba de 500 mil contos bem como o fornecimento de géneros alimentares essenciais. Foram decisões sem as quais teria sido muito difícil prosseguir a nossa missão[178]. (RTP/Rosário Lira, 2018)

[177] Almeida D'Eça nasceu em Cabo Verde, no tempo em que o pai aí prestava serviço militar. Num texto lido à RTP admitiu que ao ser nomeado estava ciente que o conhecimento e relações que travou com elementos do PAIGC na Guiné Bissau, por altura do processo de reconhecimento da independência daquele território, ser-lhe-ia útil para o desempenho das funções no Governo de Transição. Disponível em *https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/cabo-verde-5-de-julho-de-1975/, consultado no dia 29/01/2021.*

[178] Almeida D'Eça, texto lido à RTP, disponível em: *https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/cabo-verde-5-de-julho-de-1975/, consultado no dia 12/02/2021.*

Também Amaro da Luz, ministro da Coordenação Económica e Trabalho, testemunha a situação em que o país se encontrava, reconhecendo, no entanto, que o Governo de transição proporcionou uma importante oportunidade aos futuros governantes de adquirirem conhecimento técnico do que herdariam meses depois com a formação do primeiro Governo de Cabo Verde. (Lopes, 2002)

> Não havia nada em termos de dados nem de recursos, nada funcionava, com exceção das Alfândegas e Finanças. Além do mais, o Governo de transição permitiu responsabilizar Portugal, que continuou a pagar os salários dos funcionários e dos trabalhadores do Apoio. Começamos também a recrutar quadros, ao mesmo tempo que surgiam problemas com o comércio; nessa altura ninguém se arriscava a importar nada. Por isso, começa a colocar-se o problema da segurança alimentar, e ainda não tínhamos a cooperação externa. O consumo do milho explodiu, uma coisa pavorosa. As pessoas, com receio, passaram a fazer stocks de milho, açúcar, feijão… Ninguém sabia o que iria acontecer com a independência[179]. (Lopes, 2002, p. 411)

Apesar dessa situação, com apoios da ONU, mas também com o sacrifício de Portugal em cumprir com o compromisso de ajudar Cabo Verde durante o período da transição, lá se conseguiu driblar e debelar a situação permitindo que o processo de preparação da independência não sofresse mais retrocessos. Outro fator que terá contribuído positivamente para esse processo foi o bom entendimento entre os ministros do PAIGC e os nomeados por Portugal o que permitiu que, do ponto de vista funcional, o Governo exercesse o seu mandato sem grandes sobressaltos. (RTP/Rosário Lira, 2018)

Segundo Osvaldo Lopes da Silva, havia todo um interesse do PAIGC que o Governo de transição funcionasse bem.

> Queríamos que esse Governo funcionasse, para que o país não entrasse no caos. Sabíamos que os primeiros apoios teriam de vir de Portugal. As coisas acabaram por decorrer bem, não só por mérito nosso, como também das próprias autoridades portuguesas, Vasco Barroco e Wilton Pereira, e, muito em especial, devido à personalidade de Almeida D'Eça, que se revelou um grande amigo de Cabo Verde. A transição criou as bases para um relacionamento cordial com Portugal. De outra maneira, poderia ter sido mau. (Lopes, 2002, p. 412)

Também Almeida D'Eça realça que o Governo de transição se reuniu perto de meia centena de vezes. Foram, por norma, "reuniões muito prolongadas em que se debatiam demoradamente em busca de consensos, opiniões por vezes divergentes, revestindo-se ocasionalmente esses debates de certo azedume. No entanto, não me lembro de ter usado meu voto de qualidade na formulação de decisões"[180].

---

[179] Amaro da Luz, ministro da Coordenação Económica e Trabalho, indicado pelo PAIGC.

[180] Almeida D'Eça, texto lido à RTP, disponível em: *https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/cabo-verde-5-de-julho-de-1975/, consultado no dia 12/02/2021, às 14H00.*

No entanto, sabe-se que outros dossiers de caráter mais político também marcaram o período da vigência do Governo de transição em Cabo Verde. Refere-se, por exemplo, ao programa de saneamento, uma construção do novo poder em Portugal, também aplicado a Cabo Verde e que visava diretamente retirar da administração pública indivíduos que de uma forma ou de outra, estiveram envolvidos em ações contrárias ao espírito de liberdade e independência. (Lopes, 2002) Este processo que terá tido muito fervor na metrópole, em Cabo Verde não acolhia tanta simpatia por parte dos principais dirigentes do PAIGC, como explica Pedro Pires.

> Nós não estávamos em condições de levar a cabo um grande saneamento ou "desfascização" do aparelho administrativo. Pessoalmente procurei que o processo fosse mais simbólico do que efetivo ou real. A maioria das pessoas que deviam ser saneadas eram funcionários cabo-verdianos, por isso, não podíamos entrar num processo de depuração ou purificação (…) Façamos as contas e vejamos quantos foram saneados. Quando discutíamos essa questão, procurei demonstrar que os argumentos apresentados não eram suficientes para sanear quem quer que fosse. O problema acabou por ser colocado entre aqueles que queriam a independência e os que não queriam. (Lopes, 2002, pp. 414-415)

Não obstante a posição de Pires, principal figura do PAIGC no processo que conduziu à independência de Cabo Verde, alguns funcionários foram saneados como se pode constatar pela consulta aos Boletins Oficiais-BO daquela época, onde eram publicadas as resoluções do Conselho de Ministros do Governo de transição.[181] Outros cidadãos, opositores das ideias do PAIGC foram presos e colocados na cadeia do Tarrafal. De referir que no decorrer do processo de independência alguns deles foram levados, contra vontade, para Portugal quando havia promessas do PAIGC que, querendo, poderiam ficar em Cabo Verde. Aristides Pereira, que viria a ser o Primeiro Presidente de Cabo Verde, respondeu a Lopes (2012) que, ao contrário do que muitos pensavam, a responsabilidade da prisão desses indivíduos foi das autoridades portuguesas no país, cabendo a eles decidirem sobre a libertação deles ou o reencaminhamento para Portugal. Acrescenta ainda que mesmo aqueles que foram levados para Portugal, e que mostraram vontade de regressar, regressaram e viveram em Cabo Verde sem problemas.

[181] A título exemplificativo transcreve-se aqui uma dessas resoluções: "Considerando que Lourenço Afra Fernandes, verificador do quadro técnico aduaneiro: 1º Mostrou-se favorável à dependência política de Cabo Verde; 2º Fez parte duma organização política que defendeu e prosseguiu interesses contrários ao processo de descolonização e Independência de Cabo Verde; Tendo em vista que, pelos factos mencionados, se encontra incurso no disposto nos artigos 1º e 2º, nºs 2 e 3 do Decreto-Lei nº 12/75, de 22 de março, o Conselho de Ministros reunido em 20 de junho de 1975, resolveu: é aposentado compulsivamente o verificador do quadro técnico aduaneiro, Lourenço Alfa Fernandes." Resolução de Conselho de Ministros, B.O, nº 25, de 21 de junho de 1975.

Tal como já se referiu, o acordo de Lisboa previa eleições e, a partir delas, a instalação de uma Assembleia representativa do povo de Cabo Verde, a quem competia concluir o processo de transição. Para o efeito o Governo da metrópole aprova uma lei eleitoral através do Decreto-Lei nº 203-A/75, promulgada em 15 de abril de 1975, pelo Presidente Costa Gomes, onde assume que:

> As soluções encontradas asseguram o livre jogo democrático das possíveis correntes de opinião existentes na comunidade cabo-verdiana, numa base de absoluta igualdade de oportunidades e de tratamento. Simples emanação, afinal, da ideia matriz do nosso processo de descolonização, ou seja, a do respeito pela vontade da maioria das populações interessadas. Tomadas foram em conta, por outro lado, as atendíveis realidades da situação do território e do respetivo processo de descolonização.
>
> Livres e por meio de eleições livres e sérias, os naturais de Cabo Verde encontram neste diploma a melhor garantia de que terão a pátria que quiserem ter[182].

As eleições foram marcadas para o dia 30 de junho de 1975. O artigo 48º da Lei Eleitoral determina que "as candidaturas serão apresentadas, em cada círculo eleitoral, por grupos de 300 cidadãos eleitores recenseados pelo respetivo círculo"[183].

Não obstante algumas tentativas de apresentação de candidaturas por parte de alguns cidadãos, o PAIGC é a única força concorrente ao escrutínio através do voto direto e universal, tendo, por isso, obtido a totalidade dos 56 mandatos. As eleições tiveram lugar numa segunda-feira o que levou o Governo de transição a declarar tolerância de ponto "atendendo à relevância do ato eleitoral no presente momento histórico e à consequente necessidade de possibilitar a máxima afluência dos eleitores às urnas, em cumprimento do seu dever cívico[184](…)" De acordo com dados oficiais foram recenseados 114.683 eleitores e destes, 83% terá exercido o seu direito de voto. As listas apresentadas pelo PAIGC tiveram uma votação favorável de 92% dos votantes[185].

A Assembleia eleita reúne-se pela primeira vez no dia 4 de julho, às 16h30mn, no Salão da Câmara Municipal da Praia, para eleger a mesa da presidência, tendo sido eleito presidente, Abílio Duarte, para aprovar o texto da declaração da independência e a Lei da Organização Política do Estado – LOPE, e ainda para eleger por aclamação Aristides Pereira, para Presidente da República e Pedro Pires, para

[182] Decreto-Lei n.º 203-A/75, Diário do Governo, nº 88, I Série, de 15 de abril de 1975.
[183] Decreto-Lei n.º 203-A/75, Diário do Governo, nº 88, I Série, de 15 de abril de 1975.
[184] Resolução de Conselho de Ministros, B.O, nº 25, de 21 de junho de 1975.
[185] Dados disponíveis em: *http://portais.parlamento.cv/historia-an/1974-VIIILegislatura.php, consultado em 13/02/2021.*

Primeiro-Ministro de Cabo Verde. (Lopes, 2002) Destes diferentes expedientes o mais simbólico foi a aprovação do texto da Declaração oficial da Independência[186].

> Diz a História que as reiteradas tentativas de emancipação social das nossas ilhas, embora tenham deixado mártires e gerado heróis anónimos, foram sempre estranguladas pela opressão colonial.
>
> Coube às modernas gerações, iluminadas pela ideologia de libertação dos povos colonizados e impregnadas do espírito de Bandung, compreender que o problema da miséria e do atraso social das ilhas de Cabo Verde reconduzia-se a um problema político e, como tal, jamais poderia ser resolvido no quadro da sujeição colonial e da alienação da liberdade humana. Antes de mais postulava a reivindicação e a luta pela Independência. (…)
>
> Assim, nós, Povo das Ilhas, quebramos as cadeias da subjugação colonial e escolhemos livremente o nosso destino Africano. E a História reterá que filhos do nosso Povo glorioso de Cabo Verde, que se bateram com valentia na frente de luta armada na Guiné, estiveram prontos e decididos para o combate armado em Cabo Verde também, se tal viesse a revelar-se como a única via para a libertação das nossas queridas Ilhas.
>
> Povo de Cabo Verde
> Hoje, 5 de julho de 1975, em teu nome, a Assembleia Nacional de Cabo Verde
> Proclama Solenemente a República de Cabo Verde como Nação Independente e Soberana[187].

Finalmente, no dia 5 de julho, numa cerimónia que decorreu no Estádio da Várzea na cidade da Praia, a declaração da independência foi lida por Luís Fonseca e assinada por Abílio Duarte e Vasco Gonçalves. Estiveram presentes, em representação de Portugal, entre outros, o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, o ministro da Coordenação Interterritorial António de Almeida Santos e o ministro sem pasta, Álvaro Cunhal. Estiveram igualmente presentes delegados da ONU, delegados da OUA, membros de diferentes Organismos Internacionais e grande massa da população. Pelas 12 horas foi arriada a bandeira portuguesa, com honras de militares portugueses e cabo-verdianos. De seguida foi içada a bandeira do novo Estado de Cabo Verde, com iguais honras. (RTP/Rosário Lira, 2018)

[186] Outra decisão da Assembleia foi a de declarar feriado nacional o dia 12 de setembro, dia do nascimento de Amílcar Cabral, consagrado como dia da Nacionalidade e a atribuição do título de Fundador da Nacionalidade cabo-verdiana.

[187] Boletim Oficial da República de Cabo Verde, nº 1, de 5 de julho de 1975.

3.4 Projeto Político da Unidade Guiné e Cabo Verde: Utopia ou Visão Estratégica?

Não será exagero afirmar que a questão da unidade Guiné Cabo Verde e, por consequência, a relação entre dirigentes guineenses e cabo-verdianos foi a mais controversa e enigmática durante a luta de libertação dos dois países e da história do PAIGC, nos primeiros anos dos estados independentes.

Há que se recuar no tempo para se poder interpretar o projeto de Amílcar Cabral de unir dois países em torno de uma luta e de um partido. O PAIGC, enquanto movimento de libertação, surge num contexto em que a palavra de ordem em África era Unidade. À ideia da unidade estava subjacente o princípio de que uma África unida teria mais força para expulsar o colonialismo. Era preciso, na ótica de Cabral, juntar todas as forças que eram contra o colonialismo.

Essa febre da união que atravessava a África ficou conhecida como Pan-africanismo[188] e consolida em maio de 1963, em Adis Abeba, com a criação da Organização da Unidade Africana – OUA. A organização tinha como principal objetivo a defesa da independência dos países africanos colonizados, a luta contra o colonialismo e neocolonialismo, a promoção da paz e da solidariedade entre os países africanos e a defesa dos interesses dos países membros e da África, de uma forma em geral (Infopédia, 2021). Muitos dos líderes dos movimentos de libertação, mais do que nacionais dos seus países, apresentavam-se como africanos. Aliás, a esse propósito, Amílcar Cabral, é autor de uma afirmação que testemunha essa ideologia de unidade e que o imortalizou: ***"Sou um simples africano que quis saldar a sua dívida com o seu povo e viver a sua época"***.

A África lusófona desenvolvia em paralelo uma frente ampla contra o colonialismo português. Para tal, foi criada uma Organização comum de coordenação, batiza-

[188] Pan-africanismo é uma ideologia que defendia a união dos povos africanos como meio de fortalecer e elevar a voz da África no contexto internacional. Com origem no Séc. XIX, torna-se característico da segunda metade do século XX e seguida pelas elites africanas, durante as lutas de libertação nacional. Normalmente é apontado a William Du Bois, Marcus Garvei, ambos da diáspora africana na América, e Henry Sylvester-Williams de Trinidad e Tobago, como os principais promotores dessa ideologia. Em África encontra em Kwame Nkrumah um dos principais ativistas. *(https://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-africanismo), consultado em 27 de outubro de 2021.*

da como Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP[189]. Por sua vez, numa resolução aprovada a 14 de novembro de 1972, a Organização das Nações Unidas – ONU endurecia a sua posição contra o colonialismo português, reconhecendo a legitimidade da luta armada e, por consequência, reconhecia os movimentos de libertação nacional de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde e de Moçambique, os representantes autênticos das verdadeiras aspirações dos povos destes territórios. (BNL/IPRI, 2016)

Amílcar Cabral ao fundar o PAIGC com elementos guineenses e cabo-verdianos, idealizou um movimento de libertação, dirigido por um partido, visando a independência de duas colónias portuguesas – Guiné e Cabo Verde. Esse projeto de unidade Guiné e Cabo Verde marcou profundamente a luta de libertação, tendo a sua arrojada arquitetura criado um conjunto de contradições que, após as independências, conduziram à sua própria extinção[190].

Pedro Pires analisa o projeto de Cabral em duas vertentes. Uma política, que segundo ele, está subjacente à influência do Pan-africanismo. Admite que o PAIGC cresceu politicamente num ambiente pan-africanista, restrito ou alargado, ou seja, para vencer o colonialismo era preciso unir. A outra vertente é estratégica e explica-se pelo facto de, na sua ótica, todos tinham dúvidas quanto à possibilidade de fazer uma luta de libertação vitoriosa em Cabo Verde. Duas dúvidas impunham-se: é possível lutar em Cabo Verde? Mas, Cabo Verde vai poder sobreviver sozinho[191]?

Pires admite que Amílcar Cabral, ao idealizar a unidade Guiné e Cabo Verde, também pudesse ter as mesmas dúvidas.

---

[189] Fundada em 18 de abril de 1961, em Casablanca, Marrocos, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) foi um organismo de coordenação internacional entre determinados movimentos nacionalistas das então colónias portuguesas, tendo substituído uma frente pré-existente, a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN). A CONCP assentava em organizações nacionais e visava coordenar a ação política de um conjunto de movimentos nacionalistas africanos e goeses na luta contra o colonialismo português. Como tal, a CONCP englobou o PAIGC, em representação da Guiné e Cabo Verde, o MPLA, por Angola, a UDENAMO, mais tarde substituída pela FRELIMO, por Moçambique, o MLSTP, por São Tomé e Príncipe. Inicialmente contou também com uma significativa delegação de nacionalistas indianos de Goa. Ao longo de década e meia, a CONCP permitiu a coordenação política entre os diferentes movimentos nacionalistas, tendo contribuído significativamente para uma intervenção conjunta na arena internacional nalguns momentos críticos. *(http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concp-a-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colónias-portuguesas-15-jun-16-14h30-18h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt) consultado em 25/10/2021.*

[190] Sobre esse projeto de unidade ver entrevista de Onésimo Silveira concedida ao autor.

[191] Respostas aos alunos do Liceu José Augusto Pinto, em São Vicente, numa aula magna aí ministrada, no dia 23 de janeiro de 2019.

> É bem possível que Amílcar Cabral também tivesse essas dúvidas…. ou não tivesse, e busca uma solução. A solução é essa da Unidade (…) mas poderia ter havido uma outra coisa que o poderia ter levado, que é de ordem sentimental. Ele nasceu na Guiné, os pais eram cabo-verdianos, fez-se homem aqui em São Vicente (…) ele não era um, era mais do que um. É a velha questão da dupla ou tripla pertença, e no seu pensamento chegou a essa conclusão. Tudo isso levou--lhe a conceber um quadro de luta que seria um partido binacional. Mas, a grande verdade é a seguinte. Se não fosse essa estratégia da Unidade, Cabo Verde não seria independente. Essa é uma afirmação minha. As coisas seriam completamente diferentes. Ele introduz um elemento importante que nos leva à independência de Cabo Verde[192].

Onésimo Silveira encara esse projeto mais como uma estratégia de Cabral para levar a guerra na Guiné a bom porto. Defende que a Guiné é uma sociedade extramente complexa, mas que Cabral era uma das poucas pessoas que pensava nessa complexidade social e, logo, política do país. "Ele tinha momentos de interpretação tanto do nível sociológico como do nível político que fascinavam." Daí que Onésimo deixe perceber que Cabral sabia que, mais tarde ou mais cedo, precisava de combatentes mais instruídos e com outra capacidade de aprendizagem para levar o desempenho militar do PAIGC a outros patamares[193].

Para se entender melhor a perspetiva de Silveira deve-se lembrar que, ao contrário de Cabo Verde, o nível de instrução da população guineense era muito baixo. Logo, uma luta que fosse para além de ações de guerrilha implicaria a utilização de equipamentos militares que exigiam conhecimentos mais elevados. Também há que recordar que muitos dos cabo-verdianos que se juntaram a Cabral na Guiné eram estudantes universitários ou jovens com uma escolaridade secundária elevada, quando comparado com os militares guineenses.

Portanto, quando a guerra entrou numa fase decisiva e tornou-se necessário treinar militares com outra preparação académica, em Cuba, na União Soviética e outros países que cooperavam militarmente com o movimento independentista, foram os cabo-verdianos os escolhidos pois do lado dos guineenses não havia gente com nível de formação suficiente. Com isso os cabo-verdianos passam a ter uma posição de destaque no partido e na própria luta de libertação nacional. Esta situação acaba por criar um mal-estar na relação entre alguns elementos guineenses influentes no partido e esses combatentes cabo-verdianos.

Os relatos de conflitos internos no PAIGC, na Guiné, são frequentes em diferentes trabalhos ou testemunhos publicados. Pereira admite que o *complot* para assassinar

[192] Respostas aos estudantes do Liceu José Augusto Pinto, em São Vicente, numa aula magna aí ministrada, no dia 23 de janeiro de 2019.
[193] Onésimo Silveira, em entrevista concedida ao autor.

Amílcar Cabral não foi uma surpresa para os dirigentes cabo-verdianos até porque não tinha sido a primeira vez que o tinham tentado matar. Já o tinham feito em Madina de Boé.

> Nessa ocasião, já estava tudo preparado para matá-lo, com gente nossa, militantes guineenses. Descobre-se isso, mas Cabral não estava. Estava em viagem. (…) Nessa altura já existia o Tribunal Militar – julgaram os implicados e fuzilaram-nos. E quando Cabral chegou, ele só teve de constatar o que se tinha passado e não ficou nada contente. Ele disse: "Será que chegamos já à altura de estarmos a matar-nos uns aos outros? Porque, se para avançar nesta luta para a independência da minha terra, tenho de matar os meus patrícios, então não vale a pena: eu desisto, deixo isto ficar como está e cada um vai cuidar da sua vida. Eu, por este caminho, não vou". (Lopes, 2012, p. 197)

Silveira faz ver que esses conflitos são frutos do próprio sistema criado por Cabral e são de natureza cultural. Acrescenta que Cabral foi a primeira vítima do sistema que ele próprio criou pois, não obstante Cabral perceber muito de cultura, mas as contradições criadas eram superiores aos seus conhecimentos. Onésimo acredita que a maioria dos guineenses do PAIGC sabia do plano para assassinar Amílcar Cabral e que a sua morte foi motivo de contentamento para muitos deles[194].

Havia uma casa em Guiné-Conacri onde nós levávamos os mutilados de guerra. Indivíduos que tinham perdido pernas, que tinham perdido pernas e braços. Mandávamo-los para o estrangeiro, voltavam curados, mas, sem pernas, sem braços, logo já não podiam. Eram os heróis da pátria. Então nessa casa tinha mais de meia centena de mutilados de guerra, no dia do assassinato de Cabral foram contar ao Sekou Touré o que tinha acontecido. No momento em que a Rádio de Conacri deu a notícia do assassinato de Amílcar Cabral, os mutilados começaram a dançar e a cantar: "Cabral morrê, nu libertá"[195] [196].

Após o assassinato de Cabral, mais uma vez, os cabo-verdianos reforçam a sua importância no xadrez político dentro do PAIGC, com a escolha de Aristides Pereira para o cargo mais importante do partido. Figuras como Luís Cabral, Nino Vieira ou Osvaldo Vieira são relegados a favor de um cabo-verdiano.

Onésimo não tem dúvidas de que essas figuras guineenses do PAIGC sabiam que sem os cabo-verdianos não conseguiriam levar a luta a bom porto e com isso ascenderem à independência. Assim, aceitaram de forma natural a ascensão de Pereira a Secretário Geral do partido, para salvar a luta. Para este pensador, o nacionalismo guineense não existia, foi uma criação de Cabral, explicação, aliás, para os

[194] Onésimo Silveira, em entrevista concedida ao autor.
[195] Cabral morreu e libertámo-nos.
[196] Onésimo Silveira, entrevista concedida ao autor.

sucessivos conflitos políticos e socias que têm marcado a Guiné-Bissau desde a sua independência.

Deve-se concluir que o pan-africanismo marcou de forma indelével a África na segunda metade do séc. XX. A mensagem de união e do ser africano antes de tudo faz escola nos principais líderes africanos de então. Neste contexto, Amílcar Cabral, guineense de nascença, cabo-verdiano de vivência, vê uma oportunidade para criar um projeto político revolucionário que unisse os seus dois povos. No entanto, fazer duas frentes de luta armada, uma na Guiné e outra em Cabo Verde, não se configuraria uma tarefa fácil. Desde logo pela distância entre os dois países, mas acima de tudo pelas caraterísticas geográficas de Cabo Verde, constituído por ilhas.

É assim que Cabral escolhe a Guiné como palco para combater o colonialismo português e junta a esse combate jovens cabo-verdianos como forma de legitimar a reivindicação da independência de Cabo Verde. O projeto político de unidade Guiné Cabo Verde é assim implementado. Com isso dá-se um passo importante para a independência de Cabo Verde, mas, ao mesmo tempo, dá-se início a um processo de formação de contradições, de natureza política e cultural, que acabaria por definir o insucesso, a médio/longo prazo, do projeto e custaria a vida ao seu idealizador.

No terreno, na Guiné, a luta evolui, as conquistas militares são evidentes, mas é preciso elevar a luta para patamares mais exigentes do ponto de vista militar. Um grupo de dezenas de combatentes cabo-verdianos, com uma preparação académica superior à dos combatentes guineenses, é formado e treinado para iniciar a luta armada em Cabo verde. O processo fracassa antes da sua implementação e esse grupo é mandado para a frente de combate na Guiné. Com isso, os combatentes cabo-verdianos ganham protagonismo na guerra e no partido e dão uma contribuição inegável para o desfecho militar do processo de independência da Guiné[197].

No entanto, não obstante a importância militar, os conflitos de protagonismos entre guineenses e cabo-verdianos dentro do PAIGC agudizam-se cada vez mais. O próprio colonizador tira proveito dessa situação e aposta na contrainformação para alimentar ainda mais a situação. Em consequência, Amílcar Cabral é assassinado a 20 de janeiro de 1972 por elementos guineenses do PAIG[198]. A luta continua sob o comando do cabo-verdiano Aristides Pereira. Esse mal-estar entre guineenses e cabo-verdianos é exemplificado por Silveira (2016) quando dá conta de uma con-

[197] Silvino da Luz, em entrevista concedida ao autor.
[198] A este propósito ver Aristides Pereira, "Uma luta, um partido, dois países", 2002.

versa com Sékou Touré, Presidente da Guiné Conacri, quartel general do PAIGC, a propósito do assassinato de Amílcar Cabral.

> Ele diz-nos que o PAIGC cometeu erros graves, "erros estruturantes", sublinhou. Na lógica dele, devia haver dois partidos, um da independência da Guiné e outro da independência de Cabo Verde. Por causa disso, fiquei com a impressão que o Sékou Touré tinha sido influenciado pelos indivíduos que tinham assassinado Cabral; os argumentos dele eram, basicamente, os mesmos, isto é, que o PAIGC não devia incluir o "C" de Cabo Verde na sua sigla, porque isso pressupunha a existência de duas entidades. (…) Segundo ele, a divisão entre guineenses e cabo-verdianos tinha minado o PAIGC por dentro. Ele sublinhou: "a minha tese não é invenção". Fiquei também com a sensação que Sékou Touré não verteu uma lágrima pela morte do Amílcar. Sinceramente. (Lopes, 2016, p. 135)

Outro episódio que testemunha o amor e ódio que existia para com os cabo-verdianos na Guiné é narrado por Osvaldo Lopes da Silva a José Vicente Lopes a propósito da morte de uma guineense muito amiga dos cabo-verdianos.

> Na altura ninguém compreendeu a morte dela. Eu tinha encontrado com ela em Boké e com o indivíduo que a matou (…). Só depois da morte de Cabral se vieram ligar as coisas. Segundo se veio a apurar Awa Cassamá teria sido contactada pelo Kany para atrair Cabral para uma cilada. Quando é abordada, ela apercebe-se que se pretendia utilizá-la para algo de monstruoso. Não só se recusa a participar como também procura avisar Cabral. (…) Ela quer ir a Conakri expor o problema, mas, antes de lá chegar, é morta. (…) Entretanto, os responsáveis de Boké organizam um julgamento rápido, condenam o Thiam e este é imediatamente fuzilado, antes que tivesse tempo para contar o que passara. (Lopes, 2002, p. 206)

A tese do envolvimento de Sékou Touré é alimentada também por alguns dirigentes ou militantes do PAIGC, como Osvaldo Lopes da Silva, Valdemar Lopes da Silva e por outros antigos dirigentes africanos e algumas figuras portuguesas[199]. Aristides Pereira (2002) dá conta da reação e do comportamento de Sékou Touré, quando este tomou conhecimento das negociações entre o PAIGC e o Governo da Junta de Salvação Nacional na sequência do golpe de Estado encetado em Portugal, em 25 de abril de 1974.

> Por razões táticas, ligadas à nossa "independência de ação", só demos conhecimento ao Presidente Sékou Touré do andamento do processo depois de regressar do encontro de Dakar com o Dr. Mário Soares. A reação imediata do Presidente foi de silêncio – no comment. Mas, dois dias depois, num domingo, estávamos em casa com a Rádio Conakry sempre sintonizada porque nunca se sabia o que podia acontecer. Em vez do noticiário, ouvimos música. Só se ouviam tais canções na rádio quando o Presidente tinha algo de muito importante para levar ao conhecimento da população. Esperamos para ouvir o que ia dizer. Então ele fala e diz que (…) se produziu tal acontecimento em Portugal, mas que "os combatentes estão com demasiada pressa … Imaginem! Já se fala de um encontro em Londres. Em Londres! A mãe do imperialis-

[199] Para maior aprofundamento dessa questão consultar "Cabo Verde. Os bastidores da Independência, entre as páginas 193 e 218.

> mo. Os combatentes da liberdade deveriam ter convocado todos os movimentos de libertação das colónias portuguesas para discutir, assentar as bases comuns e depois estabelecer todo um programa a cumprir face às eventuais modificações no comportamento do Governo Português. Depois (…) com os colonialistas portugueses não há negociações. Os colonialistas portugueses são para serem lançados ao mar". Só faltou dizer claramente que estávamos a trair a África. (Pereira A. , 2002, p. 251)

Tendo em conta as conquistas militares na Guiné e com a queda do regime ditatorial na metrópole, a Guiné em 1973 e depois Cabo Verde em 1975, ascendem à independência. O projeto da unidade Guiné Cabo Verde ainda está de pé, muito provavelmente apenas por lealdade ao projeto de Cabral e aos ideais do pan-africanismo. Esta é a conclusão a que se pode chegar depois de algumas entrevistas, como se demonstrará mais adiante.

Segue-se uma complicada arquitetura de poderes entre os dirigentes do PAIGC dos dois países. A questão da liderança política da União é também discutida. A localização da capital da união, as constituições dos dois países, a relação entre o partido e os dois Estados são igualmente discussões que se impuseram na sequência da independência de Cabo Verde. Depois de discussões, nem sempre pacíficas, o poder é finalmente distribuído da seguinte forma: Luís Cabral continua como Presidente da Guiné e Aristides Pereira, Presidente de Cabo Verde e acumula o cargo de Secretário Geral do PAIGC. (Lopes, 2002)

Olívio Pires explica que a unidade tinha de ser vista com muito cuidado por parte de Cabo Verde uma vez que muita coisa mudara desde a luta até à independência. Segundo ele, havia algumas pessoas no partido, na Guiné, que defendiam uma unidade imediata, mas em Cabo Verde pensava-se com muito mais ponderação sobre a questão.

Pensávamos em unidade sim, mas devagar. Se andássemos depressa demais as coisas poderiam dar para o torto. E depois, não se falava na altura muito nisso, mas a forma como as coisas evoluíram na Guiné não era favorável à unidade. A conduta de dirigentes guineenses não nos deixava à vontade. Além de já ter tido o assassinato de Cabral por dirigentes guineenses do PAIGC, a conduta que eles seguiam não nos deixava tranquilos aqui. Era insustentável aqui em Cabo Verde. A maioria dos dirigentes guineenses dificilmente poderiam ser dirigentes aqui em Cabo Verde. A unidade não era fácil [200].

[200] Olívio Pires, em entrevista concedida ao autor.

Tal como já se referiu, as dificuldades de relacionamento entre guineenses e cabo-verdianos sempre existiram e estiveram presentes. A reconhecida inteligência e a mestria de Cabral como condutor de homens, foi escondendo ou ofuscando esses problemas até ao ponto dele se tornar vítima da própria União.

Havia uma vontade de expulsar os cabo-verdianos, mas não havia alternativa aos cabo-verdianos. Não havia quadros guineenses com nível dos quadros cabo-verdianos. Nino tinha um discurso nacionalista e defendia que eles é que fizeram a luta e que Guiné deveria ser dirigido por autênticos guineenses. E é claro que autênticos guineenses não eramos nós. Nem Cabral, se ele estivesse vivo. Os guineenses sempre procuraram uma alternativa a Cabral e a nós todos de uma forma geral, mas nunca encontraram. Para os guineenses Cabral era cabo-verdiano e ele foi assassinado como cabo-verdiano [201].

Conseguidas as independências e como tal a edificação dos dois Estados soberanos, fica cada vez mais difícil ao PAIGC levar adiante o desígnio e o sonho de Amílcar Cabral. A realidade nos dois países era muito diferente. A maturidade e a qualidade dos dirigentes cabo-verdianos chocavam-se com a fraca formação política e académica dos dirigentes guineenses do PAIGC, fruto de uma sociedade guineense fraturada pelas diferenças étnicas[202].

A unidade poderá ter ajudado durante um certo tempo, mas depois, se calhar, passou a ser incômodo para eles estarem atrelados a Cabo Verde. É esta situação que acaba por dar lugar ao golpe que acabou de vez com a unidade. A unidade foi uma ideia genial. Graças a ela Cabo Verde conseguiu ser independente, mas o projeto, de certo modo, esgotou com as independências porque as exigências que a unidade passou a colocar tornaram-se difíceis de serem satisfeitas. Não haviam mais condições objetivas para a unidade dar certo. O golpe de Estado acelerou essa conclusão[203].

O projeto de unidade não era pacífico entre a classe intelectual cabo-verdiana, nem tão pouco nos elementos dos grupos que surgem no país no contexto das negociações com Portugal para a independência e durante a vigência do Governo de transição. Este projeto foi a principal arma de arremesso dos opositores do PAIGC, dentro e fora do país[204].

[201] Olívio Pires, em entrevista concedida ao autor.
[202] Ver as entrevistas de Olívio Pires e Onésimo Silveira, concedias ao autor e adiante citadas.
[203] Olívio Pires, em entrevista concedida ao autor.
[204] Sobre o assunto ver "Os bastidores da independência" e passagens de algumas entrevistas disponíveis neste trabalho.

Toda a teia de conflitos latentes ao longo da luta de libertação que já se referiu, resultante da complexa geografia cultural da sociedade da Guiné-Bissau, a liderança do PAIGC sedeada em Cabo Verde, acaba por provocar um golpe de Estado militar liderado por Nino Vieira que na altura desempenhava as funções de Comissário Principal, equivalente às de Primeiro-ministro.

Com o derrube de Luís Cabral, Presidente da Guiné, a 14 de novembro de 1980, chega ao fim o projeto idealizado por Cabral de Unidade Guiné e Cabo Verde e provoca mudanças na estrutura do partido tendo a parte cabo-verdiana desvinculado totalmente do projeto ao mudar o nome do partido para Partido Africano da Independência de Cabo Verde - PAICV. Como se pode ler no Programa e Estatutos do PAICV, aprovados no primeiro Congresso após o golpe de Estado na Guiné-Bissau, de 1980, o golpe militar inviabilizou o partido binacional. "Na sequência dessa ação e para salvaguardar as conquistas da luta do povo cabo-verdiano, os militantes em Cabo Verde proclamam, a 20 de janeiro de 1981, o PAICV". (Partido Africano da Independência de Cabo Verde, 1983)

3.5 Partido Único: Ideologia ou Consequência?

A questão que se coloca ainda hoje é a seguinte. Poderia ter sido diferente? Começando pelo fim pode-se concluir que, por aquilo que já foi escrito até agora neste trabalho, dificilmente teria sido diferente. As razões são muitas, mas, no entanto, tentar-se-á trazer de forma resumida aquelas que sustentam essa conclusão bem como trazer o ponto de vista de alguns protagonistas desse processo, aqui entrevistados.

Luís Fonseca manifesta reservas quanto à caraterização do regime que vigorou em Cabo Verde entre 1975 e 1991, de partido único. Sem negar a existência de um partido com monopólio do poder, adverte que esta não era a "caraterística principal nem fundamental e nem definidora daquilo que era o regime" pois, segundo ele, o fundamento do regime baseava-se na luta para a reconstrução nacional. Adverte ainda que não se pode esquecer o contexto em que se deu a formação do Estado de Cabo Verde, que é o mesmo de, praticamente, todos os regimes que nasciam nessa altura, fosse em África, fosse na Ásia, mas, na América Latina, já estavam instalados há mais de cem anos. Eram regimes que tinham como norma a existência de um partido dirigente, mesmo quando, nalguns casos, que por expedientes meramente cosméticos se proclamavam como sendo sistemas multipartidários, porque na verdade eram regimes de Partido Único. Fosse no México, na Coreia, em Taiwan, no

Egipto… a grande maioria dos regimes existentes nessa altura era fundada neste princípio que as pessoas achavam muito natural. Não era nenhum escândalo a existência de uma força centralizadora que monopolizasse o poder político[205].

Há um outro aspeto também que me faz levantar essas reservas que é o facto de normalmente quando hoje em dia se fala de partido único quase que traz subjacente uma carga de regime ditatorial, despótico e baseado num poder quase que pessoal do dirigente. Isto, de maneira nenhuma correspondeu àquilo que existia… não havia aquele clima de terror, de opressão de exercício das liberdades, como aliás o próprio Departamento de Estado Norte Americano, testemunha absolutamente insuspeita, reconhece em vários relatórios que publicou nessa altura[206].

Assim, na perspetiva deste dirigente do PAIGC, o regime que saiu das negociações com Portugal era considerado modelo nos países do Terceiro Mundo, que eram países subdesenvolvidos, com economias e instituições bastante frágeis onde se impunha criar as bases para o estabelecimento de um Estado. Alguns aspetos são relevantes na compreensão da consagração do regime de Partido Único em Cabo Verde na sequência da sua independência:

- A doutrina pan-africanista promovia a união para que se pudesse ter força e em uma só voz. Portanto, assente na ideia de um a representar o todo. Assim, os movimentos de libertação das colónias desenvolvem as suas atividades sob a égide dessa filosofia unitária. Também a ONU, ao reconhecer os movimentos de libertação como legítimos representantes dos povos das colónias, acaba por favorecer o desenvolvimento de uma filosofia unitária com repercussão nos Estados pós-coloniais, em África.

Olívio Pires refere que nunca se discutiu partido único e que este era uma realidade na altura. Adianta que o partido era uma necessidade e que não era possível chegar à independência sem ter um partido que servisse de representante de povo e que funcionasse como um interlocutor junto de poder colonial, conforme cada caso. Admite que, ao contrário da experiência de outros países, o PAIGC não era interlocutor junto do poder colonial pois este não interlocutava com ninguém. No caso de Guiné-Bissau e Cabo Verde (e mesmo em outros países) o partido surgiu como uma necessidade de lutar para a independência. O Partido em África nasceu no âmbito da luta pela independência. No caso de Cabo Verde por mais boa vontade que pudéssemos ter, não conhecíamos qualquer outro partido. Na Guiné e em Cabo Verde já se chegou ao partido único na independência[207].

[205] Luís Fonseca, em entrevista concedida ao autor.
[206] Luís Fonseca, em entrevista concedida ao autor.
[207] Olívio Pires, em entrevista concedida ao autor.

• O prestígio que Amílcar Cabral granjeou junto da comunidade internacional e o "à vontade" do PAIGC na esfera diplomática faziam com que o partido se sentisse como a única força representante da Nação. Cedo o PAIGC foi reconhecido por diferentes organismos internacionais e por vários países como o legítimo representante do povo colonizado de Cabo Verde.

• Com o "25 de abril" em Portugal e a necessária mudança do regime político, o reconhecimento da independência da Guiné, o estabelecimento de relações de Estado entre os dois países, o PAIGC, autor de um projeto de luta comum entre os povos da Guiné e Cabo Verde, ganha cada vez mais legitimidade de se apresentar também como legítimo representante do povo de Cabo Verde. Deve-se admitir que, em virtude da crise económica e financeira que Portugal atravessava, havia uma certa pressa em se livrar da responsabilidade de administração de uma colónia onde a sua própria tropa aí instalada pressionava para sair ameaçando entregar ao PAIGC a responsabilidade do país. Essa pressão militar acelerou o processo de reconhecimento do PAIGC como o único representante do povo cabo-verdiano.

Regime de Partido Único, podes contestar a constitucionalização desse regime. Digamos que a escolha desse regime. Mas, mesmo assim, é preciso ver outros fatores… partido único não nasce do nada, não nasce por acaso. O que eu quero dizer é o seguinte: Em 1975 já havia, grosso modo, 15 anos de independência de África. Não se encontrava um único país que tivesse adotado um regime diferente do de partido único. Exceção era Senegal que, no entanto, não tinha começado assim. (…) Caso de Cabo Verde não foi nunca discutido (não sei se foi em algum país). Foi uma realidade imposta, uma realidade digamos, da própria luta. Chegou-se naturalmente nele. Chegada a independência não se pode pedir que sejam criados partidos para evitar o partido único[208].

Na perspetiva do entrevistado, Cabo Verde seguiu o mesmo percurso das restantes Nações africanas. O partido único, que também já o era, durante a luta de libertação, acabou por singrar em Cabo Verde de forma natural. Não poderia ter acontecido de uma outra forma. O regime de Partido Único nunca foi escolhido como uma opção ou decisão de algum órgão, implantou-se naturalmente. Seria como que uma aberração, chegada a independência, se se saísse à procura de partidos para se criar instabilidade, não se poderia inventá-lo. Mais importante que discutir o partido único é ver como é que o partido operou em Cabo Verde[209].

[208] Olívio Pires, em entrevista concedida ao autor
[209] Olívio Pires, em entrevista concedida ao autor.

• Outro fator marcante e que contribuiu para a consagração do partido único em Cabo Verde foi a inexistência de um grupo de pressão forte, com uma boa aceitação da população que pudesse fazer frente ao PAIGC e que pudesse em pouco tempo evoluir para um partido político credível. Nem a UPICV nem a UDC conseguiu esse estatuto a ponto de convencer os militares portugueses instalados em Cabo Verde muito menos de contrariar a política do PAIGC de ser os únicos representantes do povo. Este aspeto, aliado a simpatias e admiração que os dirigentes do PAIGC gozavam junto da esmagadora maioria da população, explicam em parte a não contestação nem oposição ao regime.

No entanto, Lídio Silva[210] tem entendimento diferente. Para este antigo líder da UCID, a instalação do PAIGC no poder como partido único foi muito negativo para Cabo Verde uma vez que começou por expulsar os dirigentes da UPIC e da UDC. No seu entender faltou bom senso e humildade por parte do PAIGC ao não negociar com estes o futuro do país.

Osvaldo Lopes da Silva, no entanto, rebate a tese de Lídio Silva por entender que a UPIC e a UDC não tinham qualquer expressão nem implantação em Cabo Verde.

A UPIC (que era o Leitão da Graça e nada mais) usava como propaganda uns panfletos citando Mao-Tse-Tung. Eram citações desgarradas da realidade de Cabo Verde e toda a gente gozava com aquilo. A UDC caiu na asneira e foi na onda do Spínola. Estava a ser usada. Convenceram-lhes que Cabo Verde não tinha condições para ser independente e ia-se criar uma Federação e Cabo Verde ficava na dependência de Portugal. Esse projeto não tinha consistência mesmo em Portugal porque se é verdade que este projeto era defendido por Spínola como forma de fazer o neocolonialismo, o grosso dos dirigentes portugueses queriam era virar-se para a Europa. (…) Portando, Cabo Verde ao optar pela independência, acabou por funcionar como um alívio para Portugal[211].

Lopes da Silva recorda que os primeiros dirigentes do partido que chegaram a Cabo Verde foram recebidos apoteoticamente na Praia e em São Vicente o que mostrava o reconhecimento dos cabo-verdianos ao PAIGC.

Havia ideia do Partido. O Partido gozava de prestígio porque eles viam que Cabo Verde tinha tido um papel na luta na Guiné. O cabo-verdiano sentia-se orgulhoso disso. E então há uma adesão a esse partido que vinha a ser trazido por nós pois o partido em Cabo Verde quase não existia. Havia alguns elementos, mas a PIDE não permitia o funcionamento. Cabo Verde estava mergulhado num isolamento total. Não havia ligação com Dakar. Para mandarmos um mensageiro a Cabo Verde ele

[210] Histórico da UCID. Antigo Secretário-Geral do partido.
[211] Osvaldo Lopes da Silva, em entrevista concedida ao autor.

tinha que ir até a Holanda e, levava tempo a chegar aqui. Esse povo que viveu enclausurado particularmente durante os últimos anos do colonialismo do Salazar, tinha simpatia por nós. Viam-nos como aquilo que aspiraram e não tinham conseguido até agora. A adesão foi espontânea. Não houve imposição[212].

• A queda do regime ditatorial em Portugal veio pôr a nu a profunda crise económica e social que a colónia vivia. O Governo de transição mais não fez do que resolver os problemas mais gritantes e alarmantes, como reconhece o líder do Governo de transição. Neste sentido, com a independência, os desafios de governação eram acima de tudo de sobrevivência. Logo era preciso um Governo para engendrar um programa de salvação nacional.

Cabo Verde tinha instituições bastante frágeis, tínhamos saído de um regime que não permitia a mínima participação das pessoas na gestão dos assuntos… todas as decisões relativas à política interna (para não falar da externa) eram decididas em Lisboa. Ninguém participava em absolutamente nada. Nem sequer tínhamos, como acontecia em algumas colónias inglesas e francesas, uma tentativa de criação de instrumentos de gestão interna como Assembleias locais… nem isso os portugueses foram capazes de fazer. Partimos do zero, quer em Cabo Verde, quer na Guiné e em Angola, apesar das tentativas de Caetano, mas que não funcionaram porque não estavam preparados e nem estavam interessados pois, para eles, a ideia de um Portugal um país pluricontinental não abriria caminho a esse tipo de organização política[213].

Lídio Silva, como já não subscreve o partido único e explica que *Amílcar Cabral, foi um líder inquestionável, mas, provavelmente demasiado focado no aspeto militar, porque essa via era prioritária para libertar os povos da Guiné e Cabo Verde e não teve tempo para implementar a estratégia de governação (pós independência, entende-se) no estrito respeito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, preparar o pessoal, porque quando chegaram a Cabo Verde os poucos bem preparados, deixaram-se ultrapassar pelos extremistas, que só tinham em mente a visão ideológica*[214].

Pedro Pires é perentório quanto à justificação da instalação do regime em 1975. Refere que é preciso ir ao início do processo. Afinal, reforça, estava-se numa passagem de um Estado colonial para e edificação de um Estado soberano. Era preciso construir um Estado diferente do Estado colonial, com políticas diferentes e com objetivos diferentes.

[212] Osvaldo Lopes da Silva, em entrevista concedida ao autor.
[213] Luís Fonseca, em entrevista concedida ao autor.
[214] Lídio Silva, em Entrevista concedida ao autor.

Para além de pensar quais seriam as caraterísticas deste Estado soberano teríamos de pensar quais eram os desafios deste estado soberano. Quais seriam os desafios que este Estado soberano teria de realizar. É na base dos desafios é que concebemos o Estado. Outra coisa é que há aí um equívoco - as pessoas pensam que foi uma dádiva, que não havia gente contra, não havia adversários e não precisava esse novo Estado de se defender. Não! Havia gente contra, era preciso que esse novo Estado se defendesse e se afirmasse como tal. Como Estado soberano, como estado de Cabo Verde independente[215].

Das entrevistas realizadas, pode-se constatar que não havia dúvidas entre os principais dirigentes do PAIGC, na altura, de qual seria a natureza do Estado a ser implantado em Cabo Verde, com a independência. Para além da legitimidade concedida pela luta armada, os principais argumentos giravam à volta da fragilidade do país e a necessidade da estabilidade para a edificação do novo Estado. Qualquer ação que resultasse na fragmentação política do país tornaria, na ótica dos dirigentes do PAIGC, o novo Estado inviável. Assim, concluem, tinha de ser um só partido a dirigir esse Estado. Para Pires, tinha de ser um "Estado forte, eficaz e estratega".

Nós pensamos que seria com um só partido e com o partido que lutou pela independência do país. O partido que fez tudo para que o país fosse independente e o partido que acreditasse que eramos um país viável. (pouca gente acreditava nisso). Só o PAIGC podia acreditar nisso. Não havia mais gente. Portanto, o PAIGC querendo ser partido único ou não tinha essa missão histórica de viabilizar e edificar o Estado de Cabo Verde como país independente como Estado soberano. Era uma missão histórica. Esse Estado, para ter o país unido, teria de mobilizar as pessoas, convencer as pessoas, mas ao mesmo tempo, tinha que mostrar resultados. (e mostrou). Portanto, havia que manter o país unido, que concentrar recursos, sejam eles humanos, sejam eles financeiros e económicos. Concentrar para depois distribuir[216].

Não deixa de ser relevante constatar, em quase todas as entrevistas realizadas, a existência de uma outra luta, interior e individual dentro da luta de construção do país que era coletiva. Essa luta interior é exteriorizada na seguinte afirmação de Pedro Pires:

Havia que evitar uma coisa em Cabo Verde - a fome. Nós fomos sempre perseguidos pelo fantasma da fome e a nossa prioridade era afastar a fome de vez de Cabo Verde porque Cabo Verde sofreu fome durante toda a sua existência[217].

[215] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.
[216] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.
[217] Pedro Pires, entrevista concedida ao autor.

Conclui-se que, para o PAIGC, a instauração do regime de Partido Único em Cabo Verde, seguiu o que era prática nos países saídos de colonização e que era aceite pelos principais organismos internacionais. Do ponto de vista interno, essa prática mostrou-se ser necessária pelas razões que ficaram aqui expostas. Não obstante, quis-se confrontar de forma direta o primeiro chefe do Governo de Cabo Verde e arquiteto do Estado, se o partido único foi uma escolha ideológica ou uma necessidade.

Não posso dizer que tenha sido ideológica, mas também não posso dizer que não tenha, porque o Estado tem características próprias. Nós éramos um Movimento de Libertação. Passamos de um movimento de libertação para um partido dirigente. Há uma diferença enorme entre uma coisa e outra. E não tínhamos verdadeiramente um partido organizado. Havia uma vontade comum, mas uma qualquer coisa estruturada para dizermos, "esse é um partido", não existia. Foi a opção que nos conduziu a atingir os objetivos pelos quais tínhamos lutado. Poderia ser outra coisa? Podia ser, mas não estou a ver como[218].

Onésimo Silveira não vê importação ideológica na questão do partido único em Cabo Verde. Não se tratava de uma reprodução do marxismo-leninismo em voga no segundo quartel do século XX. Para ele, o partido único em Cabo Verde de ideológico não tinha nada, era uma necessidade.

A ideia do partido único de Cabral não era uma questão de importação dum esquema ou do sistema marxista-leninista. Era uma questão de poder. Fez-se automaticamente. Os portugueses saíram e o PAIGC entrou. Tinha de ser assim. Cabo Verde não tinha tradição de partidos políticos. O único partido político era a União Nacional de Salazar que era também partido único em Portugal, mas não chegava a Cabo Verde. Apanhava uma ou outra pessoa, numa ilha, eram gente da elite que depois punham a assobiar na Assembleia da República e a fazer discursos[219].

Tudo converge, pois, no sentido de se concluir que o regime de Partido Único instituído em Cabo Verde em 1975 é o prolongamento do que já vinha único da luta da libertação na Guiné-Bissau. Um partido que impôs a sua legitimidade no terreno de combate, que o estendeu para a mesa das negociações e que se apresentou perante o povo como o seu legítimo representante. As fragilidades do antigo colonizador e a sua situação política interna, a debilidade económica e social reinante em Cabo Verde no momento da sua independência, a quase inexistência de oposição interna e o nível de aceitação dos combatentes de liberdade da pátria e dos dirigentes do PAIGC, acabaram por completar as condições para a implementação do regime.

[218] Pedro Pires, entrevista concedida ao autor.
[219] Onésimo Silveira, em entrevista concedida ao autor.

3.6 A Constitucionalização do Regime de Partido Único em Cabo Verde – 1980

Quando foi assinado o acordo de independência com Portugal ficou estabelecido que deveria ser eleita uma Assembleia Constituinte a quem caberia aprovar a declaração de independência e, em três meses, elaborar a Constituição da República. No entanto, até à aprovação dessa Constituição era preciso uma referência jurídica que servisse de base à administração do país. É nesse sentido que a Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, reunida na cidade da Praia, a 5 de julho de 1975, aprovou a Lei da Organização política do Estado de Cabo Verde que ficou conhecida pela sigla: LOPE. No preâmbulo da lei pode-se ler que "considerando que se torna necessário instituir órgãos do poder do Estado e uma orgânica jurídico-política, indispensáveis à governação e administração do país até que seja adotada a Constituição da República, (…) determina:

> Artigo 1.º - A Soberania do Povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P. A. I. G. C.), que é a força política dirigente na nossa Sociedade. (LOPE, 1975)

Ora, é esta lei que vai servir de referência à administração do Estado, até à entrada em vigor de uma verdadeira Constituição, num período de três meses, como ficara acordado com Portugal nas negociações. No entanto, a história mostra que a primeira Constituição do Estado de Cabo Verde só foi aprovada cinco anos mais tarde. Vários fatores explicam esse incumprimento do prazo, mas nenhum deles é de natureza jurídica, mas sim de natureza prática e racional.

Primeiramente há que referir o prazo de três meses acordado nas negociações para a elaboração da primeira Constituição do Cabo Verde independente. A literatura sobre o que é uma Constituição ou sobre a essência de uma Constituição é vastíssima[220]. As perspetivas são muitas e o debate é infindável: a perspetiva pode ser sociológica, como proposta por Ferdinand Lassalle na sua obra "A essência da Constituição"[221], pode ser política como defendida por Carl Schmitt no seu livro "Teoria da

[220] Sobre as teorias constitucionais pode-se referir Hans Kelsen, na obra teoria pura do Direito; Carl Schmitt no seu livro Teoria da Constituição; Ferdinand Lassalle na sua obra A essência da Constituição; Robert Alexy e a Teoria dos Direitos Fundamentais; Ronald Dworkin, estudioso do Direito Constitucional dos Estados Unidos; Georges Burdeau, autor de diversas obras sobre Direito Constitucional e Ciência Política; Maurice Hauriou, Jurista e Sociólogo francês conhecido como autor de diversas reflexões sobre Direito Público e Direito Constitucional, entre outros.

[221] A perspetiva do autor é que uma Constituição é reflexo dos factos sociais que se desenvolvem dentro do Estado. Esta será a Constituição efetiva que mais não é do que uma soma dos fatores reais de poderes que determinam o funcionamento de uma nação. Para Lassalle uma Constituição escrita é apenas uma folha de papel que acabará por cair se contrariar a Constituição efetiva. (de Sousa Junior, 2012)

Constituição"[222] ou uma perspetiva puramente normativa como a de Hans Kelsen na obra "Teoria Pura do Direito"[223]. Para cada uma dessas perspetivas é esgrimido um conjunto de argumentos que mostram a complexidade que pode ser atribuída ao conceito e à essência de uma Constituição.

Conceitos mais atuais da Constituição apontam para conceções diferentes: força normativa da Constituição, constitucionalização simbólica, Constituição aberta, conceção cultural da Constituição, parecem ser os mais prevalecentes. De todas, a conceção cultural da Constituição é mais abrangente pois acaba por incorporar, pode-se dizer, os diferentes aspetos defendidos pelas outras conceções. De acordo com essa conceção, a Constituição é fruto da cultura existente dentro de um determinado contexto histórico, numa determinada sociedade e, ao mesmo tempo, é condicionante dessa mesma cultura, pois o direito é fruto da atividade humana. (de Sousa Junior, 2012)

Sendo assim, e se se admitir esta perspetiva abrangente do conceito de Constituição Cultural facilmente se perceberá que o que ficara acordado nas negociações para a independência de Cabo Verde, isto é, elaborar uma constituição em três meses, era uma utopia, para a qual só se encontra explicação numa manifesta pressa em resolver essas negociações, quer por parte de Portugal, que tinha problemas económicos

[222] De acordo com Carl Schmitt a anteceder a elaboração da Constituição há que tomar uma decisão fundamental sem a qual não é possível fundar um Estado ou proceder à sua organização. Trata-se da decisão de que tipo de Estado se pretende: unitário ou uma federação, um Estado de inspiração democrática ou não, um Estado de sistema parlamentarismo ou presidencialismo, que tipos de direitos fundamentais se quer para esse Estado, entre outros. O autor explica que esses princípios não têm de estar necessariamente escritos. Para o autor existe uma diferença entre Constituição e Lei Constitucional. Na Constituição encontram-se plasmadas as normas decorrentes das tais decisões prévias que são tomadas. Tratam-se das normas estruturantes do Estado que nunca poderão ser reformadas. Por sua vez, na Lei Constitucional, encontram-se um conjunto de articulados que é matéria adstrita à Lei, não por decisão fundamental, pelo que poderão ser alteradas ou reformadas por via de uma revisão constitucional. (de Sousa Junior, 2012)

[223] A perspetiva de Kelsen rompe com as duas primeiras. Para o autor a Constituição é norma pura, pelo que não faz sentido buscar o seu fundamento na sociologia, na filosofia ou na política, senão na própria ciência jurídica. Assim, a Constituição deve poder ser entendida no sentido a) lógico-jurídico: norma fundamental hipotética. Fundamental porque é ela que nos dá o fundamento da Constituição. Hipotética porque essa norma não é posta pelo Estado, é apenas pressuposta. Não está a sua base no direito positivo ou posto, já que ela própria está no topo do ordenamento; b) jurídico-positivo é aquela feita pelo poder constituinte, constituição escrita, é a norma que fundamenta todo o ordenamento jurídico. É algo que está no direito positivo, no topo na pirâmide. A norma infraconstitucional deve observar a norma superior e a Constituição, por consequência. Dessa conceção nasce a ideia de supremacia formal constitucional e controle de constitucionalidade, e de rigidez constitucional, ou seja, necessidade de proteger a norma que dá validade a todo o ordenamento. Para ele, nunca se pode entender o direito como facto social, mas sim como norma, um sistema escalonado de normas estruturas e dispostas hierarquicamente, onde a norma fundamental fecha o ordenamento jurídico dando unidade ao direito. (de Sousa Junior, 2012)

e pressão dos seus militares estacionados no arquipélago, quer por parte do PAIGC, que tinha pressa em concluir o processo de independência.

Mesmo perante essa realidade da impossibilidade de elaborar uma Constituição em noventa dias, mais tarde, alguns juristas criticaram o PAIGC pelo não cumprimento do prazo chegando mesmo a considerar que a Assembleia Constituinte perdera o mandato de que foi investido, ao fim dos referidos noventa dias[224]. Reagindo às críticas, Abílio Duarte, então Presidente da Assembleia Nacional, defendeu que o país não tinha experiência nem gente formada capaz de elaborar uma Constituição, pelo que o PAIGC resolveu dar tempo ao tempo, para clarificar que tipo de Constituição se queria para o novo Estado que se erguia. Outros dirigentes do partido justificaram a assunção do prazo de três meses nas negociações com Portugal como sendo fruto de ingenuidade e inexperiência. (Lopes, 2002)

Olívio Pires, um dos principais ideólogos do partido, em entrevista concedida ao autor, explica que Cabo Verde era um país jovem que estava a aceder à independência. Não havia qualquer tipo de experiência de governação. O partido queria a independência. Não se poderia pôr em causa a independência discutindo-se sobre Constituição. Não deveria ser Portugal a impor como é que se deveria governar o país. Caso contrário, Cabo Verde seria um país independente, sem soberania. A partir do momento que se alcança a independência adquire-se soberania sobre o território e ele é organizado da melhor maneira, conclui Olívio[225].

Quem fez Constituição em três meses? Alguns países até podem ter feito, mas tinham especialistas, universidades, etc., mas depois levaram anos em discussões até terem verdadeiramente uma Constituição. O princípio foi aceito sim, mas a partir daí você fica ilegítimo?! Era irrealista. Não era um ponto importante nas negociações daí, eventualmente, ter sido aceite sem grandes preocupações. Quando negociada a independência, Constituição não era preocupação. Preocupação era alimentar o povo, num país sem stock de alimentos. Não se alimenta o povo com a Constituição[226].

Na verdade, não houve Constituição ao fim de três meses. Ao invés, em 1977, a ANP, reunida em sessão plenária, introduz uma alteração no artigo 2º da LOPE onde deixa de fazer referência aos três meses para elaboração da primeira Cons-

[224] A este propósito ver declarações de Vieira Lopes, António Caldeira Marques e Jorge Carlos Fonseca em "Os bastidores da independência" de José Vicente Lopes.
[225] Olívio Pires, em entrevista concedida ao autor.
[226] Olívio Pires, em entrevista concedida ao autor.

tituição. Na sequência é criado um grupo de trabalho[227] que elaborará então a proposta de texto constitucional a ser apresentada ao partido, trabalho que durou aproximadamente dois anos.

Finalmente, em abril de 1979, o grupo termina o seu trabalho e é apresentado à direção do PAIGC o anteprojeto de Constituição.

Alguns elementos que tinham feito parte do grupo de trabalho consideraram que a Constituição por eles elaborada foi chumbada pelo partido, ou seja, pelos políticos. Por seu lado, os dirigentes do partido defenderam que a equipa não foi encarregue de elaborar uma Constituição, mas sim uma proposta e, como todas as propostas, alguns aspetos foram aceites e outros não. Reforçam ainda que, no essencial, a Constituição aprovada foi aquela que foi apresentada pela equipa técnica e pelos elementos políticos que compunham a comissão[228]. No entanto, há que referir que o período que antecede a conclusão da proposta da equipa é agitado, de certa forma, pelas demissões de Manuel Faustino e José Tomás Veiga, do Governo. Eram os primeiros sinais evidentes de agitação dentro do partido, com eco no Governo. Aliás, Olívio Pires reconhece que esse acontecimento afetou o partido e teve impacto no comportamento de alguns elementos da comissão que passaram, a partir desse momento, a ter comportamento e posições precisamente ao contrário do que tinham tido até então[229].

A questão de consagrar um só partido na proposta da Constituição merece uma explicação por parte de Olívio Pires. Para esse dirigente e ideólogo do PAIGC/CV, sendo Cabo Verde um país recém-independente e muito frágil, era fundamental manter o país unido à volta de um partido forte ao invés de admitir partidos, do tipo fantoche, que pudessem ser a porta de entrada de outros interesses e conflitos no país.

Havia muita desconfiança nos primeiros tempos de independência. O país vivia sob a psicose de uma possível invasão externa. Os militantes e as pessoas de uma forma em geral faziam vigilância. Tínhamos em Cabo Verde, um país recém-independente, embaixadas da América, da União Soviética, da França e da China. Só faltava a embaixada da Inglaterra para termos aqui o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

[227] De acordo com José Vicente Lopes, "Os bastidores da Independência", este grupo foi constituído por: Manuel Duarte, Renato Cardoso, Jorge Carlos Fonseca, António Mascarenhas Monteiro, Carlos Veiga, David Hopffer Almada e Onildo Pires como secretário as reuniões.
[228] Ver "Os bastidores da Independência", página 623 e seguintes.
[229] Ver "Os bastidores da Independência", página 625.

Portanto havia uma apreensão gerada pela presença dessas potências num país que não tinha nada. Porque então deveríamos criar uma série de partidos não para competirem entre si, mas sim para servirem de testas de ferro de outros países para fazerem as suas lutas aqui? Quisemos evitar isso em Cabo Verde. Achávamos que era mais fácil conseguirmos apoios para o desenvolvimento se apresentássemos como um país unido à volta de um partido forte, mesmo que alguns não defendessem o partido[230].

Outra situação que poderá ter ensombrado um pouco o percurso constitucional de Cabo Verde foi o projeto político de Unidade Guiné Cabo Verde, dois países um só partido dirigente - o PAIGC. Bissau já tinha a sua Constituição. Tratar-se-ia então de encontrar uma Constituição para Cabo verde que não destoasse de todo desse princípio de união e do que já havia na Guiné. Alguns princípios que estavam consagrados na Constituição da Guiné-Bissau não agradavam aos dirigentes cabo-verdianos do PAIGC. Defendiam mesmo que não serviam aos interesses e à cultura cabo-verdianos.

Não obstante, Olívio Pires não comunga da opinião que a questão da unidade tenha condicionado o surgimento da primeira Constituição em Cabo Verde. Explica que a Guiné já tinha uma Constituição que, no entanto, achavam que não servia a Cabo Verde. Embora a luta tenha sido comum, mas o desenvolvimento foi muito diferente. Por exemplo, a Guiné consagrava pena de morte e Cabo Verde já tinha anos e anos que não tinha esse princípio e o próprio Portugal também não. Explica que procurou-se harmonizar, lá onde foi possível, mas não havia nenhum compromisso em fazer uma Constituição igual à da Guiné. Foi tentado fazer uma constituição na Guiné para Cabo Verde, mas foi rejeitado pelo partido, não tinha cabimento, clarifica[231].

Seguindo o seu percurso e à semelhança do que acontecia com diversos assuntos de importância no país, o anteprojeto elaborado pela comissão e com as alterações que foram introduzidas na direção do partido, é publicado no jornal oficial[232] do Governo e colocado à discussão pública em todas as ilhas do país. Finalmente, a primeira Constituição de Cabo Verde foi aprovada na Assembleia Nacional Popular no dia 5 de setembro de 1980. Intencional ou não, o preâmbulo da Lei Constitucional é uma justificação aos cinco anos que mediaram a independência e o surgimento da primeira Constituição:

[230] Olívio Pires, em entrevista concedida ao autor.
[231] Olívio Pires, em entrevista concedida ao autor.
[232] De acordo com "os Bastidores de Independência" o texto constitucional foi publicado no "Jornal Voz di Povo" de 27 de junho de 1980.

> O exercício efetivo do poder desde o dia da Independência Nacional, proporcionou ao povo cabo-verdiano viver ricas experiências e colher úteis ensinamentos e permitiu-lhe lançar as bases fundamentais da edificação de uma sociedade justa, livre e fraterna.
>
> Com base nesses ensinamentos e experiências, na total fidelidade ao pensamento de Amílcar Cabral, fundador da Nacionalidade, e aos objetivos do PAIGC;
>
> Ciente de interpretar as legítimas aspirações do povo cabo-verdiano;
>
> A Assembleia Nacional Popular aprova a primeira Constituição Política da República de Cabo Verde. (Constituição da República de Cabo Verde, 1980)

Com essa aprovação dá-se, definitivamente, a constitucionalização do regime de Partido Único em Cabo Verde, já em vigor desde a independência. O artigo 4º na Constituição (1980) não deixa qualquer dúvida a propósito:

> 1. Na República de Cabo Verde, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é a força política dirigente da sociedade e do Estado.
>
> 2. No desempenho da sua missão histórica, o PAIGC exerce o seu papel dirigente na base da presente Constituição, cabendo-lhe designadamente:
>
> a) Estabelecer as bases gerais do programa político, económico, social, cultural, de defesa e segurança a realizar pelo Estado;
>
> b) Definir as etapas da Reconstrução Nacional e estabelecer as vias da sua realização.

Na verdade, este artigo acaba por ser o mais definidor de toda a Constituição pois é ele que determina a natureza do regime político cabo-verdiano e a forma como o Estado se organiza e exerce o seu poder sobre a nação. No entanto, pode-se referir ainda ao artigo 2º que determina que 1) "a soberania nacional da República de Cabo Verde reside no povo" e, 2) "as massas populares exercem o poder político diretamente e através dos órgãos de poder eleitos democraticamente".

Não deixa de ser digno de relevo o conteúdo do artigo 3º que determina que:

> A República de Cabo Verde é um Estado de democracia nacional revolucionária, fundado na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controle e direção das atividades públicas, e orientado para a construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem. (Constituição da República de Cabo Verde, 1980)

Refere-se ainda a forma estatizada como a economia é organizada, ou seja, controlada pelo Estado, visando, segundo o próprio texto constitucional, "a criação da base técnico-material da sociedade e o controle dos setores básicos da economia como fundamento do progresso social". O artigo 10º determina que:

> A organização económica e social da República de Cabo Verde tem como objetivo a promoção contínua do bem-estar do povo, a liquidação da exploração do homem pelo homem e a eliminação de todas as formas de sujeição humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, de grupos ou classes. (Constituição da República de Cabo Verde, 1980)

De resto, tirando esses aspetos mais relevantes aqui abordados e outros referentes a alguns direitos e garantias, a Constituição tinha uma estrutura igual a tantas outras. Estava assim aprovada a primeira Constituição do Cabo Verde independente, não nos três meses após a sua independência, como ficara determinado nas negociações com Portugal, mas sim cinco anos depois[233]. O regime de Partido Único em Cabo Verde é assim constitucionalizado e vai durar até 28 de setembro de 1990 com a revisão do referido texto constitucional. Com essa revisão cai o artigo 4º, nº 1, criando as condições para a instalação do multipartidarismo.

[233] Para conhecimento das etapas e fases da Constituição em Cabo Verde, consultar *http://portais.parlamento.cv/Constituicao/historia.php*

CAPÍTULO IV – O REGIME POLÍTICO CABO-VERDIANO ENTRE 1975 E 1991

> A ideia do partido único de Cabral não era uma questão de importação dum esquema ou do sistema marxista-leninista. De ideológico não tinha nada. Foi uma necessidade. (Silveira, 2019)[234]

Declarada a independência, constituído o Governo, é chegada a hora de governar o país o que significa dizer, começar quase tudo do princípio. A situação económica e financeira, já se disse, era muito preocupante. O país não tinha recursos naturais. A população arranjava para se alimentar em função da queda das chuvas que era pouca e irregular. A potência colonial, fruto da sua política com as colónias e da própria crise económica e social que enfrentava, tinha sérias dificuldades em garantir o básico de sobrevivência aos seus colonizados, nos últimos tempos da sua administração.

O primeiro Governo do Cabo Verde independente tinha que, tão rápido quanto possível, avançar com um programa de governação que pudesse começar a travar a situação e evitar uma catástrofe social. Paralelamente, os novos dirigentes políticos do país precisavam convencer a comunidade internacional, através da montagem de uma organização institucional com um mínimo de credibilidade, de que se justificava a existência de Cabo Verde como um país soberano. Isto porque havia uma desconfiança muito grande por parte dos organismos internacionais se o país seria capaz de se viabilizar como soberano, dada as enormes fragilidades que se apresentavam.

Este capítulo analisa algumas medidas de políticas implementadas durante a vigência do regime de Partido Único em Cabo verde, não só como forma de travar a situação da pobreza extrema em que o país estava mergulhado, mas, acima de tudo, medidas que terão contribuído para a edificação do Estado de Cabo Verde e para o início do processo de desenvolvimento.

[234] Entrevista concedida ao autor.

4.1 Natureza e Estrutura do Sistema de Poder

Já se discutiu, nos dois últimos pontos do capítulo anterior, todo o processo que conduziu à instalação do sistema de Partido Único em Cabo Verde, no período a seguir à independência. Os argumentos estribam-se no que era hábito nos demais países após processos de libertação, no facto de não ter existido outros partidos envolvidos na luta para a independência e na necessidade de se montar um regime estável, tendo em conta as fragilidades do país e também capaz de delinear e executar um programa de governação virado para o desenvolvimento.

No entanto, antes de se entrar na análise da natureza e estrutura do sistema de governação instalado em Cabo Verde em 1975, convém, pela sua importância, ainda que seja histórica, deter um pouco no conteúdo da Declaração de Independência, aprovada na reunião alargada realizada em Bissau, nos dias 24 e 25 de junho, do Conselho Superior da Luta[235] e lida no ato público do dia 5 de julho do mesmo ano. Mais do que simbólico, o referido documento sintetiza as reais intenções do PAIGC e o caminho escolhido para a nova República. Desde logo o posicionamento claro da não possibilidade de partilha de poder ao determinar que "o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde foi e continuará a ser a força, a luz e o guia do nosso povo. (…) continuará a ser a força política dirigente da nossa Sociedade hoje totalmente livre"[236]. Quanto à sua natureza se dúvidas houvessem, ficam dissipadas. A consagração clara de um regime autoritário.

Em relação à política económica a seguir, ela é anunciada no sentido de "promover a organização económica do país e criar as bases materiais para a participação no avanço da ciência e da técnica e no desenvolvimento da cultura humanística"[237]. Tendo em conta a situação do país, o partido definiu como meta a organização económica do país.

Em matéria de política externa, a Declaração não podia ser mais clara. A referência ao Direito Internacional como base para desenvolver relações de cooperação internacional e solidariedade com os Estados Africanos e com os restantes Estados que reconheciam e respeitassem a soberania de Cabo verde e que apoiassem a luta pela libertação em todas as formas. Mas, a intenção de política externa plasmada na Declaração tem uma pretensão maior: "ela dá uma particular atenção à criação e desenvolvimento de relações de franca cooperação, no interesse recíproco, com

[235] Publicado no B.O nº 1, de 5 de julho de 1975.
[236] Extraído da Declaração de Independência, publicada no B.O nº 1, de 5 de julho de 1975.
[237] Mesmo documento citado.

os países que tradicionalmente acolhem emigrantes cabo-verdianos os quais, pelo trabalho perseverante e honesto, têm contribuído para a construção económica dos outros continentes"[238]. Está mais do que evidente que quem escreveu a Declaração estava claramente a pensar na sensibilização dos emigrantes mas, acima de tudo, nas remessas como uma das principais fontes de receitas do país[239].

Outro assunto de política externa que mereceu destaque na Declaração foi o posicionamento do PAIGC, em relação aos dois blocos políticos que dominavam o mundo depois da Segunda Guerra Mundial – A NATO e o Pacto de Varsóvia, que é a mesma coisa que dizer, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). "A República de Cabo Verde adota os princípios de respeito mútuo da soberania nacional, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, da reciprocidade de interesses e vantagens, do não-alinhamento, pela paz e cooperação entre os Povos." Posição clara a favor do não-alinhamento, assunto que será retomado mais à frente neste trabalho.

Finalmente, em matéria de defesa, às Forças Armadas revolucionárias do Povo (FARP), consideradas "o braço armado do partido", incumbia-se o papel de "defender a soberania nacional e a integridade do território, salvaguardar as conquistas revolucionárias do povo e participar na construção nacional do país pelo combate ao subdesenvolvimento e às suas componentes: a miséria, a fome, o analfabetismo"[240].

Portanto, como se pode constatar, a Declaração da Independência, mais do que um documento simbólico, é sobretudo, pode-se assim dizer, os termos de referência que nortearão a elaboração do programa do primeiro Governo de Cabo Verde.

Até à elaboração de uma Constituição, a Assembleia Nacional Popular (ANP) aprova um documento, tido como transitório, intitulado Lei da Organização Política do Estado (LOPE), que serviu de referência e de base à gestão política e administrativa do Estado de Cabo Verde. O artigo primeiro da LOPE determina que "a Sobera-

[238] Extraído da Declaração de Independência, publicada no B.O nº 1, de 5 de julho de 1975.

[239] É bom lembrar que muitos dos emigrantes cabo-verdianos, espalhados pelos diferentes continentes, tiveram um papel importante, principalmente no momento da mobilização para a luta. Em muitas das reconstituições da história de vida de vários combatentes e dirigentes encontra-se essa referência ao apoio que receberam dos emigrantes cabo-verdianos, entre outros, em Portugal, França, Holanda, Senegal. Também há que referir que algumas vozes contra o PAIGC vinham da emigração como é o caso dos Estados Unidos da América. Portanto, há razões mais do que suficientes para que a emigração cabo-verdiana conste do texto da Declaração da Independência.

[240] Extraído da Declaração de Independência, publicada no B.O nº 1, de 5 de julho de 1975.

nia do Povo de Cabo Verde é exercida no interesse das massas populares, as quais estão estreitamente ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que é a força política dirigente na nossa Sociedade." No fundo, o artigo 1º da LOPE vem consubstanciar e dar força de lei ao que já estava determinado na Declaração. Significa isso dizer que existe uma subordinação da sociedade, e do próprio Estado, às diretrizes do partido.

A estrutura política e administrativa do Estado, consagrada na LOPE é composta da seguinte forma: uma Assembleia Nacional Popular; o Presidente da República – que é Chefe de Estado e responde perante a ANP; o Governo, que é chefiado por um Primeiro-ministro, eleito pela ANP, sob proposta do Chefe de Estado; e o Conselho Nacional de Justiça. Convém deter-se sobre esta estrutura de poderes e analisar a distribuição e circulação do poder entre os diferentes órgãos.

- A Assembleia Nacional Popular, antes Assembleia Constituinte, foi formada na sequência das eleições de 30 de junho de 1975. Ela era composta por 56 deputados e, de acordo com o que ficou estabelecido no Protocolo de Lisboa[241], tinha como uma das primeiras funções aprovar a Declaração da Independência. É o órgão legislativo por excelência e tem a função de eleger o Presidente da República, como estabelece o artigo 8º da LOPE.

Os artigos 4º e 6º da LOPE determinam que a ANP votará Leis e Resoluções e pode delegar poderes legislativo ao Conselho de Ministros. Por seu lado, o artigo7º determina que o deputado não pode ser perseguido por questão criminal ou disciplinar, salvo em casos de flagrante delito ou por ordem da própria Assembleia. O artigo acrescenta ainda que "em caso algum, ele pode ser perseguido, detido, preso, julgado ou condenado por causa de opiniões ou de votos emitidos no exercício do seu mandato de deputado"[242].

O artigo que mais chama a atenção em relação aos poderes da ANP é o 5º, ao determinar que "a Assembleia Nacional Popular pode modificar ou anular as medidas adotadas pelos outros órgãos do Estado. Ela pode constituir comissões de inquérito".

[241] Acordo assinado entre o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde e o Governo Português para a independência de Cabo Verde.
[242] Lei de Organização Política do estado (LOPE) publicada no B.O nº 1, de 5 de julho de 1975.

• O Presidente da República é eleito pela ANP, a quem responde politicamente, e é investido nas suas funções pelo Presidente da ANP à quem deve prestar o seguinte juramento: *"Juro, por minha honra, dedicar a minha inteligência e as minhas energias ao serviço do povo de Cabo Verde, cumprindo os deveres da alta função de Presidente da República, com fidelidade total aos objetivos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde"*[243].

Como se pode constatar, o juramento é feito à fidelidade total aos objetivos do partido e não do Estado, ao contrário do que normalmente acontece em regimes democráticos. No entanto, entende-se que assim seja, uma vez que o partido era a força dirigente da sociedade e do Estado[244].

Segundo a LOPE compete ao Presidente da República: 1) vigiar pela correta observância da presente Lei e das restantes Leis da República; 2) representar o Estado de Cabo Verde nas relações internacionais; 3) concluir acordos e ajustar tratados internacionais, diretamente ou por intermédio de representantes; 4) Convocar a Assembleia Nacional Popular; 5) promulgar as Leis; 6) nomear e demitir os membros do Governo, sob proposta do Primeiro-ministro; 7) receber as credenciais dos representantes estrangeiros; 8) nomear e demitir os representantes do Estado no estrangeiro; 9) amnistiar, perdoar e comutar as penas; 10) declarar o estado de sítio; 11) conceder as condecorações do Estado; 12) todas as demais funções que lhe forem atribuídas pelas Leis e Resoluções da Assembleia Nacional Popular[245].

De realçar ainda que a LOPE dá ao Presidente da República a faculdade de assistir e presidir o Conselho de Ministros, assim como exigir relatórios dos seus membros e com eles discutir todas as questões das suas atribuições e competências.

• O Governo é constituído pelo Primeiro-ministro, eleito pela ANP por proposta do Chefe de Estado, e por Ministros e Secretários de Estado, nomeados pelo Chefe de Estado, sob proposta do Primeiro-ministro. O Governo responde perante a ANP, mas entre as sessões da ANP responde perante o Presidente da República. Cabe ao Conselho de Ministros interpretar e executar "de maneira criadora, as linhas de ação governativa estabelecidas pela Assembleia Nacional Popular com vista à realização do programa político, económico,

[243] Lei de Organização Política do estado (LOPE) publicada no B.O nº 1, de 5 de julho de 1975.
[244] Ver Lei de Organização Política do estado (LOPE) publicada no B.O nº 1, de 5 de julho de 1975.
[245] Mesmo documento citado.

social cultural, de defesa e de segurança definido pelo Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde"[246].

O Primeiro-ministro, na investidura das suas funções, presta juramento ao Presidente da República nos mesmos termos em que este presta ao Presidente da ANP, já referidos no ponto anterior, ou seja, prometendo fidelidade total aos objetivos do partido.

• Finalmente, para completar a estrutura do poder instalada em 1975, o artigo 17º da LOPE determina que a justiça é feita por um Conselho Nacional de Justiça e pelos Tribunais. "O Conselho Nacional de Justiça é a instância judicial suprema da República. Ele dirige a atividade dos tribunais com base nesta Lei e nas restantes leis da República, e assegura a uniformidade da Jurisprudência." De notar que a LOPE não fixa as competências desse Conselho Nacional de Justiça, remetendo essa tarefa para uma posterior lei específica.

De notar ainda que não houve um rompimento imediato com a legislação colonial portuguesa pois o penúltimo artigo da LOPE fixa que "A legislação portuguesa em vigor nesta data mantém transitoriamente a sua vigência em tudo o que não for contrário à soberania nacional, à presente Lei, às restantes Leis da República e aos princípios e objetivos do PAIGC"[247].

Para dar corpo a esta estrutura do poder, foram eleitos na Assembleia Nacional Popular, para ocupar os cargos atrás referidos, os seguintes militantes, todos deputados:

- Presidente da Assembleia Nacional Popular – Abílio Augusto Monteiro Duarte, membro do Comité Executivo da Luta.
- Presidente da República - Aristides Maria Pereira, Secretário-geral do PAIGC.
- Primeiro-ministro – Pedro Verona Pires, membro do Comité Executivo da Luta.

E sob proposta do então Primeiro-ministro eleito, Pedro Pires, e nos termos do nº 6 do artigo 8º da LOPE, foram designados os seguintes militantes para desempenhar funções no Governo:

[246] Lei de Organização Política do estado (LOPE) publicada no B.O nº 1, de 5 de julho de 1975.
[247] Mesmo documento citado.

Quadro 2: Composição do Primeiro Governo de Cabo Verde (julho de 1975)

Nome do Ministro	**Estatuto no Partido**	**Ministério**
Abílio Augusto Monteiro Duarte	Comité Executivo da Luta	Negócios Estrangeiros
Silvino Manuel da Luz	Conselho Superior da Luta	Defesa e Segurança Nacional
Osvaldo Lopes da Silva	Conselho Superior da Luta	Economia
Carlos Nunes Fernandes dos Reis	Conselho Superior da Luta	Educação, Cultura, Juventude e Desporto
Herculano Adelaide Vieira	Conselho Superior da Luta	Transportes e Comunicações
Amaro Alexandre da Luz	Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC	Finanças
Manuel da Paixão Santos Faustino	Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC	Saúde e Assuntos Sociais
Sérgio Augusto Cardoso Centeio	Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC	Agricultura e Águas
Silvino de Oliveira Lima	Direção Regional de Santo Antão do PAIGC	Obras Públicas
David Hopffer Cordeiro Almada		Justiça
André Corsino Tolentino	Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC	Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

Fonte: Elaboração própria. Informação extraída do B.O. Nº 1, de 5 de julho de 1975.

Como se pode observar, o Governo é composto por dez Ministros e um Secretário de Estado. Entre eles apenas um, o da Justiça, não tem qualquer referência à sua ligação ao partido. Em relação aos outros Ministros, pode-se constatar uma clara hierarquia entre eles, no que ao estatuto dentro do partido diz respeito. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, que assim como o Primeiro-ministro, pertencia ao Comité Executivo da Luta; aqueles que pertenciam ao Conselho Superior da Luta, nomeadamente o da Defesa e Segurança Nacional, Economia, Educação Cultura, Juventude e Desporto, Transporte e Comunicações; os restantes Ministros e o Secretário de Estado são referenciados como pertencendo à Direção Nacional ou

Regional do partido em Cabo Verde. Portando, nota-se que a hierarquização dos membros do Governo no documento publicado em B.O. fez-se pelo estatuto que tinham dentro do partido e não por outro critério qualquer.

Questionado pelo autor sobre os critérios que conduziram à escolha desses Ministros para as respetivas pastas, Pedro Pires, então Primeiro-ministro, respondeu que não foi fácil uma vez que não havia muitos candidatos porque a situação não era brilhante.

O critério era, aqueles que acreditavam no projeto. Aqueles que participaram na sua realização e que deveriam continuar a participar na sua realização. Portanto, centramos em aqueles que militaram para a independência de Cabo Verde. Procuramos que tivessem alguma qualificação técnica e que pudessem entender dessas coisas da governação porque aí também nós não tínhamos experiência governativa, havia muita intuição e boa vontade. Intuição política e a boa vontade de resolver os problemas e de criar as bases materiais para o desenvolvimento futuro de Cabo Verde independente[248].

Fazendo uma análise crítica sobre a estrutura do Estado instalado em Cabo Verde com a independência nacional constata-se a materialização do estatuído sobre o papel do partido na organização e controlo do Estado e da sociedade. Verifica-se uma preocupação de afetação das principais figuras do PAIGC pelas diferentes funções políticas dentro duma lógica de hierarquia e do peso de cada um na estrutura partidária ao invés da lógica do melhor perfil político para uma determinada função. Três figuras são incontornáveis na relação de força dentro do partido, em Cabo Verde: Aristides Pereira, que ocupou o cargo de Secretário-geral do PAIGC após o assassinato de Amílcar Cabral; Pedro Pires que dirigiu todos os assuntos que a Cabo Verde dizia respeito, inclusive chefiou as delegações do partido nas negociações com o colonizador para a independência; e Abílio Duarte, destacado dirigente do PAIGC durante a luta[249].

Como já se disse, estas três figuras foram afetas aos três principais órgãos do Estado então criados: Presidência da Assembleia Nacional Popular, Presidência da República e Primeiro-ministro. Chama a atenção, da análise da LOPE, a própria distribuição de poder entre esses três órgãos do Estado. Desde logo o poder que é dado à Assembleia Nacional Popular, sem qualquer condicionalismo ou pressupos-

[248] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.

[249] Abílio Duarte, em março de 1974 defende perante a 4ª Comissão da Assembleia Geral da ONU, o direito do povo cabo-verdiano à autodeterminação e independência e, em outubro do mesmo ano, defende junto do Comité de Descolonização da ONU a tese preconizada pela Direção do PAIGC para o processo de descolonização de Cabo Verde.

tos. Trata-se sem dúvida de um poder institucional musculado, sem paralelo nas constituições modernas, ou seja, de sistemas democráticos. Todos, sem exceção, respondem perante a Assembleia, até o próprio Presidente da República.

A forma como o artigo 5º está redigido dá à ANP o estatuto de um órgão supremo capaz de substituir o próprio Estado. Nota-se ainda que, na formação do Governo, é atribuído o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Presidente da Assembleia Nacional Popular, quase que transformando o Governo numa extensão da ANP, ou então, o Presidente da ANP, ao ser Ministro, funciona como que um fiscal permanente junto do Governo. Aliás, o Governo parece manietado entre a ANP e o PR, uma vez que, segundo a LOPE, quando a Assembleia não se encontra reunida, o Governo responde perante o Presidente da República. Mas a submissão do Governo encontra expressão maior nas competências do Presidente da República que pode, por força da Lei, assistir e presidir o Conselho de Ministros, exigir relatórios e informações de qualquer membro do Governo, por iniciativa própria[250].

A forma como o poder é estruturado, a forma como os principais pilares do Estado são implantados, deixa transparecer alguma desconfiança e algum receio de algo, aliás bem patente nas entrevistas dos principais dirigentes do partido e membros do primeiro Governo de Cabo Verde. Os cargos fundamentais são entregues cirurgicamente a dirigentes experimentados e experientes de todo o processo de luta de libertação, fazendo com que o poder circulasse entre um grupo restrito de pessoas, fiéis ao partido, à causa da luta e da independência. Aliás, uma das características dos regimes autoritários é fazer a concentração do poder num indivíduo ou num grupo restrito de indivíduos. No entanto, como já se disse anteriormente referido, o regime cabo-verdiano ganha peculiaridade porque em relação a outras características, foge ao padrão global desses sistemas autoritários.

4.2 A Estrutura Ideológica do Partido e do Regime

Os movimentos de libertação da África após a segunda guerra mundial acontecem, na sua esmagadora maioria, sob a égide das ideias socialistas. Assim, não é de estranhar que os novos Estados que resultaram desses movimentos de libertação tivessem adotado sistemas políticos inspirados nos princípios do socialismo ainda que adaptando-os à história e à cultura africanas. Algumas características são reconhecíveis

[250] Nota-se que atualmente o Presidente da República pode presidir o Conselho de Ministros desde que, para o efeito, seja solicitado pelo Primeiro-ministro. Conforme estatuído na alínea a) do nº 2 do artigo 135º da Constituição da República de Cabo Verde.

nesses regimes, como sendo: ideias de desenvolvimento social, um setor público forte e uma economia planeada e gerida pelo Estado.

O regime de Partido Único implantado em Cabo Verde, em 1975, também é inspiração dos princípios ideológicos do socialismo consagrado na União Soviética. No entanto, em Cabo Verde foi preciso controlar os ímpetos ideológicos e governar com pragmatismo devido à situação de fragilidade do país. Os "vindos da Guiné", embora tenham feito a luta com assistência técnica militar e armamentista de países socialistas, como a União Soviética e Cuba, eram os que ferviam menos, pelo menos publicamente, com a ideologia marxista-leninista. Estes revelaram-se mais realistas e conseguiram mitigar os princípios ideológicos com as necessidades do país.

Por seu lado, os mais novos, que não estiveram na luta de libertação e que aliaram a sua formação política à formação académica, eram os ideologicamente mais convictos. Aliás, a questão ideológica marcou o regime cabo-verdiano desde a primeira hora, criando uma contradição entre a ideologia marxista-leninista de que o partido é herdeiro, de alguma forma, e a necessidade de encontrar um equilíbrio de apoio à sobrevivência nos diversos quadrantes da esfera internacional. Esta contradição irá contribuir, mais à frente, para as cisões dentro do PAIGC e para o esvaziamento do próprio sistema de Partido Único em Cabo Verde[251].

Assim, o Governo do PAIGC foi obrigado a desenvolver uma técnica de relações internacionais que seria capaz de não desconfigurar a sua matriz ideológica, que tinha como referência um socialismo transformado e adaptado, e a necessidade de desenvolver relações de Estado essencialmente de solicitação de ajuda alimentar e ajuda ao desenvolvimento dos países ideologicamente capitalistas, tendo os Estados Unidos como referência. Não se pode perder de vista que, nessa altura, o mundo vivia praticamente organizado à volta desses dois blocos. Deve-se reconhecer que nessa matéria o regime cabo-verdiano conseguiu um notório desempenho, pois durante muitos anos conseguiu manter a sua relação com a União Soviética e Cuba, por um lado, e por outro, convencer os Estados Unidos da América de que o regime cabo-verdiano não era comunista.

[251] Pedro Pires admite que esta questão ideológica se colocou mesmo durante a formação do Governo pois enquanto responsável para a escolha dos membros do Governo, foi acusado de ter privilegiado os trotskistas quando foram para o Governo militantes que eram tidos como maoístas. A este propósito, ver José Vicente Lopes em "Cabo Verde. Os bastidores da independência".

É assim que, durante os primeiros anos de independência, Cabo Verde continua a receber apoio em materiais e formação militar, da União Soviética. Também na área da educação Cabo Verde desenvolve intenso programa de formação de quadros superiores com a maioria esmagadora a frequentar estabelecimentos de ensino na União Soviética e em Cuba. Na saúde o país recebe (até aos dias de hoje) médicos provenientes destes dois quadrantes, o que fez com que durante muitos anos o ideal do socialismo tivesse muitos seguidores em Cabo Verde. Aliás, a esse propósito Aristides Pereira reconhece que não se poderia pedir aos cubanos que não ensinassem o comunismo aos estudantes cabo-verdianos.[252] Também há que ter em conta as boas relações tidas com a China. Provavelmente o primeiro grande símbolo dessas relações foi a construção do Palácio da Assembleia Nacional Popular.

Por outro lado, o país, também fruto de excelentes contactos que o PAIGC desenvolvera durante a luta contra o colonialismo, desenvolveu logo a seguir à independência uma intensa procura de ajuda alimentar para fazer face à situação de extrema carência que o país atravessava nessa época, fruto de uma administração colonial desastrosa e de sucessivas secas severas que assolavam as ilhas. A procura dessa ajuda alimentar é feita junto dos países ocidentais, constituindo-se os Estados Unidos e os seus aliados os principais doadores.

A posição estratégica que Cabo Verde ocupa no mundo, no cruzamento dos três continentes, fez com que o seu território fosse muito apetecível em tempos de Guerra Fria. Essa posição fazia com que Cabo Verde fosse uma excelente base militar para qualquer uma das superpotências. No entanto, a política externa do país conseguiu manobrar bem entre elas, sem comprometer-se com nenhuma delas, antes pelo contrário, mantendo boas relações com ambas e praticando uma política de não-alinhamento[253] muito em voga em vários países em desenvolvimento.

Reconhecendo que não é fácil recuar no tempo para avaliar, Silvino da Luz refere com à-vontade que não foi fácil porque não havia meios, pelas razões já expostas.

---

[252] Ver José Vicente Lopes, "Cabo Verde. Os bastidores da independência".

[253] O Movimento dos Países Não Alinhados tem origem na Conferência Ásia-África que teve lugar em Bandung, Indonésia, em 1955. O encontro de Bandung reuniu os líderes de 29 países, na sua maioria ex-colónias, para debaterem sobre vários aspetos e coordenar posições no campo da política internacional. Como principal ponto do movimento ficou o princípio de os países não se envolveram a favor de nenhuma das duas superpotências saídas da Segunda Guerra Mundial, os EUA e a URSS, que desenvolviam uma corrida armamentista sem precedentes criando assim um cenário de uma Terceira Guerra. Outros aspetos que mereceram análise e compromissos desse movimento foram: combate à pobreza, a oposição ao colonialismo, ao imperialismo e ao neocolonialismo, apoio às lutas pela independência, apoio ao desenvolvimento económico. *(https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_N%C3%A3o_Alinhado) consul-tado em 28/10/2021.*

No entanto, acrescenta que havia uma simpatia internacional o que fez com que alguns países se tivessem juntado para não deixar Cabo Verde cair como Estado soberano. Mas também o não aventureirismo ideológico e o estilo de vida que os governantes cabo-verdianos levavam terão contribuído sobremaneira para o não fracasso.

Jogamos bem. Não partimos para grandes proclamações de democracias populares. Definimo-nos como República de Cabo Verde. Fomos contidos. Contivemos a União Soviética e a China, no seu lado, embora mantendo todas as amizades, contivemos americanos, franceses e alemães no seu lado e, conseguimos criar um volume de simpatia à nossa volta que se transformou em capital de ajuda que era também favorecido pela imagem do nosso estilo de vida e pelo nosso comportamento do dia-a-dia. Os meios oferecidos eram geridos de forma controlada e transparente e fomos andando ganhando experiência e a máquina foi funcionando de forma evolutiva. Havia uma comunhão, naquele tempo, uma comunhão absoluta entre o Governo e a população[254].

Por já não se encontrar entre nós, não foi possível ouvir o primeiro Ministro de Negócios Estrangeiros de Cabo Verde[255] pelo que se faz fé nas suas declarações reproduzidas, a este propósito, por José Vicente Lopes:

Desde o início tivemos a clarividência de que a nossa diplomacia devia defender, em primeiro lugar, os interesses fundamentais de Cabo Verde. Para além de quaisquer motivações de ordem política ou ideológica, a nossa postura é de que não se podia de maneira nenhuma nivelar a política externa do Estado com a do partido, não obstante as convergências possíveis. (…) Havia que fazer uma abertura para o relacionamento e cooperação com todos os países do mundo, nomeadamente com antigos aliados diretos de Portugal no processo de libertação dos nossos povos. Dêmos continuidade ao nosso relacionamento com os países escandinavos, estabelecemos relações frutuosas com os EUA, Alemanha, França, Espanha, Benelux e os restantes países europeus, o Brasil e também com a África. Partimos, enfim, do princípio de que Cabo verde não poderia desenvolver-se sem o apoio e a cooperação desses países. Podemos constatar na altura que a ajuda da Suécia ou da Alemanha era de longe superior à ajuda de todos os países socialistas juntos. Apesar disso, não deixamos de manter relações corretas e fraternais com eles, não esquecendo nunca o apoio decisivo que nos deram durante a luta de libertação nacional. Mas isso não poderia nunca significar um enfeudamento nosso ao bloco socialista. (Lopes, 2002, p. 474)

[254] Silvino da Luz em entrevista concedida ao autor.
[255] Abílio Duarte foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1975 e 1981. Faleceu a 20 de agosto de 1996.

Também foi preciso posicionar-se sobre as relações de Estado entre a antiga colónia e a antiga metrópole. Nesse aspeto prevaleceu o bom senso e, mais uma vez, o pragmatismo diplomático dos novos governantes do arquipélago. Duarte explica que, não obstante as mágoas e ressentimentos da guerra colonial e das feridas que ainda se encontravam abertas, era necessário estabelecer relações corretas e salutares com o Governo português. Há que acrescentar ainda que, graças às boas relações encetadas pelos dois Estados, Cabo Verde vem a ter um papel importante na aproximação entre Portugal e antigas colónias com principal destaque para Angola[256].

Pedro Pires enaltece, à semelhança dos outros colegas do partido, o pragmatismo e sucesso da política externa do país e a sobrevivência entre os dois sistemas político-mundo da altura.

Qual era o país, qual era o Governo que seria capaz de fazer o que Cabo Verde fez em relação à África Austral? Em relação à África do Sul? Em relação à Angola e em relação à Namíbia? Uma política externa com enorme audácia, apesar da pequenez. Fomos os primeiros a acolher no Sal a reunião entre Angola e África do Sul. As pessoas ficaram admiradas. Os embaixadores foram ter comigo. Uns aborrecidos. Estava aqui o Vice-Presidente de Cuba, meu grande amigo Juan Almeida, e disse-me, "mas como é que Angola decide uma coisa dessa e não nos avisa? E agora convencê-lo que tinha de ser assim? [257]

Pires continua a explicar o impacto que teve no mundo a primeira reunião entre Angola e a África do Sul, realizada na ilha do Sal. Relata ao autor que ele, na qualidade de Primeiro-ministro, recebeu embaixadores de alguns países como os Estados Unidos, França e União Soviética, todos perturbados com a realização do encontro em Cabo Verde.

Eu fiquei com medo e pensando no seguinte: afinal isso não é coisa para um pequenino como Cabo Verde. Essas coisas só se resolvem passando por uma grande capital. Fiquei com medo e disse "em quê é que nos metemos?", mas depois lá as coisas foram avançando e se criaram as condições aqui para que em Nova York e em outros sítios pudessem chegar a um entendimento quanto ao futuro da África Austral, entendimento quanto à presença da tropa cubana em Angola, à retirada do exército da África do Sul [258].

[256] Ver José Vicente Lopes em "Cabo Verde. Os bastidores da independência", p. 475.
[257] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.
[258] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.

Outros momentos históricos no contexto da política e de conflitos africanos também têm Cabo Verde como ponto de referência, o que mostra a excelência da política externa bem como o respeito e prestígio que o país tinha, mesmo sendo jovem, pequeno e de parcos recursos. Esse atrevimento, como foi designado por Pedro Pires, testemunha, na ótica deste, a independência de pensamento do sistema político cabo-verdiano e a forma como este sempre geriu com discernimento as questões ideológicas. Outro exemplo apontado como resultado desta política é a utilização do aeroporto do Sal tanto por aviões da África do Sul como pelos de Cuba, quando os dois países se encontravam envolvidos num confronto militar, através da Guerra Civil Angolana[259].

A partir da década de 80 verifica-se o intensificar de pressão sobre o Governo branco da África do Sul para pôr fim à política de segregação racial, o *apartheid*. Várias sanções económicas foram impostas, as equipas sul-africanas foram proibidas de participarem em eventos internacionais, a cultura e o turismo foram boicotados, deixando a África do Sul isolada no contexto internacional. Em Cabo Verde, no entanto, a África do Sul usava o aeroporto Amílcar Cabral, no Sal como ponto de escala técnica dos seus voos.

Essa escala técnica dos aviões sul-africanos no Sal constituía para o país na altura uma das principais fontes de receitas, razão pela qual o Governo de Cabo Verde nunca aderiu às sanções, não obstante a pressão a que o país era submetido, mormente por países africanos e pela OUA. Exemplo dessa pressão internacional sobre Cabo Verde é dado por Pedro Pires, enquanto Primeiro-ministro, através de um episódio vivido com o embaixador dos EUA.

O embaixador dos EUA foi falar comigo e pôs-me a seguinte questão embaraçosa: "quando é que vocês vão fechar o aeroporto do Sal aos sul-africanos?" Pensando um bocadinho, eu disse-lhe: sabe, o aeroporto do Sal é uma escala técnica. O aeroporto de destino é Nova York, Zurique, Londres e outros. É melhor que vocês fechem Nova York primeiro, fechem Londres, fechem Zurique e eles não

[259] Cubanos e Sul-africanos estivaram envolvidos naquilo que é considerado o maior confronto militar da Guerra Civil Angolana. Esse confronto, batizado por Batalha de Cuíto Cuanavale, decorreu entre novembro de 1987 e março de 1988 e pôs frente a frente o exército de Angola (FAPLA), apoiado por militares cubanos, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), apoiada pelo exército da África do Sul. Em tempo de Guerra fria, os dois lados tiveram o suporte da União Soviética e dos Estados Unidos da América, respetivamente. Estes confrontos terminaram com assinatura de um acordo de paz, em Nova York. Graças a esse acordo deu-se igualmente a independência da Namíbia e o início do fim do Regime de Apartheid na África do Sul. Pode-se dizer que, com o fim da Batalha de Cuíto Cuanavale, deu-se início à pacificação de toda a região, com a diplomacia cabo-verdiana a dar uma contribuição importante, não obstante a pequenez e a juventude do Estado.

precisam de passar aqui e aí eu não terei a chatice de proibir a passagem deles. Coloquei-lhe na situação de 'se há aqui faltoso é você', e era[260].

Com este exemplo Pires enfatiza a capacidade de se manter ideologicamente independente e de influenciar a política africana. Também pode-se constatar pelas suas palavras, a solidariedade que o estado de Cabo Verde teve para com outros movimentos de libertação na África.

Vou-lhe dar outro exemplo para entender o prestígio do pequeno Estado de Cabo Verde nessa altura. Quando Moçambique e os Estados Unidos decidiram estabelecer relações diplomáticas, o responsável pela representação de Moçambique, que era o embaixador Ferrão, esteve instalado na embaixada de Cabo Verde em Washington. A embaixada que mais deu apoio à FRETILIN[261] *em Nova York, foi a embaixada de Cabo Verde. Quando andava em dificuldades o representante da SWAPO*[262] *no Senegal, nós é que lhe demos algum dinheiro, para ele poder ficar lá. Nós não éramos mais revolucionários que os outros, mas talvez fôssemos mais solidários. Talvez entendêssemos melhor as dificuldades daqueles que se batiam pela sua independência*[262].

A opção de política externa gizada pelo PAIGC no Governo de Cabo Verde, a partir de 1975, foi de extrema importância para a afirmação de Cabo Verde como Estado, bem como para a preservação da independência e da soberania. Não fosse, num período de plena Guerra Fria, para um país pequeno, pobre de recursos naturais e quase totalmente dependente do exterior, teria sido fácil pender para um dos lados das duas superpotências que dominavam o mundo. Esse não compromisso com uma ideologia comunista pura, permitiu a Cabo Verde encontrar, do lado oposto dessa ideologia, países que responderam ao pedido de socorro alimentar emitido logo a seguir à independência, num primeiro momento, e encontrar financiamentos para políticas de desenvolvimento, num momento posterior.

Não obstante, a política externa cabo-verdiana não abandonou os velhos aliados do partido dirigente da sociedade e do Estado, tendo esses aliados comunistas dado uma contribuição decisiva para o aumento do nível de instrução e educação em Cabo Verde, através da formação de quadros superiores, bem como para a criação e estruturação de um Serviço Nacional de Saúde, com o envio de vários médicos russos e cubanos ao país.

---

[260] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.
[261] FRETILIN – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente., é um partido político de Timor Leste que lutou pela independência do país, da colónia Portugal, primeiramente e depois, da Indonésia.
[262] SWAPO – Organização do Povo do Sudoeste Africano, partido que dirigiu a luta armada contra a África do Sul, para a independência da Namíbia.
[263] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.

O prestígio internacional que o PAIGC granjeou durante a luta de libertação nacional, muito por mérito da incontestável admiração de que Cabral era alvo, pela clarividência das suas intervenções e ações, foi alargado para a governação instalada em 1975 no país. De uma forma em geral, os principais dirigentes do PAIGC gozavam de muito prestígio na esfera internacional. Concretamente, Aristides Pereira, responsável máximo do partido e Presidente de Cabo Verde, gozava de admiração e respeito da larga maioria dos líderes africanos e também junto dos líderes mundiais[264].

Em setembro de 1983, Aristides Pereira, Secretário-geral do PAIGC e Presidente de Cabo Verde desloca-se aos E.U.A. para participar, na qualidade de Presidente em exercício do Comité Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel – CILSS, nos trabalhos da 38ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, e visitar aquele país. Durante a referida visita o Presidente Pereira foi recebido pelo Presidente norte-americano Ronald Reagan[265].

Durante a sua estada em Washington, o Presidente Pereira foi homenageado pelo Vice-presidente George Bush, com um almoço na residência deste, tendo-se igualmente avistado com o Subsecretário de Estado para os assuntos africanos Chester Crocker. (…) Concedeu uma entrevista à "Voz da América" e, a encerrar o programa, (…) recebeu o título de Doutor Honoris Causa, pela Universidade de Sacred Heart[266].

De uma forma em geral, ao contrário do que acontecia em vários Estados africanos, os governantes de Cabo Verde eram vistos como gente séria, culta e, acima de tudo, vistos como dirigentes não corruptos e que não ostentavam sinais de riquezas nem de extravagâncias.

---

[264] Durante os três mandados de Aristides Pereira como Presidente da República, várias figuras de Estado passaram por Cabo Verde. Entre os mais destacados pode-se referir: José Sarney, Presidente do Brasil; Oliver Tambo, do Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul; Yasser Arafat, da Palestina; José Eduardo dos Santos de Angola; Mário Soares de Portugal; Simone Veil, Política francesa e primeira mulher a presidir o Parlamento Europeu; Quett Masire, do Botsuana; Presidente da Nigéria; Presidente da Libéria. Nessa altura ainda Cabo Verde recebeu a visita do Papa João Paulo II, entre 25 a 27 de janeiro de 1990. In "Diário de Notícias" (2017)

[265] O Presidente Aristides Pereira deslocou-se aos Estados Unidos da América à frente de uma delegação composta pelo Ministro de Negócios Estrangeiros, Silvino da Luz, o Ministro de Desenvolvimento Rural, João Pereira Silva, o Secretário de Estado da Cooperação e Planeamento, José Brito, o Secretário Nacional da JAAC, Luís Fonseca e altos funcionários da presidência e do Ministério de Negócios Estrangeiros. (Jornal VOZDIPOVO, nº 355, Ano IX, de 11 de outubro de 1983.

[266] Jornal VOZDIPOVO, nº 355, Ano IX, de 11 de outubro de 1983.

A clarividência dos governantes e o equilíbrio que imprimiam à governação levaram a que o próprio sistema político, ainda que não pluralista, fosse reconhecido como um regime respeitador dos direitos humanos e civis, como atesta o relatório, referente ao ano de 1979, elaborado pelo Departamento de Estado norte-americano sobre essa matéria.

> The traditional concepts of civil liberties and human rights have broad support among the general populace and the government of Cape Verde upholds many of the basic rights and freedoms of the universal declarations of human rights. The human rights situations in Cape Verde improved during 1979 with the release of around forty political prisoners and with moves toward strengthening the national assembly and completion of a Constitution. The removal of various dissident members of the government was also accomplished with due process. Though a tightly controlled society, the human rights picture in Cape Verde is good[267] [268].

Também ano anterior, 1978, um outro relatório elaborado pelo mesmo Departamento, documento classificado como *"limited oficial use"* [269]dava conta que não havia problemas de maior de não observância de respeito pelos direitos humanos na Guiné e nem em Cabo Verde:

> Are not a problem in Guinea-Bissau and Cape Verde. For these countries, no particular problem exists although neither country has a western style multi-party political system. Both the gob[270]and gocv[271]are fairly relaxed governments, still operating in the full flush of the progressive romanticism which carried them through to independence[272] [273].

---

[267] Sheryl P. Walter, Draft 1979 human rights report for Cape Verde, US Department of State, 1979 October 19, 00:00 (Friday). Disponível em: *https://wikileaks.org/plusd/cables/1979PRAIA01298_e.html*

[268] Os conceitos tradicionais de liberdades civis e direitos humanos têm amplo apoio entre a população em geral e o Governo de Cabo Verde defende muitos dos direitos e liberdades básicos das declarações universais dos direitos humanos. A situação dos direitos humanos em Cabo Verde melhorou durante 1979 com a libertação de cerca de quarenta presos políticos e com diligências para o fortalecimento da Assembleia Nacional e a aprovação de uma Constituição. A remoção de vários membros dissidentes do Governo também foi realizada com processos devidamente elaborados. Embora fosse uma sociedade rigidamente controlada, a imagem dos direitos humanos em Cabo Verde é boa. (Tradução do autor.)

[269] Limitado ao uso oficial.

[270] Governo da Guiné-Bissau.

[271] Governo de Cabo Verde.

[272] Sheryl P. Walter, Human Rights, Guinea-Bissau, US Department of State, 1978 June 22, 00:00 (Thursday), Public Library of US Diplomacy. Disponível em: *https://wikileaks.org/plusd/*

[273] (…) Não são problema na Guiné-Bissau e em Cabo Verde. Para esses países, não existe nenhum problema particular, embora nenhum dos dois tenha um sistema político multipartidário de estilo ocidental. Tanto o Governo de Bissau quanto o Governo de Cabo Verde são governos bastante relaxados, ainda operando em plena expansão do romantismo progressista que os levou até à independência.

O não compromisso com as ideologias reinantes – política de não alinhamento, a forma como o país era governado bem como muitas das suas políticas traçadas, o pragmatismo dos principais dirigentes, o respeito pelos direitos humanos, fizeram com que a imagem externa do país fosse construída de forma muito positiva com ganhos evidentes no início da construção do Estado e permitiu ao Governo de Cabo Verde exercer uma ação de influenciação positiva na política do continente. Deve-se notar ainda que toda essa dinâmica criada, durante muito tempo, fez passar para segundo plano qualquer assunto relacionado com a natureza do sistema político instalado em Cabo Verde, no período pós-colonial.

4.3 A Pobreza e as Políticas Económicas

Tornar-se independente de uma potência colonial significa, na sua plenitude, assumir os próprios destinos do país. Significa ter um ponto a partir do qual se possa traçar um caminho através da definição de objetivos de curto, médio e longo prazos. No caso de Cabo Verde, em 1975, esse ponto de partida era medonho e não permitia sequer traçar objetivos de percurso, pois o mais premente era responder a uma imergência social profunda e de larga escala.

Já se fez referência neste trabalho à situação em que se encontrava o país quando, na sequência das negociações entre Portugal e o PAIGC, foi empossado o Governo, composto por portugueses e cabo-verdianos, que tinha a missão de preparar a transição do poder de Lisboa para a Praia. E aquilo que ficou escrito, por declaração do próprio chefe do Governo de transição, é que a situação era muito preocupante.

Na verdade, as estratégias adotadas pelos países colonizadores, na relação com as suas coloniais, acabaram por marcar profundamente o ponto de partida dos novos Estados africanos, no que se refere às suas estruturas económicas e financeiras.

A Inglaterra, num primeiro momento, optou por manter e alimentar as chefias tradicionais através de uma estratégia de "administração indireta". No entanto, ainda no primeiro quartel do séc. XX mudou a sua política através do estabelecimento de um programa de desenvolvimento socioeconómico das suas colónias. Esse programa consistiu no investimento para a expansão do ensino secundário e na aposta no ensino superior, o que contribuiu para a criação de uma elite local, ainda que profundamente ocidentalizada. A França apostou sempre na promoção e manutenção de uma elite local constituída sob padrões sociais franceses ao invés das chefias tradicionais.

Pelo contrário, Portugal, regra geral, manteve as suas colónias durante muito tempo, privadas de importantes programas de desenvolvimento económico e social. Travou as tentativas de formação de elites locais através de um não ou pouco investimento no ensino, nas colónias. Na verdade, só a partir da Segunda Guerra Mundial, já com o seu império dizimado, é que Portugal tenta voltar-se para as colónias em África, mas na altura essa política já era de contramão, ou seja, estava votada ao fracasso, uma vez que os outros países europeus estavam a dar início a um processo de descolonização.

Portanto, quando em 1975 o PAIGC assumiu na plenitude a administração do país, a situação era de crise económica e social, consequência dessa política colonial portuguesa que não investia no desenvolvimento económico e social das suas colónias. Para piorar a situação, deve-se dizer que muitos dos dirigentes do partido que chegaram a Cabo Verde com os adventos da independência não tinham conhecimento real da situação do país. A maioria tinha fugido para a Guiné e juntado à guerra e durante esse período perderam o contacto com a realidade das ilhas, pelo que foram apanhados de surpresa pela realidade encontrada.

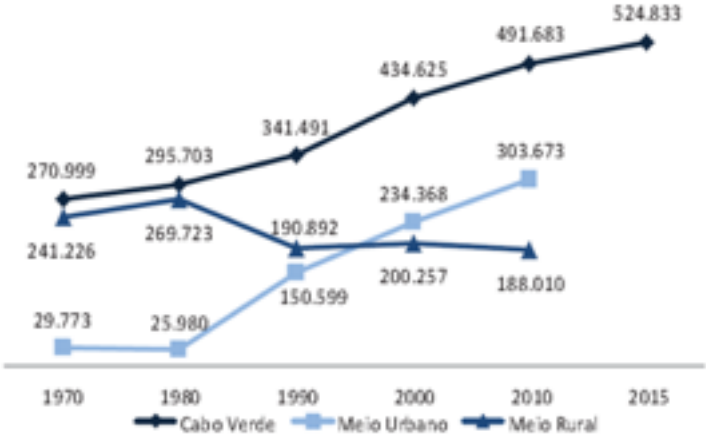
Aliás, Aristides Pereira, primeiro Presidente da República, admite que provavelmente só ele e Pedro Pires conheciam essa realidade, reconhecendo que os dois chegaram a viver momentos de pânico.[274] Osvaldo Lopes da Silva, Ministro de Economia corrobora que os dirigentes do PAIGC, mesmo aqueles que sabiam, não tinham a noção do grau da gravidade da situação do país[275].

Para Correia e Silva (2014), chegado o momento da independência, foi preciso balançar os desafios ideológicos e as medidas de governação capazes de responder aos desafios da sobrevivência.

> Com a independência, os desafios deixaram de ser eminentemente ideológicos para passarem a ser outros, nomeadamente o de assegurar segurança alimentar – afugentando um espetro de retorno às fomes de 40 – de garantir um nível básico de segurança sanitária, de escolarizar a população, restaurar o equilíbrio ambiental e erguer um Estado soberano no Sahel insular, onde e num momento em que até as cabras e o zimbrão, consagrados na literatura como símbolo da resistência, se viam já em apuros para sobreviver. Estava-se no fio da navalha. É que o fracasso destes programas faria voar, como balaio numa achada sob vendaval, o Estado nacional ainda bebé. (Correia e Silva, 2014, p. 167)

[274] Ver José Vicente Lopes, "Aristides Pereira - minha vida, nossa história", pág. 230.
[275] Osvaldo Lopes da Silva, em entrevista concedida ao autor.

Gráfico 2: População por Meio de Residência



Fonte: INE-CV, 2015

Infelizmente não se consegue encontrar muitos dados estatísticos disponíveis sobre os principais indicadores económicos de Cabo Verde, na primeira década de existência do Estado, pelo que se torna difícil traçar, com números, a real situação do país. No entanto, tenta-se com os dados disponíveis fazer uma breve caraterização do estádio do novo Estado que acabava de iniciar funções.

A população residente em 1970 era de 271.000 pessoas, distribuídos por 13 concelhos, concentrados esmagadoramente no meio rural, uma população dependente do setor agrícola profundamente marcada pela escassez e irregularidades das chuvas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística – INE, a densidade populacional nesse mesmo ano era de 90,8 hab/Km².

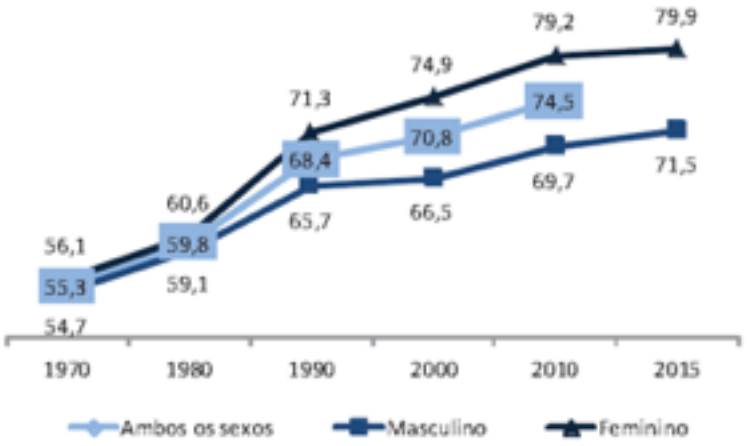
Gráfico 3: Taxa de Crescimento Anual Médio da População (%)



Fonte: INE-CV, 2015.

Por comparação com a década que antecede à independência, o período entre 1970 e 1980 é marcado por uma forte quebra no crescimento da população explicada por uma vaga emigratória, consequência da pobreza no país e pela instabilidade e incerteza políticas reinantes.

Gráfico 4: Esperança Média de Vida (anos)



Fonte: INE-CV, 2015.

A esperança média de vida da população de Cabo Verde em 1970 era de 55,3 anos, sendo que era de 54,7 nos homens e 56,1 nas mulheres.

Tabela 1: Infraestruturas de Saúde por Tipo de Estrutura

Estruturas	1975	2013
Hospital Central	2	2
Hospital Regional	1	4
Centro de Saúde	0	28
Centro Saúde Reprodutiva	0	5
Centro Terapia Ocupacional	0	1
Centro de Saúde Mental	0	1
Posto Sanitário	16	34
Unid. Sanitária de Base (USB)	0	113
Sede própria de delegacia	0	2
Total	19	190

Fonte: INE-CV, 2015.

Em termos de estruturas de saúde o país era servido por dois Hospitais Centrais, Praia e Mindelo, um Hospital Regional, na ilha do Fogo, e 16 Postos Sanitários em diferentes ilhas. O país contava com a assistência de 29 Médicos e 128 Enfermeiros, o que dava um rácio de 1,07 Médicos e 4,7 Enfermeiros por 10.000 habitantes respetivamente, segundo dados do INE[276].

Gráfico 5: Taxa de Mortalidade Infantil (por mil)

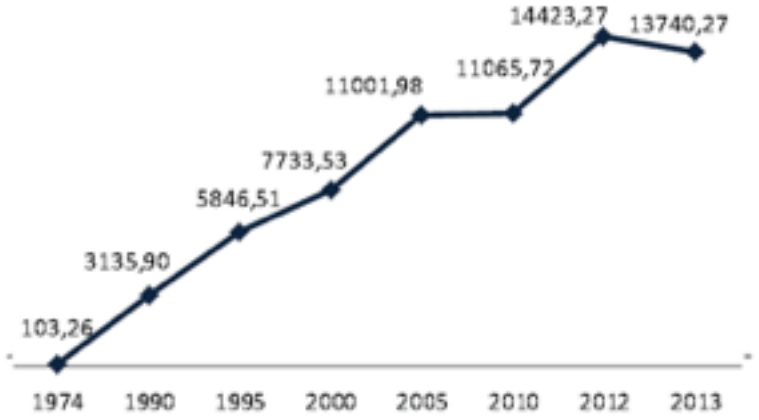


Fonte: INE-CV, 2015.

[276] Em 2016, segundo dados publicados pela INE-CV, Cabo Verde tinha 408 Médicos e 690 Enfermeiros, o que dava um rácio de 7,7 Médicos por cada 10.000 habitantes e 13 Enfermeiros por cada 10.000 habitantes. Para se ter uma ideia, atualmente, só o Hospital Central de São Vicente tem 74 Médicos e 143 Enfermeiros, de acordo com informações recolhidas junto da instituição.

Outro indicador interessante de análise e que demonstra a eficácia dos cuidados de saúde, mas também o nível de vida de um país, é a taxa de mortalidade infantil. E como se pode observar, em 1975, por cada 1000 crianças nascidas 105,2 acabariam por morrer antes de atingirem o primeiro ano de vida. Comparado com 1990, fim da vigência do sistema de Partido Único em Cabo Verde, essa taxa era elevadíssima[277].

Gráfico 6: Remessas de Emigrantes (em milhões de escudos)



Fonte: INE-CV, 2015.

No documento da Declaração da Independência, que foi objeto de tratamento neste trabalho, o PAIGC declara a intenção de dar uma atenção especial aos emigrantes e, de certeza que ao fazê-lo, estava consciente da importância das remessas dos emigrantes para o inexistente setor financeiro do novo Estado que se haveria de constituir. Pelo gráfico nota-se que, no período da independência, essa importante fonte de receita de um país de emigração era inexistente e é com a independência que esse indicador começa a ganhar expressão. Aliás, as remessas de emigrantes constituem desde sempre uma ajuda importante na redução da vulnerabilidade e da pobreza em Cabo Verde.

[277] Em 2018, segundo dados do Ministério da Saúde, a taxa era de 13 por mil.

Gráfico 7: Comércio Externo - resumo comparativo das Importações e Exportações (milhões de contos)



Fonte: INE-CV, 2015.

Como se pode observar a importação era praticamente inexistente, o que explica, tendo em conta que o país não produzia quase nada, o baixo nível de abastecimento às populações e, por consequência, a pobreza generalizada. Por exemplo, o consumo de trigo era, segundo o então Ministro de Economia, de cerca de 400 toneladas/mês: *estimava-se que havia um consumo de milho à volta das 50/60 toneladas. Não se importava óleo vegetal – consumia-se banha de porco. Não se comia batata comum, ou só se comia na altura de festa. Só os portugueses é que comiam. Cabo-verdiano comia milho e feijão. Tinha-se a ideia que batata não dava em Cabo Verde. O nível de consumo era tão baixo que ficava aquém do que ajuda alimentar podia dar*[278].

Para ver como era a situação dou-lhe um exemplo: hoje temos padarias em todas as ilhas de Cabo Verde, em toda a parte. Na Praia, havia duas pequenas padarias à lenha – a do "Chicote" e a da "Celina Vasconcelos" e no interior quase não havia padaria. A situação era tal que a Praia recebia encomendas de pão de São Vicente, pois, São Vicente é que tinha tradição de pão[279].

[278] Osvaldo Lopes da Silva, em entrevista concedida ao autor.
[279] Osvaldo Lopes da Silva, em entrevista concedida ao autor.

Tabela 2: Saldos em Fim de Período (em milhões de escudos cabo-verdianos)

	Ano					
ACTIVO	Dez-75	Dez-80	Dez-90	Dez-00	Dez-10	Dez-12
Activos Liquidos sobre o exterior	500,5	1.783,1	5.003,4	7.368,5	29.417,2	27.861,5
Disponibilidades Liquidas sobre o Exterior (Curto Prazo)	240,2	855,7	2.401,2	6.845,3	30.611,7	26.788,8
Banco de Cabo Verde	500,5	1.783,1	5.003,4	4.125,3	31.056,0	32.288,3
Bancos Comerciais	-	-	-	3.243,2	-1.638,7	-4.426,8
TRUST FUND 1/	-	-	-	10.631,7	11.191,5	11.191,5
Activo Interno Liquido	-	1.013,0	8.959,9	41.551,4	96.391,0	94.728,3
Crédito Interno Liquido	-	1.121,0	8.441,9	41.551,4	100.329,9	116.458,4
Crédito à Economia	-	1.094,9	7.418,6	19.163,9	83.481,5	93.617,5
Crédito ás Instituições Financeiras não Monetárias	-	-	-	0,0	0,0	0,0
Outros Activos Liquidos	-	-	518,0	-7.437,6	-18.084,4	-21.730,1
PASSIVO						
Massa Monetária	-	2.796,1	13.963,3	41.482,3	111.662,8	122.589,8
A - Passivos Monetários	-	2.212,0	6.460,5	20.130,6	43.564,7	41.073,3
B - Passivos Quase-Monetários	-	584,1	7.502,8	21.351,7	68.098,1	81.516,6

Fonte: INE-CV, 2015.

Os dirigentes do PAIGC referem ter recebido o país quase sem nada, por outras palavras, de cofres vazios. Os dados da figura acima parecem mesmo indicar neste sentido pois em dezembro de 1975, o país tinha em reservas (moeda estrangeira) no Banco de Cabo Verde, cerca de quinhentos mil contos o que para um país que importa quase tudo, é quase nada, nem dava para um mês de importação.

Estima-se que o PIB per capita, na altura da independência, em 1975, era menos de 300 USD [280]. Só para se ter um padrão de comparação, em 2019, o PIB per capita de Cabo Verde era de 7.330 USD [281].

Sobre outros indicadores económicos em Cabo Verde, verifica-se quanto à década de 70 uma lacuna. No entanto, todos os relatos dos dirigentes políticos do partido da independência e de organismos internacionais coincidem quanto à classificação da situação económica e social de Cabo Verde na altura da sua independência.

A situação era dramática. Não tínhamos nada. O país era extramente frágil dada à miséria extrema, a seca, uma população à espera e um novo regime que ainda não está estabelecido e que tinha de

[280] Em valores atuais (junho de 2021), cerca de 252 €, ou, 28.000$00 cabo-verdianos.
[281] Em valores atuais (junho de 2021), cerca de 6.172 € ou 683.522$00 cabo-verdianos.

dar resposta imediatamente. E aí digo sinceramente: houve um perigo de derrapagem. De nós irmos na onda do facilitismo porque as instituições internacionais, diferentes governos ficavam espantados com o grau de miséria que havia em Cabo Verde [282].

Como é facto a maioria dos dirigentes do PAIGC não tinha, antes do seu regresso à Cabo Verde, a noção da dimensão real da pobreza do país. A própria comunidade internacional também não tinha, tendo em conta a reação de diferentes enviados à Cabo Verde quando visitavam o país e o que escreviam nos seus relatórios de missão.

Lopes da Silva afirma que a comunidade internacional não tinha essa noção, por duas razões fundamentais. Primeiro, por se ter criado a ideia de que o colonialismo português era diferente e, em segundo lugar, por não ter havido luta armada em Cabo Verde, a situação do país seria melhor que a da Guiné ou outros países que foram palco de confrontos bélicos. De acordo com esse dirigente, constatada a realidade da situação, muitos países e muitos grupos de ativistas predispuseram-se a ajudar o país. Porém, tratava-se de uma ajuda perversa que poderia conduzir ao parasitismo, ou seja, ter a população com as mãos estendidas à espera de ajuda que chegava com certa facilidade. Perante essa possibilidade, acrescenta, o Governo teve de impor algumas regras e assumir ele próprio o controlo da situação[283].

Pedro Pires corrobora esse ponto de vista ao afirmar que quando o Estado iniciou a sua existência tinha os cofres vazios, não encontrou recursos nas Finanças Públicas, teve que inventar, criar uma política ativa de mobilização de fundos que permitisse a viabilização do país e que permitisse ao país dar os seus primeiros passos e não cair numa situação de falência. Diz ainda que a missão do Banco Mundial que esteve em Cabo Verde escreveu no relatório de fim de missão, que *"este é um país impossível"*, ao que respondeu, *"pelo menos digam que é difícil, mas não digam que é impossível, senão ficamos numa situação muito complicada, ou seja, andamos a fazer coisas inúteis e impossíveis"*[284].

Era sob este cenário de profunda debilidade económica e financeira que havia que começar a governar o país. Para garantir o "arranque do Estado" e responder às situações de emergência o Governo então empossado procurou o apoio de países amigos e de organizações internacionais.

[282] Osvaldo Lopes da Silva, em entrevista concedida ao autor.
[283] Osvaldo Lopes da Silva, em entrevista concedida ao autor.
[284] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.

Por exemplo, Angola nos socorreu. Agostinho Neto deu ordem para que se emprestasse ao Estado de Cabo Verde três milhões de dólares (que veio a ser muito dinheiro) que deu para iniciar. (…) A via para o financiamento do Estado não era fácil. Para o financiamento de projetos era mais fácil, mas para o financiamento do funcionamento do Estado já era mais complicado. O BAD teria apoiado em algo e outras instituições financeiras, mas, muito pouco, nós tínhamos de fazer uma boa gestão daquilo que tínhamos[285].

Algumas medidas foram tomadas pelo novo Governo nesta fase de difícil arranque do Estado. Algumas são referidas por Pires: os salários mais altos das pessoas que trabalhavam na administração colonial foram reduzidos em cerca de 50% e também de uma forma geral reduziu-se a grelha salarial. Na altura já se discutia a redução da semana de trabalho para as 36 horas, mas o Governo não aceitou a continuidade da discussão reforçando as 40 horas semanais como período de trabalho. Pediu-se às pessoas que trabalhassem mais. Afinal era a parte delas para a consolidação do Estado independente. O entrevistado lembra ainda que os salários eram muito parecidos. O Primeiro-ministro ganhava 12 contos[286].

Outra medida tomada foi a reconversão dos institutos públicos em empresas públicas. Na lógica do entrevistado, as empresas devem gerar lucros ao invés de só gastarem, o que acontecia com esses institutos. As ajudas alimentares foram convertidas em receitas para investimentos em infraestruturas. O emprego foi considerado prioritário. O Ministério de Desenvolvimento Rural, as obras públicas, as Câmaras Municipais apresentavam projetos ao Ministério de Economia e este financiava os projetos.

Na década de 1970 grandes secas assolaram a zona do Sahel e, em resposta, foi criado, em 12 de setembro de 1973, o Comité Inter-Estado de Luta contra a Seca no Sahel – CILSS [287]. Cabo Verde entrou para a Organização logo em 1975 e apro-

[285] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.
[286] Entrevista concedida ao autor.
[287] O CILSS tem como objetivo geral, investir na busca da segurança alimentar e no combate aos efeitos da seca e da desertificação, para um novo equilíbrio ecológico no Sahel por meio de: 1) formulação, análise, coordenação e harmonização de estratégias e políticas; 2) fortalecimento da cooperação científica e técnica; 3) a recolha, processamento e disseminação de informação; 4) capacitação de diferentes atores, incluindo o setor privado; 5) capitalização e divulgação de experiências e conquistas; 6) apoio na implementação de estratégias, políticas e programas. Tem treze Estados membros a saber: oito estados costeiros (Benin, Costa do Marfim, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mauritânia, Senegal, Togo); quatro estados sem litoral (Burkina Faso, Mali, Níger, Chade) e um estado insular (Cabo Verde). O Secretariado Executivo da Organização fica sedeada em Ouagadougou, Burkina Faso e conta com mais duas instituições especializadas: Institut du Sahel, com sede em Bamako, Mali e AGRHYMET Regional Center, com sede em Niamey, Niger. *(https://www.cilss.int/)*

veitou os mecanismos de ajuda alimentar e o apoio a projetos de desenvolvimento da agricultura, políticas de proteção de solo e da água, entre outros. Cabo Verde soube explorar muito bem esses mecanismos de apoio e beneficiou de vários apoios do Comité.

Outra importante medida tomada nos primeiros tempos do novo Estado foi a não oferta da ajuda alimentar à população. Essa decisão contrariou tudo o que era regra e prática em todos os países doadores e Organismos Internacionais. As ajudas alimentares vinham nas embalagens com o selo de "proibida venda" ou "donativo ao povo de Cabo Verde". Não obstante o espanto inicial e a insistência dos países doadores, o Governo de Cabo Verde manteve-se intransigente e convenceu os doadores sobre a venda desses géneros alimentícios à população, a baixo preço, e com o resultado das vendas pagava-se salários aos trabalhadores. Os governantes do país justificaram tal medida defendendo que distribuir alimentos à população seria manter o país com os braços estendidos, à espera de ajuda, sem qualquer tipo de responsabilização, o que não dignificaria o Cabo-verdiano e nem contribuiria para sair do subdesenvolvimento. Tal atitude, no dizer deles, era contrária aos objetivos da luta para a independência.

Alguns de nós já tinham vivido uma experiência do tempo das fomes em que distribuíam comida, produtos, etc., e nós sabíamos que não tinha funcionado bem... não funcionava. Mais, estávamos convencidos de que não se devia acostumar as pessoas a receber esmolas. Distribuir os alimentos tinha um caráter de esmola. De um lado não resolvia problema nenhum, e de outro lado, era indignificante. Transformava a pessoa em dependente, sem nenhuma responsabilidade. A ideia era responsabilizar as pessoas por pouco que fosse. Se terá sido feito em outro sítio, não tenho ideia, mas nós fizemo-lo na base de princípios - de que as pessoas deviam trabalhar. Aquela ajuda deveria ser um fator de desenvolvimento e não um fator de subdesenvolvimento ou de manter a pobreza e a miséria. Portanto, numa perspetiva de combater a dependência e combater os riscos de nos transformarmos em pedintes[288].

Para a concretização dessa decisão o Governo criou a Empresa Pública de Abastecimento – EMPA, que deveria fazer a receção, a distribuição e a venda em todas as ilhas de Cabo Verde dos alimentos oferecidos ao país e de outros tipos de donativos. No fundo, a empresa foi criada para gerir as ajudas recebidas de várias procedências.

[288] Pedro Pires, em entrevista concedida ao autor.

4.4 A Gestão da Ajuda Alimentar: Um Caso *Sui Generis*.

Não obstante as ajudas alimentares serem, por imposição dos doadores, para distribuir gratuitamente à população, o primeiro Governo de Cabo Verde independente optou por não seguir esse princípio. Cedo informou aos doadores que não tencionava doar os alimentos à população, pelo contrário, iria vendê-los a baixo preço à população. Claro está que a reação não foi a melhor pois o que era diretiva e hábito em outros países em situação idêntica, era a doação. Os dirigentes cabo-verdianos, principalmente o Ministro da Economia, insistiu que os alimentos deveriam ser vendidos e que o resultado da venda deveria ser investido no desenvolvimento do país. Lopes da Silva explica que o Programa Alimentar Mundial – PAM[289] tinha experiência de outros países de África, onde tinha o seu protagonismo e a sua filosofia de distribuir "canequinhas de leite, arroz, feijão, etc. para a população"[290].

Para dar corpo à estratégia, o Governo criou o Fundo de Desenvolvimento Nacional – FDN, que era alimentado essencialmente com o produto da venda das ajudas alimentares concedidas a Cabo Verde. O FDN foi criado pelo Decreto-Lei nº 12/77, de 5 de março, com a seguinte nota justificativa:

> A seca prolongada, a falta de infraestruturas de desenvolvimento, o atraso socioeconómico herdado do período colonial, tornam indispensável o recurso à cooperação internacional como meio para se fazer face aos graves problemas do presente e, ao mesmo tempo, se lançar as bases de uma economia autossuficiente. A diversidade dos acordos de cooperação celebrados entre o Governo de Cabo Verde e diferentes governos, Agências especializadas da ONU e outras organizações humanitárias impõe a necessidade da criação de uma entidade pública capaz de gerir as ajudas concedidas em géneros alimentícios, com vista à sua aplicação em projetos de desenvolvimento nacional"[291].

[289] PAM – Programa Alimentar Mundial, tem sede em Roma e é filial de auxílio alimentar da Organização das Nações Unidas. Foi criado em 1961, a pedido do presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, como uma experiência para fornecer ajuda alimentar através do sistema da ONU. É considerada a maior Agência humanitária do mundo. Segundo dados da própria Agência, está presente em oitenta países e fornece anualmente, em média, ajuda a noventa milhões de pessoas. Cabo Verde e a FAO estabeleceram uma parceria desde 1976. A assistência técnica e operacional abrange os setores da alimentação e a agricultura, incluindo a comunicação para o desenvolvimento e o reforço institucional. As primeiras intervenções centraram-se, principalmente, na assistência de emergência. Desde então, tem havido uma mudança em prol das intervenções de desenvolvimento a longo prazo, e um maior foco na segurança alimentar e nutricional, no aumento da produção e produtividade agrícolas, na melhor gestão da terra e no desenvolvimento da cadeia de valor. *(http://www.fao.org/3/a-ax956o.pdf)*

[290] Entrevista concedida ao autor.

[291] Decreto-Lei nº 12/77 de 5 de março, B.O. Nº 10, de 5 de março de 1977.

O artigo 1º do referido Decreto-Lei, determina a criação do Fundo de Desenvolvimento Nacional – FDN, com o objetivo de "gerir e aplicar em projetos de reconhecido interesse nacional as ajudas concedidas em géneros alimentícios ao Governo de Cabo Verde por diferentes governos, agências especializadas da ONU e organizações humanitárias"[292].
Os Estatutos do FDN, no seu artigo 5º, define o que constituem suas receitas, a saber:

> a) O produto da venda dos géneros da ajuda alimentar externa sobre os quais não impendam regulamentos limitativos quanto à sua comercialização; b) as doações, heranças ou legados; c) as dotações ou subsídios do Estado ou de quaisquer outras entidades públicas; quaisquer outras provenientes da sua atividade ou que lhe sejam atribuída"[293].

O artigo seguinte dos referidos estatutos identifica, por seu lado, as áreas elegíveis para financiamento com os recursos financeiros do Fundo:

> a) constituição de reservas alimentares estratégicas; b) construção de armazéns; c) proteção e conservação de solos e água; d) fomento agropecuário; e) fomento da pesca artesanal; f) criação e conservação de infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeronáuticas; g) construção e conservação de instalações escolares e sanitárias; h) participação, em colaboração com entidades estrangeiras, no financiamento de projetos, através de fundos de contrapartida; i) em quaisquer outros que se mostrarem de manifesto interesse para o desenvolvimento nacional.[294]

É importante referir que essa política, inédita, não encontrou resistência apenas por parte do PAM ou de outros doadores. Internamente, também havia resistência. Por um lado, dentro do próprio partido. Facto reconhecido por Aristides Pereira, ao afirmar que havia certa gente que pensava como o PAM, mas, explica que o Ministro Osvaldo Lopes da Silva conseguiu convencer essas pessoas que o que queriam seria a desgraça do país. Pereira reconhece que, pelo menos a nível da cúpula do partido, ele conseguiu mostrar às pessoas que aquela não era a melhor solução e elas começaram a ver, de facto, aquilo que Lopes da Silva defendia [295].

Por outro lado, havia resistência na própria população. Já se referiu ao estado do país no período da sua independência. Parte considerável dos trabalhadores estava desempregada, a situação social era degradante pelo que viviam de ajudas alimentares do Governo colonial ou de esmolas dadas por terceiros. Pode-se dizer que as pessoas estavam conformadas e, entre a comida gratuita e trabalhar, muitos preferiam ter a comida sem se esforçar. Os postos de trabalho existentes eram poucos e

[292] Decreto-Lei nº 12/77 de 5 de março, B.O. Nº 10, de 5 de março de 1977.
[293] Estatutos do Fundo de Desenvolvimento Nacional, artigo 5º, B.O. Nº 10, de 5 de março de 1977.
[294] Estatutos do Fundo de Desenvolvimento Nacional, artigo 6º, B.O. Nº 10, de 5 de março de 1977.
[295] Ver José Vicente Lopes, Aristides Pereira-minha vida, nossa história, p.232.

de rendimento muito baixo, pois tinham como principal função manter a pessoa ocupada para poder receber uma remuneração e ter um rendimento ainda que muito baixo. Nesse tipo de trabalho, conhecido como trabalho de Apoio[296], costumava-se dizer que as pessoas fingiam trabalhar, para se poder passar o tempo.

Esta inversão de mentalidade e de comportamento que o novo Governo queria introduzir na relação entre o homem, o trabalho e o desenvolvimento, encontra-se respaldada no programa do Governo ao determinar que "A PRIMEIRA ORDEM PRIORITÁRIA IRÁ PARA A CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO PRODUTIVOS"[297]. Para a promoção da criação desses postos de trabalho o programa propunha:

> a) reconversão do trabalho do apoio através de projetos de desenvolvimento agrícola incluindo a retenção da água das chuvas, conservação dos solos e florestação; b) utilização da mão-de-obra excedente em trabalhos públicos planificados e de interesse social; c) inventariação das nossas possibilidades utilizando-as na expansão da nossa economia, a fim de diminuir as taxas de desemprego e subemprego existentes; d) concentração de grande parte dos nossos recursos e dos recursos obtidos na cooperação, no desenvolvimento industrial, como opção realista para a criação de riquezas e absorção dos inúmeros empregados existentes na nossa terra[298].

Esta medida de vender a ajuda alimentar não foi bem aceite pelos doadores. Para além dos problemas com o PAM, Lopes da Silva recorda os problemas criados pela Alemanha e por outros países. Mesmo depois da sua implementação, este princípio continuou a ser visto com desconfiança.

Uma altura veio visitar Cabo Verde um ministro francês que mais tarde veio a ser comissário europeu. Fui-lhe esperar na ilha do Sal. Ele queria ver os projetos que estavam a ser financiados pelo sistema de conversão da ajuda alimentar. Ele estava reticente. Então levei-o a Santo Antão. Nós mostrámos todos os projetos. Fui-lhe mostrar as obras da estrada Ribeira Grande-Paul. Ele viu aquela obra, com gente amarrada a trabalhar com martelos pneumáticos, com todo aquele cenário, ele ficou impressionadíssimo e perguntou-me de que país era a empresa que estava a construir a

---

[296] Apoio - designação que recebia o sistema de ajuda que o Governo colonial dava às pessoas nas épocas de maior crise, normalmente associadas a secas prolongadas. A ajuda era concedida de forma direta a alguns e a outros através de pequenas tarefas que deveriam durar um mês. Esses trabalhos eram conhecidos como trabalho de Apoio. Contactado pelo autor, relembra o Sr. Eugénio, pedreiro na altura, que uma vez recebeu uma instrução para construir um pequeno reservatório de água e que, segundo instruções recebidas do Engenheiro responsável, a referida construção deveria ficar pronta ao fim de um mês. Ele, novo ainda naquelas andanças, ingenuamente questionou, ao engenheiro: "Ó senhor engenheiro, posso construir isso em menos de uma semana!" ao que ele respondeu: "o senhor é que sabe, não há mais trabalho para si e só vai receber ao fim de um mês".

[297] Programa do Governo, Praia, s/d, p.8. (A citação está igual à original, em maiúscula.)

[298] Programa do Governo, Praia, s/d, p.9.

estrada. Respondi-lhe que era tudo pessoal cabo-verdiano. Perguntou-me de onde vinha o financiamento. Disse-lhe que o financiamento era deles. Era tudo reconversão da ajuda alimentar. Ele ficou de tal maneira que me disse: "agora você vai-me dizer o que precisa para continuarmos a financiar. O sistema está aprovado" [299].

A ONU, desde o princípio muito preocupada com a situação em que Cabo Verde se encontrava, também quis comprovar a eficácia do sistema de conversão de ajuda alimentar desenvolvida em Cabo Verde. É assim que em 1977, na sequência de um mau ano agrícola, o Secretário-geral adjunto da ONU[300] veio visitar Cabo Verde e mais uma vez, o ministro Lopes da Silva foi encarregue pelo Governo de o acolher e acompanhar.

O homem chega e no dia seguinte há uma grande chuvada. Depois de uma primeira reunião de trabalho eu disse-lhe que ia-lhe mostrar-lhe o que era seca em Cabo Verde. Expliquei-lhe que a média era de 300 mm de precipitação por ano, que era pouca chuva, e se se caísse docilmente já estávamos habituados. No entanto, naquele ano não tínhamos tido chuva até então, mas em dois dias tivemos toda a chuva que costumávamos ter num ano. E quando assim acontecia, era catastrófico. Fui-lhe mostrar a devastação que tinha sido causada pela forte chuvada. Mas, como prova, fui-lhe mostrar também lá para os lados de Ribeira Seca[301] *como é que a zona tinha reagido à chuva, como consequência dos diques que tinham sido construídos, financiados com dinheiro da ajuda alimentar. Disse-lhe: "nós somos contra a política do Fundo Alimentar Mundial que privilegia a distribuição de géneros. Nós não distribuímos géneros. Dizemos ao povo que tem de trabalhar para ficar livre da necessidade da ajuda externa. Essa é a nossa filosofia. Construir esse país e não precisar mais de ajuda"*[302].

Relembra Lopes da Silva que o visitante, dirigente da ONU, ficou impressionado e que, a partir daí, Cabo Verde passou a ser apresentado como exemplo a ser seguido. Igualmente, segundo ele, os novos representantes do Programa Alimentar Mundial-PAM que vinham a Cabo Verde já tinham uma filosofia diferente[303].

O sistema consolidou-se e várias obras foram surgindo sendo a larga maioria financiada com recursos financeiros provenientes dessa reconversão da ajuda alimentar. Lembra o Ministro de Economia que cada vez que havia um gesto para com Cabo Verde, abria-se a possibilidade de um novo financiamento para uma nova obra.

[299] Osvaldo Lopes da Silva, entrevista concedida ao autor, Praia, 2019.
[300] Sir Robert Gillman Allen Jackson, era um oficial da Marinha australiano e administrador das Nações Unidas, especializado em assistência técnica e logística ao mundo em desenvolvimento.
[301] Ilha de Santo Antão, Concelho do Porto Novo.
[302] Osvaldo Lopes da Silva, entrevista concedida ao autor, Praia, 2019.
[303] Osvaldo Lopes da Silva, entrevista concedida ao autor, Praia, 2019.

Havia, segundo o próprio, um fornecimento regular de milho dos Estados Unidos da América, de trigo da Áustria, e de outros bens da Comunidade Económica Europeia e de outros países. O produto da venda desses fornecimentos era depositado no Fundo de Desenvolvimento Nacional e, a partir daí, as obras eram financiadas.

4.5 A Criação da Empresa Pública de Abastecimento - EMPA

Não obstante a resistência inicial dos doadores, alguma resistência política dentro do partido e da própria população[304], o modelo do então Ministro de Economia impôs-se e começou a fazer o seu percurso. A decisão estava tomada e minimamente consolidada. Colocava-se agora o desafio de como fazer os produtos chegar às diferentes ilhas e como fazer a sua venda. Que estrutura encarregar-se-ia de proceder à venda desses géneros alimentícios.

Mais uma vez, o Ministro de Economia destaca-se ao propor ao Governo a criação de uma empresa pública que, entre outras funções, deveria fazer a gestão e a venda dos géneros resultantes da ajuda alimentar internacional. A criação da Empresa Pública de Abastecimento - EMPA, foi feita pelo Decreto-Lei nº 7-G/75 e publicada no B.O., nº 10 de 10 de setembro de 1975. Na nota justificativa lê-se que: "a extrema importância de que se reveste no nosso País o setor vital de abastecimentos, nomeadamente no que concerne aos géneros de primeira necessidade, justifica plenamente a revisão do esquema atualmente vigente de importação e distribuição de géneros[305].

Esta iniciativa está plasmada no programa do primeiro Governo de Cabo Verde quando, reconhecendo a dependência do mercado externo para a importação de géneros alimentícios básicos, define como meta, manter em cada ilha um nível de stock ajustado às necessidades locais e a preços estáveis. Para tal, o mesmo programa prevê as seguintes ações:

> a) Fazer um inventário das necessidades alimentares de cada ilha, e, dentro de cada ilha por concelhos; b) selecionar os mercados abastecedores tendo em vista não só a mira dos melhores preços mas também a melhor qualidade dos géneros; c) dotar o arquipélago com meios de transporte suficientes para que todas ilhas estejam ao alcance dos dois centros de distribuição - Praia

[304] Também Aristides Pereira dá conta que o sistema de conversão da ajuda alimentar era alvo de resistência política por parte dos opositores do regime, principalmente os que residiam nos Estados Unidos da América de propagandeava que o Governo estava a tirar o que a Comunidade Internacional dava aos cabo-verdianos. (ver José Vicente Lopes, Aristides Pereira-minha vida, nossa história, pp. 233 – 234).
[305] Decreto-Lei nº 7-G/75 de 10 de setembro, B.O. Nº 10 de 10 de setembro de 1975.

> e São Vicente; d) construção de armazéns em cada ilha, destinados à recolha e conservação dos produtos; e) agravamento das taxas sobre os bens supérfluos e de luxo, não só para aumentar as receitas do Estado, mas também para diminuir o déficit da nossa balança comercial; f) estabelecer um tabelamento criterioso, visando a defesa do consumidor sem perder de vis-ta os interesses justos do comerciante; g) fiscalização intensiva dos preços e medidas enérgicas contra a especulação e o açambarcamento; h) criação de uma empresa pública bem organizada e dotada com os meios financeiros necessários para a importação de bens de consumo essenciais."[306]

A EMPA funcionava como uma central de compras. Importava, mas vendia ao retalhista a quem competia colocar os produtos à disposição da população, ou seja, no comprador final. Na época os importadores eram em número reduzido, mesmo assim, o poder de importação era bastante reduzido, quer pela exiguidade do mercado, o que não permitia aos importadores fazerem muita stocagem, mas também pela própria capacidade financeira dos mesmos. Assim, a situação era favorável ao açambarcamento e especulação de produtos e preços pois apenas um grupo restrito de comerciantes importava ou por capacidade financeira ou mesmo, tendo em conta a época, porque dominavam os meandros do mercado de importação.

A EMPA foi constituída com um capital social inicial de setenta e quatro milhões de escudos, subscrito integralmente pelo Estado[307]. Vê os seus estatutos clarificados, pelo Decreto-Lei nº 83/78 que classifica a empresa como sendo: "uma pessoa coletiva dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial"[308]. A EMPA tinha a sua sede na cidade da Praia, mas os seus Estatutos davam à empresa a possibilidade de abrir representações onde fosse considerado necessário. Como resultado verificou-se uma dinâmica de crescimento da empresa e do aumento da sua representatividade através da abertura de várias delegações nas ilhas e nos concelhos, cobrindo in loco as necessidades das populações das ilhas.

Dez anos a pós a sua criação, isto é, em 1986, procedeu-se a um aumento substancial do seu capital social, que passa de setenta e quatro milhões de escudos para quinhentos milhões de escudos, por razões explicadas no Decreto-Lei nº 26/86 e que têm a ver com o facto de a empresa ter apresentado resultados positivos que foram mantidos como reserva. Nessa altura entendeu-se reforçar o capital social da empresa incorporando essas reservas e dando-lhe maior robustez económico-financeira.

---

[306] Programa do Governo, Praia, s/d, pp. 9 - 10. (O grifo é do autor.)
[307] Decreto-Lei nº 85/76 de 25 de setembro, B.O. Nº 39 de 25 de setembro de 1976.
[308] Estatuto da Empresa Pública de Abastecimento – EMPA, artigo 1º, B.O. Nº 37 de 16 de setembro de 1978.

Lopes da Silva garante, de uma forma geral, que a EMPA conseguiu estabelecer boas relações com o comércio e que a empresa não tirou espaço ao comércio privado, particularmente ao comércio retalhista. Em cada ilha, em cada concelho tinha o seu armazém para fornecer o comércio estabelecido. A estratégia passava por garantir um stock de segurança de bens de primeira necessidade em cada ilha. Havia dois stocks centrais – São Vicente e Praia. Esses dois stocks eram de seis meses e em cada ilha era garantido um stock de um mês. Admite que o sistema funcionava bem e regozija-se de alguma forma, exemplificando que, numa altura em que Angola estava com problemas de racionamento, Moçambique com problemas de abastecimento, Guiné pior ainda, "Cabo Verde era a única ex-colónia que tinha um abastecimento de primeira qualidade"[309].

Havia um entendimento com os importadores, que eram poucos. Por exemplo, um produto como o açúcar eu queria que ficasse só com os privados, também porque ninguém dava açúcar. A EMPA devia trabalhar fundamentalmente com aquilo que era ajuda alimentar e autorizei a importação de cimento[310] porque no princípio o consumo do cimento era pouco, oito mil toneladas por ano, mas foi crescendo, e o setor privado não tinha capacidade financeira para acompanhar a dinâmica de crescimento do mercado. Chegamos a aproximadamente cem mil toneladas de consumo" [311].

O facto de Cabo Verde ser constituído por ilhas torna o transporte um fator importante na formação do preço de um determinado produto. O normal era que, por causa disso, os produtos apresentassem preços diferenciados nas diferentes ilhas. Tal, no entanto, não acontecia, pois a EMPA assumia esses custos, ou seja, os produtos eram vendidos pela empresa, pelo mesmo preço, em todas as ilhas e em todos os concelhos.

Nesta relação de entendimento entre a EMPA e os comerciantes, o entrevistado destaca o papel que estes tinham na amortização dos efeitos do atraso nos pagamentos das quinzenas[312] aos trabalhadores. Não obstante o não recebimento dos salários, os trabalhadores continuavam a fazer o abastecimento no seu fornecedor habitual, num sistema de adiantamento de géneros que eram pagos logo assim que o Governo regularizasse os pagamentos. Nas palavras do Ministro, "isto era um alívio".

[309] Osvaldo Lopes da Silva, entrevista concedida ao autor, Praia, 2019.
[310] O ex-ministro lembra-se de ter proibido a importação de alguns produtos como vinho e vinagre, pois, segundo o mesmo, havia uma tendência para "gigantismo" e ele, volta e meia, tinha que chamar a atenção.
[311] Osvaldo Lopes da Silva, entrevista concedida ao autor, Praia, 2019.
[312] Os trabalhos nas obras públicas, normalmente designados por FAIMO – Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra, eram pagos pelo sistema de quinzena, ou seja, os trabalhadores recebiam de quinze em quinze dias. Pela situação económica do país na altura e pela forma de mobilização de recursos que já se descreveu neste artigo não é difícil de prever que várias vezes haviam atrasos no pagamento das quinzenas. Garante o ministro que os atrasos nunca eram superiores a duas quinzenas.

Tal como tinha acontecido em relação ao princípio da venda das ajudas alimentares, o Governo também experimentou resistência quanto à criação da EMPA. Desde logo porque, segundo Pereira, esta decisão teria conotação ideológica: "sabíamos que a criação da EMPA iria criar-nos outras dificuldades, iria dar razão àqueles que nos viam como comunistas, inimigos da iniciativa privada, etc. Mesmo assim, preferimos isso a ter que passar por ruturas de stocks, ainda por cima forçadas"[313].

Igualmente, as resistências eram encontradas dentro do próprio sistema político instaurado, dentro do próprio partido. Osvaldo Lopes da Silva explica que a visão na altura era favorável às cooperativas de consumo, ao que era pessoalmente contra, uma vez que havia um comércio privado que se encarregava de fazer a venda à população. Ele acrescenta que havia muita gente dentro do partido que apoiava a ideia das cooperativas de consumo e pagamento em géneros. Explica que: *"havia uma luta para o poder. Havia aqueles que queriam que o partido fizesse a sua afirmação em cada concelho através do controlo da ajuda alimentar. Isto era pernicioso porque punha o povo demasiado dependente do partido, por um lado, e abria as portas à corrupção, por outro. Esse sistema de pagamento com géneros conduziria, inevitavelmente à corrupção. Talvez tenha sido uma política avançada demais para a época, mas como o sistema funcionou, então acabou por impor-se"* [314].

A EMPA fez assim o seu percurso, desempenhando um papel importante na distribuição dos géneros alimentícios pelos diversos concelhos do país. Já se fez referência ao aumento de capital social de setenta e quatro para quinhentos milhões de escudos, num espaço de dez anos, o que não deixa de ser uma prova da sua dinâmica e de robustez adquiridas.

No entanto, nos anos noventa, com a mudança do regime político ocorrido em 1991, e consequente liberalização da economia, a empresa viu alterada a sua classificação em função da alteração da titularidade do capital. O Decreto-Lei nº 64/99 [315] transforma a EMPA, E.P. em sociedade anónima com a denominação de EMPA S.A.R.L. A empresa que tinha tido nas duas décadas anteriores um papel importante na gestão das ajudas alimentares e na importação e comercialização de bens, sobretudo de primeira necessidade, começa a ser um fardo para os governos e inicia um caminho de retrocesso que vai conduzir à sua extinção.

[313] José Vicente Lopes, Aristides Pereira-minha vida, nossa história, p. 234.
[314] Osvaldo Lopes da Silva, entrevista concedida ao autor.
[315] Ver B.O. Nº 40, I SERIE, de 2 de novembro de 1999.

Em 1999 regista-se uma decisão do Governo no sentido de proceder à alienação da totalidade (à exceção de 100) das ações que pertenciam ao Estado. O Decreto-lei nº 65/99 [316] determina a alienação, por concurso público internacional, da posição de domínio na empresa a investidores ou agrupamentos de investidores com experiência comprovada no trading internacional e reserva partes do capital para venda aos trabalhadores (5%), emigrantes e público em geral, correspondente a 34,98%. A competência para gerir o processo da alienação é atribuída ao Vice-primeiro Ministro.

Não obstante essa tentativa para reorganizar a empresa, deve-se dizer que não houve interessados no processo de alienação, pelo que a empresa continuou a sua curva descendente. A empresa, com cerca de 600 trabalhadores, continua a ver a sua situação financeira a degradar-se e, curiosamente, já com o Governo do PAICV no poder outra vez,[317] a empresa é extinguida por determinação do Decreto-lei nº 6/2002, de 2 de dezembro.[318] O Governo justifica a decisão da extinção com o facto de a privatização não ter sido bem sucedida e com a situação financeira da empresa. Segundo o texto publicado, não obstante o *road-show* de sensibilização de firmas de renome internacional na Europa e América Latina a privatização falhou uma vez que não foi possível interessar os investidores alvo da estratégia[319].

A extinção da EMPA marca o fim de uma instituição criada essencialmente para fazer uma boa gestão das ajudas alimentares e garantir que os alimentos de primeira necessidade chegassem a todos os cantos de Cabo Verde. Ela teve um papel importante no fornecimento do mercado de consumo e quiçá no combate à fome e à pobreza extrema. A dinâmica de desenvolvimento do país, as mudanças de política económica e do próprio regime político, ditaram o fim de mais uma "invenção" do regime de Partido Único em Cabo Verde.

[316] Publicado no B.O nº 40, I SERIE, de 2 de novembro de 1999.
[317] Nota-se que o PAICV perdeu nas primeiras eleições multipartidárias realizadas no país em 1991 tendo regressado ao poder depois de 10 anos de oposição.
[318] Publicado no B.O nº 34, I SERIE, de 2 de dezembro de 2002.
[319] O texto do Decreto-lei nº 6/2002 explica ainda que "(…) a EMPA, S.A. encontra-se, pelo menos desde 1997, num processo acentuado e continuado de degradação comercial e financeira, apresentando-se, hoje, como urna empresa descapitalizada e em penúria financeira, desacreditada perante os seus fornecedores, incapaz de importar e concorrer no mercado, e, com um quadro de pessoal constituído por um efetivo altamente desmotivado e preocupado com o seu futuro." Publicado no B.O nº 34, I SERIE, de 2 de dezembro de 2002.

4.6 A Evolução do Ensino em Cabo Verde

Afirma o historiador cabo-verdiano Daniel Pereira, numa Nota à 3ª edição da obra de António Carreira, que a história do Arquipélago de Cabo Verde indica que o mesmo é uma entidade criada do exterior e para o servir. Segundo ele, os cabo-verdianos sobreviveram no âmago das ilhas, contra ventos e marés, mas estavam voltados para fora. E porque o país era conduzido de longe em função de interesses que não eram dele e por ter sido vítima de um sistema que contribuiu para a alienação do seu povo enquanto tal e com identidade própria, é fundamental que o cabo-verdiano conheça e se aproprie da sua história. (Carreira, 2000)

Este ponto trata a evolução do sistema de ensino em Cabo Verde, numa abordagem comparativa entre o período antes da independência e o pós-independência. Retrata igualmente a forma como o PAIGC, enquanto movimento de libertação nacional, lidava com a questão da educação, muito por conta da paixão que o seu líder, Amílcar Cabral, nutria pelo estudo e pela educação.

4.6.1 O Sistema Educativo Antes da Independência

Após a descoberta e ocupação efetiva dos territórios ultramarinos o colonizador achou necessário nacionalizar e civilizar milhões de seres humanos que se encontravam em estado de selvajaria e trazê-los para um estado social progressivo e, por conseguinte, também construir um império espiritual. A religião e o ensino foram os meios utilizados para a nacionalização e civilização dos povos, pelo que a igreja católica teve um papel importante nessa missão junto dos povos do ultramar português. Esse papel é, no entanto, perdido com a proclamação da I República em Portugal, em 1910, período em que o catolicismo deixa de ser considerado religião de Estado e proibido o ensino religioso. Só em 1933 com a implantação do Estado Novo[320], é que a educação em Portugal passa a estar assente na tríade Deus, Pátria e Família que a igreja volta a ocupar-se da educação, mas desta feita em parceria com as autoridades seculares. (Pereira, 2010)

Ana Pereira (2010) esclarece que quando se deu a implantação da I República Portuguesa, a Província de Cabo Verde já vivia um desenvolvimento cultural digno de realce, uma vez que já vigorava um sistema de ensino, ainda que incipiente, pois já

[320] Estado Novo foi o regime político ditatorial, autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos ininterruptos, desde a aprovação da Constituição portuguesa de 1933 até ao seu derrube pela Revolução de 25 de Abril de 1974. *https://www.google.com*

tinham sido promulgadas as primeiras legislações sobre o ensino implantado a nível Primário, Secundário e Profissional, reconhecendo, no entanto, que funcionavam precariamente. No ano letivo 1908-1909, Cabo Verde possuía 75 escolas primárias oficiais e particulares, um Seminário-liceu e alguns estabelecimentos de ensino profissional. (Pereira, 2010)

Em Cabo Verde o ensino foi sempre marcado por diversos constrangimentos que dificultavam o normal funcionamento das escolas e que acabavam por contribuir para o seu encerramento:

> A título de exemplo pode referir-se às várias epidemias, como da gripe, varíola e sarampo, que ao longo dos anos foram responsáveis pelo encerramento temporário de algumas escolas e postos de ensino primário bem como do próprio Liceu. De mencionar, ainda, a grave crise de fome que o arquipélago atravessava em 1921, provocada pela escassez de chuvas e a sequente carência de géneros e encarecimento dos principais produtos alimentícios que – associada à péssima situação financeira da Colónia, ao facto da maior parte dos postos de ensino, sobretudo os da ilha de Santiago, não ter funcionado, no ano letivo precedente por falta de alunos e o rendimento escolar dos parcos alunos desse estabelecimento de ensino ser diminuto – contribuiu para a redução da frequência escolar, sobretudo nas regiões mais fustigadas pela crise e o sequente encerramento, provisório, de todos os postos de ensino do arquipélago (…). [321] (Pereira, 2010, pp. 125-126)

Este cenário traçado por Ana Pereira pode ser estendido e generalizado até ao período que antecede a independência do país. Bartolomeu Varela traçou as principais características do sistema educativo cabo-verdiano herdado da era colonial:

> Uma educação instrumentalizada politicamente pelo poder colonial, cujos princípios, valores e objetivos orientavam o ensino praticado nas escolas cabo-verdianas; uma educação alienada, porque não alicerçada na realidade cabo-verdiana e, logo, inadaptada às condições físicas, geográficas, humanas, económicas e culturais de Cabo Verde; uma educação altamente seletiva, a que se tinha acesso em função e na medida da necessidade de defesa e reprodução da ordem colonial portuguesa; uma educação altamente discriminadora e elitista, que oferecia escassas oportunidades às camadas mais desfavorecidas da sociedade cabo-verdiana; um ensino essencialmente teórico e, como tal, desfasado da vida e da prática social; uma educação centrada nas quatro paredes da sala de aula, desligada da comunidade. (Varela, 2007, p. s/p)

O sistema de ensino em Cabo Verde era sem dúvida seletivo e o acesso à educação não constituía um direito. O ensino não era generalizado, as infraestruturas eram insuficientes em algumas ilhas e tinham pouca qualidade. O insucesso escolar era uma terrível realidade, os professores eram poucos e a esmagadora maioria não tinha qualificação adequada para o desempenho das suas funções.

[321] O texto faz referência a algumas exceções no país.

O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) desde cedo teve uma relação muito estreita com a educação, graças a Amílcar Cabral que era um viciado em promover o estudo e a aprendizagem. Cabral era ele próprio um estudioso e estudou muito bem a sociedade guineense antes de avançar para a formação do partido e para a luta de libertação. Basta ver que, nessa preocupação de conhecer, ele, ainda funcionário do Governo colonial, realizou um recenseamento agrícola na Guiné-Bissau que lhe deu um conhecimento profundo da sociedade e da complexa estrutura social daquele país. Em vários momentos de reflexão e nos encontros com os seus militantes, Cabral alerta para a necessidade de aprenderem "nos livros e na experiência dos outros" para que essa aprendizagem pudesse ser usada na luta e, depois da independência, na reconstrução do país.

Em 1960 Cabral cria uma "escola política" que era frequentada pelos militantes do partido onde, de forma exaustiva, faziam a sua preparação política e recebiam conhecimentos de como mobilizar o povo para a luta. À medida que partes do território iam sendo libertadas, para suprir a falta de professores, Cabral, algumas vezes, tirava militares da frente de combate para os preparar, em Conacri, para serem professores. Ele argumentava que era preciso formar jovens que deveriam mais tarde, numa fase mais avançada da luta, aprender a usar armamentos mais avançados, que exigiam conhecimentos da matemática, que os seus guerrilheiros não tinham.

Em 1964, reunido em Congresso em Cassacá, o PAIGC toma a decisão de criar uma Escola-Piloto em Conacri. O projeto de Cabral era criar uma escola que teria como missão receber os órfãos de guerra e os filhos dos combatentes, para a criação do "homem novo", segundo o pensamento de Cabral, quadros que deveriam conduzir os destinos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde quando estes fossem independentes. Lilica Boal, diretora da Escola-Piloto, que via Cabral como um pedagogo, recorda:

> Ensinávamos Português e depois introduzimos também o Francês e o Inglês. Íamos até à sexta classe, mas os alunos mais avançados tiveram realmente muitas facilidades quando foram estudar para o estrangeiro. Porque nós conseguimos bolsas para a formação deles a partir da sexta classe. Mandámos alunos para Cuba, para a então União Soviética, para a Alemanha Democrática, para a Checoslováquia. E dávamos também História, a nossa História. Os manuais que nós elaborávamos eram virados para a Geografia e a História da Guiné e Cabo Verde. (Boal, 2014)[322]

Em 1969 o PAIGC realizou um Seminário de Quadros destinado aos responsáveis do partido, que decorreu de 19 a 24 de novembro, em Conacri, capital da Repúbli-

[322] Disponível em: *https://www.dw.com/pt-002/lilica-boal-a-eterna-diretora-da-escola-piloto-do-paigc/a-17678843*

ca da Guiné, que "destinava-se a caracterizar e avaliar, extensiva e criticamente, a situação da luta e definir linhas de ação consequentes para os membros e estruturas do partido". As várias intervenções de Amílcar Cabral foram traduzidas em livro e constituem, provavelmente, as principais reflexões e linhas de ação ideológica do seu pensamento.[323] Mais uma vez, ao longo das diversas intervenções de Cabral, fica bem patente a sua preocupação em estimular nos seus dirigentes a necessidade de procurarem conhecimento, de estudarem, não só para um melhor desempenho do partido, mas, acima de tudo, para a formação individual e pessoal de cada um em particular.

É essa cultura de aprendizagem e de constante procura de conhecimento que Amílcar Cabral introduziu no seio do partido que vai ser transportada para a governação de Cabo Verde nos primórdios da sua independência. O ensino constitui uma das principais preocupações de governação do regime de Partido Único nas ilhas.

Dulce Almada que começou a trabalhar no setor da educação ainda no Governo de transição, e que com a entrada em funções do primeiro Governo de Cabo Verde independente assumiu as funções de diretora do Gabinete de Estudo e Projetos, descreve a situação da educação em Cabo Verde no pós-independência da seguinte forma:

> Quando ainda na luta, começamos a denunciar a situação em Cabo Verde, os portugueses lançaram mãos ao ensino e passaram a preparar professores, com a quarta classe, em 40 dias na chamada Escola da Variante. Mesmo assim, havia 70 por cento de analfabetos por altura da independência. Entre as mulheres, havia localidades em que índice chegava aos 90 por cento. Uma das primeiras medidas foi proceder à reforma do ensino, de modo a adequar o programa, e os professores tiveram que ser reconvertidos à nova realidade. Tentou-se também disciplinar o setor, pois havia problemas enormes. Os professores não eram respeitados, por causa do revolucionarismo barato de alguns. Havia professores que ofereciam cigarros aos alunos, professores hippies que iam dar aulas com calças sujas e chinelos nos pés. Ao mesmo tempo, era necessário mandar gente cursar no exterior. Logo em 1975 partiram os primeiros bolseiros com bolsas da Unesco (…) havia bolsas para os mais variados lugares – URSS, Cuba, Brasil, Portugal… (Lopes, 2002, p. 489)

É a partir dessa realidade que vai-se começar a trabalhar na reconversão de um setor através de uma rotura com o modelo colonial encontrado e da edificação de uma estrutura capaz de formar o novo homem cabo-verdiano. O caminho foi difícil, com avanços e recuos, mas os objetivos eram claros e largamente assumidos pela política de governação.

[323] A obra intitula-se "Pensar para melhor agir" e foi organizada por Luís Fonseca, Olívio Pires e Rolando Martins e a edição é da Fundação Amílcar Cabral, em 2014.

4.6.2 O Sistema Educativo no Pós-Independência

A situação da educação acompanhava a situação geral do país no momento da sua independência. O Cabo Verde independente herda do Governo colonial o seguinte sistema de ensino:

- Ensino Pré-primário
- Ensino Básico Elementar (1ª à 4ª Classe)
- Ensino Básico Complementar, também conhecido como Ciclo Preparatório (1º e 2º Ano, correspondente a 5ª e 6ª Classe)
- Ensino Secundário, também conhecido como Curso Geral dos Liceus (1º ao 3º Ano)
- Ensino Complementar, também conhecido como Curso Complementar dos Liceus ou ainda, 7º Ano.
- Ensino Técnico (1º ao 3º Ano)

Deve-se notar que este sistema completo só existia nas cidades do Mindelo e da Praia uma vez que só existiam dois liceus em Cabo Verde, precisamente nas duas principais cidades do país. Por seu lado, o ensino técnico estava resumido à Escola Técnica do Mindelo. Na ilha do Sal existia um estabelecimento designado de Externato do Aeroporto do Sal, criado em 1966 e que funcionava como uma secção do Liceu Gil Eanes de São Vicente.

Em 1977, entre os dias 29 de agosto e 3 setembro foi organizado, pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, na cidade do Mindelo, um Encontro Nacional de Quadros da Educação com o objetivo de fazer uma análise crítica do sistema de ensino e estruturar um novo sistema. Do relatório deste encontro extrai-se algumas informações com o objetivo de proceder a uma caracterização do ensino em Cabo Verde no momento e nos anos imediatamente a seguir à independência[324].

[324] O Encontro de Quadros tinha como Ordem de Trabalhos: 1) Análise crítica do atual sistema de ensino; 2) Estrutura do novo sistema: 2.1) Objetivos dos diferentes níveis de ensino; 2.2) Concretização destes objetivos de acordo com as experiências e realidades nacionais; 3) Plano de estudos dos diferentes níveis; 4) Análise dos projetos de programas; 5) Conclusões finais. (Ministério da Educação e Cultura, 1977)

Tabela 3: Alunos no Ensino Pré-Primário

Ano Letivo	Nº de Alunos
1968 - 1969	6606
1969 - 1970	17195
1970 - 1971	17500
1971 - 1972	20642
1972 - 1973	17696
1973 - 1974	14996
1974 - 1975	16574

Fonte: Ministério de Educação e Cultura.

De acordo com o relatório aqui referido, o Ensino Pré-Primário foi criado em 1968, dentro do esquema de atuação demográfica do Governo colonial, sem quadros devidamente preparados, sem equipamentos nem material didático adequados. Este ensino revelou-se de pouco sucesso o que levou a que o Governo tenha determinado a sua suspensão, em 1975. Sofreu um boom no ano a seguir à sua criação mantendo depois alguma instabilidade quanto ao número de frequentadores, até 1975.

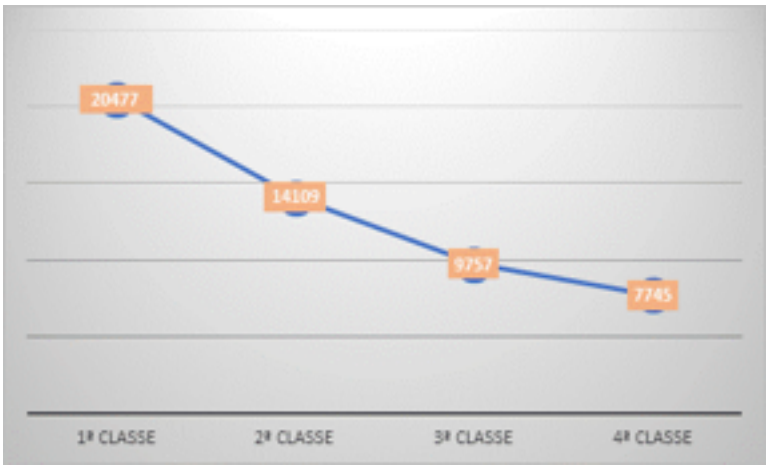
Tabela 4: Frequência do Ensino Básico Elementar

Ano Letivo	Classe				Total
	1ª	2ª	3ª	4ª	
1973 - 1974	20 477	13 563	7 934	4 480	46 454
1974 - 1975	19 212	14 109	9 711	5 972	49 004
1975 - 1976	28 700	13 813	9 757	7 925	60 195
1976 - 1977	21 581	16 558	10 158	7 745	56 042
1977 - 1978	18 970	15 457	12 338	8 641	55 406
1978 - 1979	16 515	15 161	12 504	10 312	54 492

Fonte: Ministério de Educação e Cultura.

Pelos números da tabela pode-se constatar um aumento de frequência no ano letivo correspondente ao ano da independência e em relação à 1ª classe, mas um número muito reduzido de alunos que chegava à 4ª classe o que indicia uma alta taxa de insucesso escolar e de desistências. De qualquer forma nota-se um aumento geral de frequência, em todas as classes, a seguir à independência.

Gráfico 8: Percurso dos Alunos Inscritos na 1ª até a 4ª Classe



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados da Tabela 4.

O gráfico mostra o percurso dos alunos inscritos na 1ª Classe no ano letivo 1973--1974 até à 4ª Classe, no ano letivo 1976-1977. Dos mais de vinte mil inscritos na 1ª Classe apenas menos de metade chegava à 4ª Classe.

Tabela 5: Aproveitamento, por Classe e por Zona, no Ensino Básico Elementar (ano letivo 1975-1976)

Classe	Zona	Nº de Inscritos	Nº de Reprovados	Nº de Aprovados	Taxa de Reprovação (%)
1ª	Sotavento	16958	10585	6373	62,4
	Barlavento	10709	6292	4417	58,8
	Total	27667	16877	10790	61
2ª	Sotavento	8711	4327	4324	49,7
	Barlavento	4470	1683	2787	37,7
	Total	13181	6010	7171	45,6
3ª	Sotavento	6338	2884	3454	45,5
	Barlavento	3442	1251	2191	36,3
	Total	9780	4135	5645	42,3
4ª	Sotavento	4297	2380	1912	55,4
	Barlavento	2278	964	1314	42,3
	Total	6575	3344	3231	50,9
Total Nacional		**57203**	**30366**	**26837**	53,1

Fonte: Ministério de Educação e Cultura. Adaptado.

Esta tabela retrata de forma bem clara a situação da educação herdada do Estado Colonial em Cabo Verde. No Ensino Básico Elementar, a nível nacional, mais de metade dos estudantes reprovava. A taxa de reprovação na 1ª Classe era elevada, 61%, a nível global. Chama a atenção o facto de em todas as classes a taxa de reprovação ser superior na zona de Sotavento do que na de Barlavento. Deve-se acrescentar ainda que o processo de avaliação era intencionalmente seletivo. Nele intervinham pessoas estranhas às escolas, designadas de "Examinadores" que se orgulhavam, regra geral, de chumbar um aluno. O cenário que se montava à volta dos exames, principalmente o da 4ª Classe, levou à criação do mito de que fazer a 4ª Classe, ou o "2º grau" como seletivamente também era designada, não era para qualquer um.

Tabela 6: Frequência do Ensino Básico Complementar

Ano Letivo	Classe		Total
	5ª	6ª	
1973 - 1974	1 743	1 227	2 970
1974 - 1975	2 224	1 327	3 551
1975 - 1976	2 481	2 118	4 599
1976 - 1977	2 181	2 163	4 344
1977 - 1978	2 465	1 627	4 092
1978 - 1979	2 755	1 578	4 333

Fonte: Ministério de Educação e Cultura.

Mais uma vez constata-se uma redução considerável de inscritos da 5ª para a 6ª Classe. Não deixa de ser relevante a tendência crescente a partir do ano letivo 1974--1975.

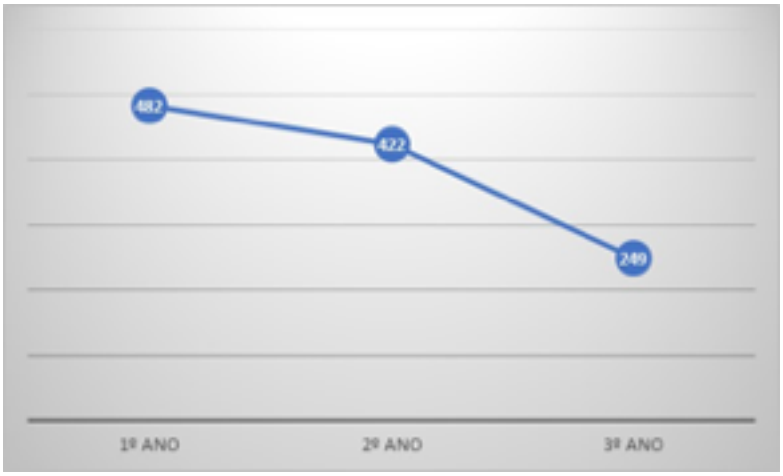
Tabela 7: Frequência do Ensino Secundário

Ano Letivo	Ano de Frequência			Total
	1º	2º	3º	
1973 - 1974	482	351	262	1 095
1974 - 1975	703	422	305	1 430
1975 - 1976	857	542	249	1 648
1976 - 1977	503	527	451	1 481
1977 - 1978	790	464	505	1 759
1978 - 1979	824	520	423	1 767

Fonte: Ministério de Educação e Cultura.

À medida que se avança nos níveis de ensino vai diminuindo o número de inscritos, o que indicia um aumento da taxa de insucesso. Continuando a tomar como referência o ano letivo a seguir à independência, conclui-se que o número dos inscritos vai diminuindo drasticamente.

Gráfico 9: Acompanhamento dos Alunos Inscritos no 1º até ao 3º Ano do Ensino Secundário



Fonte: Elaboração Própria, a partir dos dados da Tabela 7.

Nota-se, à semelhança do Ensino Primário, uma quebra considerável de alunos à medida que evoluem do 1º ano, no ano letivo 1973-1974, até ao 3º ano, no ano letivo 1975-1976, ou seja, muitos ficaram pelo caminho, aproximadamente metade.

Tabela 8: Frequência do Ensino Complementar

Ano Letivo	Ano de Frequência		Total
	1º	2º	
1973 - 1974	122	105	227
1974 - 1975	220	117	337
1975 - 1976	208	169	377
1976 - 1977	91	200	291
1977 - 1978	144	148	292
1978 - 1979	251	143	394

Fonte: Ministério de Educação e Cultura

Tendo em conta o número de inscritos no Ensino Secundário, verifica-se que, em regra, a frequência do Ensino Complementar é relativamente baixa. Por exemplo, no ano letivo 1974-1975 estavam inscritos no 3º ano do Ensino Secundário 305 alunos e no ano letivo seguinte, 1975-1976, só estavam inscritos no 1º ano do Ensino Complementar 208

Tabela 9: Frequência do Ensino Técnico

Ano Letivo	Ano de Frequência			Total
	1º	2º	3º	
1973 - 1974	150	78	70	298
1974 - 1975	204	90	52	346
1975 - 1976	172	166	71	409
1976 - 1977	153	181	93	427
1977 - 1978	*	*	*	*
1978 - 1979	*	*	*	*

Fonte: Ministério de Educação e Cultura.

Como se pode constatar a frequência do Ensino Técnico não era muito relevante notando-se uma diferença considerável entre a frequência do Ensino Secundário e a frequência do Ensino Técnico. Não se conseguiu apurar a razão da não inexistência de dados a partir do ano letivo 1977-1978.

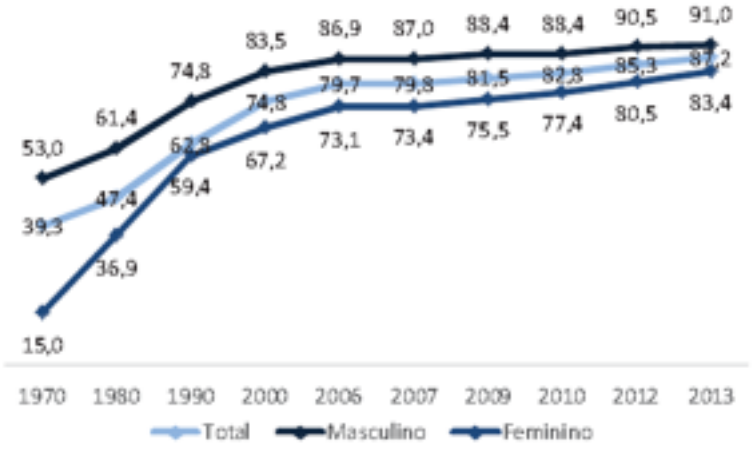
Tabela 10: Quadro Docente do Ensino Primário, por Categoria

Ano Letivo	Magistério Primário		Posto Escolar		Monitores		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
1970 - 1971	112	13	*	*	*	*	**730**
1971 - 1972	112	13	352	41	393	45,8	857
1972 - 1973	78	8	425	43,6	470	48,3	973
1973 - 1974	75	6,8	518	47	501	45,4	1094
1974 - 1975	82	6,6	739	59,7	475	33,5	1296
1975-1976	53	3,9	938	69,4	359	26,5	1350

Fonte: Ministério de Educação e Cultura.

Esta tabela é bastante elucidativa quanto ao nível dos Professores do Ensino Primário, no ano letivo em que o país ascendeu à independência nacional. Constata-se até uma degradação desse indicador se tomado como ponto de comparação o início da década de 1970, com 13% dos Professores a possuir o Magistério. Apenas 3, 9% dos docentes tinha uma formação adequada para lecionar no Ensino Primário, no ano letivo 1975-1976. A esmagadora maioria dos professores, aproximadamente 70%, era designada de Professor de Posto Escolar, ou seja, aquele que não tinha formação de Professor. A situação piorava com os Monitores, quase 27%, que eram tidos como ajudantes de Professores e, ao que consta, muitos nem tinham a 4ª Classe.

Gráfico 10: Taxa de Alfabetização (%) 15 e mais anos



Fonte: INE-CV.

Como se pode constatar, o nível de analfabetismo era elevado no período da independência. De acordo com o INE, em 1970 apenas 39,3% da população com 15 e mais anos sabia ler e escrever. O gráfico mostra como é que este indicador evoluiu nas décadas a seguir. Também é notória a discrepância entre homens e mulheres nos primeiros anos sendo que essa diferença, mesmo mantendo-se, mostra uma tendência de atenuação com o evoluir dos anos.

O programa do Governo apresentado no primeiro ano da independência determinava como medidas imediatas para o setor da educação:

• Preparar a reforma do ensino e adotar novos programas de estudo de acordo com a realidade e as necessidades do país;
• Aumentar a rede das escolas primárias;
• Assistir os alunos oriundos das camadas mais desfavorecidas da população;
• Organizar cursos de capacitação dos professores primários e liceais;
• Recrutar professores qualificados para os liceus e escolas técnicas, a fim de elevar o nível dos conhecimentos ministrados.

Não obstante, dois anos mais tarde, no "Encontro Nacional de Quadros da Educação" realizado em agosto/setembro de 1977, em São Vicente, é feita uma análise profunda do sistema educativo herdado do Governo colonial. O relatório das conclusões do Encontro sintetiza o retrato do sistema:

• Caráter seletivo do atual sistema do ensino evidenciado pelo rendimento escolar nas diferentes classes;
• Tipo de ensino essencialmente teórico e em grande parte divorciado das realidades nacionais;
• Não existência de escolas de formação profissional, o que tem como consequência o facto de os alunos saírem dos vários níveis de ensino sem preparação para desempenharem qualquer atividade de caráter produtivo;
• Caráter excessivamente teórico, do Ensino Comercial e Industrial, com pequeno número de tempos letivos e um curriculum sobrecarregado de tempos destinados às disciplinas de formação geral;
• Corpo docente qualitativa e quantitativamente deficiente;
• Falta de estruturas pedagógico-didáticas;
• Problema do ensino pré-primário abrangendo uma percentagem insignificante das crianças em idade de frequentar os jardins-escolas.

Recorda-se que, tal como já foi citado, um dos objetivos do Encontro era lançar um novo sistema de educação para o País. No seu discurso de abertura do evento, Carlos Reis, ministro da Educação, referiu que a experiência que o partido trazia das regiões libertadas da Guiné-Bissau, da Escola Piloto de Conakri e das Escolas-Internatos construídas nas fronteiras dos países amigos constituía fonte de inspiração para o ensino em Cabo Verde, enriquecida pelos conhecimentos dos novos tempos. O Ministro identificou os fins do novo sistema de ensino que ia ficar definido no Encontro do Mindelo: 1) Formar na conceção científica do mundo; 2) Desenvolver plenamente capacidades intelectuais físicas e morais do indivíduo e da coletividade; 3) Fomentar elevados sentimentos humanos e gostos estéticos; 4) Formar, em

resumo, um homem livre e culto capaz de participar ativa e conscientemente na reconstrução nacional[325].

O Primeiro-ministro que fez a abertura oficial do Encontro, num longo discurso tentou mostrar a importância da nova Escola para formar o novo Homem cabo--verdiano. Um Homem capaz de se libertar pela via do conhecimento, atribuindo assim à Escola uma função política, a de formar um cidadão, "patriota cabo-verdiano, sincero, honesto e que ama a sua terra". Pedro Pires relembra aos participantes do Encontro que o Estado Colonial formava o cabo-verdiano para servir mais fora do que servir em Cabo Verde. Agora, conclui, a nova Escola deve formar cabo--verdianos que conheçam bem o país e que sejam capazes de servir e construir a sua terra. Na sua perspetiva essa deveria ser a principal diferença entre a Escola herdada e o que agora se efetivava. A nova Escola deveria também ter em conta que era fundamental elevar o nível de formação e de conhecimento dos Professores dos diferentes níveis[326].

É então apresentado nesse Encontro o documento intitulado "O Novo Sistema de Ensino" que clarifica que:

> O projeto de reforma de ensino em Cabo Verde inscreve-se na necessidade de uma transformação profunda do sistema de educação deixado pelo regime colonial que não era mais do que um prolongamento do sistema português. É óbvio que este ensino estava divorciado da realidade cabo-verdiana e tinha como fim último a formação de uma mentalidade culturalmente dependente, e a justificação permanente da dominação colonial. (Ministério da Educação e Cultura, 1977)

O Novo Sistema de Educação é assim constituído: [327]

- Educação pré-escolar – destinada a crianças até aos seis anos de idade, assegurada pelos jardins-escolas.
- Ensino Primário do Primeiro nível – destinado a crianças a partir dos sete anos de idade e composto pela 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classes.
- Ensino Primário do segundo nível – composto pela 5ª e 6ª classes – também conhecido como ensino preparatório.
- Ensino Secundário Básico composto por três anos – correspondente ao curso geral dos liceus.

[325] Discurso publicado no Relatório das Conclusões do Encontro de Quadros da Educação (Ministério da Educação e Cultura, 1977)
[326] Discurso publicado no Relatório das Conclusões do Encontro de Quadros da Educação (Ministério da Educação e Cultura, 1977)
[327] Ministério da Educação e Cultura, 1977, p. 12.

• Ensino Secundário pré-universitário – correspondente ao curso complementar dos liceus.

O documento, preparado nos dois anos subsequentes à independência, fundamenta e traça objetivos para cada nível de ensino e faz recomendações sobre os conteúdos programáticos. Determina ainda a Estrutura da Formação Profissional e de Educação de Adultos. Certo é que este sistema foi sofrendo ajustes e melhorias, e é através dele que é concretizada a massificação do ensino no país.

Passados dois anos, o Governo cria o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário,[328] outro passo importante para a melhoria da qualificação do professorado, neste nível de ensino. A justificação para a criação do curso, publicado no Decreto nº 70/79, de 28 de julho, fundamenta:

> Uma das grandes lacunas existentes na atual estrutura da educação é a carência qualitativa e quantitativa de quadros docentes do Ensino Secundário, resultando deste facto que o funcionamento dos estabelecimentos de ensino secundário esteja dependente, em grande parte, da cooperação estrangeira e do recrutamento local de elementos sem a qualificação adequada. Atualmente a formação dos professores do Ensino Secundário processa-se no estrangeiro com grandes inconvenientes particularmente no que respeita à desadaptação dos quadros formados às realidades nacionais[329].

Determinava ainda o Decreto que o Curso deveria funcionar na Praia, na dependência do Ministério da Educação e Cultura. Não obstante reconhecer poderes ao Ministério para decidir em cada ano as áreas a serem lecionadas bem como o nº de vagas disponível, o artigo 2º determina que o Curso destina-se a formar docentes para o Ensino Secundário nos ramos seguintes:

a) Matemática e Desenho;
b) Física e Química;
c) Ciências Naturais (Biologia e Geologia);
d) História e Geografia
e) Língua Portuguesa.

Como forma de incentivar a frequência do Curso, segundo o Decreto, o Governo atribuía bolsas de estudo, quer a professores que estivessem a exercer, como aos candidatos fora do sistema. Aos professores, já em exercício, era atribuída uma bol-

[328] Deve-se notar que já existia uma Escola de Formação de Professores do Ensino Primário, conhecida por Escola do Magistério Primário, criada pelo Decreto-Lei nº 173/70 de 17 de abril de 1970.
[329] BO Nº 30, de 28 de julho de 1979.

sa equivalente ao vencimento da categoria que exerciam. Aos outros, o montante da bolsa deveria ser fixado por portaria conjunta do Ministro da Educação e do Secretário de Estado das Finanças. O Curso dava acesso a um grau académico equivalente a bacharel.

A educação é constitucionalizada no artigo 15º da primeira Constituição de Cabo Verde.[330] A carta magna determina como objetivo da educação "a formação integral do homem. Ela deverá manter-se estritamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso." O n.º 2 do artigo determinava ainda que "O Estado considera a liquidação do analfabetismo tarefa fundamental."

No II Congresso do PAICV, em 1983, são definidos os princípios segundo os quais seria assente a nova educação em Cabo Verde: a universalização da educação, que deveria estar ao alcance de todos; a integração do setor da educação no processo de desenvolvimento do país; a funcionalidade da educação, ou seja, uma educação que deveria ligar a teoria à prática, ligar o trabalho intelectual ao manual, que deve promover atitudes e desenvolver competências necessárias à vida; e o reforço da identidade cultural.[331]

Finalmente, em 1990, mais concretamente em dezembro, é publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo que materializa, do ponto de vista jurídico, a nova política do Ensino em Cabo Verde que vinha sendo construído desde a independência e mais concretamente desde a realização do Encontro de Quadros aqui já referenciado. O acesso à educação é apresentado como um direito e um dever de todo o cidadão cabendo ao Estado velar pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema público da educação, com prioridade para a escolaridade obrigatória, por forma a se assegurar das condições necessárias à fruição dos direitos e ao desempenho dos deveres.

Para além do princípio da universalidade do ensino, outros são explicitados na Lei de Bases, tais como: a ligação da formação ao trabalho por forma a possibilitar ao cidadão integrar-se na comunidade e contribuir para o seu constante progresso; a eliminação do analfabetismo; a salvaguarda da identidade cultural; o livre acesso ao sistema educativo, independentemente do sexo, da idade, do nível socioeconómico,

[330] Assembleia Nacional Popular, Constituição da República de Cabo Verde, Suplemento ao BO Nº 41, de 13 de outubro de 1980.
[331] Ver Varela, 2007.

intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica, a assunção eficaz do papel da educação no desenvolvimento cultural, económico e social do país, e, finalmente, a valorização da língua materna como forma de reforço da identidade cultural[332].

O artigo 10º da referida Lei determina os seguintes objetivos da política educativa em Cabo Verde: [333]

> a) Promover a formação integral e permanente do indivíduo, numa perspetiva universalista;
> b) Formar a consciência ética e cívica do indivíduo;
> c) Desenvolver atitudes positivas em relação ao trabalho e, designadamente, à produção material;
> d) Imprimir a formação uma valência científica e técnica que permite a participação do indivíduo, através do trabalho, no desenvolvimento socioeconómico;
> e) Promover a criatividade, a inovação e a investigação como fatores de desenvolvimento nacional;
> f) Preparar o educando para uma constante reflexão sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionar-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;
> g) Reforçar a consciência e unidade nacionais;
> h) Estimular a preservação e reafirmação dos valores culturais e do património nacional;
> i) Contribuir para o conhecimento e o respeito dos Direitos do Homem e desenvolver o sentido e o espírito de tolerância e solidariedade;
> j) Fomentar a participação das populações na atividade educativa.

A Lei de Bases consolida a estrutura do sistema educativo em três subsistemas: subsistema da educação pré-escolar, da educação escolar, da educação extraescolar complementados com atividades de animação cultural e desporto escolar numa perspetiva de integração.

Outros aspetos são dignos de realce na Lei de Bases de 1990. Desde logo o facto de a educação pré-escolar ser de frequência facultativa, para crianças de idade

[332] Lei de Bases do Sistema Educativo, nº 103/III/90 de 29 de dezembro de 1990.
[333] Lei de Bases do Sistema Educativo, nº 103/III/90 de 29 de dezembro de 1990.

compreendida entre os três e os cinco anos e de estar reservada essencialmente à iniciativa das autarquias locais e de instituições oficiais bem como de entidades de direito privado. É igualmente relevante a institucionalização do Ensino Superior que pela primeira vez vai constar do sistema educativo cabo-verdiano, 15 anos após a independência.

O Ensino Superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico. O primeiro, visando a preparação científica e cultural e o fomento de desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação e análise crítica, e o segundo, para a administração de conhecimentos teórico e prático com vista ao exercício de atividades profissionais, como reza o artigo 31º da referida Lei.

Já o artigo seguinte consagra os principais objetivos do Ensino Superior no seguinte:[334]

> a) Desenvolver capacidade de conceção, de inovação, de investigação, de análise crítica e de decisão;
> b) Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana, e colaborar na sua formação contínua;
> c) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> d) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
> e) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem património da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
> f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo de hoje, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> g) Estimular e dar continuidade à formação cultural e profissional dos cidadãos pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.

[334] Lei de Bases do Sistema Educativo, nº 103/III/90 de 29 de dezembro de 1990.

Com a introdução do Ensino Superior pela Lei de Base de 1990, a arquitetura do sistema educativo em Cabo Verde fica completa e é aquela que prevalece, regra geral, até agora. Outros aspetos inovadores são também contemplados neste documento, como sendo: Educação Especial; Educação Extraescolar, Desporto Escolar e o Ensino Particular.

No início da década de 1990 é notório, pelos dados estatísticos disponíveis, os ganhos já conseguidos pelo país, fruto de uma nova política para a educação.

Tabela 11: Alunos Matriculados por Nível de Ensino e Ano Letivo

Nível	1974-1975	1978-1979	1984-1985	1988-1989
EPE	*	1 225	1 973	*
EBE	49 004	54 492	47 744	53 265
EBC	3 551	4 033	8 944	12 514
ESG	1 430	1 767	3 285	5 815
ESC	337	404	843	875
ETP	346	*	516	562

Fonte: Ministério de Educação e Cultura

A análise da tabela proporciona a observação de uma dinâmica de crescimento, em todos os níveis de ensino, no que diz respeito aos alunos matriculados, entre 1975, período da independência, e 1989.

Tabela 12: Distribuição dos Alunos por Nível e por Ano Lectivo

Nível	1973-1974	1980-1981	1984-1985
EBE	91,5%	83,2%	77,8%
EBC	5,0%	11,5%	14,5%
ESG	0,5%	3,8%	5,3%
ESC	*	*	1,4%
ETP	*	1,2%	0,8%

Fonte: Ministério de Educação e Cultura

Os dados apontam para uma melhoria quando comparada com o ponto de partida, ainda que seja consideravelmente baixo o número de alunos nos níveis de ensino mais avançados.

Tabela 13: Evolução da Taxa de Reprovação por Nível e por Ano Letivo

Nível	1984-1985	1988-1989
EBE	29,1%	23,2%
EBC	31,5%	23,0%
ESG	22,2%	30,0%
ESC	38,1%	*
ETP	*	33,7%

Fonte: Ministério de Educação e Cultura

Este deve ser um dos indicadores onde se registou maiores avanços. Analisado de forma isolada pode-se concluir rapidamente que a taxa de reprovação na década de 80 é muito alta e, pelos números apresentados na tabela, analisados hoje, pode-se tirar esta conclusão. No entanto, se se tiver em conta que a taxa de reprovação no Ensino Básico Elementar no ano letivo 1975-1976 foi de 53,1% a nível nacional (ver tabela 6), conclui-se que de 1975 a 1989 esse valor foi reduzido para menos de metade.

Tabela 14: Escolas e Salas por Nível de Ensino e Ano Letivo

	1979-1980		1984-1985		1988-1989	
	Escolas	salas	Escolas	salas	Escolas	salas
EBE	435	717	436	754	*	860
EBC	15	110	15	151	15	313
ESG	2	55	3	57	5	166
ESC	3	55	3	57	5	166
ETP	1	19	1	19	1	*

Fonte: Ministério de Educação e Cultura

Como se pode observar há um ritmo de crescimento, mas que pode ser considerado baixo tendo em conta o número insuficiente de infraestruturas que o país tinha por altura da sua independência. O governo de então viu-se obrigado a intervir a este nível. Não obstante, haver que considerar que a construção de infraestruturas tem custos elevados, mormente para um país parco em recursos e recém-independente. Mesmo assim há registo de construção de algumas escolas nomeadamente na ilha de Santiago, segundo o então Ministro de Educação, ilha com maiores problemas a nível da educação: construção dos anexos ao Liceu da Praia, escolas de Lavadouro, Calabaceira, Achada de Santo António e onde funciona hoje o Liceu de Santa Catarina. Outro aspeto referenciado pelo Ministro é a desnutrição das crianças em idade escolar, uma das principais causas do abandono escolar, ao que o Governo respondeu com a criação de uma rede de cantinas com o objetivo de asse-gurar uma refeição quente em quase todas as escolas [335].

O combate ao analfabetismo foi uma medida de política que registou sucessos nas primeiras décadas de governação. Segundo o INE (ver gráfico 10), de uma taxa de alfabetização de apenas 39,3%, em 1970 passou-se para 51,2%, em 1980 e para 62,8% em 1990, com uma performance superior nos homens, de 74,8%. Há que referir que a massificação, que foi uma conquista paulatina ao longo do período em análise, também levou a que o ensino entrasse durante muitos anos numa situação de crise: infraestruturas que não davam vazão à procura, falta de professores formados em diferentes concelhos do país, taxa de abandono alta, dificuldades que não tiraram o foque e que foram sendo ultrapassadas durante o regime e também no período subsequente.

As referências estatísticas mostram uma dinâmica de crescimento, provavelmente abaixo das espectativas da população e das previsões dos governantes na altura. Por um lado, o atraso relativo que marca o ponto de partida, por outro, a falta de recursos humanos e financeiros, explicam de forma geral o não alcançar das metas sucessivamente traçadas. No entanto, seguindo uma prática que já tinha sido experimentada nos tempos da luta armada na Guiné, nos territórios libertados, sob forte inspiração do pensamento de Amílcar Cabral, o partido único fez da educação uma arma de intervenção política e de cidadania, em Cabo Verde, como forma de recuperar do atraso em que o Estado Colonial pusera as ilhas em matéria de aquisição de conhecimento e de formação pessoal.

[335] Declarações de Carlos Reis a José Vicente Lopes, em "Os bastidores de independência", pág. 489.

Ana Pereira (2000) refere-se à importância que o setor do ensino passou a ter em Cabo Verde com os adventos da independência.

> Em Cabo Verde, logo após a Independência Nacional o ensino ganhou um forte impulso nas ilhas e a luta para a irradiação do analfabetismo intensificou-se. O Ministério da Educação traçou no seu plano de ação entre outos objetivos: Reformular os curricula e o sistema educativo herdado do período colonial, instituir a escolaridade obrigatória e gratuita, formar professores, incrementar o Ensino Secundário e Superior com vista a formação de quadros médios e superiores necessários para o desenvolvimento das ilhas. Várias medidas foram executadas ao longo dos anos com vista ao fomento educativo do País. (Pereira, 2010)

A seguir à independência várias ações e intervenções visaram a preparação daquilo que viria a ser o sistema de ensino em Cabo Verde. As bases foram lançadas no Encontro Nacional de Quadros da Educação, que se realizou em agosto/setembro de 1977, na cidade do Mindelo, e a edificação ficou concluída com a aprovação da Lei Base do Sistema Educativo, 13 anos depois, nas vésperas da mudança do sistema de Partido Único para o multipartidarismo e, por consequência, da consagração do Estado de Direito Democrático no país.

CAPÍTULO V – O ESGOTAMENTO DO SISTEMA DE PARTIDO ÚNICO CABO-VERDIANO

> Se eu tiver de raciocinar como historiador eu diria que a história vai dar razão ao partido único (…). Eu penso que o partido único saiu com um saldo positivo em Cabo Verde, porque criou o Estado de Cabo Verde e muita coisa que o partido único criou está ainda a funcionar e está a ser aproveitado pela democracia. Temos de ter muito cuidado. (Silveira, 2019) [336]

Quando um regime político não proporciona uma concorrência eleitoral entre diferentes partidos e como tal o seu Governo não resulta de uma escolha livre dos eleitores, muito dificilmente se perpetuará no poder, a não ser pelo uso excessivo da força e da repressão. O regime de Partido Único em Cabo Verde durou 15 anos e até neste pressuposto pautou-se pela diferença quando comparado com os restantes regimes autoritários. Para além disso conseguiu, sem incidente, a conversão num regime pluripartidário.

Fruto da combinação de vários fatores internos e de um contexto externo nada favorável à manutenção desse tipo de regime, os dirigentes do partido único fugiram à tentação da manutenção no poder por via da força e, ao invés, encetaram a reforma constitucional necessária para as primeiras eleições livres na antiga colónia.

Este capítulo discute diferentes fatores que terão contribuído para o esgotamento do sistema político instaurado em Cabo Verde após a sua independência. O autor lançou aos seus entrevistados o desafio de identificarem os fatores que conduziram ao esgotamento do regime. Fatores de natureza meramente partidários, fatores resultantes da relação entre o partido e o Estado, fatores comunicacionais entre o partido e os cidadãos, fatores de protagonismos dos militantes do partido e fatores externos ao próprio país, são referenciados nos pontos que compõem o presente capítulo.

[336] Em entrevista concedida ao autor.

5.1 As Contradições Internas no Partido Único: um Conflito de Ideologia ou uma Luta de Poder?

Quando em 1956, Amílcar Cabral com mais outros cidadãos da Guiné e Cabo Verde fundaram o PAIGC - um partido dois povos – ficou prenunciado que o partido seria, ao longo da sua história, um partido de contradições internas.

Já foram descritos em outro ponto deste trabalho os conflitos existentes no seio do partido durante a luta de libertação nacional, entre os guineenses e os cabo-verdianos. Esses conflitos de protagonismo de poder conduziram ao assassinato do fundador e líder do partido mesmo antes do movimento de libertação atingir o seu objetivo, que era as independências da Guiné e Cabo Verde. Conseguidas essas independências, essas contradições internas no partido levaram a um golpe de Estado na Guiné, que pode ser visto mais como um golpe de partido, que pôs fim ao PAIGC – um partido dois povos - e ao projeto de Unidade e Luta idealizado por Amílcar Cabral.

Com a evolução da situação em Cabo Verde, o PAIGC divide-se em duas comissões nacionais, uma da Guiné e outra de Cabo Verde. Com a independência, é formado o primeiro Governo e pouco tempo depois o PAIGC – Comissão Nacional de Cabo Verde vai conhecer uma nova fonte de contradição, agora de matriz totalmente local. Essa contradição vai colocar, de um lado, os combatentes da liberdade da pátria, que vieram da Guiné, e de outro, um conjunto de jovens licenciados, vindos essencialmente de Portugal, conhecidos como os quadros de Lisboa. Os conflitos ganharam visibilidade dois anos a seguir à independência, na sequência de uma primeira remodelação governamental, e atingiram o seu momento mais crítico em 1979. Para se entender melhor os contornos destes conflitos internos, que ainda hoje não estão totalmente estudados e explicados, convém fazer uma caracterização sociológica destes dois grupos, sem perder de vista alguns traços da cultura humana cabo-verdiana.

Os combatentes da liberdade da pátria eram, na sua maioria, jovens que na década de 50, de diversas formas fugiram do seu país ou dos países onde se encontravam a estudar ou mesmo na metrópole a prestar serviço militar e juntaram-se ao partido na Guiné. Portanto abdicaram da sua formação pessoal em prol de uma causa nacional que era a libertação do colonialismo. Passaram por décadas de agruras próprias de qualquer guerra, mormente nas condições em que o PAIGC desencadeou a sua, vendo muitos dos seus companheiros ficarem pelo caminho. Derrotaram o inimigo na Guiné e impuseram-se nas negociações para a independência de Cabo

Verde. Nos primeiros anos de independência tinham uma aceitação e admiração de uma esmagadora maioria da população e sentiam-se como os naturais e merecidos representantes do povo. Encarnavam em si o direito à legitimidade histórica.

Os quadros de Lisboa eram jovens que no decorrer da Guerra na Guiné fizeram a sua formação superior em Portugal durante a ditadura de Salazar. Com o 25 de abril em Portugal e com a independência de Cabo Verde, regressaram ao país com aquela vontade e filosofia de todos os recém-formados no exterior, de terem a melhor solução para os problemas do seu país. Pelo menos em Cabo Verde, ainda hoje, essa é a perspetiva que faz escola em muitos dos quadros que continuam a formar-se em países mais desenvolvidos. Nessa altura, essa vontade ainda era maior pois o país saía de décadas de dominação colonial e o partido que assumira o poder, afinal, tinha como principais dirigentes "gente não formada". Pelas declarações de alguns dos elementos desse grupo, ainda que de forma indireta, pode-se depreender que reivindicavam para si a legitimidade do pensamento e do conhecimento.

No entanto, essas contradições no seio do PAIGC vão ganhar maior intensidade sob a capa de uma luta dita ideológica, fruto do momento que o mundo vivia, mais concretamente, da evolução de algumas ideologias como a marxista, a comunista, a stalinista, a trotskista, entre outras. Assim, a esse grupo proveniente de Lisboa é atribuída a capa da ideologia trotskista enquanto o grupo proveniente da Guiné é visto mais como maoistas.

Tal como se referiu anteriormente, os primeiros sinais dos conflitos existentes surgiram com o afastamento do Governo, dois anos depois da sua composição, de alguns elementos desse grupo. No entanto, outros elementos foram envolvidos ou envolveram-se nesses conflitos e o partido viu-se com essa questão para resolver no seu seio. Em regra, o grupo de Lisboa dizia não estar mais de acordo com a forma com que os "vindos da Guiné" dirigiam o partido e o país e que não tinham espaço dentro do partido para discutir abertamente as suas ideias e as suas propostas, e ainda, que eram controlados pela polícia política do regime. Os vindos da Guiné, por sua vez, acusavam os outros de traição ao defenderem ideias contrárias às do partido e de quererem o poder.

Definitivamente as posições tinham-se extremado e havia que encontrar uma solução. Duas saídas foram colocadas em discussão no seio da direção nacional do partido, ou aceitar essa tendência ideológica ou romper definitivamente com o grupo através da sua expulsão do partido. Acabou por vingar a tese da expulsão ainda que muitos tivessem saído mesmo antes de serem expulsos. Passado muito tempo,

quando os protagonistas dos dois lados olham para trás, ambos acabam por admitir extremismos de ambos os lados, no processo. Pedro Pires prefere dizer que houve muita instabilidade e incoerência de muita gente nesse processo e que muitos não tinham confiança no futuro do país.[337] Já para Manuel Faustino[338], apontado como líder dos trotskistas, cedo se apercebeu que pela natureza do regime instalado era impossível criar um ambiente favorável onde fosse possível debater livremente os problemas do país e do mundo, pelo que a rotura era uma questão de tempo. Assim, para este antigo estudante de Lisboa, onde era ativista pró-independência, não se pode falar de um problema de protagonismo entre os dois grupos, mas sim de perceções diferentes das relações a serem estabelecidas entre as diversas instâncias do PAIGC e entre esse partido e a sociedade. De acordo com Faustino, a perspetiva dos que vinham da luta armada era uma, decorrente da perceção que tinham de uma legitimidade histórica e a perspetiva dos outros era a de militantes com um percurso diferente, mais ampla, aberta e participativa[339].

Visto hoje à distância, alguns históricos dirigentes do PAIGC defendem que o problema poderia ter-se resolvido de outra forma, dentro do próprio partido. É o caso de Osvaldo Lopes da Silva que acha que a ideologia em si nunca constituiu motivo para afastar quem quer que fosse do PAIGC e se esses elementos quisessem poderiam ter ficado e continuado com uma vida normal dentro do partido. Outro dirigente da altura, João Pereira Silva, acha que tudo não passou de um tremendo equívoco e o que se passou não tinha nada a ver com ideologia, mas sim com disputa de poder[340].

Manuel Faustino não corrobora destas perspetivas e explica o processo de saída do partido: *A decisão foi sendo construída. Inicialmente eu e outras pessoas pensávamos que era possível debater no seio do partido e procuramos fazê-lo. Infelizmente, rapidamente ficou claro que tal não era possível e o que é mais grave, muitos de nós passamos a ser vigiados e perseguidos. Houve um momento em que decidimos fazer uma reunião para debater a situação que se tornava insustentável. A reunião acabou não se realizando e decidimos que já não havia condições para continuar, pois a mensagem era clara, ou as decisões dos dirigentes máximos são aceites e adotadas ou as pessoas são consideradas suspeitas, ou coisa pior*[341].

[337] Entrevista concedida ao autor.
[338] Médico de formação, foi Ministro de Educação no Governo de transição e da Saúde no primeiro Governo de Cabo Verde.
[339] Entrevista concedida ao autor.
[340] Entrevistas concedidas a José Vicente Lopes em "Os bastidores de independência", pág. 569.
[341] Entrevista concedida ao autor.

Essas contradições entre os dois grupos no seio do PAIGC, em Cabo Verde, ainda hoje estão por se estudar mais a fundo para uma melhor compreensão. Uma coisa é certa, parece consolidada e pacífica entre os dois lados a existência de um extremismo de posições por parte de todos, o que inviabilizou um outro desfecho do processo. Pela forma como se deu a rotura pode-se aproximar da tese de não ter havido verdadeiramente uma luta ideológica no seio do PAIGC. Até porque, se se analisar a constituição do PAIGC como partido, não se consegue encontrar grandes traços ideológicos na sua formação. Mesmo entre os elementos provenientes da Guiné não se pode concluir que havia uma ideologia política clara no seu seio. Eram marxistas? Onde estaria a classe burguesa e a classe operária em Cabo Verde? Eram leninistas? Afinal onde estava o povo oprimido, se o país tinha já saído do colonialismo? Eram maoistas, dizem alguns. A verdade é que já mesmo antes das independências da Guiné e Cabo Verde o PAIGC tinha relações privilegiadas com países do ocidente onde Amílcar Cabral era admirado pelos seus líderes.

É facto, como defendeu Onésimo Silveira[342], o partido único de Cabral, de ideologia não tinha nada. O partido único de Cabral era revolucionário, com um objetivo específico que não dava tempo para a construção ou cópia de ideologias. Prova é que conseguida a independência, não obstante o partido único ter mantido relações com as repúblicas de ideologia comunista, mais ou menos radical, é em países da Europa e nos Estados Unidos, que o país procura ajuda alimentar e de projetos de desenvolvimento. Provavelmente, se o sistema implantado em Cabo Verde fosse marcadamente de ideologia marxista-leninista ou maoista não teria conseguido uma reação bastante favorável desse outro lado do mundo político. Sendo assim, um regime que é ideologicamente pouco estruturado não pode gerar no seu seio luta ideológica.

Assim sendo, analisando todos os dados existentes bem como as declarações de ambas as partes, quer outros trabalhos publicados, é-se levado a aproximar mais da tese de luta de poder, entre os grupos do que daquela mais defendida de luta ideológica entre maoistas e trotskistas. Nessa luta de poder há claramente uma ação de negação do outro. De um lado, a minoria que questionava a autoridade, a rigidez do poder, a falta de espaço e, muito provavelmente, alguns até questionavam, já em 1979, a ainda legitimidade histórica do grupo da Guiné. Aliás, é o próprio Jorge Carlos Fonseca [343], outro dos elementos de Lisboa, que o admite: *"Entre nós, uma das*

[342] Entrevista concedida ao autor.
[343] Militante do PAIGC. Entrou em rotura com o partido em 1979 e aparece ligado a fundação do MpD. Presidente da República entre 2011 e 2021.

discussões era se o PAIGC tinha ou não esgotado o seu papel histórico. Uns diziam que sim, outros que não." [344] Do outro lado estavam os elementos da Guiné, aqueles que lideravam verdadeiramente o partido e o Estado. É evidente que estes não aceitavam o que para eles na altura era excesso de protagonismo de alguns jovens que, mesmo formados na universidade, não conheciam os sacrifícios que conduziram à luta de libertação e por consequência, à independência. O partido tinha traçado uma forma de agir e de governar o país que não deveria ser questionada sob pena de se estar contra os interesses do PAIGC e os do país. Esses jovens quadros eram vistos como uma ameaça. Corsino Tolentino, outro destacado dirigente do PAIGC, admite ter interpretado a ação dos elementos de Lisboa como uma traição à causa do partido. Advoga ainda que, na altura, entre dois males, deixar a situação como estava ou tomar medidas radicais, preferiu a via radical sob o princípio de que, *"se não estamos juntos, então somos adversários"*[345].

Outro facto interessante, que se deve associar a esta questão de ideologia trotskista do grupo de Lisboa, tem a ver com a opção política de muitos desses elementos quando se deu a mudança do sistema político em 1990. Na sequência, alguns desses elementos aparecem como parte integrante do núcleo fundador do Movimento para a Democracia-MpD,[346] um partido da família do centro-direita, e a grande maioria torna-se dirigente ou militante desse novo partido. Perante essa realidade é legítimo questionar como é que um convicto ideologista do trotskismo, da teoria de Revolução Permanente, pode em 10 anos migrar ideologicamente para o centro-direita? Essa atitude alimenta mais a tese de que, na verdade, não havia uma ideologia trotskista impregnada nos elementos do grupo a ponto de provocar um conflito ideológico com os elementos da cúpula do poder do PAIGC e do Estado de Cabo Verde. Sendo assim estar-se-ia mais perante uma luta de poder entre quem o tem e quem o deseja ter, do que propriamente de uma luta ideológica. A história continuará a clarificar essas contradições dentro do PAIGC nos primeiros anos de exercício de poder de Estado em Cabo Verde.

[344] Entrevistas concedidas a José Vicente Lopes em Os bastidores de independência, pág. 561.
[345] Entrevistas concedidas a José Vicente Lopes em Os bastidores de independência, pág. 570.
[346] Partido criado por Carlos Veiga, em 14 de março de 1990. Esteve no poder entre 1991, altura em que se realizaram as primeiras eleições pluripartidárias que ganhou com maioria qualificada, até 2001, em que perde as eleições para o PAICV.

5.2 A Estagnação do Modelo Económico

Com a implementação do sistema de Partido Único em 1975 também ficou definido o modelo económico que o PAIGC iria implementar no novo Estado. A LOPE, que funcionou até 1980 como Constituição, não fazia qualquer referência ao assunto. No primeiro programa do Governo apenas uma declaração de intenção de substituição de uma política económica, que até então tinha como finalidade "servir o colonialismo", por uma política económica posta ao serviço do povo. Isto significava, segundo o programa, "o controle do poder económico pelas massas populares, através dos órgãos que democraticamente elegeram"[347].

Já a primeira Constituição,[348] de 1980, no seu artigo 12º determinava que: 1) a economia nacional regia pelo princípio da direção e planificação estatais; 2) o Estado controla o comércio externo e detém o monopólio das operações sobre o ouro e as divisas; 3) o Estado pode autorizar o investimento de capital estrangeiro desde que seja útil ao desenvolvimento económico e social do país.

O Programa do PAICV,[349] aprovado no 2º Congresso de junho de 1983, reconhece um "profundo subdesenvolvimento económico e de atraso geral" causado pela exploração colonial e pelas condições climáticas desfavoráveis. De acordo ainda com o documento, essa situação era agravada pela raridade dos recursos naturais, pela dispersão territorial, por uma seca persistente que favorecia a desertificação, pela sobrevivência de estruturas económicas obsoletas e distorcidas, pela dispersão e crescimento rápido da população, pela emigração, pelo analfabetismo, o que conduzia a uma situação, na altura (1983), caracterizada pela debilidade do aparelho produtivo, pela fraqueza financeira do Estado, pela carência de fontes internas de financiamento e de formas de acumulação de capital, e pela consequente dependência do país em relação ao exterior.

Para ultrapassar essa situação o Congresso determinou que o Partido e o Estado deveriam direcionar as suas ações visando melhorar a performance económica do país, em diferentes setores de atividade. De entre 26 grandes medidas de política sublinham-se as seguintes: (Partido Africano da Independência de Cabo Verde, 1983, pp. 14-19)

[347] Ver Programa do Governo de Cabo Verde, 1975, p. 7.
[348] Ver Suplemento ao B.O. Nº 41 de 13 de outubro de 1980.
[349] Ver (Partido Africano da Independência de Cabo Verde, 1983)

1. A edificação de uma economia nacional, independente, livre de sujeições de tipo neocolonial.
2. O desenvolvimento planificado e harmonioso da economia, cabendo ao Estado a direção do sistema económico.
3. O desenvolvimento do setor económico estatal de modo a que seja determinante, dinamizador e regulador da economia nacional.
4. A dinamização, alargamento e apoio ao setor cooperativo e a produção popular como um dos eixos da política de desenvolvimento do país.
5. A incentivação e orientação da participação do setor privado, de acordo com os objetivos nacionais de desenvolvimento.
6. A promoção da participação ativa dos trabalhadores na gestão da economia: incentivação material e moral dos melhores trabalhadores e desenvolvimento da emulação positiva no trabalho individual, por grupos de trabalho, por empresas e unidades de produção e por setores.
7. A organização do sistema económico na base da existência de três tipos de propriedade:

a) A propriedade do Estado, património comum de todo o povo e setor dominante da economia. São propriedade do estado, o subsolo, as águas, as riquezas minerais, as principais fontes de energia, os meios básicos da produção industrial, os meios de informação e comunicação, os bancos, os seguros, as infraestruturas e os meios fundamentais de transporte;
b) A propriedade cooperativa que, organizada na base do livre consentimento, incide sobre a terra e a exploração agrícola, a produção dos bens de consumo, o artesanato e outras atividades;
c) A propriedade privada que incide sobre bens distintos dos do Estado.

8. A definição e a aplicação de uma política de preços de acordo com as orientações da política económica e que tenha por eixos:

a) O controlo dos preços pelo Estado;
b) A intervenção do Estado no abastecimento dos produtos básicos;
c) O alargamento e a consolidação das cooperativas de consumo;
d) A criação de estruturas de controlo e fiscalização;
e) O controlo das importações.

Essas são, pois, as linhas mestras que determinam o modelo de desenvolvimento económico proposto pelo PAICV e que de forma mais aprofundada constam do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1982-1985.[350] Como se pode verificar, tratava-se de uma economia dirigida e assumida pelo Estado, onde ao setor privado não se reservava um papel muito ativo.

O documento de Preparação do II PND[351], faz uma caracterização do estado de desenvolvimento do país e das perspetivas macroeconómicas para o período de 1986--1990, da seguinte forma:

> Os dez anos que se seguiram à independência foram marcados por um forte crescimento da produção e dos rendimentos, crescimento principalmente impulsionado pelas transferências externas (remessas dos emigrantes e ajuda pública ao desenvolvimento) e pelo desenvolvimento das atividades ligadas ao Aeroporto do Sal. Globalmente os recursos externos quase que duplicaram entre 1975 e 1985, tendo-se, todavia, verificado uma diminuição sensível da sua taxa de crescimento nos últimos anos. Permitiram uma melhoria sensível das condições de vida de grande maioria da população, bem como o nível elevado das despesas de desenvolvimento. Estas apresentaram, durante o I PND, um nível médio, cerca de 80% superior ao dos quatro anos precedentes. (Direção Geral de Planeamento, 1986)

Adianta ainda o documento que as previsões efetuadas mostravam que as transferências externas não continuariam a crescer ao mesmo ritmo: a sua taxa média de crescimento previsional durante o II PND seria da ordem dos 1,5% e acrescenta que tendo em conta a fraqueza do mercado interno, agravada quer pela ausência de unificação quer pelo desenvolvimento do mercado paralelo, e de modelos de consumo pouco adaptados às possibilidades de produção do país, as exportações constituíam a única saída possível para sustentar o crescimento da produção. Contudo, o crescimento das exportações apresentava-se relativamente limitado. Por essas razões, conclui o citado documento que, naquelas condições, devia-se contar com um aumento dos constrangimentos internos, suscetíveis de engendrar tensões que poderiam ser agravadas pelo forte aumento populacional, que se previa.

Para contrariar essas tendências, o referido documento define cinco grandes objetivos no domínio económico e social:

1. *O controlo dos grandes equilíbrios económicos.*

Neste aspeto a projeção era para manter o deficit corrente em cerca de 3% da produção nacional, a redução da inflação por forma a evitar uma subida descontrolada

[350] Ver (Secretaria de Eatado de Cooperação e Planeamento, 1982)
[351] Ver (Direção Geral de Planeamento, 1986)

dos preços, a estabilidade da taxa de câmbio real para a manutenção da paridade de poder de compra e procurar assegurar um crescimento médio da produção nacional na ordem dos 4 a 5% ao ano.

O documento adverte que os objetivos pareciam modestos, mas estavam acima dos resultados tendenciais das projeções efetuadas pelo que só poderiam ser atingidos na base de uma política de gestão rigorosa.

2. A entrada efetiva na divisão internacional do trabalho.

Reconhecendo o aumento exponencial das receitas de exportação que passaram de 670 mil contos, em 1976 para 1.400.000 contos em 1981 e 2.600.000 contos em 1984 o documento adverte que esses números dizem respeito ao aumento das atividades ligadas ao Aeroporto do Sal e não a uma verdadeira entrada dos setores submetidos à concorrência internacional.

Assim, acrescenta, era preciso tirar vantagem da posição geoeconómica de Cabo Verde bem como uma profunda mudança de mentalidade, a realização de uma política sistemática de melhoria do custo dos fatores, bem como um programa de formação específica dos quadros e o recurso a parceiros estrangeiros[352].

3. A limitação das desigualdades sociais e regionais.

Neste ponto, o documento preparatório do II PND previa que o agravamento dos constrangimentos e a inserção crescente na divisão internacional do trabalho agravariam a diferenciação social, pelo que a ação pública deveria ter como objetivo evitar o aumento da pauperização de certos grupos ou o agravamento da sua condição de vida, sua marginalização ou a diminuição do nível de satisfação das necessidades fundamentais.

A valorização dos recursos humanos.

Os autores do documento consideravam que era por este domínio que dependia em larga escala o sucesso ou o malogro das políticas, pois era aí que mais se fazia sentir ainda o efeito da herança colonial: o fatalismo e a passividade, o burocratismo, o baixo nível cultural e técnico que constituíam obstáculos importantes para superar os constrangimentos económicos.

[352] O sublinhado é do autor.

4. A satisfação das necessidades fundamentais.

O documento preparativo do Plano traçava, em 1986, um quadro da gestão económica e financeira do país suficientemente sombrio em alguns indicadores:

• o aparecimento de um *deficit* orçamental apesar da baixa do poder de compra dos funcionários e a afetação dos rendimentos de propriedade às despesas de funcionamento.

• persistência (salvo em 1985) de uma inflação relativamente importante, de consequências negativas para o funcionamento económico, acompanhada em 1985, pela primeira vez, de uma diminuição da paridade do poder de compra da moeda cabo-verdiana.

• situação preocupante de certas empresas públicas, os excedentes consideráveis de outras (ASA, EMPA) e do sector financeiro (BCV, ISPS) evitando estes últimos que os resultados líquidos totais do sector público fossem negativos (maus resultados, por exemplo, dos sectores pescas, transportes marítimos, eletricidade, industriais mecânicas, hoteleira, construção civil)

• fraca eficácia das despesas de desenvolvimento resultante do aumento do custo dos projetos e da inadaptação ou não rentabilidade de certos projetos.

• um certo agravamento dos constrangimentos provocada pela diminuição dos rendimentos da emigração, subida dos encargos do serviço da dívida, estagnação ou diminuição dos rendimentos do aeroporto do Sal.

O documento conclui, por isso, que a complexidade da economia do país e a estreiteza da margem de manobra exigiam reformas profundas na gestão económica e financeira, cuja necessidade era ainda reforçada pela importância das variáveis económicas que escapavam ao controle do país.

O Relatório de Arbitragem do Governo apontava as políticas e as medidas para aumentar os recursos, principal problema da economia cabo-verdiana no início da vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Nessas medidas vai-se encontrar um apelo claro à abertura da economia nacional ao setor privado externo para o seu financiamento uma vez que a capacidade interna para aumentar a produção era muito limitada. Assim, o documento aponta:

• Desenvolver a produção em associação com parceiros estrangeiros através do recurso a empresas estrangeiras que deveriam instalar atividades produtivas em Cabo Verde. Os setores apontados eram indústria, serviços e o turismo. Acrescenta o documento que os ganhos seriam visíveis no emprego, na distribuição de rendimentos e no ganho de divisas.

• Aumentar os recursos nacionais (PIB) através de um acréscimo das transferências privadas. A previsão ia no sentido de não se esperar muito das transferências dos emigrantes, porque o envio de fundo pelos emigrantes tinha como objetivo assegurar rendimentos à família e investir na construção e em algumas atividades conexas, mas a sua capacidade de poupança monetária a médio prazo era limitada. Assim, era preciso apostar na evolução das transferências privadas que assegurariam recursos adicionais com impacto direto no PIB.

Ao assumir a necessidade de financiamento da economia nacional a partir da captação de recursos externos privados estrangeiros, o Governo reconhecia que o modelo económico totalmente estatizado adotado a seguir à independência estava com sérios problemas e já não apresentava pujança suficiente para garantir um ritmo de desenvolvimento nacional desejado e necessário. Esse modelo de economia tinha dificuldades de autofinanciamento uma vez que as ajudas externas, com o evoluir dos anos, tendiam a diminuir e as remessas dos emigrantes apenas serviam para manter algum equilíbrio da balança de pagamentos.

Tal como era hábito, o regime debateu internamente, de forma intensa, o princípio da extroversão da economia apoiado por um estudo solicitado pelo Governo ao Banco de Cabo Verde. Em sequência, o Governo dá entrada na Assembleia Nacional Popular um projeto de lei sobre a constituição e funcionamento de instituições financeiras internacionais à luz das recomendações dos documentos de planeamento aqui citados.

No entanto, uma vez que o artigo 11º, nº 2 da Constituição reservava a propriedade dos bancos exclusivamente ao Estado, a Mesa da Assembleia considerou o projeto inconstitucional, não agendou a sua discussão e propôs ao Governo uma iniciativa de revisão, que acabaria por acontecer, como forma de viabilizar o referido Decreto-lei. Com a revisão constitucional operada, o artigo 11º ganha um novo formato e um novo conteúdo, nos seguintes termos: *"São propriedades do Estado o subsolo, as águas, as riquezas minerais, o banco central e emissor. São ainda propriedades do Estado, nos termos declarados na lei, as infraestruturas e os meios fundamentais de transporte, os meios básicos de produção*

industrial e os principais meios de informação e comunicação" [353].

Com essa revisão constitucional o Estado abre mão do domínio absoluto sobre o setor económico e financeiro, mantendo apenas o controlo e não o domínio, do comércio externo e das operações sobre o ouro e as divisas. O Jurista Mário Silva explica as três alterações introduzidas na Constituição e que marcam um virar da página na política económica do regime de Partido Único em Cabo Verde[354].

> Em primeiro lugar, no domínio bancário, garantiu-se de forma absoluta que seria propriedade do estado apenas o Banco Central e emissor, quando a versão inicial dizia que os bancos e seguros eram propriedades do Estado. Em segundo lugar, remeteu-se para a lei de delimitação de setores a responsabilidade de determinar os bens que seriam do Estado nas infraestruturas, os meios fundamentais de transporte, os meios básicos de produção industrial e os principais meios de informação e de comunicação. Em terceiro lugar, se inicialmente o Estado detinha o monopólio das operações sobre o ouro e as divisas, passou apenas a controlar essas operações, desaparecendo esse monopólio. (Silva, 2010, p. 27)

Estava assim alterado um dos pressupostos basilares do partido único, que era o de uma economia toda ela sob o comando do Estado. A estratégia passava agora por procurar financiamento da economia junto de privados externos. Pode-se até afirmar que essa revisão veio resolver a inconstitucionalidade que acontecia na realidade do país, pois em alguns setores reservados ao Estado pela Constituição, já havia atividades de iniciativa privada, como por exemplo nos transportes marítimos e nos transportes rodoviários. A nível interno do partido já se discutia muito sobre a realidade constitucional e a socioeconómica do país, pelo que a ala mais reformista do PAICV defendia a necessidade de uma revisão geral da Constituição que permitisse uma adaptação aos novos tempos.

A primeira iniciativa do Governo no sentido de procurar financiamento privado para a economia foi a aprovação da Lei nº 43/III/88[355] da constituição de instituições financeiras internacionais. Segundo o seu artigo 2º, essas instituições tinham por objeto exclusivo a realização de operações financeiras internacionais com não residentes em Cabo Verde, em moeda estrangeira, sujeitando-se a um regime especial derrogatório das normas gerais reguladoras dos mercados monetário, financeiro e cambial no país.

[353] Assembleia Nacional Popular, Lei Constitucional nº 1/III/88 de 17 de dezembro, publicada no Suplemento ao Boletim Oficial nº 51, de 17 de dezembro de 1988.
[354] Ver (Silva, 2010, p. 27)
[355] Publicada no Suplemento ao B.O nº 52, de 27 de dezembro de 1988.

Por seu lado, o artigo 3º e as suas alíneas fixavam a abrangência das operações financeiras internacionais permitidas pela lei:

a) O comércio bancário em geral, incluindo as operações cambiais;
b) A atividade seguradora sob quaisquer das suas formas;
c) A gestão de fundos de investimentos e mobiliários e imobiliários;
d) A emissão, por conta própria ou alheia, de títulos de crédito negociáveis;
e) A locação financeira e operações similares.

A publicação desta lei marca um momento de viragem profunda na política económica do regime e, pode-se assim dizer, simboliza o fim do modelo económico. Ficava a faltar apenas a reforma política e com isso o fim do próprio regime.

5.3 O Esgotamento do Sistema de Partido Único

Passados os primeiros dez anos do romantismo da luta de libertação e do discurso de reconstrução nacional[356], começou-se a sentir um clima de alguma contestação num Estado que até então tinha sido estável e compreendido por parte dos seus cidadãos. O balanço era globalmente positivo tendo em conta o estado em que o país se encontrava no momento da sua independência, da dependência da ajuda externa e de melhorias significativas em alguns setores da vida do país. Entre outros aspetos positivos apontavam-se:

- O afastamento do espectro da fome que temorizava os cabo-verdianos;
- A edificação de uma política salarial como forma de combater o existência lismo;
- Uma distribuição razoável dos bens de primeira necessidade pelas diferentes ilhas do país;
- Uma gestão inovadora e atrevida das ajudas alimentares;
- O desencravamento de localidades do país através da construção de estradas financiadas pelas receitas provenientes da venda da ajuda alimentar;
- O alargamento do acesso ao sistema de ensino, a redução das taxas de reprovação e abandono escolar, combate ao analfabetismo, formação dos pro fessores;

[356] Convém sublinhar que nas eleições para a Assembleia Nacional Popular-ANP, realizadas em dezembro de 1980, de acordo com os dados oficiais, houve uma participação acima dos 70%, tendo a lista única do ainda PAIGC obtido 92% de voto "SIM". Estes dados podem indiciar ainda uma grande margem de aceitação do partido em finais de 1980.

- A construção de algumas escolas;
- Um crescimento económico notável quando comparado com 1975. Em cinco anos de independência o país já tinha duplicado o seu PIB *per capita*;
- Melhoria considerável de indicadores sociais como o emprego, a esperança média de vida e dos serviços de saúde;
- Melhorias consideráveis no setor da justiça;
- Aumento da produtividade na agricultura e no setor industrial;
- Entre outros.

Não obstante, o Partido, e por consequência o Regime, começava a perder simpatia. A economia, como já se disse, estava estagnada. O Partido não conseguia encontrar um consenso quanto ao melhor modelo económico a seguir. O Estado era cada vez mais condicionado pelo Partido. As divergências internas no Partido e a saída de um grupo de militantes, em 1979, engrossou a lista daqueles que questionavam o regime e defendiam uma abertura política. Esse grupo é composto cada vez por mais gente que, na clandestinidade e longe do olhar dos elementos da polícia interna, vão fazendo circular alguns panfletos reclamando eleições livres. O Golpe de Estado na Guiné, que pôs fim ao projeto de Unidade e as eleições realizadas logo a seguir serviram de balão de oxigénio aos opositores do regime de Partido Único. Também na diáspora, nomeadamente em Portugal, nos EUA, na Holanda, entre outros, registavam-se cada vez mais ações de denúncia do regime e de exigência de abertura. Na diáspora, a União Caboverdiana Independente e Democrática – UCID, teve um papel importante na pressão sobre o regime.

Com o Golpe de Estado na Guiné o PAIGC desaparece em Cabo Verde e surge o PAICV. O "novo" partido reúne-se em Congresso em 1988, sob o lema: *"Num mundo em transformação, um partido para o futuro"* [357], com a abertura da economia ao investimento privado estrangeiro no horizonte, mas na verdade a ala menos conservadora do partido via no Congresso uma boa oportunidade para se abrir também o sistema político. No entanto, tal não aconteceu, pelo contrário, o Congresso para além de não encontrar qualquer necessidade de promover alterações no sistema político "por estar em perfeita sintonia com a realidade do país", apela ao "reforço do papel dirigente do partido".

No entanto, a nível nacional, os ventos da mudança já sopravam no interior das ilhas. A pressão era cada vez maior, as contradições estavam cada vez mais vincadas, quer no interior do Partido quer no interior do Governo os dirigentes estão

[357] O grifo é do autor.

divididos, as duas alas - os combatentes e os "novos mais novos" - debatiam-se por impor a sua visão de desenvolvimento do país e de protagonismo de poder. A situação económica e social do país conhecia algumas dificuldades e em algumas ilhas o desemprego começava a ficar preocupante. Algumas manifestações são organizadas na ilha de São Vicente resultando em confrontos entre manifestantes e a polícia. A nível internacional, assistia-se ao colapso da União Soviética e à independência dos países que constituíam o bloco socialista. O mundo assistia, na passagem de 9 para 10 de novembro de 1989, à queda do Muro de Berlim, facto esse que marca o fim da Guerra Fria. No fundo, nem o ambiente interno nem o externo eram mais favoráveis à manutenção de um regime de Partido Único em Cabo Verde.

Ao PAICV não restava outra alternativa: ou acompanhava o ritmo das mudanças ou era atropelado por estas. É assim que no dia 19 de fevereiro de 1990 o Conselho Nacional do Partido-CN, reunido na Praia, toma a decisão de abertura do sistema político que é comunicado ao país e ao mundo por Pedro Pires. Seguem-se as alterações legais necessárias para efetivar a decisão do CN. A Assembleia Nacional Popular aprova a queda do artigo 4º da Constituição, que consagrava o PAICV como a força política dirigente da sociedade e do Estado, aprova a Lei Eleitoral e a Lei dos Partidos Políticos.

Lançou-se o desafio aos entrevistados de identificarem, eles próprios, de forma mais detalhada, os motivos que levaram ao esgotamento do partido único em Cabo Verde, tendo sido destacados alguns aspetos. Lídio Silva é de opinião que o desmoronamento do sistema de Partido Único em Cabo Verde começou com a prisão de alguns cidadãos em junho de 1987, em São Vicente, que ele considera um ato irrefletido pois aqueles quiseram apenas denunciar os excessos do regime[358]. Pedro Pires prefere não falar de esgotamento do regime, mas sim de reformas que foram sendo introduzidas paulatinamente no país. Explica que o sistema cabo-verdiano era baseado na participação popular, com o intuito de responsabilizar as pessoas. No entanto, admite que algumas coisas não correram bem e exemplifica: [359]

Para garantir a segurança do país criou-se uma instituição chamada Milícia Popular. As pessoas não gostaram muito disso. Era a participação do próprio cidadão na garantia da sua segurança. Se for com outro nome vai encontrar isso em boa parte dos países que tem problemas financeiros ou que vivem em situação de crise. A ideia era que os cidadãos participassem na manutenção da ordem pública. Se a instituição se comportou mal ou se exagerou, é bem possível, mas manter a ordem pública era fundamental e não havia dinheiro para ter um corpo policial como temos agora.

[358] Entrevista concedida ao autor.
[359] Entrevista concedida ao autor.

Outro aspeto para a gestão dos pequenos conflitos foi as Comissões de Moradores, que geriam o seu espaço, o seu território e as pessoas que estavam aí, resolvendo ou promovendo atividades para o bem da população. A limpeza, a solução desse ou daquele conflito, apoio às pessoas idosas, etc.

O Tribunal de Zona, mais conhecido por Tribunal Popular, mas o nome era Tribunal de Zona que servia para resolver pequenos conflitos, para manter a paz social. As pessoas, na base de ideias pré-concebidas estavam contra e nem sequer procuraram saber o porquê das coisas.

Não obstante essa boa intenção de levar as pessoas a participar na gestão e no funcionamento da própria sociedade, Pires faz uma autocrítica e admite que o que o partido concebeu em matéria de participação popular, em matéria de responsabilização das pessoas estava para além do entendimento da maioria das pessoas, o que gerou conflitos e aproveitamento de alguns setores para fazer campanha contra o partido. Acrescenta que o partido tinha concebido um sistema que tinha como base a participação, *"uma democracia participativa em que todos participam e são responsáveis"*, advoga. Mas também aos militantes do PAICV, se calhar, faltava alguma coisa para compreender a autoridade, no comportamento e no exercício da autoridade, acrescenta Pires.

Pires, embora admitindo como um tabu escondido, aponta também a Igreja Católica como um elemento de desgaste do PAICV e explica porquê:

A igreja católica portuguesa era o braço ideológico do regime colonial. E a igreja católica que estava em Cabo Verde era a extensão da igreja católica portuguesa. Como é que se havia de comportar? Tenho refletido sobre isso. Estava contra a independência, estava contra os terroristas, nós que viemos do PAIGC-Guiné éramos terroristas, éramos comunistas, tínhamos cometido todos os pecados desse mundo. Então, havia uma corrente conservadora dentro do país que não gostava do PAIGC, do PAICV e não gostava de certas pessoas. Houve uma confluência de posições que no fundo eram contra o PAICV e duvido que não fosse contra a independência de Cabo Verde. Duvido. Não estou a dizer que fosse. Mas houve uma confluência de posições e de vontade. Isso é que se deve analisar e não só o esgotamento do partido único. O partido único conseguiu uma maioria dominante na sociedade cabo-verdiana? Naquela altura provou-se que não.

A Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez, conhecida como Lei do Aborto. Combateram essa lei de todas as maneiras e atribuíram-nos e a mim em particular, que era a favor da morte de crianças, etc. Ninguém foi capaz de mudar a lei, nem os da esquerda nem os da direita, não mexeram na lei até hoje, mas, no entanto, eu paguei por isso. Eu que impus o debate na Assembleia.

O entrevistado referiu-se igualmente às profanações que tiveram lugar em Santa Catarina, na ilha de Santiago que foram propositadamente associadas ao PAICV o que motivou uma campanha feroz contra o PAICV e a sua própria pessoa. Aliás, Pires recorda que ele foi transformado no maior ladrão do país através de uma campanha que chegou ao ponto de pôr a circular um panfleto com referência a avultadas verbas que ele e outros dirigentes teriam em bancos suíços sem que essas pessoas nunca tenham sido responsabilizadas nem moralmente nem criminalmente – *"mas a ideia era destruir o Pedro Pires que achavam que era a pessoa que pela sua honestidade, pelo seu espírito de trabalho apresentava maior risco"* [360].

O então Primeiro-ministro faz referência a outras reformas para mostrar que o fim do sistema de Partido Único enquadra-se nessa filosofia de se adaptar a novas realidades.

Apresentámos uma nova lei do trabalho que foi completamente desvirtuada pelos nossos revolucionários na Assembleia, que não entendiam nada. A UNTC tinha deputados na Assembleia. Chumbaram-nos a lei e até hoje não se conseguiu resolver o problema. Mas naquela altura, para se poder ter uma ideia de como tínhamos a noção para onde ia o mundo, apresentamos aquela lei, mas mudaram-nos aquilo completamente. Se não foi chumbado, foi estragado[361].

Aponta igualmente a reforma económica pois, segundo ele, o Governo pretendia que se retirasse da Constituição certos dispositivos sobre a economia e que se deixasse que a legislação formal regulasse tais dispositivos.

Tínhamos chegado à conclusão, depois de diversos estudos, que era preciso retirar da Constituição alguns dispositivos que reservavam algumas atividades ao Estado. Tínhamos chegado à conclusão que os recursos internos de Cabo Verde eram e são limitados até hoje; Ajuda Pública ao Desenvolvimento também já não dava; (mas nem dá hoje, em qualquer lado. A APD está condicionada por aquele que ajuda e aquele que ajuda impõe os seus pontos de vista e os seus projetos. Eles não defendem o nosso desenvolvimento económico, a nossa libertação económica) portanto era fundamental recorrermos ao investimento externo. Deveríamos, pois, adaptar a legislação para permitir o investimento privado internacional. Portanto, fez-se a reforma económica. (…) Houve gente contra. Houve gente que criou muitos problemas. Uns eram mais revolucionários que outros, outros eram mais ideológicos. Portanto estávamos numa direção de reformas e que só faltava fazer a reforma política. Estávamos a pensar nela e ela não caiu do céu. Foi fruto de algum debate e de alguma análise.

[360] Entrevista concedida ao autor.
[361] Entrevista concedida ao autor.

Pires admite que havia um debate dentro do Partido e que havia várias ideias. Os dirigentes/militantes não se entendiam quanto ao tipo de abertura. Era para ser uma abertura política controlada, mas uma vez que não havia entendimento acabou-se por fazer uma abertura completa.

Osvaldo Lopes da Silva[362], dirigente de topo do PAIGC/CV, admirado por uns e contestado por outros, e já se falou do seu papel na criação e implementação de algumas medidas económicas de grande importância para os primeiros anos de independência, tem uma leitura mais crítica da governação do seu partido e do seu Governo a partir de 1980 e, por consequência, dos fatores que conduziram à aceleração do esgotamento do regime de Partido Único em Cabo Verde. Ele considera que a partir dessa data as ações do Partido e da governação visavam mais a manutenção do poder do que promover o desenvolvimento do país. Na sua ótica *"o país queria ver coisa diferente"*.

Ele também aponta alguns fatores que contribuíram para esse esgotamento do sistema.

Houve um reforço dos serviços de segurança do Estado, que a população via com muita antipatia.[363] *Houve a Reforma Agrária, que ninguém já acreditava. Era necessário parar a reforma agrária. A reforma agrária incomodou muita gente. Os próprios militantes do partido já estavam incomodados com a reforma agrária. Eram mandados para a frente quando já eles próprios não acreditavam naquilo (…) imagina um militante que tem que fazer a propaganda de reforma agrária, mas ao mesmo tempo, tem um familiar que tinha ou que comprou uma propriedade para fazer a sua casa, por exemplo, e ao mesmo tempo aquilo é ameaçado. Tudo isto afetou o próprio Partido*[364].

Outro fator de desgaste do sistema, na ótica do entrevistado, é a ação da Administração. Explica que Cabo Verde foi a única colónia portuguesa que teve administração própria. Nas outras colónias, com o 25 de abril em Portugal e a sua independência, desaparece a administração, criou-se um vazio. Contrariamente, em Cabo Verde, a administração era nacional e com a independência ela foi aproveitada na construção do novo Estado. Aliás, não é por acaso que um ano antes da independência foi possível organizar uma greve da administração, porque ela era nacional.

[362] Entrevista concedida ao autor.
[363] O entrevistado disse ter dúvidas, hoje, sobre o comportamento da segurança interna do Estado em relação à prisão e maus tratos de alguns elementos em São Vicente, em 1977, acusados de estarem a preparar atos contra a segurança do Estado e aos conflitos sobre a Reforma Agrária em Santo Antão, que culminaram na morte de um cidadão no dia 31 de agosto de 1981.
[364] Entrevista concedida ao autor.

Em outubro de 1974, para apoiar as negociações para a independência em curso, o país entrou em greve geral, com paralisação de toda a administração, inclusive os serviços do palácio do governador, foi encerrado o espaço aéreo. Um mês antes, o general Spínola escolhera a ilha do Sal para negociar com Mobutu, Presidente do Zaire, uma solução para Angola a favor da FNLA de Holden Roberto, com exclusão do MPLA. O encerramento dos serviços e as manifestações contra a pessoa do general Spínola nas poucas horas em que os dois presidentes estiveram na ilha, determinaram o completo fiasco do encontro e o cancelamento da visita programada do general Spínola à cidade da Praia[365].

Após a independência o poder da administração não desvanece. Ela teve um papel importante na formação do Estado e no apoio ao partido único. No entanto, a partir de um determinado momento, com as contradições que se foram instalando na relação entre o Partido e o Estado, começa-se a sentir os efeitos desse poder da administração na contenção, ainda que de forma mitigada, de alguns excessos da máquina partidária.

Na luta pela Independência, a administração aceita a liderança do PAIGC. Depois, com o exercício do poder, em regime de Partido Único, o Estado canibaliza o Partido. Os quadros com melhor qualificação técnica são chamados a ocupar as posições mais relevantes na administração central, nos serviços nas ilhas, na diplomacia. Cedo, nas diferentes ilhas, agudiza-se um conflito latente desde a primeira hora, entre os primeiros secretários do Partido, normalmente jovens inexperientes, mas ciosos de fazerem vingar o art.º 4º da Constituição (o PAIGC como força dirigente da Sociedade e do Estado) e os representantes do Estado. Na resolução dos problemas do dia-a-dia das populações, quando falha o bom senso, normalmente fica a perder o representante do Partido, geralmente menos experiente e de posse de menos meios de ação. Neste quadro, paulatinamente, as simpatias inclinam-se para os representantes do Estado, que são os que resolvem os seus problemas concretos. Estava aberto o caminho para o multipartidarismo, sem esperar pela queda do muro de Berlim. Com a sua ativa participação na luta pela Independência, a administração cabo-verdiana ganhou uma honorabilidade permitindo condicionar o funcionamento do regime de Partido Único ao respeito pelo Estado de direito, com desculpáveis derrapagens. Também nisso Cabo Verde foi diferente. Portanto, essa administração era um parceiro, mas ao mesmo tempo, um concorrente do Partido. Esse segundo partido que era a administração ganha a sua autoridade. Ela contribui para o esgotamento do modelo[366] [367].

Lopes da Silva aponta outro fator a se ter em conta nesse processo de desgaste:

[365] Entrevista concedida ao autor.
[366] Osvaldo Lopes da Silva em entrevista concedida ao autor.
[367] Pedro Pires também reconhece a importância e a contribuição dos quadros da administração colonial na viabilização do Estado de Cabo Verde.

Houve uma medida disparatada que foi a de criar um corpo de funcionários do partido que eram transferidos da função pública e pagos pelo orçamento do Estado. Todos os primeiros secretários exigiam ter o seu staff para que o partido pudesse afirmar. Criou-se essa situação que provocava muito atrito… foi uma péssima medida que complicou mais a situação. No último Governo começou a faltar recursos para alimentar esse aparelho do Estado e do Partido. Dava-se ainda subsídio ao Partido, também aos Sindicatos, à Organização de Juventude, aos Pioneiros. A administração não concordava nada com isso. O pessoal das Finanças não concordava com isso. A administração deixou de ser a grande aliada submissa do partido único[368].

Para Manuel Faustino[369], Ministro no Governo de Transição e no primeiro Governo de Cabo Verde e um dos elementos que se afasta do Partido, os primeiros sinais de esgotamento terão sido dados internamente logo que uma boa parte dos dirigentes do PAIGC regressaram a Cabo Verde e deixaram claro que o debate livre de ideias não seria uma realidade. Exteriormente ao PAIGC, os sinais de esgotamento ficaram claros, quando se constatou a adoção de medidas que impediam e mesmo reprimiam qualquer tentativa de livre expressão do pensamento, através de um corpo de agentes chamados de segurança.

Conforme se disse anteriormente, dada a história da fundação do PAIGC, por elementos da Guiné e de Cabo Verde, e também pelo facto de não haver tradição de partidos políticos nesses dois países, entre outros aspetos, cedo vão-se instalar no seio do partido algumas contradições que vão marcar profundamente a sua evolução enquanto partido político do arco de governação. Com a independência de Cabo Verde, com a assunção da sua governação, as contradições continuam e/ou surgem outras que também vão condicionar de alguma forma o ambiente político do país até à falência do sistema de Partido Único instalado com a independência.

O sistema esgotou-se e a população mostrou-se aberta a experimentar novas aventuras políticas. Enquanto o PAICV discutia no seu seio a abertura, o tipo de abertura, vários círculos de pressão foram-se instalando no país e na diáspora cabo-verdiana, apelando ao fim do sistema. O partido foi apanhado pelo precipitar da situação interna e pelos ventos de mudança que sopravam do Leste Europeu e teve que fazer a abertura do regime. Advoga Osvaldo Lopes da Silva que: *O partido único já era cansativo mesmo para os que estavam dentro do partido. Sentia-se que o debate interno era obstruído. Não era só a sociedade que sentia a necessidade de mudança, também se sentia dentro do próprio partido*[370].

[368] Entrevista concedida ao autor.
[369] Entrevista concedida ao autor.
[370] Entrevista concedida à "Radio Voz de Bubista" em 21 de janeiro de 2014

5.4 Das Pressões Nacionais ao Fim do Sistema Socialista Mundial

O ponto anterior descreve um conjunto de fatores identificados pelos entrevistados como sendo alguns dos principais motivos que conduziram ao esgotamento do Sistema de Partido Único instalado em Cabo Verde a partir da sua descolonização. Mas, evidentemente, o sistema cabo-verdiano não era o único existente e nem tão pouco o país vivia isolado do resto do mundo.

O PAIGC foi fundado em plena Guerra Fria e num contexto em que o mundo vivia dividido em dois grandes polos políticos: de um lado o Ocidente, liderado pelos Estados Unidos da América e do outro, a URSS que liderava um bloco socialista formado pelos países do Leste Europeu. O Ocidente apoiava de forma direta ou indireta, nomeadamente através da NATO, o retrógrado sistema colonial português, enquanto a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, prestava apoio militar, através de treinamento militar e do fornecimento de armas à maioria dos movimentos de libertação, entre eles o PAIGC. Assim, de alguma forma, o modelo soviético servia de inspiração e de influência ideológicas à maioria dos regimes de Partido Único.

O período de stress por que passou o Sistema de Partido Único em Cabo Verde coincide com o período em que se processa também o fim do Sistema Socialista mundial. Então, é legítimo questionar o que mais terá contribuído para o fim desse sistema no arquipélago. Pesaram mais os fatores internos ou os fatores externos? A mudança do regime aqui entre muros foi causada pela queda do socialismo na Europa? Não há unanimidade na interpretação deste fenómeno, mas a maioria acredita que as causas internas são as que mais pesaram para o esgotamento do sistema, ainda que a derrocada do socialismo soviético possa ter precipitado as decisões em Cabo Verde.

Manuel Faustino acredita que houve uma conjugação de fatores internos e externos e que havia consciência por parte do regime de que o modelo tinha de ser alterado: *A insatisfação das pessoas em termos sociais e políticos era evidente. Politicamente houve uma tentativa de alteração da Constituição que propunha alguma liberdade, mas que não terá sido totalmente absorvida pela cúpula. Recorde-se que este processo foi adiado por conta do golpe de Estado na Guiné-Bissau. O próprio Golpe na Guiné-Bissau ao atingir um dos fundamentos do PAIGC, a unidade Guiné-Cabo Verde, é um fator interno de grande importância a ter em conta. Em termos económicos advogava-se a chamada extroversão da economia, o que significava um reconhecimento dos limites do modelo. Naturalmente, as grandes alterações que levaram à queda do Muro de Berlim*

e ao desmoronamento da então URSS, em conjugação com os fatores internos, teve grande importância, tanto no ritmo dos acontecimentos quanto na sua conformação[371].

Lídio Silva aponta os fatores internos como causa principal desse esgotamento, até porque, segundo esse antigo dirigente da UCID, desde a morte de Cabral que o PAIGC/CV não conseguiu encontrar uma liderança carismática, consensual, capaz de unir e tirar de cada um o melhor da sua competência.

Osvaldo Lopes da Silva não tem dúvidas que foram os fatores internos os mais importantes e volta a insistir no papel que a administração teve para o desfecho dessa situação. Acrescenta a este propósito que em Cabo Verde o partido único funcionou de forma mitigada. Não cometeu todos os excessos que se vê em África, precisamente porque partilhava o poder com a administração.

Pires está convicto que o que pesou mais na mudança do regime foram os fatores internos e a própria posição do partido. Afirma que o partido sempre foi digno, autónomo e independente e que não recebiam ordens de ninguém: *portanto, a decisão foi completamente interna e fruto de um debate na reunião do Conselho Nacional de 19 de fevereiro de 1990. Decisão nossa. Não havia quem nos desse ordem. Por vezes as pessoas não tinham em conta o grau de autonomia que nós tínhamos e uma outra coisa, o nosso orgulho. Nós não lutámos para depois sermos comandados de fora. Está claro, nós não ignoramos os fatores externos, mas nós não eramos e nem seriamos meninos de mandados de quem quer que fosse. Evitamos isso, apesar da pobreza, apesar de tudo*[372].

Pelos dados existentes e demonstrados neste trabalho há que concluir que, na verdade, à medida que o partido único foi evoluindo e, por consequência, o país, o sistema foi criando um conjunto de contradições internas - umas decorrentes da natureza do partido, outras, através de um choque de gerações e de luta interna pelo poder e, provavelmente, as mais importantes, resultantes da relação do sistema com a sociedade – que acabariam por desgastar o regime a ponto de se tornar impossível a sua continuidade. Daí se poder concluir que os fatores internos atrás referidos tiveram um papel preponderante na queda do regime de partido único em cabo Verde.

De qualquer forma, é evidente que os acontecimentos que ditaram o fim do sistema socialista mundial acabaram por pressionar os dirigentes do PAICV a enveredarem por uma abertura política. No entanto, das conversas com os entrevistados e de leituras de outras obras publicadas, pode-se concluir que antes do precipitar dos

[371] Entrevista concedida ao autor.
[372] Entrevista concedida ao autor.

acontecimentos internos e externos, o tema reforma do regime político já era assunto dentro do PAICV.

5.5 Abertura Política em Cabo Verde: Uma Transição Tardia?

Nunca foi propósito desta tese debruçar-se sobre o processo de democratização em Cabo Verde, daí a escolha deste ponto para terminá-la. A intenção é tão somente pontualizar um debate que ainda hoje se faz. Afinal, a abertura política feita em 1990 foi tardia? Ela poderia ter acontecido mais cedo? Para uns a resposta é afirmativa, para outros, ela deu-se quando foram reunidas condições para que tal acontecesse.

Quando Samuel Huntington escreveu "A Terceira Onda"[373] referindo-se a um movimento de democratização no final do Séc. XX, que do seu ponto de vista começou com a queda da ditadura em Portugal, destacou o facto de ser mais plausível um golpe de Estado derrubar um regime democrático do que iniciar um, muito menos ainda, iniciar um amplo movimento mundial em direção à democracia.

Ao contrário do que acontecia em Portugal, aqui referido por Huntington, em Cabo Verde, o fim da ditadura vai contribuir para o fim do colonialismo e para a instalação de um Regime de Partido Único. Assim, uma vez que cronologicamente Huntington deixa em aberto a terceira onda de democratização, o país só veio apanhar o comboio desse amplo movimento, uma década e meia mais tarde.

Retomando então o essencial, a questão tem a ver com o tempo que foi necessário para se proceder à substituição do regime. Ficou demonstrado neste trabalho de investigação que é praticamente inquestionável a instalação do PAIGC no poder em 1975, sozinho, depois de um longo período de luta armada contra o colonialismo português na Guiné-Bissau. Como referiu Onésimo Silveira em entrevista concedida ao autor, a instalação do PAIGC em Cabo Verde foi feita de forma automática. Para ele foi uma questão de poder. Igualmente, Manuel Faustino encara essa instalação no poder como decorrente da história do partido e do contexto histórico da independência. Algo normal, conclui.

Deixa, no entanto, de ser pacífica a questão da duração do regime. Osvaldo Lopes

[373] A este propósito ver, Samuel Huntington, "A terceira Onda", 1994.

da Silva, sempre crítico ao seu próprio Partido e ao seu próprio Governo, considera que a abertura foi tardia. *Talvez porque na altura tinha-se detetado as fragilidades e queria-se superá-las. Como consequência, reforçou-se o aparelho burocrático do partido à custa dos recursos que eram retirados ao Estado. Isso criava mais problemas do que resolvia*[374].

Pelo menos na cúpula partidária não se pensava assim e as coisas eram vistas numa ótica de reformas, que um dia haveria de chegar ao sistema político. Pires afirma que o próprio partido teve de fazer o seu programa de reforma interna. *O próprio PAICV fez a sua democratização interna. Mexeu com as suas regras de funcionamento e reforçou aquilo a que nós chamávamos na altura a democracia interna. Nós, a nossa perspetiva foi sempre reformista. O que é isso de reforma através de reformas? É que, com o tempo vamos vendo que é preciso mudar isso, melhorar isso…*[375]

Manuel Faustino prefere olhar para essa situação de duas vertentes: uma meramente política e outra mais histórica. É neste sentido que respondeu ao autor: *É evidente que a democracia é muito melhor do que um regime de Partido Único. Neste sentido, se nunca este regime tivesse existido seria melhor. Assim podemos dizer que ela foi tardia. Mas os processos históricos nunca obedecem a calendários pré-estabelecidos*[376].

Lídio Silva disponibilizou ao autor o conteúdo de uma carta que escreveu ao então Presidente da República e Secretário-Geral do PAICV, Aristides Pereira, em 26 de dezembro de 1985, onde, na qualidade de Secretário-Geral da UCID, propunha a criação de uma plataforma confidencial para iniciar negociações que conduzissem à abertura política e o fim do sistema de Partido Único em Cabo Verde. De acordo com a missiva, todos os encontros seriam secretos e caberia sempre ao PAICV anunciar publicamente a iniciativa de convidar a UCID para um entendimento[377]. Por isso o entrevistado considera que a abertura foi tardia.

Aristides Pereira explica o porquê de nunca ter chegado a conversas com a UCID.

> (…) Mais de uma vez, estive para responder no sentido de estabelecer um contacto ou um diálogo entre nós, mas sempre fui impossibilitado, porque, quando menos esperava, lá caía uma carta aberta, a insultar-nos. Lembro-me de uma vez, no caso Lídio Silva, ele apareceu como um homem aceitável e surgiu uma tentativa de diálogo. A coisa foi à apreciação do partido e quando eu já ia a responder, para estabelecer contacto, aparece um torpedo do John Wahnon

[374] Entrevista concedida ao autor.
[375] Entrevista concedida ao autor.
[376] Entrevista concedida ao autor.
[377] Conteúdo disponibilizado ao autor, na decorrência da entrevista, como prova que a UCID cedo propôs ao PAICV a abertura do regime.

> [378]a dizer as piores coisas e ameaçando-nos. É claro, assim não era possível, não dava. Não fosse isso, o diálogo poderia ter sido estabelecido. Eu não podia defender o diálogo para os outros e recusá-lo no meu próprio país. (Lopes, 2012, p. 250)

Alguns dados existentes apontam que as mudanças no sistema poderiam ter acontecido mais cedo, mas que a disputa de protagonismo que havia dentro do partido entre os mais novos e os combatentes vindos da Guiné, não permitiu que tal tivesse acontecido. Silvino da Luz, combatente, vindo da Guiné, refere-se a esta situação da seguinte forma: *Quando quisemos fazer mudanças, a resistência surgida dentro do partido não foi nossa, foi de outras gentes*[379].

Adão Rocha[380] clarifica que o Partido sempre teve um bloco conservador e outro mais vanguardista e explica que a abertura deveria ter sido feita logo após ao III Congresso.

> Devíamos ter feito a abertura logo após o III Congresso, em 1988. Perdemos dois anos em hesitações e, quando fomos para abertura, já era tarde. Entre nós, havia aqueles que defendiam a mudança dentro do regime e aqueles que não viam nada, e muito menos a necessidade de mudar, sob pretexto que não havia manifestações de rua. (Lopes, 2002, p. 693)

É sobre esta dupla perspetiva que o timing da abertura política é analisado. Uns mais reformistas que outros e outros mais pragmáticos que uns. É claro que do ponto de vista de manifestação apenas de uma vontade ou de uma opinião, pode-se argumentar que a abertura foi tardia. No entanto, do ponto de vista de análise histórica e sociológica, os processos históricos seguem o caminho que têm de seguir e os acontecimentos que os norteiam não acontecem por acaso, nem por vontade de alguns indivíduos ou grupo. A sua evolução encarrega-se de determinar o momento em que os factos acontecem e são sinalizados.

A mudança do sistema político em Cabo Verde, de regime de Partido Único instalado em 1975 com a independência, para regime de democracia pluripartidária a partir de 1990, para além de político, foi acima de tudo o culminar de um processo histórico e como tal não se pode julgá-lo por não ter acontecido antes. Afinal se se aceitar fazer esse julgamento abrir-se-ia uma nova discussão – quando? Em 1978, em razão das dissidências no seio do partido? Em 1980, na sequência do Golpe de

[378] Antigo dirigente da UCID, tinha residência nos E.U.A.
[379] Entrevista concedida ao autor referindo a outros quadros do partido.
[380] Adão Rocha em entrevista a José Vicente Lopes. Regressa a Cabo Verde nas vésperas da independência vindo da Bélgica onde se formou em Engenharia Comercial. Em 1983 é nomeado Secretário de Estado da Indústria e Energia e três anos mais tarde torna-se Ministro da mesma pasta.

Estado na Guiné? Ou seria na sequência do III Congresso do PAICV, em 1988? Seria provavelmente uma discussão mais sem nexo do que saber se a abertura foi tardia ou não.

Assim sendo, a melhor forma de olhar para esta questão é fixando-a no seu contexto e análise históricos, na senda do defendido pelo cientista político Onésimo Silveira, ao afirmar que *a abertura não foi tardia nem deixou de ser tardia, ela aconteceu quando tinha que acontecer*[381].

[381] Entrevista concedida ao autor.

CAPÍTULO VI – UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE O TEMA

Quando propusemos estudar o Regime de Partido Único em Cabo Verde, um investigador brasileiro advertiu-nos do perigo que corríamos pois, no seu entender, um regime de Partido Único é de partido único e é igual em todas as paragens, pelo que, concluiu, "vão-te matar". Mesmo perante essa possibilidade de suicídio académico, decidimos arriscar, cientes que todos os fenómenos sociais devem ser estudados e compreendidos, desde que, no seu contexto histórico e social e, no caso concreto, no seu contexto político. Acontece que vários trabalhos feitos ao longo da história em relação a este tipo de regimes, em vez de estudá-los e compreendê-los, outra coisa não fazem que proceder ao seu julgamento no campo político. Esta perspetiva não nos interessou uma vez que o nosso objetivo era entendê-lo na sua essência e ver até que ponto a contribuição do regime foi importante ou não para afirmação de Cabo Verde como Estado.

Os movimentos surgidos após a Segunda Guerra Mundial assumiram como meta a libertação dos seus países do jugo colonial e a consagração da independência como forma única de promoção do desenvolvimento. O PAIGC não fugiu à regra. Travou uma luta contra o colonialismo português para a libertação de dois Países. Logo aí começou a formar-se a peculiaridade da história da independência da Guiné e de Cabo Verde e da construção dos seus respetivos Estados. Este movimento de libertação, por razões explicadas neste trabalho, acabou por ser reconhecido no contexto das nações e da própria ONU, como legítimos representantes dos povos da Guiné e Cabo Verde. Ao fazer isso, com a intenção de apoiar aqueles que combatiam o colonialismo, também contribuíram para que mais tarde, com as independências, o PAIGC se sentisse único e legitimado pela comunidade internacional. Portanto, conclui-se que o apoio ao PAIGC dado pela comunidade internacional, durante a guerra, teve um papel fundamental na derrota do colonialismo português, mas também determinou a natureza do regime político implantado em Cabo Verde, ou seja, indiretamente, à instalação do sistema de Partido Único em Cabo Verde teve o beneplácito da Comunidade Internacional e da Organização das Nações Unidas.

A questão da Unidade Guiné e Cabo Verde à volta de um único partido nunca saiu de cena. Prova é que se tem produzido ao longo do tempo discussões e reflexões sobre esta situação. Do nosso ponto de vista fundado na análise bibliográfica e de várias entrevistas, não cabe dúvida a hipótese que Amílcar Cabral tinha perfeita noção que o projeto era viável sim, durante a luta armada, mas que seria impraticável num contexto de sucesso da luta e, logo, de formação dos dois Estados. Tinha a perfeita noção que era impossível juntar realidades diferentes. A Guiné era, e ainda é, uma sociedade muito complexa, subdividida por várias realidades sociais e que em muitos aspetos chocavam-se entre elas. Uma realidade étnica que Cabral conhecia melhor do que ninguém.

Distante geográfica e culturalmente, Cabo Verde apresentava um outro desenho social e sociológico. O povo das ilhas constituía-se numa nação secular com um sentimento de pertença coletiva sem qualquer tipo de divisionismo étnico. Uma nação que se prolonga muito para além das suas ilhas conferindo ao país uma presença no mundo muito maior que a dimensão do seu território e dos seus recursos naturais. Essa diáspora cabo-verdiana sempre constituiu uma mais-valia para o país, não só do ponto de vista financeiro, pelas remessas enviadas, mas também pela relação que estabelece entre os cabo-verdianos e o mundo, pelas relações diplomáticas que favorecem, resultantes da apreciação favorável que as autoridades de acolhimento têm das comunidades cabo-verdianas. Pelo contrário, a nação guineense não existia. Ela foi uma criação de Amílcar Cabral.

Portanto, era impossível juntar os dois Estados sob o comando político de um único partido já que as suas realidades não se cruzavam. Cabral, pela sua inteligência, pela sua perspicácia política, certamente chegou a essa conclusão, mas não teve tempo de reformular o seu projeto porque ele acabou por ser vítima do seu próprio sistema, ao ser assassinado pelos próprios companheiros de armas, guineenses. Sendo assim, esse projeto, seguido pelos continuadores de Cabral ficou comprometido. Cinco anos foram suficientes para derrubar uma complicada engenharia política de dois Estados independentes sob a égide política de um mesmo partido em que não se sabia ao certo onde era o centro do poder político. A saída dos dirigentes cabo-verdianos da Guiné e a sua instalação em Cabo Verde, no Governo e na liderança do PAIGC, não só fragilizou a organização partidária naquele país bem como serviu para agudizar ainda mais o clima de desconfiança e a qualidade das relações existentes entre os camaradas dos dois lados.

As limitações académicas dos principais dirigentes guineenses, o comportamento de muitos enquanto governantes, chocavam com o nível de conhecimento, o pragmatismo e o recato dos governantes cabo-verdianos. Assim, o golpe de Estado na Guiné acabou por ser um alívio em Cabo Verde e uma libertação do próprio partido das amarras do seu passado. Tanto assim foi que, na primeira oportunidade, foi reformulado o nome e eliminada a referência à Guiné no novo nome passando a ser, Partido Africano da Independência de Cabo Verde - PAICV. De qualquer forma devemos clarificar nesta análise crítica que a Guiné-Bissau deu uma contribuição preponderante para a independência de Cabo Verde por razões que ficam claras no presente trabalho.

Outro aspeto que merece uma apreciação são os conflitos que surgiram dentro do Partido em Cabo Verde, durante a sua governação, e que tiveram como protago-

nistas, por um lado, os combatentes de liberdade regressados da Guiné e, por outro, um grupo de quadros recém-formados vindos essencialmente de Portugal onde fizeram luta política, na clandestinidade. Como ficou evidente ao longo do trabalho, estes dentro do Partido foram classificados de conflitos de ideologias, mas do nosso ponto de vista esta é a visão que melhor interessa às partes. Conclui-se, pelo cruzamento dos dados e da análise documental e das entrevistas com alguns dos protagonistas, se tratou acima de tudo de uma luta pelo poder, dentro do Partido e, por consequência, no Governo.

Ainda que não assumido, os combatentes marcavam a sua posição de legitimidade histórica e ao mesmo tempo viam nos jovens quadros alguém que queria o seu lugar, sem o merecer. Estes jovens quadros, em idade revolucionária por natureza humana, eram vistos com muita desconfiança pelos combatentes. Por outro lado, também não assumido, os jovens quadros, ainda que reconhecendo os combatentes como protagonistas diretos da independência, questionavam em certa medida a ainda legitimidade histórica concedida por esta luta, e questionavam a formação dos combatentes para dirigirem o Estado. Exigiam para eles aquilo a que chamamos a legitimidade do conhecimento. Até porque, os outros "vinham do mato" e eles vinham de universidades europeias. Este conflito acabou pela imposição daqueles que detinham força no partido e de certa forma a aceitação da população. Sem espaço para exercer poder nem protagonismos de maior, a ala mais fraca acaba por abandonar o partido, ou por vontade própria ou por expulsão. De qualquer forma, admitimos que este assunto deve ser estudado e aprofundado por outros trabalhos de investigação.

As relações entre o Partido e o Estado em Cabo Verde, durante o período estudado, são merecedoras de um olhar crítico para além daquele que foi desenvolvido no trabalho. Uma das características da quase generalidade dos regimes de Partido Único é o facto de o partido confundir-se com o próprio Estado. Podemos constatar neste trabalho de pesquisa que em Cabo Verde também se verificou essa apropriação do Estado por parte do Partido, principalmente pelas suas estruturas de base, a nível dos Secretariados em diferentes concelhos e ilhas. Muito daquilo que se passava nesses secretariados não chegava ao conhecimento da liderança de topo do Partido e esta, muitas vezes, era apanhada de surpresa por determinados acontecimentos e posicionamentos daqueles. Isto acontecia porque o partido não era propriamente uma organização eficiente e a orografia do país formada por ilhas dificultava ainda mais; segundo, porque as lideranças sectoriais não eram todas ocupadas por militantes com uma preparação académica e política à altura dessas funções; e, em terceiro lugar, porque muitos eram mais revolucionários do que os próprios dirigentes

nacionais e levavam ao extremo a interpretação do princípio político e constitucional do Partido como força política dirigente da sociedade e do Estado. Este tipo de protagonismo do Partido vai contribuir, e muito, para a sua desacreditação e vai minar a confiança das pessoas no sistema.

Os últimos anos do Sistema de Partido Único em Cabo Verde foram marcados por algumas reformas ou tentativas de reformas, que fizeram vincar correntes de pensamentos diferentes entre os mais novos no partido e os históricos. Em causa esteve a necessidade de reforma do sistema político, que parecia consensual, e a forma de o fazer, essa longe de ser consensual. A análise crítica a fontes e a entrevistas permitem-nos concluir que alguma anarquia gerada em torno dessa questão fez com que a reforma do sistema político tivesse sido feita à pressa, deixando transparecer que o próprio Partido não se preparou para um quadro eleitoral competitivo. Os históricos ainda confiavam num povo grato a eles e como tal, que não trairia os seus libertadores nas urnas. Os mais novos, que não abandonaram o partido, preparavam-se para provar aos históricos que afinal eles não tinham razão. Era tarde demais.

Outra característica comum aos regimes de Partido Único é a personalização da liderança. Normalmente este tipo de regime está personificado no líder e ele está, do ponto de vista de capacidade de decisão, acima do próprio sistema. Podemos constatar que este princípio não foi uma realidade em Cabo Verde. Não obstante Pires ter sido um líder forte e inequívoco, ficou longe de personificar o regime. O país tinha um conjunto de instituições que funcionavam e que dividiam o poder com o líder do sistema. Desde logo a Assembleia Nacional Popular, o Sistema Judicial e a própria Administração do Estado, exerciam autoridade e relacionavam-se diretamente com os cidadãos sem interferência direta do líder. Os cidadãos não viviam atrelados à vontade de um líder como normalmente acontece nesses tipos de regimes.

Os Regimes de Partido Único são, pela sua natureza, regimes musculados e que impõem a sua ideologia e a sua política através de pressões e repressões constantes de forças policiais e militares. Esses regimes acrescentam a essas duas forças uma Polícia Política que tem por missão perseguir e anular tudo o que seja ameaça ao sistema instalado. Quando comparado com outros sistemas do tipo, podemos afirmar que o uso da força e da violência, contra os cidadãos, não constituiu uma prática do sistema cabo-verdiano. Na verdade, a história regista alguns episódios do uso excessivo da força, sendo os mais visíveis em São Vicente, em 1977, e em Santo Antão, em 1981, por causa do projeto de Reforma Agrária que o Governo tentou implementar. Terão existido casos eventualmente em outras ilhas, mas não se pode afirmar que o uso da força e da violência tenha sido uma prática do regime.

Podemos sim afirmar que as que existiram foram mais episódicas do que uma regra. A Polícia Política existiu e a sua atuação na perseguição a alguns cidadãos classificados como perigosos para o regime, terá contribuído mais para a degradação do regime do que constituído em uma mais-valia para este.

Ao contrário do que acontece em outros regimes similares, o PAIGC/CV não conseguiu uma maioria dominante na sociedade cabo-verdiana. O sistema político não bloqueou nem combateu o sistema de reprodução social. Algumas classes cresceram ou nasceram durante o regime e passaram a ocupar posições de destaque no tecido social do país, quer através da aquisição de conhecimento e status académicos, da entrada no mundo de negócios, no mercado interno e externo, quer pela ocupação de cargos de destaque na administração do Estado, entre outros.

Essa dinâmica social ofuscou de alguma forma e com o passar do tempo, a importância que os dirigentes do regime político pudessem ter. Não se conhece igualmente a existência de um nível de corrupção por parte dos dirigentes do regime, como normalmente é prática em outros regimes semelhantes. Esses dirigentes não apresentaram sinais exteriores de riqueza, nem durante nem depois do regime, o que nos leva à essa conclusão. Aliás, é público que, com a derrota nas primeiras eleições livres e democráticas, o então Primeiro-ministro, Pedro Pires, não tinha casa própria para morar.

Outra peculiaridade do sistema foi a forma como o partido geriu todo o processo de abertura política. Tomou a decisão política, fez as reformas legais necessárias, marcou as eleições, concorreu, perdeu, aceitou os resultados e abandonou o poder sem qualquer hesitação. Ainda com o poder policial e militar sob o seu controlo o partido poderia tentar perpetuar no poder de alguma forma, mas não fez. Por aí também se avalia a natureza e o comportamento do regime. Concluímos que o regime de Partido Único vigente em Cabo Verde entre 1975 e 1990, longe de ser um regime democrático, também não exerceu uma ditadura sobre a sua população.

A originalidade deste trabalho, no que ao estudo do Regime de Partido Único em Cabo Verde diz respeito, assenta em alguns pressupostos que convém referirmos:

- Em nenhum momento do trabalho tentamos julgar o regime, nem em sua defesa nem em sua condenação. Trabalhámos factos, analisámos dados e cruzámos fontes que estiveram envolvidos e implicados em controvérsia em momentos diferentes do regime.

• Abrimos pistas para a explicação de alguns aspetos que até agora eram analisados apenas numa perspetiva. Referimo-nos, por exemplo, à questão dos conflitos existentes dentro do PAIGC em Cabo Verde nos primeiros anos da independência. Regra geral, trabalhos publicados olham para esses acontecimentos como conflitos ideológicos entre os combatentes e os jovens quadros do partido que não estiveram envolvidos na luta de libertação na Guiné. Este trabalho coloca o enfoque numa luta de poder entre aqueles que triunfaram pela via das armas e aqueles que queriam impor-se pelo conhecimento académico adquirido nas universidades.

• Trabalhamos de uma forma diferente a questão da Unidade Guiné e Cabo Verde, explorando mais o aspeto prático e estratégico dessa Unidade idealizado por Amílcar Cabral, do que a sua própria existência. Conseguimos demonstrar que era impossível unir debaixo de um único partido dois países, muito menos dois países com realidades culturais e sociais profundamente diferentes.

• Demonstramos a audácia dum pequeno país insular, condenado ao fracasso quanto à sua sobrevivência como Estado, pobre de recursos, ao contrariar as normas internacionais quanto ao princípio da ajuda alimentar para distribuir à população. Demostramos que ao decidir pela venda dessa ajuda alimentar e a aplicação das receitas daí provenientes na construção de infraestruturas socias de primeira necessidade, o novo Estado de Cabo Verde evitou o existencialismo e fortaleceu o conceito de salário em troca de trabalho.

• Demonstramos como é que a criação de uma empresa pública para fazer a distribuição e comercialização dos bens resultantes da ajuda alimentar, em todas as ilhas de Cabo Verde, teve um papel social importante e contribuiu para o afastar do espetro da fome generalizada que até então sempre esteve presente na história das ilhas.

• A originalidade também está vincada na forma como abordamos as causas do esgotamento do Regime de Partido Único em Cabo Verde. Nesse contexto damos especial realce ao papel que a Administração do Estado teve desde a pressão sobre o regime colonial a favor da independência, ao apoio dado ao PAIGC/CV na instalação do Estado independente durante a primeira década de governação e posteriormente, na contenção do partido único através da sua ação diária no combate subtil aos exageros e a um certo fanatismo dos Secretariados do Partido, nas diferentes ilhas.

Este trabalho revisita o tema, Partido Único em Cabo Verde, entre 1975 e 1990, que tem estado em cima da mesa de debate desde sempre, principalmente em momentos eleitorais, mas muito pouco tem sido estudado. Recupera e desenvolve muitos dos assuntos importantes associados à luta de libertação, às negociações para à independência e à própria independência. Analisa de forma profunda a construção do Estado e o papel do regime no processo de arranque do país e nas primeiras opções de políticas implementadas nos 15 anos da sua vigência.

Consideramos um mérito académico inestimável a possibilidade que tivemos de entrevistar algumas das principais figuras do regime, alguns dos dissidentes e alguns aqueles que sempre combateram o partido único. Consideramos igualmente um privilégio académico notável o facto de termos sido, provavelmente, o último a entrevistar Onésimo Silveira, considerado por muitos o mais conceituado politólogo e pensador do país.

Todas essas razões fazem-nos acreditar na qualidade desta tese que certamente contribuirá para uma melhor compreensão dos regimes de Partido Único e, especialmente, para o conhecimento científico da versão que foi implementada em Cabo Verde, com o fim do Governo Colonial e com a conquista da Independência.

CONCLUSÕES E PERSPETIVAS FUTURAS

Neste ponto resumem-se as principais conclusões deste trabalho de investigação e, tendo em conta a experiência adquirida na sua realização, o autor deixa a sua contribuição sob forma de pistas para futuros trabalhos que possam contribuir para alargar o campo de conhecimento sobre o sistema político vigente em Cabo Verde entre 1975 e 1990.

Principais Conclusões

O estudo visava compreender o regime de Partido Único em Cabo Verde e a sua contribuição para o processo de desenvolvimento do país e para a construção do Estado. Procurava igualmente responder à hipótese formulada de que mesmo não sendo um regime democrático este não exerceu uma ditadura sobre a sua população, pelo contrário, conseguiu criar as condições institucionais para o arranque da história de Cabo Verde como nação livre e independente.

O Regime de Partido Único foi instalado em Cabo Verde em 1975 como consequência das negociações para a independência encetadas pelo PAIGC, movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde, e o Governo colonial português. Pode-se concluir que a instalação do regime foi um acontecimento normal, na decorrência do 25 de abril em Portugal, do fim da luta de libertação na Guiné e do sucesso dessas negociações. A chegada do PAIGC a Cabo Verde, a sua aceitação por parte da população e a não existência de outros grupos suficientemente fortes e organizados, completaram as condições para a instalação do sistema. No fundo, o partido único instalado já vinha único da luta de libertação, do seu reconhecimento internacional e das negociações com o país colonizador.

Nesse processo de transição e instalação do Governo ainda se verificaram algumas tentativas de reação de alguns elementos ou pequenos grupos de cidadãos sob forma de eventuais partidos. Contudo, essas tentativas foram anuladas pela maior capacidade do PAIGC de se movimentar no terreno, e pela conivência dos militares portugueses (ainda instalados em Cabo Verde) que tinham pressa de regressar ao seu país, pelo que combatiam tudo o que pudesse atrasar esse regresso.

Concluiu-se igualmente que a administração colonial em Cabo Verde era servida quase que exclusivamente por cabo-verdianos, o que facilitou também o funcionamento do novo Estado. No fundo, o surgimento da administração do novo Estado

fez-se na continuidade, sob uma nova liderança política, sem necessidade de uma rotura que poderia ter atrasado a capacidade de resposta às prementes necessidades do país. Esta administração funcionou durante alguns anos como uma aliada do sistema político então instalado, mas com a evolução do processo de desenvolvimento e mediante algumas derrapagens do sistema político, nomeadamente na relação do partido com o Estado, ela vai constituir-se, de forma discreta, numa força de bloqueio e de oposição ao Partido, contribuindo também para o esgotamento e queda do regime.

A situação social do país no momento da sua independência era muito difícil pela má administração colonial, pela ausência de recursos financeiros, pela ausência de recursos naturais e pelas chuvas escassas e irregulares. O partido único, que goza de prestígio junto da comunidade internacional e que tem excelentes relações com a maioria dos Estados africanos, consegue mobilizar importantes apoios, principalmente em ajuda alimentar, que contribui para afastar o espetro da fome e evitar uma catástrofe social em Cabo Verde. Em paralelo desenvolve algumas medidas de política sui generis como foi o caso de converter as ajudas alimentares em receitas para se aplicar na infraestruturação do país. Os alimentos eram vendidos a baixo preço o que permitia o seu acesso por quase toda a população.

Ao contrário do que aconteceu com outros povos em situação semelhante, essa medida de política impediu que o novo Governo caísse na tentação de dar comida às pessoas o que teria tido, com certeza, efeitos negativos na sua atitude e no processo de desenvolvimento do país.

A criação de uma empresa pública (EMPA) para fazer a distribuição e venda dos géneros alimentícios resultantes das ajudas alimentares encaixa-se nesse tipo de política, de impacto considerável na primeira década da existência do Estado. A EMPA acaba por ter um papel fundamental no abastecimento do mercado. Os bens eram vendidos ao mesmo preço em todas as ilhas e concelhos do país a retalhistas que depois encarregavam-se de fazer a sua venda aos consumidores. Conclui-se que o desempenho da EMPA não só consolidou a política da venda dos bens alimentares bem como serviu para levar os bens de primeira necessidade à população, contribuindo sobremaneira para afastar o espetro da fome e para elevar a dieta alimentar do cabo-verdiano para além do habitual milho e feijão.

As verbas do resultado da conversão de ajuda alimentar em receitas deram uma contribuição importantíssima para a construção de infraestruturas basilares para o início de um processo de desenvolvimento de qualquer país em construção: a

construção de estradas para ligar os concelhos, para desencravar zonas mais afastadas e para criar o conceito de comunidade; construção de escolas para promover o conhecimento e criar elites intelectuais locais; construção de sistemas de retenção da água das chuvas, como forma de evitar a erosão dos solos e desenvolver a agricultura, entre outras. Ao eleger-se o emprego como prioridade das prioridades, essa meta contribuiu para reduzir a pobreza e melhorar a condição social das pessoas.

O Regime de Partido Único em Cabo Verde encetou um conjunto de reformas, a um ritmo que nem sempre agradou a todos e com resultados nem sempre tão bons para alguns. Desde logo as reformas da educação a partir do Congresso de Quadros da Educação realizado dois anos a seguir à independência, que alargou o alcance do sistema educativo e procedeu à sua massificação, a melhoria da capacitação do pessoal docente, a melhoria e a construção de novas escolas.

O combate ao analfabetismo foi uma medida de política que registou sucessos nas primeiras décadas de governação. De uma taxa de alfabetização de apenas 39,3%, em 1970 passou-se para 51,2% em 1980 e para 62,8% em 1990, com uma performance superior nos homens, de 74,8%. Há que referir que a massificação, que foi uma conquista paulatina ao longo do período em análise, também levou a que o ensino entrasse durante muitos anos numa situação de crise: infraestruturas que não davam vazão à procura, falta de professores formados em número suficiente em diferentes concelhos do país, taxas de abandono altas, etc. No entanto, quando comparado com o período da independência, os primeiros quinze anos de governação deram uma contribuição muito importante na definição e estruturação do sistema de ensino em Cabo Verde. Quando se deu a abertura política em Cabo Verde, em 1991, a situação do ensino no país era de longe melhor do que a herdada do Estado Colonial.

Na economia, o modelo de economia controlada pelo Estado adotado em 1975, não respondia às reais necessidades do país. As ajudas internacionais escasseavam, as remessas dos emigrantes constituíam uma boa ajuda no financiamento da balança de pagamentos, mas não eram suficientes para promover o desenvolvimento do país. Era preciso virar-se para fora e procurar captar investimento privado para o efeito. É assim que é introduzida reforma na Constituição para permitir esse tipo de financiamento. Essa revisão constitucional ocorreu em dezembro de 1988 e determinou a primeira revisão do sistema económico do país, deixando a economia de ser um setor de monopólio do Estado, passando várias operações para o domínio privado. Pode-se afirmar que, até então, foi a reforma que mais tensão criou dentro do sistema político vigente, gerando mesmo alguma tensão entre o Governo e a Assembleia Nacional Popular.

Durante os 15 anos de partido único, o PAIGC/CV passou por duas situações de tensão interna, ambas tratadas nesta investigação. A mais expressiva, que ficou conhecida como a crise dos trotskistas, que culminou com a saída ou expulsão de vários militantes do partido, e a tensão gerada pela falta de consenso quanto à profundidade ou direção das reformas, principalmente a reforma política. Essas tensões internas criaram um conflito de geração no seio do partido colocando frente à frente os jovens quadros do Partido e os combatentes de liberdade da pátria, regressados da Guiné.

A tensão interna de 1979 fez sair do partido um grupo de gente formada e com capacidade de intervenção política que passa a engrossar aqueles que faziam uma oposição, ainda que de forma disfarçada, ao regime. São esses indivíduos que na primeira oportunidade, com a abertura do regime ao multipartidarismo, vão-se organizar em partido político e vão finalmente disputar o poder com o seu antigo Partido. Conclui-se, pois, que sem o pretender, o PAIGC, ao expulsar esses indivíduos do Partido, acabou por gerar a semente política que viria mais tarde a germinar como o seu principal adversário nas urnas, impondo-lhe uma pesada derrota eleitoral, em 1991.

A segunda tensão interna provocada pela falta de consenso sobre a tipologia da reforma política, por ironia da história, coincide com o esmoronar do sistema socialista e a queda do Muro de Berlim. O desgaste provocado por essas tensões internas, a ação da administração do Estado contra as derrapagens do partido e a conjuntura internacional favorável, levam o regime a reconhecer o seu ponto de saturação e a proceder à sua própria reforma. O partido fica fragilizado e o povo cabo-verdiano, que sempre esteve em contacto com o que se passava no mundo, almeja por uma forma diferente de exercício do poder político. A mudança foi consumada pelo poder do voto livre, pela primeira vez em Cabo Verde, 15 anos após a independência.

Quanto aos objetivos da investigação traçados, eles foram alcançados e ficou demostrada a pertinência de cada um deles para a compreensão da temática em estudo.

O objetivo 1(revisitar os principais conceitos sobre Regimes Políticos) foi atingido e pode-se constatar que o trabalho não só recuperou esses conceitos, nomeadamente os de regimes autoritários e regimes democráticos, como pôs em confronto os principais autores que se debruçaram ou se debruçam sobre eles, desde os mais antigos, como Aristóteles, Políbio e Montesquieu, passando por Bóbbio, Stoppino, Aron, Arendt, até aos mais modernos como Linz, Preti ou Hungtinton, entre outros.

O objetivo 2 (sintetizar o pós-colonialismo em África) foi alcançado e é assim que o estudo explica com algum detalhe como é que se processou a construção dos novos Estados africanos e a forma como a política colonial influenciou a construção desses Estados, mas também como é que as próprias realidades africanas os condicionaram. Permitiu também compreender como é que a África andou entre a democracia e o autoritarismo, até encontrar regimes mais estáveis e mais representativos.

O objetivo 3 (revisitar os movimentos de libertação em África) foi atingido e permitiu ao autor conceber uma visão integradora desses movimentos, o que facilita uma maior compreensão do contexto em que se dá a formação do PAIGC como movimento libertador da Guiné e de Cabo Verde.

Para a concretização dos objetivos 2 (sintetizar o pós-colonialismo em África) e 3 (revisitar os movimentos de libertação em África) o autor deu prioridade a uma seleção de autores africanos como forma de fugir ao preconceito e pensamento neo-colonial de vários autores e historiadores europeus que escreveram e escrevem sobre a história da África sem nunca terem pisado o solo do continente negro.

O objetivo 4 (revisitar a ação do PAIGC na luta de libertação nacional) foi atingido e mostra com algum nível de detalhe como se deu a formação e a evolução do partido de Amílcar Cabral, sempre através de uma abordagem política e culturalmente arrojadas, mas que conseguiu conduzir a Guiné-Bissau e Cabo Verde às suas independências. Dentro deste objetivo estava igualmente incluída uma leitura dos conceitos de nacionalismo e cultura na ótica de Amílcar Cabral, que ajuda a compreender melhor o papel da força do pensamento de Cabral na formação e estruturação do seu projeto político.

O objetivo 5 (estudar os meandros da construção do Estado de Cabo Verde) foi alcançado pois o estudo traça de forma detalhada os caminhos que conduziram à formação do Estado: as vitórias militares no campo de batalha na Guiné, a declaração unilateral da independência daquele país, a Revolução dos Cravos em Portugal, o reconhecimento da independência da Guiné pela antiga colónia, as duras negociações para a independência de Cabo Verde, o Governo de transição, a independência de Cabo Verde e a formação do Estado, são descritos em pormenor o que demostra a concretização desse objetivo na plenitude da sua ambição.

O objetivo 6 (estudar o período que marca a vigência do Regime de Partido Único em Cabo Verde, com especial enfoque em alguns setores de atividade) foi alcançado tendo sido feita uma análise do desempenho do regime na recuperação do país,

tendo em conta o estado em que ele se encontrava no momento da independência, bem como de um conjunto de medidas de política visando o processo de desenvolvimento que se seguiu. No estudo é feita uma análise do estado do setor da educação em Cabo Verde em 1975, as reformas efetuadas e são apresentados dados que mostram a inversão dos principais indicadores no sentido de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade.

O objetivo 7 (analisar o esgotamento do regime e, por consequência, o seu fim) foi alcançado pois o trabalho analisa um conjunto de fatores internos que ao longo dos anos, principalmente a partir da segunda metade dos anos oitenta, foram apoderando do regime e foram minando a sua estrutura, até que, também empurrado pelos ventos de mudança que sopravam no Leste europeu, o sistema decide pela abertura política do país, que culmina com as eleições livres de 1991.

O desafio de investigação lançado pela hipótese de pesquisa era a de que *o regime de Partido Único em Cabo Verde, não obstante ter cortado todas as liberdades de concorrência política, não impôs à sua população uma ditadura de partido, tendo criado um conjunto de instituições que permitiram uma circulação de poder e contribuíram para o erguer de um Estado promotor do processo de desenvolvimento do país.* Conclui-se que o desafio lançado pela hipótese de trabalho foi superado uma vez que se consegue mostrar ao longo do trabalho, mais concretamente nos capítulos III, IV e V, que o regime de Partido Único em Cabo Verde, através da sua estabilidade e da sua perspicácia política, não obstante os problemas internos em momentos específicos, conseguiu ultrapassar com uma margem de sucesso a tarefa de erguer um Estado a partir de uma herança colonial que foi profundamente marcada pelo não investimento no capital humano nem na infraestruturação da colónia. O regime conseguiu afastar o espetro da fome das ilhas assim como pôs em marcha um plano de recuperação económica e social com sucesso evidenciado.

Conseguiu-se igualmente demonstrar que o sistema político em estudo não personificou o poder como era prática nesse tipo de regime, principalmente dos vários exemplos que nos chegam do continente africano. Ao invés, conseguiu que as instituições criadas funcionassem e que o poder circulasse entre elas. Essas instituições criadas ou recuperadas do Estado colonial e adaptadas aos novos tempos, desenvolveram-se, perpetuaram-se e constituem hoje a base do Estado democrático vigente no país.

A hipótese confirma-se, também, por ter sido possível demonstrar ao longo do trabalho que o PAIGC/CV não instalou em Cabo Verde uma ditadura comunista e

nem usou como prática a violência como forma de impor a sua política e ou ideologia e perpetuar-se no poder. Não obstante a existência de episódios de uso excessivo da força, principalmente nas ilhas de São Vicente e Santo Antão, não obstante ter ao seu serviço uma Polícia Política muito ativa, regra geral, o regime foi brando e a sua praxis de exercício do poder foi moderada.

Benito Mussolini escreveu que para se ter um poder político forte é necessário além do partido único, um Estado Totalitário, isto é, um Estado que absorve para transformar e fortalecer todas as energias, os interesses e as esperanças de um povo. Em Cabo Verde esse Estado absorvedor não existiu, o Estado em Cabo Verde, não obstante ter sido forte, coexistiu com a sociedade e com um setor privado, que embora não muito pujante, sempre existiu e teve um papel importante. A administração revelou-se uma identidade própria, e como foi demonstrado no trabalho, foi parte ativa na governação do regime bem como na sua queda.

Conclui-se finalmente que o Regime de Partido Único em Cabo Verde foi ideologicamente inspirado no comunismo, materialmente moldado pela realidade social e económica do país e politicamente polido pela postura e pelo equilíbrio dos combatentes da liberdade da pátria, dirigentes máximos do PAIGC/CV e, por consequência, do Governo. Mesmo em momentos de maior tensão interna ou de maior tensão com alguma franja da população, o regime manteve essa mesma postura, pelo que, tal como afirmou Onésimo Silveira, o saldo do partido único em Cabo Verde, do ponto de vista histórico, é positivo.

Perspetivas Futuras

O tipo de abordagem que adotámos no trabalho, isto é, analisar o partido único de acordo com a perspetiva de Juan Linz, ou seja, analisá-lo no seu próprio contexto e de acordo com a sua prática, ao invés de o fazer num contexto global desses tipos de regime, deixa em aberto diferentes linhas de investigação quanto a esta temática. Por opção, dedicamos uma boa parte da investigação ao período que antecede a Independência nacional, em 1975, por considerar que era importante compreendermos o nascimento do PAIGC no contexto das lutas libertadoras que aconteciam em África e das suas práxis, que acabaram por moldar a formação e o desempenho desse partido da Guiné-Bissau e Cabo Verde durante a luta, e posteriormente, na formação dos dois Estados nacionais com o advento da Independência.

No entanto, apesar de muito haver ainda por estudar sobre os movimentos de libertação africanos entre as décadas de 60 e 70, principalmente por parte de investigadores africanos, futuras investigações sobre o sistema de Partido Único cabo-verdiano podem ser desenvolvidas tendo como ponto de partida 1975, o ano de arranque do Estado de Cabo Verde. Várias linhas podem ser seguidas, como por exemplo:

- A recomposição da estrutura social cabo-verdiana herdada do colonialismo.
- O sistema de posse do solo agrário e a Reforma Agrária, um assunto mar cante durante o regime autoritário em Cabo Verde.
- O sistema judicial e a justiça popular.
- A participação política e as Eleições na vigência do autoritarismo.
- A luta de poder e pelo poder no seio do partido único.
- A atualidade do pensamento de Amílcar Cabral em diferentes domínios de governação do Estado.
- Entre outras.

Seja qual for a linha de investigação a ser seguida, será sempre muito importante manter o princípio de estudar para compreender e divulgar, ao invés de julgar, para justificar ou condenar. Esta atitude e esta postura permitir-nos-á divulgar de que forma o partido único conduziu o processo de formação do Estado de Cabo Verde e conseguiu afastar a possibilidade de uma Independência mal sucedida e revertida a favor de uma administração não nacional. Tal postura, tal procedimento, não será impeditivo, contudo, de divulgar as fragilidades e as derrapagens do regime que aconteceram e marcaram de alguma forma alguns episódios da história do Cabo Verde independente.

É fundamental conhecer e dar a conhecer todos os meandros do sistema de Partido Único em Cabo Verde pois, ao fazê-lo, estamos a contribuir para que se conheça o Estado, o Sistema Político, a Democracia e o Estado de Direito Democrático em que se vive no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, L., & Santos, M. E. (2001). *História Geral de Cabo Verde. Volume I.* Praia: Instituto de Investigação Tropical & Instituto Nacional de Investigação Cultural.

Andrade, M. d. (1981). *Amílcar Cabral. Ensayo de bibliografia política.* (N. Ibarguren, Trad.) México: Siglo Veintíuno Editores.

Arendt, H. (1979). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Aristóteles. (s.d). *Política*. São Paulo: Le Livros.

Aron, R. (2017). *Democracia y totalitarismo*. (L. G. Castro, Trad.) Barcelona, Espanha: Página Indómita.

BNL/IPRI. (15 de junho de 2016). Conferência: *A CONCP - a internacionalização da luta pela indepenência das colónias portuguesas.* Obtido de bnportugal.gov.pt: http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concp-a-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colonias-portuguesas-15-jun-16-14h30-18h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt

Boahen, A. A. (2010). *História geral da África-VII*. África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasil: UNESCO.

Boal, L. (17 de outubro de 2014). Lilica Boal, a eterna diretora da Escola-Piloto do PAIGC. (M. Sampaio, Entrevistador)

Bobbio, N. (1981). *A teoria das formas de governo*. Brasil: UnB.

Bobbio, N. (1988). Democracia. Em N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, *Dicionário de Política* (pp. 319-329). Brasilia: UnB.

Bodin, J. (2011). *Os seis livros da república. Livro primeiro*. Brasil: Icone.

Bonavides, P. (1994). *Ciência Política* (10ª ed.). Brasil: Malheiros.

Cabral, F. A. (2005). *Cabral no cruzamento de épocas. Comunicações e discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amilcar Cabral*. Praia: Alfa Comunicações.

Cabral, L. (1984). *Crónicas de Libertação.* Lisboa: O Jornal.

Canal História. (11 de agosto de 2021). *Adolf Hitler - Canal Histórico*. Obtido de Canal História: https://canalhistoria.es/perfiles/adolf-hitler/

Carreira, A. (1983). *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Caboverdeano do Livro.

Carreira, A. (2000). *Cabo Verde: Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto de Promoção Cultural.

Coelho de Morais, A. (18 de abril de 2010). *Soares "incomoda" Cabo Verde com frase sobre independência*. Obtido de Diário de Notícias: https://www.dn.pt/globo/cplp/soares-incomoda-cabo-verde-com-frase-sobre-independencia-1547108.html

Constituição da República de Cabo Verde, B.O nº 41 de 13/10/1980 (Assembleia Nacional Popular 13 de outubro de 1980).

Correia e Silva, A. (2014). *Dilemas de Poder na História de Cabo Verde*. Lisboa: Rosa de Porcelana Editores.

Correia, P. P. (2005). Obstáculos e desafios à reconstrução do Estado em África. *Cabral no cruzamento de épocas. Comunicaçõese discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral* (pp. 463-473). Praia: Alfa Comunicações.

Dahl, R. (1997). *La Poliarquia*. Espanha: Tecnos.

Dahl, R. (1999). *La Democracia: una guía para los ciudadanos*. Buenos Aires: Taurus.

Davidson, B., Isaccman, A. F., & Pelissier, R. (2010). Politica e nacionaiismo nas Africas central e meridional, 1919-1935. Em A. A. Boahen, *História Geral da África-VII*. África sob dominação colonial, 1980-1935 (pp. 786-832). Brasil: UNESCO.

de Sousa Junior, L. L. (27 de março de 2012). *A Constituição e seus sentidos: sociológico, político e jurídico. Qual o sentido que melhor reflete o conceito de Constituição?* Obtido de Portal e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento: https://egov.ufsc.br

Dias, E. C. (2010). Do Estado colonial ao Estado pós-colonial. JANUS, 118-119.

Direção Geral de Planeamento. (1986). *II Plano Nacional de Desenvolvimento - 1986-1990. Relatório de Arbitragem do Governo* (Vols. I - Perspetivas Macroeconómicas, Políticas e Medidas Gerais). Praia: Ministério do Plano e da Cooperação.

do Amaral, I. (2001). Cabo Verde: Introdução Geográfica. Em L. de Albuquerque, & M. E. Santos, *História Geral de Cabo Verde. Volume I* (pp. 1-22). Praia: Instituto de Investigação Tropical & Instituto Nacional de Investigação Cultural.

Do Klick Educação. (11 de agosto de 2021). *Kemal Atatürk - Biografias - IOL Educação.* Obtido de UOL educação: https://educacao.uol.com.br/biografias/kemal-ataturk.htm

Duverger, M. (1964). *Introdução à Pólítica*. Lisboa: Estudios Cor.

Eisenstadt, S. N. (2000). *Os Regimes Democráticos.Fragilidade, Continuidade e Transformabilidade*. Portugal: Celta.

Elaigwu, J. I. (2010). Construção da Nação e Evolução das Estruturas Políticas. Em A. A. Mazrui, & C. Wondji, *História Geral da África VIII*. África desde 1935 (pp. 519-564). Brasil: UNESCO.

Ferreira, J. (2001). *História de Portugal. Portugal em Transe (1974-1985) VOL. VIII*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda.

Fonseca, L., & Pires, O. (2018). *A luta criou raízes. Intervenções, entrevistas, reflexões, artigos. 1964-1973*. Praia: Fundação Amílcar Cabral.

Fonseca, L., Pires, O., & Martins, R. (2014). *Pensar para melhor agir. As intervenções de Amílcar Cabral no Seminário de Quadros do PAIGC de 12 a 24 de novembro de 1969*. Praia: Fundação Amílcar Cabral.

Fonseca, L., Pires, O., & Martins, R. (2015). Cabo Verde. *Reflexões e mensagens*. Praia: Fundação Amílcar Cabral.

Fontes, W. (2000). *A Democracia* - Hans Kelsen. São Paulo: Livraria Martins Fontes.

Furtado, C. (1997). *Génese e (re) produção da classe dirigente em Cabo Verde*. Praia: Instituto Caboverdeano do Livro e do Disco.

Governo de Cabo Verde. (1975). Programa de Governo. Praia, Cabo Verde.

Huntington, S. P. (1994). *A terceira onda. A democratização no final do século XX*. São Paulo, Brasil: Ática.

Infopédia. (27 de outubro de 2021). *Organização da Unidade Africana (OUA)*. Obtido de Infopédia. Dicionários Porto Editora: https://www.infopedia.pt/$organizacao-de-unidade-africana-(oua)

Ki-Zerbo, J., Mazrui, A. A., & Wondji, C. (2010). Construção da nação e evolução dos valores políticos. Em A. A. Mazrui, *História Geral da África VIII*. África desde 1935 (pp. 565-602). Brasil: UNESCO.

Lavroff, D. (1975). *Os partidos polícos da África Negra*. Lisboa: Bertrand.

Linz, J. (2015). *Autoritarismo e Democracia*. Lisboa: Horizonte.

Linz, J. (2017). El régimen autoritário. Em U. N. México, *Antologías para el estudio y la enseñanza de la ciencia política. Régimen político, sociedad civil y política internacional* (pp. 83-89). México: Herminio Sánchez.

Lopes, J. V. (2002). *Cabo Verde. Os bastidores da Independência*. Praia: Spleen.

Lopes, J. V. (2012). *Aristides Pereira. Minha vida, nossa história*. Praia: Spleen.

Lopes, J. V. (2016). *Onésimo Silveira. Uma vida, um mar de histórias*. Praia: Spleen Edições.

Manuel, A. (08 de janeiro de 2021). *Biografia - A "espuma" de uma vida sabiamente repartida*. Obtido de Biblioteca Adriano Moreira: https://bibliotecaadriano moreira.cm-braganca.pt/pages/211

Maquiavel, N. (2010). *O Príncipe.* Brasil: Penguin. Companhia das Letras.

Matia Portilla, F. J. (22 de novembro de 2016). La crisis del Estado Liberal y el surgimiento de modelos alternativos: el Comunismo, el Fascismo y el Nazismo. 1-4. Valladolid, Espanha: O autor.

Mazrui, A. A. (2010). A luta pela soberania política, de 1945 às independências. Em A. A. Mazrui, & C. Wondji, *História geral da África VIII*. África desde 1935 (pp. 125-149). Brasil: UNESCO.

Mazrui, A. A., & Wondji, C. (2010). *História Geral da África VIII.* África desde 1935. Brasil: UNESCO.

Ministério da Educação e Cultura. (1977). *Encontro Nacional de Quadros da Educação. Conclusões e Documentos Diversos*. Praia: Governo da Cabo Verde.

Ministério da Educação e Cultura. (1977). *Encontro Nacional de Quadros da Educação. O Novo Sistema de Ensino*. Praia: Governo de Cabo Verde.

Miranda, J. (1992). *Ciência Política. Formas de Governo*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Montesquieu, C. (2000). *O espírito das leis*. Brasil: Paidéia.

Montesquieu, C. d. (2000). *O espírito das leis*. Brasil: Paidéia.

Moreira, A. (1995). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.

Nohlen, D. (2017). Los regímenes autoritários. Em U. N. México, *Antologías para el eſtudio y la enseñanza de la ciencia política. Régimen político, sociedad civil y política internacional* (pp. 91-95). México: Herminio Sánchez.

Notícias, D. d. (15 de novembro de 2017). *Aristides Pereira foi Presidente num tempo em que a Praia era "útil à política internacional"*. Obtido de Diário de Notícias: https://www.dn.pt/lusa/aristides-pereira-foi-presidente-num-tempo-em-que-a-praia-era-util-a-politica-internacional-8918564.html

PAIGC. (1974). P.A.I.G.C - *Unidade e Luta*. Lisboa: Nova Aurora.

Parlamento.pt. (s.d.). *Assembleia Constituinte, 25 anos depois*. Obtido de app. Parlamento.pt: https://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituinte/med01020179i.html

Partido Africano da Independência de Cabo Verde. (1983). *Programa e Estatutos do PAICV*. Praia: DIP-PAICV.

Pereira, A. (2002). *Guiné-Bissau e Cabo Verde. Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Editorial Notícias.

Pereira, A. M. (2010). *Subsídios para a história da educação em Cabo Verde: organização e funcionamento do sector dos primórdios à Primeira República Portuguesa.* Praia: Instituto do Arquivo Histórico Nacional.

Preti, L. (1983). *El desafio entre Democracia y Totalitarismo*. (R. Bergalli, Trad.) Barcelona, Espanha: Ediciones penisula.

Rémond, R. (2003). *Introdução à história do nosso tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva.

Roca, A. (2013). *Nacionalismo y cultura*. (A. Roca, Trad.) Espanha: Edicions Bellaterra.

RTP/Rosário Lira. (10 de julho de 2018). *Cabo Verde - 5 de julho de 1975 - Descolonização Portuguesa.* (RTP, Editor) Obtido de media.rtp.pt: https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/cabo-verde-5-de-julho-de-1975/

Santos, A. (2005). A construção do Estado em África. *Cabral no cruzamento de épocas. Comunicaçõese discursos produzidos no II Simpósio Internacional Amílcar Cabral* (pp. 429-438). Praia: Alfa Comunicações.

Saromenho, A., & Castanheira, J. P. (23 de novembro de 2008). *Tive um poder enorme como ministro do Ultramar*. Obtido de Expresso: https://expresso.pt/actualidade/tive-um-poder-enorme-como-ministro-do-ultramar=f459552

Sartori, G. (1991). Una nueva reflexión sobre la doemocracia, las malas formas de gobierno y la mala política. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 459-474.

Schumpeter, J. (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Brasil: Fundo de Cultura.

Secretaria de Estado de Cooperação e Planeamento. (1982). *I Plano Nacional de Desenvolvimento 1982-1985* (Vols. I - Relatório Geral). Praia: Governo de Cabo Verde.

Silva, M. (2010). *As Constituições de Cabo Verde e Textos Históricos de Direito Constitucional Cabo-Verdiano*. Praia: Autor.

Silveira, O. (1992). *A tortura em nome do Partido Único. O PAICV e a sua Polícia Política (Depoimentos)* (2ª Edição ed.). Mindelo: Terra Nova & Ponto e Vírgula.

Silveira, O. (2004). *África ao Sul do Sahara. Sistemas de Partidos e Ideologias de Socialismo.* Lisboa: África Debate.

Silveira, O. (2005). *A democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Colibri.

Sousa Pinto, P. (2016). *O Caso Dreyfus*. Obtido de RTP Ensina: https://ensina.rtp.pt/artigo/o-caso-dreyfus/

Stoppino, M. (1983). Autoritarismo. Em N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, *Dicionário de Política* (pp. 94-104). Brasil: UnB.

Stoppino, M. (1998). Autoritarismo. Em N. M. Norberto Bobbio, *Dicionário de Política* (pp. 94-103). Brasil: UnB.

Suret-Canale, J., & Boahen, A. A. (2010). A África ocidental. Em A. A. Mazrui, & W. Christophe, *História Geral da África VIII: Àfrica desde 1935* (pp. 191-227). Brasil: UNESCO.

Tolentino, C. (02 de outubro de 2014). Estávamos todos cansados da guerra. (M. Sampaio, Entrevistador)

Tolentino, C. (17 de julho de 2018). *Under the PAIGC the liberated zones were real.* Obtido de Pró-África: http://pro-africa.org/under-the-paigc-the-liberated-zones-were-realby-phd-coursino-tolentino/

Varela, B. (30 de março de 2007). *Sistema Educativo, Conceito, Característica e Evolução. O caso cabo-verdiano.* Obtido de Excelência Educativa em Cabo Verde: https://excelenciaeducativa.blogs.sapo.cv/sistema-educativo-conceito-34305

Voa Português. (18 de janeiro de 2018). *Amílcar Cabral, nacionalista e homem de cultura.* Obtido de Voaportugues.com: https://www.voaportugues.com/a/amilcar-cabral-nacionalista-homem-de-cultura/4213890.html

Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade.* (R. Barbosa, & K. Barbosa, Trads.) São Paulo, Brasil: UnB.

Zau, F. (26 de Abril de 2015). Definição dos Assimilados. Luanda, Luanda, Angola.